



ROSA SEBASTIANA COLMAN

**GUARANI *RETÃ* E MOBILIDADE ESPACIAL GUARANI: BELAS
CAMINHADAS E PROCESSOS DE EXPULSÃO NO TERRITÓRIO
GUARANI.**

Campinas

2015

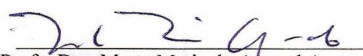


ROSA SEBASTIANA COLMAN

**GUARANI *RETÃ* E MOBILIDADE ESPACIAL GUARANI: BELAS
CAMINHADAS E PROCESSOS DE EXPULSÃO NO TERRITÓRIO
GUARANI.**

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutora em Demografia sob orientação da Profa. Dra. Marta Maria do Amaral Azevedo.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE A VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA ROSA SEBASTIANA COLMAN E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. MARTA MARIA DO AMARAL AZEVEDO.



Prof. Dra. Marta Maria do Amaral Azevedo

Campinas

2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

C71g Colman, Rosa Sebastiana, 1975-
Guarani *retã* e mobilidade espacial guarani : belas caminhadas e processos de expulsão no território guarani / Rosa Sebastiana Colman. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Marta Maria do Amaral Azevedo.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mobilidade espacial. 2. Índios da América do Sul - Brasil. 3. Migração de povos. 4. Índios Guarani. I. Azevedo, Marta Maria do Amaral. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Guarani *retã* and guarani spatial mobility

Palavras-chave em inglês:

Spatial mobility

Indians of South America - Brazil

Migrations of people

Guarani Indians

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutora em Demografia

Banca examinadora:

Bartomeu Melià

Levi Marques Pereira

Rosana Aparecida Baeninger

Roberta Guimarães Péres

Data de defesa: 30-04-2015

Programa de Pós-Graduação: Demografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 30 de abril de 2015, considerou a candidata ROSA SEBASTIANA COLMAN aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Marta Maria do Amaral Azevedo

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Marta Maria do Amaral Azevedo", is written over a horizontal line.

Prof. Dr. Bartomeu Melià Lliteres

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Bartomeu Melià Lliteres", is written over a horizontal line.

Prof. Dr. Levi Marques Pereira

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Levi Marques Pereira", is written over a horizontal line.

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Rosana Aparecida Baeninger", is written over a horizontal line.

Profa. Dra. Roberta Guimarães Peres

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Roberta Guimarães Peres", is written over a horizontal line.

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema a mobilidade espacial entre os Guaraní. O estudo de caso foi feito na Reserva Te'ýikue, município de Caarapó, Mato Grosso do Sul. As questões principais trabalhadas são a concepção guarani de mobilidade espacial e como ocorrem esses deslocamentos no espaço/tempo. Os estudos sobre migrações indígenas são rescentes e os Guaraní concebem um território como próprio e amplo, abrangendo o norte da Bolívia, sul e leste do Paraguai, nordeste e noroeste da Argentina, e sul, sudeste e centro-oeste do Brasil, e é neste espaço que ocorrem esses deslocamentos. As comunidades e famílias estabelecem redes sociais pautadas pelas relações de parentesco e afinidade; a mobilidade espacial guarani está, portanto, diretamente associada ao estudo de sua territorialidade e de sua cosmologia.

Palavras-chave: Mobilidade espacial, Índios da América do Sul – Brasil, Migração de Povos, Índios Guaraní

ABSTRACT

This research works about spatial mobility in Guarani Indigenous. The research was raised in the Te'ýikue Reserve, in Caarapó Town, Mato Grosso do Sul. The main questions are how the Indigenous Guarani conceived the spatial mobility and how these displacements occur in the space/time. The main studies about indigenous migration are recent and Guarani indigenous conceive a territory as own and extensive, covering north of Bolivia, south and eastern of Paraguay, northeastern and northwestern of Argentina, and south, southeast and midwest regions of Brazil, and it is in this space occurring these shifts. Communities and families establish social networks ruled by relations of kinship and affinity; Guarani spatial mobility is therefore directly linked to the study of its territoriality and its cosmology.

Keywords: Spatial mobility, Indians of South America – Brazil, Migrations of people, Guarani Indians

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 1. ANTROPOLOGIA, DEMOGRAFIA E MIGRAÇÕES.....	11
1.1 Antropologia e os Guarani.....	12
1.2 Estudos de mobilidade espacial.....	20
1.3 Deslocamentos espaciais dos povos indígenas na América Latina.....	26
CAPÍTULO 2. MOORUPIPA ROGUATA - POR ONDE CAMINHAMOS: MATERIAIS E MÉTODOS.....	33
2.1 Os censos demográficos e os povos indígenas na América Latina.....	35
2.1.1 Censos Nacionais Indígenas no Paraguai.....	40
2.1.2 Os censos demográficos brasileiros e os povos indígenas.....	54
2.2 A metodologia participativa no estudo de caso: O Projeto <i>Ojeguata Porã</i>	59
CAPÍTULO 3. DEMOGRAFIA INDÍGENA E MOBILIDADE ESPACIAL GUARANI.....	65
3.1 A demografia dos povos indígenas no Brasil.....	66
3.2 O censo 2010: a importância deste censo para os estudos demográficos Guarani....	69
3.3 Mobilidade espacial Guarani.....	73
3.3.1 <i>Ñane Retã</i> – o território Guarani e as fronteiras.....	74
3.3.2 <i>Oguata Porã</i> – concepção guarani de mobilidade espacial.....	81
3.3.3 <i>Ñemosarambipa</i> – deslocamentos forçados.....	82
CAPÍTULO 4. MAAMAVAPA HA MOOMOOPA OĨ GUARANI KUÉRA: CONTEXTUALIZAÇÃO TERRITORIAL E POPULACIONAL.....	89
4.1 Histórico de ocupação do território guarani.....	90
4.2 Contextualização territorial e populacional sobre os Guarani em Mato Grosso do Sul.....	96
4.3 Caracterização populacional sobre os Guarani no Brasil e Mato Grosso do Sul.....	104
4.4 Resultados do censo do Paraguai 2002 e 2012 sobre os Guarani.....	121
CAPÍTULO 5. TEKOKHA TE'YIKUE - ESTUDO DE CASO SOBRE MOBILIDADE ESPACIAL GUARANI.....	129
5.1 Terra Indígena Te'yikue história e localização.....	130

5.2 Resultados do Projeto <i>Ojeguata Porã</i>	143
5.2.1 Perfil dos entrevistados.....	144
5.2.2 Dinâmica dos deslocamentos espaciais de Te'ýikue.....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS	169
ANEXOS	183
1. População indígena guarani, por tipo de etnia e situação do domicílio, segundo as Unidades da Federação - Brasil – 2010.....	184
2. População indígena guarani, por UF e sexo, segundo grupos de idade – 2010.....	185
3. Distribuição etária por grandes grupos etários no Brasil e em Mato Grosso do Sul, 2008.....	187
4. Informações sobre Caarapó (Te'ýikue) no Censo Demográfico, 2010.....	188
5. Questionário para entrevista com os participantes do projeto <i>Ojeguata Porã</i>	192
6. Gráficos perfil dos entrevistados	202
7. Fotos Oficinas projeto Ojeguata Porã e Viagem de intercâmbio guarani.....	203

Dedico esta tese aos meus pais Ramão Colman (*in memoriam*) e Victoriana Reinoso Colman (*in memoriam*);

Dedico a Amaru Morínigo Colman, minha fonte de inspiração todos os dias;

Dedico ao Arnulfo Morínigo Caballero pela presença constante e diferenciada na minha vida;

Dedico à memória de Antonio Brand, grande amigo;

Enfim, dedico aos Guaraní que sempre me ensinam com seu modo de ser.

AGRADECIMENTOS (AGUYJE)

Aguyje, a palavra do Guaraní que utilizamos para agradecer, é um conceito amplo que significa estar maduro, pleno, pronto. *Aguyjevete* é usada como forma de saudação entre os Mbya. Benites (2014) trata da vida como a busca da sabedoria do *aguyje*. É assim que me sinto neste momento de retomar o caminho percorrido e lembrar as pessoas que caminharam comigo durante a realização desta tese. Como cantava Mercedes Sosa “*Gracias a la vida que me ha dado tanto!*”

Inicialmente agradeço ao Antonio Brand (*In Memoriam*) com quem convivi durante 20 anos, com quem aprendi muito e a quem sou muito grata. Muito do que sou hoje devo a ele. Sinto-me realmente privilegiada por ter tido a oportunidade de trabalhar próxima a ele, uma pessoa que ensinava mais com a vida do que com palavras. Convivendo com Antonio Brand aprendi a generosidade e a reciprocidade guarani. Foi um grande incentivador para que eu trilhasse esses caminhos do mundo guarani.

A minha eterna e profunda gratidão à minha querida amiga e orientadora Marta Azevedo, por todos os momentos de aprendizagem, reflexões, descobertas, trocas, apoio e condução na caminhada de construção desta tese, desde a sua concepção até a sua concretização. Mais uma vez, sinto-me privilegiada por ter sido orientada por uma pessoa tão generosa, criativa e perspicaz.

Agradeço a todos os professores do Programa e, de modo especial, a Maria Coleta F. Albino de Oliveira, Tirza Aidar, Roberto Luiz do Carmo, Rosana Baeninger, Joice de Melo Vieira, Roberta Guimaraes Peres e José Marcos Pinto da Cunha. Também aos amigos do NEPO, pela companhia e apoio logístico: Vânia Bellodi Sant’Ana Furlan, Maria Ivonete Zorzetto Teixeira, Adriana, Raquel Cristina Fernandes, Estela Maria Garcia Pinto da Cunha, Raquel de O. S. E. Jakob e Alberto Jakob.

Agradeço aos amigos que contribuíram com a minha aproximação do tema demografia e de suas vidas: Maria del Rosário Lopes Aparicio, Carla Craice, Katiane Shishito, Alessandra Simoni, Sérgio Avellar, Natalia Belmonte Demetrio, Camila Canuto, Luis Felipe Aires Magalhães, Rita de Cássia Rocha, Vivian Costa, Jaqueline Romio,

Bárbara Roberto Estanislau, Aparecido Cunha, Carmem Siqueira Ribeiro dos Santos e Graziela Farina Ramos.

Obrigada Júnior, Sônia, Leandro, secretários do Programa de Doutorado em Demografia. Agradeço também às instituições - Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas e Escola Nandejara Pólo - por todo o suporte técnico e financeiro que possibilitaram esta caminhada em busca de conhecimento.

Sinto-me imensamente agradecida aos que participaram diretamente do projeto “*Ojeguata Porã*”, pesquisadores que realizaram as entrevistas: Alex Junior, Edilson Carvalho, Alex de Sousa, Adilene Fernandes Godoi, Adriana Acosta, Paulo Vilhalva, Braulina Isnarde, Lorença Isnarde, Andréia Almeida, Neuzinho Vilhalva, Valdênio Martins Benítes, Marluce R. Martins, Catalina Rodrigues, Rosileide Barbosa de Carvalho, Adriano Serrano, Crispim Soares Martins, Cleomara Vilhalva, Niltom Ferreira Lima, Ademilson Ramires, Cilene Gonçalves, Edivaldo Cepre, Eliton de Sousa, Elizabete Fernandes, Loia Veron, Neuza Marques, Luiz Ricardo e Tiago Cavalheiro Martins. De modo especial, agradeço a Eliel Benites, Lídio Cavanha, Anari Felipe Nantes e Claudeni Fabiana Alves Pereira, que contribuíram com suas observações, reflexões e revisão dos questionários.

Minha gratidão aos que contribuíram diretamente para a obtenção dos dados: Leandro Skowronski, por ter trabalhado incansavelmente no banco de dados para as primeiras tabulações dos questionários; Arnulfo Morínigo Caballero, pela paciência em digitar todos os questionários; Nilza Pereira e José Roosevelt Pacheco Paes, do IBGE, por me apoiarem com os dados.

Agradeço ao apoio e carinho da minha família extensa: Amaru Morínigo Colman, Arnulfo Morínigo Caballero, Justina Colman, Thamires Colman, Laralini Colman, Evaristo Colman, Delossanto Colman, Rufino Colman, Vitorino Colman, Felipa Colman, Rosalino Colman, Fidel Colman, Doroteia Colman, cunhados, sobrinhos e sobrinhos netos, Suzi Maggi Kras, Luis Augusto Benatti, Sônia Dauzacker, Hayde Aparecida Gomes, Judite Gonçalves Albuquerque, Eunice Dias de Paula, Luis de Paula Gouvea, Valentim Pires, Adir

Casaro Nascimento, Raquel Peralta, Bartomeu Melià, Carlos Magno, Luciana Brand, Celso Aoki, Miriam Medina Aoki (*In Memoriam*), Paz Grünberg, Paulo Pepe (*In Memoriam*), José Francisco Sarmento Nogueira, Maria Aparecida Perreli, Jorge Vieira, Georg Grünberg, Pe Georg Lachnitt, Eva Maria Luiz Ferreira, Nádia Heusi, Claudemiro Pereira Lescano, Neimar Machado de Sousa, Beatriz Landa, Maria Aparecida de Oliveira, Lauriene Seraguza, Mônica Pechincha, Levi Marques Pereira, Meire Adriana da Silva, Rita Caballero de Morínigo, Onérino Godói, Valéria Calderoni, Joaquim Adiala, Veronice Lovato Rossato, Yan Leite Chaparro, Gorete Neto, Teodora de Souza, Anilise Schmitz, Jorge Servin, Juracilda Veiga, Wilmar D'Angelis, Onésio Dias, Tônico Benites, Edina de Souza, Maria de Lourdes Benites, Hilário Aguilera Urquiza, Camila Emboava Lopes, Aquilino Tsere'ubu'õ Tsi'rui'a, Benedita Marques Borges.

*Tekoha`ÿre ndaipóri teko, ndaipóri
avei teko porã. Sem tekoha não há
teko, e sem teko não há teko porã
(Bartomeu Melià).*

LISTA DE FIGURAS, MAPAS E FOTOS

Figura 1	Os Kaiowá no Mato Grosso do Sul	14
Figura 2	Ilustração redes sociais Guarani	16
Figura 3	Os povos indígenas na América Latina	38
Figura 4	Distribuição das populações indígenas segundo a família linguística, Paraguai, 2002	50
Figura 5	Abrangência territorial Guarani	78
Figura 6	Localização das terras indígenas (Kaiowá e Guarani) por grupos de idades Mato Grosso do Sul 2010	111
Figura 7	Região de Caarapó/MS	133
Figura 8	Pessoas residentes em terras indígenas por condição de indígena.....	138
Figura 9	Pessoas indígenas proporção de distribuição por sexo	188
Figura 10	Pessoas residentes em terras indígenas, por grupos de idade	188
Figura 11	Pessoas de 10 anos de idade, residentes em terras indígenas, por condição de alfabetização	189
Figura 12	Pessoas de 10 anos de idade, residentes em terras indígenas, por existência e tipo de registro de nascimento	189
Figura 13	Pessoas de 10 anos de idade, residentes em terras indígenas, por classes de rendimento nominal mensal	190
Figura 14	Domicílios particulares permanentes localizados em terras indígenas, por destino do lixo	190
Figura 15	Domicílios particulares permanentes localizados em terras indígenas, por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento	191
Figura 16	Domicílios particulares permanentes localizados em terras indígenas, por forma de abastecimento de água	191
Mapa 1	Guarani <i>Retã</i>	07
Mapa 2	Terras indígenas dos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul, 2010.....	104
Mapa 3	Terra indígena por município	131
Mapa 4	Te'ýikue por regiões	135

Foto 1	Aldeia Bororó, Reserva de Dourados/MS, 2012.....	01
Foto 2	Viagem de intercâmbio guarani – Jukyry/PY.....	11
Foto 3	Viagem de intercâmbio guarani, Yvy Katu/MS/BR, 2009.....	33
Foto 4	Professor Lídio explicando os termos em Guarani.....	62
Foto 5	Um domicílio Kaiowá	63
Foto 6	Viagem de intercâmbio guarani, Alecrin/ARG, 2009.....	65
Foto 7	Viagem de intercâmbio guarani, Ita Guasu/PY, 2009.....	89
Foto 8	Oficina Ojeguata Porã – Te’ýikue - Caarapó, MS.....	129
Foto 9	Tekoha Pindo Roky Caarapó, MS, 2013.....	157
Foto 10	Viagem de intercâmbio guarani – Jukyry/PY.....	163
Foto 11	Oficina Ojeguata Porã – Te’ýikue - Caarapó, MS.....	203
Foto 12	Oficina Ojeguata Porã – Te’ýikue - Caarapó, MS.....	203
Foto 13	Oficina Ojeguata Porã – Te’ýikue - Caarapó, MS.....	204
Foto 14	Oficina Ojeguata Porã – Te’ýikue - Caarapó, MS.....	204
Foto 15	Oficina Ojeguata Porã – Te’ýikue - Caarapó, MS.....	205
Foto 16	Oficina Ojeguata Porã – Te’ýikue - Caarapó, MS.....	205
Foto 17	Oficina Ojeguata Porã – Te’ýikue - Caarapó, MS.....	206
Foto 18	Oficina Ojeguata Porã – Te’ýikue - Caarapó, MS.....	206
Foto 19	Viagem de intercâmbio guarani – Itaguasu/PY, 2009.....	207
Foto 20	Viagem de intercâmbio guarani – Ka’akupe/ARG, 2009.....	207
Foto 21	Viagem de intercâmbio guarani – Okoy/PR,BR, 2009.....	208
Foto 22	Viagem de intercâmbio guarani – Kapi’i Poty/ARG, 2009.....	208
Foto 23	Viagem de intercâmbio guarani – Kurusu Amba/MS,BR, 2009.....	209
Foto 24	Viagem de intercâmbio guarani – Alecrin/ARG, 2009.....	209
Foto 25	Viagem de intercâmbio guarani – Arroyo Guasu/PY, 2009.....	210
Foto 26	Viagem de intercâmbio guarani – Tekoa Arandu/ARG, 2009.....	210
Foto 27	Viagem de intercâmbio guarani – Ñanderu Marangatu/MS,BR, 2009.....	211
Foto 28	Viagem de intercâmbio guarani – Guavirami/PY,2009.....	211
Foto 29	Viagem de intercâmbio guarani – Porto Lindo/MS,BR,2009,.....	212
Foto 30	Viagem de intercâmbio guarani – Ka’akupe/ARG. 2009).....	212

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

Tabela 1	População indígena guarani, por sexo, segundo as Unidades da Federação - Brasil – 2010	04
Tabela 2	População guarani: evolução nos últimos 30 anos	05
Tabela 3	Taxa de crescimento da População guarani: evolução nos últimos 30 anos.....	05
Tabela 4	População total dos diferentes grupos Guarani no Brasil em 2007/2008 e 2010	06
Tabela 5	Proporção de população indígena (G e K) e não indígenas por municípios em MS, 2010	39
Tabela 6	Proporção da população nacional e indígena por ano censitário, Paraguai, 1981 a 2012.....	49
Tabela 7	Taxa de crescimento, População indígena total, Paraguai, 1981 a 2012	51
Tabela 8	Taxas de Fecundidade Total, Paraguai, 2002	51
Tabela 9	Distribuição da população indígena por região, período 1981-2012, Paraguai	52
Tabela 10	População indígena total por sexo e razão de sexo, Paraguai, 1981 a 2012	52
Tabela 11	Pessoas indígenas, por condição de indígena e localização do domicílio, Brasil e Mato Grosso do Sul, 2010	70
Tabela 12	Terras indígenas por população e área, as UFs Amazonas e Mato Grosso do Sul, 2010	72
Tabela 13	Terras indígenas por população e área, as UFs Amazonas e Mato Grosso do Sul, 2010	73
Tabela 14	População, área ocupada e média de área por família nas Reservas Kaiowá e Guarani no MS.....	97
Tabela 15	População e área ocupada por família nas Terras Indígenas demarcadas a partir de 1980 - Kaiowá e Guarani no MS	99
Tabela 16	População, área ocupada e média de área por família nas Terras Indígenas em estudo e em acampamentos, 2008.....	101
Tabela 17	População, hectares ocupados e média de área por família dos Kaiowá	

	e Guarani no MS – 1991 – 2031 (projeções).....	102
Tabela 18	População guarani nos 4 países em 2008	112
Tabela 19	População indígena guarani, por situação do domicílio, segundo as Unidades da Federação - Brasil – 2010	112
Tabela 20	População indígena guarani, razão de sexo, segundo as Unidades da Federação - Brasil – 2010	113
Tabela 21	População indígena guarani, por tipo de etnia, segundo as Unidades da Federação - Brasil – 2010	114
Tabela 22	População indígena guarani, por sexo, segundo grandes grupos de idade - Brasil - 2010.....	115
Tabela 23	População indígena guarani, por situação do domicílio e sexo, segundo grandes grupos de idade – Brasil – 2010	117
Tabela 24	População guarani kaiowá, por situação do domicílio e sexo, segundo grandes grupos de idade - Brasil – 2010.....	117
Tabela 25	População guarani mbya, por situação do domicílio e sexo, segundo grandes grupos de idade - Brasil – 2010.....	118
Tabela 26	População guarani ñandeva, por situação do domicílio e sexo, segundo grandes grupos de idade - Brasil – 2010.....	118
Tabela 27	População indígena guarani, por situação do domicílio e sexo, segundo grupos de idade - Mato Grosso do Sul – 2010	119
Tabela 28	Taxa de crescimento médio anual da população Guarani do Paraguai 1981/1991; 1991/2002; 2002/2012 e 1981/2012	121
Tabela 29	Taxa de fecundidade total Indígenas da família linguística Guarani, segundo Povo Indígena, Paraguai, 2012	122
Tabela 30	População indígena por país de nascimento, segundo povo da família linguística Guarani, Paraguai, 2012.....	123
Tabela 31	População indígena por área urbana e rural e sexo, segundo povo, 2012..	123
Tabela 32	População Guarani por ano Censitário e grupos Guarani no Paraguai, 1981 a 2012	124
Tabela 33	População indígena da família linguística Guarani, por sexo, segundo grandes grupos de idade - Paraguai – 2012.....	124

Tabela 34	População indígena Ava Guarani, por sexo, segundo grandes grupos de idade - Paraguai – 2012	125
Tabela 35	População indígena Guarani Occidental, por sexo, segundo grandes grupos de idade - Paraguai – 2012	125
Tabela 36	População indígena Aché, por sexo, segundo grandes grupos de idade - Paraguai - 2012.....	126
Tabela 37	População indígena Mbya Guarani, por sexo, segundo grandes grupos de idade - Paraguai – 2012	126
Tabela 38	População indígena Paĩ/Tavyterã, por sexo, segundo grandes grupos de idade - Paraguai – 2012.....	126
Tabela 39	População indígena Guarani Ñandéva, por sexo, segundo grandes grupos de idade - Paraguai – 2012.....	126
Tabela 40	Povos indígenas da família linguística Guarani, segundo Povo Indígena e Razão de Sexo. Paraguai, 2012.....	127
Tabela 41	Número de famílias cadastradas por Agente de Saúde Indígena (AIS), TI Te'yikue, 2015.....	140
Tabela 42	Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) - Pólo-Base Caarapó, 2015	141
Tabela 43	Número de alunos e de professores indígenas e não indígenas por unidade escolar, TI Te'yikue, 2015	141
Tabela 44	Número de domicílios/casa por região de Caarapó e número de domicílios entrevistados.....	142
Tabela 45	Perfil dos entrevistados conforme trajetórias.....	145
Tabela 46	Perfil dos entrevistados conforme local de nascimento.....	146
Tabela 47	Motivos das trajetórias dos entrevistados	146
Tabela 48	Acompanhantes durante as trajetórias dos entrevistados.....	147
Tabela 49	Tempo de permanência dos entrevistados.....	148
Tabela 50	Tipo de Local de nascimento e trajetórias dos entrevistados	149
Tabela 51	Tipo de Local de nascimento e trajetórias dos conjuges dos entrevistados	149
Tabela 52	Tipo de Local de nascimento/falecimento e trajetórias dos pais dos entrevistados.....	150

Tabela 53	Tipo de Local de nascimento/falecimento e trajetórias das mães dos entrevistados.....	151
Tabela 54	Tipo de Local de nascimento/falecimento dos avós dos entrevistados.....	151
Gráfico 1	Estrutura da População Indígena por Idade e Sexo, 1981, 1992, 2002, 2012, Paraguai.....	53
Gráfico 2	Estrutura da População Indígena por Idade e Sexo, 1991, 2000, 2010, Brasil e Centro Oeste.....	71
Gráfico 3	Distribuição por grandes grupos de idades dos Guarani no Paraguai e Brasil, 2012 (PY) e 2010 (BR).....	115
Gráfico 4	Pirâmide etária Guarani - Brasil – 2010.....	119
Gráfico 5	Pirâmide etária Guarani Urbano- Brasil – 2010.....	120
Gráfico 6	Pirâmide etária Guarani Rural- Brasil – 2010.....	120
Gráfico 7	Povos indígenas da família linguística Guarani, segundo Povo Indígena e razão de sexo - Paraguai, 1981 - 1992 - 2002 - 2012.....	127
Gráfico 8	Aumento de população em Caarapó.....	139
Quadro 1	Reservas indígenas criadas entre 1915-1918	105
Quadro 2	11 Terras Indígenas demarcadas a partir de 1980, antes de 1996.....	106
Quadro 3	11 Terras Indígenas identificadas ou em processo de identificação	108
Quadro 4	24 áreas em estudo ou acampamentos sem nenhum estudo	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP	– Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABRASCO	– Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ABRALIN	– Associação Brasileira de Linguística
ACD	– Auxiliar de Consultório Dentário
AIS	– Agente de Saúde Indígena
AISAN	– Agente Indígena de Saneamento
ARG	– Argentina
AM	– Amazonas
CAND	– Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CRAS	– Centro de Referência da Assistência Social
CEDI	– Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CELADE	– Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografia
CEPAL	– Comisión Económica para América Latina y el Caribe
CMI	– Coeficiente de Mortalidade Infantil
CIMI	– Conselho Indigenista Missionário
Cia. Matte Larangeira	– Companhia Matte Larangeira
DGEEC	– Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos
DSEIs	– Distritos Sanitários Especiais Indígenas
EMSI	– Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena
FOIRN	– Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUNAI	– Fundação Nacional do Índio
FUNASA	– Fundação Nacional de Saúde
GT	– Grupo de trabalho
GTDL	– Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística
Ha	– Hectare
IIDH	– Instituto Interamericano de Derechos Humanos
INDI	– Instituto Paraguayo del Indígena
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISA	– Instituto Socioambiental
SED	– Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul
SESAI	– Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIASI	– Sistema de Informações sobre Atenção à Saúde Indígena
SPILTN,	– Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais
SPI	– Serviço de Proteção ao Índio
STP	– Secretaría Técnica de Planificación
MOVA	– Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
MS	– Mato Grosso do Sul
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
MMA/FNMA	– Ministério do Meio Ambiente/Fundo Nacional do Meio Ambiente
NEPO / UNICAMP	– Núcleo de Estudos de População / Universidade Estadual de Campinas

NEPPI /UCDB	– Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas / Universidade Católica Dom Bosco
ONU	– Organização das Nações Unidas
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
PR	– Paraná
PIA	– População em Idade Ativa
RANI	– Registro administrativo de nascimento
RS	– Rio Grande do Sul
RUPD	– O Registro Único de Población Desplazada
SC	– Santa Catarina
TFT	– Taxa de Fecundidade Total
TMI	– Taxa de mortalidade infantil
TI	– Terra Indígena
UF	– Unidade da Federação
UFGD	– Universidade Federal da Grande Dourados
UNIFESP	– Universidade Federal de São Paulo

INTRODUÇÃO



Foto 1. Aldeia Bororó, Reserva de Dourados/MS, 2012. (Foto Arnulfo Morínigo Caballero)

O presente estudo teve origem a partir do meu envolvimento no projeto de pesquisa sobre mobilidade espacial na aldeia Te'ýikue, localizada no município de Caarapó, Mato Grosso do Sul. Este projeto é parte de um projeto maior conhecido como Os Guarani Transfronteiriços, proposto pelo Ministério Público Federal, 6ª Câmara, coordenado pelo prof Antonio Brand (*In memoriam*) e desenvolvido pelo NEPPI/UCDB (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Populações Indígenas da Universidade Católica Dom Bosco) e pelo NEPO/Unicamp (Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas), em parceria com várias universidades nos três países, Paraguai, Argentina e Brasil, realizado entre 2008 a 2011.

Mas o interesse pelos Guarani e Kaiowá surgiu há mais tempo. Nascer em território guarani e falar a sua língua permitiram-me forte interação e diálogo com essa população. Este diálogo iniciou a partir de 1993, com a tradução do Guarani para o Português e transcrição do material de campo (fitas), relativas à dissertação de mestrado e tese de doutorado de Antônio Brand e, posteriormente, a partir de agosto de 1999, trabalhando no Projeto Ára Verá¹, na função de Professora Assistente deste curso. Neste projeto havia o acompanhamento dos cursistas nas aldeias, nas 'etapas intermediárias'. Este trabalho proporcionou condições de conviver de forma bastante próxima das comunidades indígenas e, assim, participar de muitas coisas de seu cotidiano, em especial suas relações políticas, culturais, com a natureza, de produção e com a sociedade envolvente. No Mestrado em Desenvolvimento Local/UCDB, estudei o significado de território para os Guarani de Yvy Katu, município de Japorã, Mato Grosso do Sul. Busquei compreender as razões indígenas, ou melhor, as concepções que, atualmente, sustentam as lutas dos Kaiowá e Guarani pela recuperação de parcelas, cada vez mais significativas, de seu território ocupado por frentes não indígenas no decorrer do processo de colonização. A partir daí, integrei a equipe de pesquisadores do NEPPI, quando, juntamente com a Dra. Marta Azevedo, coordenei a pesquisa de campo sobre mobilidade espacial guarani e kaiowá na Terra Indígena Te'ýikue, Caarapó, Mato Grosso do Sul.

¹ 'Tempo/espço iluminado', Curso Normal Médio para formação de Professores Kaiowá e Guarani-SED/MS.

Além disso, houve razão de ordem teórica que motivou esse estudo, que foi a necessidade de levantar informações atualizadas sobre as características dos deslocamentos espaciais, de fundamental relevância para as políticas públicas adequadas a essa população indígena.

Os povos Guarani encontram-se atualmente distribuídos pela Bolívia, Paraguai, Uruguai, Brasil e Argentina, e a sua língua, com suas variações, é única e falada por todos esses grupos nestes países. Por esta razão, a língua guarani pode ser considerada como “língua histórica” do MERCOSUL.

Os Kaiowá e os Guarani integram um tronco maior, o dos Povos Guarani que, além destes, agrupam os Mbya e os Guarani Ocidentais; estes últimos ainda se subdividem em Chiriguano (Áva e Simba, também conhecidos como Izoseños) e Guarani Ñandéva, na Bolívia e no noroeste (províncias de Salta e Jujui) da Argentina. No Paraguai também residem os Axé Guayaki, os Guarani Ocidentais e Guarani Ñandeva (do mesmo grupo da Bolívia) que também são considerados Guarani (COLMAN, 2007).

Os Guarani-Ñandéva² se autodenominam como Guarani, na região de Mato Grosso do Sul, e os Guarani-Kaiowá (Paĩ Tavyterã, no Paraguai) se autodenominam como Kaiowá. Por isso, neste estudo, utilizo apenas a denominação Kaiowá e Guarani para identificar os Guarani Kaiowá e os Guarani Ñandeva. Ao me referir aos diversos povos guarani, utilizarei o termo ‘os Guarani’.

No Brasil, a população guarani é de 63.861 pessoas (Censo Demográfico/IBGE, 2010)³, dividida em três grupos sócio-linguísticos-culturais: Ñandeva, Kaiowá e Mbyá; vivem em centenas de aldeias espalhadas por mais de 100 municípios brasileiros, localizados em sete estados das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. Em Mato Grosso do Sul, região onde está a maior parte da população desse grande povo, são 30 comunidades situadas em terras indígenas que se encontram em diferentes etapas do

² No Paraguai são denominados Ava Guarani. Também são identificados como Chiripa, Ava Katuete e outros.

³ Incluindo os demais Estados (ver anexo 1 tabela 01) contabilizamos 65.723. Para este estudo optamos por utilizar os dados populacionais dos 07 estados de maior concentração e de ocupação histórica de Guarani.

processo de demarcação. Além destas, há mais 24 acampamentos. Na tabela 1, a seguir, temos a população Guarani, no Brasil, por sexo, segundo as unidades da Federação.

Tabela 1. População indígena guarani, por sexo, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2010

Brasil e Unidades da Federação	Total	Homem	Mulher
Brasil	63.861	32.166	31.695
Mato Grosso do Sul	42.701	21.359	21.342
São Paulo	6.298	3.158	3.140
Paraná	5.775	3.021	2.754
Rio Grande do Sul	4.734	2.446	2.288
Santa Catarina	2.086	1.087	999
Rio de Janeiro	1.591	738	853
Espírito Santo	676	357	319

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Os povos indígenas da América Latina estão apresentando uma dinâmica demográfica que resulta num crescimento acelerado nos últimos 20 anos: os níveis de mortalidade infantil (TMI – Taxa de mortalidade infantil, ou CMI – Coeficiente de Mortalidade Infantil) vêm caindo e as taxas de fecundidade total ou o número médio de filhos por mulher se mantém alto – em torno de 5 ou 6 filhos por mulher, em média. Este crescimento pode ser considerado como uma fase de recuperação populacional provocada pela reação às grandes perdas que esses povos sofreram nas diferentes épocas do contato nos séculos passados. Apesar de esta situação ser a mais frequente, existem, ainda, casos em que povos indígenas têm uma população de pequeno porte, cuja dinâmica tem se mostrado distinta, apresentando, inclusive, situações de perigos de extinção, como os Ava Canoeiro, os Zuruahã e outros.

Os Guarani também têm experimentado um alto crescimento populacional nos últimos anos, como vemos na tabela 2, a seguir. Esta tabela apresenta o crescimento da população guarani nos três países, nos últimos 30 anos, de 1981 a 2012. É possível afirmar que este crescimento é devido a um alto crescimento vegetativo.

No Brasil, por exemplo, os Guarani mais que dobraram a população nos últimos 30 anos, mas este crescimento não se deve ao deslocamento populacional de outros países em direção ao Brasil, pois, tanto na Argentina como no Paraguai, a população guarani apresenta essa mesma dinâmica: duplicou.

Tabela 2. População guarani: evolução nos últimos 30 anos*.

	1981/1985	1996/2000	2001/2005	2010/2012
Brasil	20.000	38.000	45.787	63.861
Paraguai	17.000	25.000	42.870	60.930
Argentina	1.000	3.000	6.000	9.500
Total	38.000	66.000	94.657	134.291

Fonte: Brasil-Instituto Socioambiental e IBGE; Argentina-Universidad Nacional de Misiones e Endepa; Paraguai-Censos Indígenas Nacionales

Tabela 3. Taxa de crescimento da População guarani: evolução nos últimos 30 anos

	1981-1996	1996-2001	2001-2010
Brasil	4,37	3,80	3,77
Paraguai	2,60	11,39	3,98
Argentina	7,60	14,87	5,24
Total	3,75	7,48	3,96

Fonte: Brasil-Instituto Socioambiental e IBGE; Argentina-Universidad Nacional de Misiones e Endepa; Paraguai-Censos Indígenas Nacionales

* As estimativas elaboradas nessa tabela foram feitas pelo Instituto Socioambiental para suas publicações "Povos Indígenas no Brasil", utilizando fontes diversas para estruturar sua base de dados, e não incluem os Guarani residentes em áreas urbanas. As estimativas para 2007/2008 foram feitas com base em dados da Funasa e com base nas informações da pesquisa Projeto Mapa Guarani Retã, em 2008. Os dados de 2010 são do Censo Demográfico e considerou também a população urbana, IBGE, 2010.

No Brasil, os Guarani se dividem em grupos denominados Mbya, Kaiowá e Ñandeva. O grupo que tem a maior população é o Kaiowá, também denominado Paĩ Tavyterã no Paraguai, seguido pelos Ñandeva, também chamados Ava Guarani, e depois pelos Mbyá que, no Brasil, são os únicos que não estão presentes no Mato Grosso do Sul. Os Kaiowá se localizam somente nesse Estado e no Paraguai, e os Ñandeva estão presentes

nos três países. A tabela 4 diz respeito às estimativas populacionais de cada um desses grupos no Brasil, no período recente, entre 2007 e 2008⁴ e no Censo Demográfico 2010.

No Censo Demográfico foram contabilizados 8.408 Guarani Ñandeva e 5.660 Guarani, pelo fato de, em Mato Grosso do Sul, os Guarani Ñandeva se autodenominarem como Guarani; na tabela 4 optamos por reunir os dois dados, contabilizando um total de 14.068 pessoas.

Tabela 4. População total dos diferentes grupos Guarani no Brasil em 2007/2008 e 2010*

	2007/2008	2010	taxa de crescimento
Mbyá	7.000	7.559	2,59
Ava-Guarani Ñandeva	13.000	14.068	2,67
Paĩ Tavyterã/Kaiowá	31.000	42.234	10,86
Total	51.000	63.861	7,78

Fonte: FUNASA, FUNAI e IBGE, 2010

* As estimativas dessa tabela foram feitas com base em dados da FUNASA para 2007/2008 e no Censo Demográfico 2010.

O mapa Guarani Retã, de 2008 é o mais abrangente que existe, projeto do qual participei e coordenado por Georg Grünberg. O principal objetivo do projeto mapa situacional do hábitat Guarani foi “crear un instrumento preciso, confiable y actual sobre los territorios y su medio ambiente de los pueblos guaraní en una región que ha sido desde la invasión europea su espacio de vida y que hoy abarca partes del Brasil, Paraguay y Argentina”. Uma das conclusões foi:

el número total de los asentamientos, incluyendo “reservas indígenas”, “colônias indígenas”, “comunidades” (*tekoha*), núcleos familiares con residencia diferenciada, barrios urbanos indígenas y campamentos precarios de grupos desalojados es mayor de lo estimado previamente y supera los 500 lugares con una población total de más de 100.000 Guaraní solamente en el área previsto para el mapa, que abarca el sur de Mato

⁴ Os dados da FUNASA utilizados para esse trabalho trazem uma atribuição de sub-grupo guarani para cada pessoa, porém, essa informação tem alguns problemas nos arquivos recebidos, possivelmente decorrentes justamente da dificuldade de sabermos a auto-atribuição étnica de cada família e as subdivisões que estão em constante mudança, característica tradicional desse grupo. Os dados aqui utilizados foram produzidos pelo Projeto Mapa Guarani Retã, uma parceria entre inúmeras instituições não governamentais e universidades nos três países, Paraguai, Argentina e Brasil. Utilizamos também os dados do censo demográfico do IBGE, 2010.

Grosso do Sul, la región oriental del Paraguay y la provincia de Misiones en Argentina. (GRÜNBERG, G, 2012).

Mapa 1. Guaraní Retã



Esta região apresenta características comuns, pois se trata de uma região densamente povoada e com forte mobilidade espacial transfronteiriça, afetada por um processo acelerado de transformação socioambiental, em consequência da grande extensão do cultivo mecanizado da soja, da pressão das fazendas de gado, da construção de

hidrelétricas e outros projetos de desenvolvimento dos centros urbanos (GRÜNBERG, 2014).

Apesar de ser extensa a literatura⁵ antropológica e histórica sobre os Guarani, algumas características sobre sua mobilidade espacial não foram estudadas e não há muito conhecimento sobre a dimensão desse processo e os tipos de trajetórias realizadas; falta também estudos que analisem os impactos desses deslocamentos espaciais no que se refere ao acesso efetivo às políticas públicas a que essas populações têm direito. Famílias guarani (tanto Kaiowá, quanto Guarani Nandeva) frequentemente vão ao Paraguai ou Argentina para visitar parentes, em busca de trabalho, tratamentos de saúde ou outros benefícios ou, ainda, em decorrência de desentendimentos com a comunidade. O mesmo se dá no sentido contrário: famílias vêm do Paraguai ou Argentina em direção ao Brasil pelos mesmos motivos ou outros.

As políticas públicas de saúde e de educação não são integradas entre os países, não existem políticas de continuidade de tratamentos de saúde ou de educação escolar. Além disto, e justamente por causa da mobilidade espacial dos Guarani, é difícil obter dados precisos das comunidades nos três países onde estes residem.

Na elaboração desta tese foram utilizados, além de pesquisa bibliográfica e documental, os dados dos censos do IBGE, principalmente de 2010, os censos indígenas do Paraguai e um estudo de caso na terra indígena de Caarapó; o questionário utilizado como instrumento da pesquisa está no anexo 5.

As questões principais trabalhadas na tese são: a concepção guarani de mobilidade espacial, deslocamento no espaço/tempo e como ocorrem esses deslocamentos espaciais. Também é discutido se os conceitos dos estudos migratórios se aplicam ao estudo sobre mobilidades espaciais Guarani.

As descobertas mais importantes são que os estudos sobre migrações indígenas são recentes e que os Guarani concebem um território como próprio – o guarani *retã* -,

⁵ Podemos citar alguns estudos como: MELIÀ, G. GRÜNBERG, F. GRÜNBERG, 1976 (2000); SCHADEN, 1974; CADOGAN, 1959 (1997); NIMUENDAJÚ, 1981, 1954; BRAND, 1993 e 1997; PEREIRA, L., 1999 e 2007; LADEIRA, 2007; PIMENTEL, 2012.

amplo, que abrange vários países, e é neste espaço que ocorrem os deslocamentos espaciais. Estabelecem redes de relações sociais pautadas pelas relações de parentesco e de coresidência de grupos locais (ou seja, aqueles oriundos de determinadas aldeias se reúnem em outras aldeias). A mobilidade espacial guarani está, portanto, diretamente associada ao estudo da territorialidade guarani e de sua cosmologia.

A tese está estruturada assim: O primeiro capítulo trata da antropologia, demografia e migrações e traz os estudos da antropologia e dos Guarani. Apresento uma introdução sobre os estudos de mobilidade espacial e estudos sobre deslocamentos espaciais para os povos indígenas na América Latina.

O segundo capítulo, sobre materiais e métodos, aponta os caminhos para a realização desta tese. O capítulo inicia com a metodologia da sensibilidade à cultura diferente e as técnicas de história oral. Trata ainda da questão dos censos demográficos e os povos indígenas na América Latina e traz alguns dados sobre os povos indígenas na América Latina, quantidades e proporções. Aborda, também, a importância do Censo Indígena do Paraguai. Além disto, trata dos censos brasileiros e os povos indígenas. Por último, é apresentada a metodologia do estudo de caso na pesquisa em Caarapó.

O capítulo 3 trata sobre demografia indígena e mobilidade espacial guarani: um histórico sobre a demografia dos povos indígenas no Brasil, bem como o censo demográfico de 2010 e sua importância para os estudos demográficos Guarani. Ao tratar a mobilidade espacial guarani, a partir do estudo do *Ñane retã*, o capítulo contextualiza o território brasileiro e o dos Guarani e suas fronteiras; trata de *Oguata Porã*/bela caminhada; da concepção guarani de mobilidade espacial; e, para finalizar, aborda o *Ñemosarambipa* ('esparramo'): deslocamentos espaciais forçados dos Guarani.

O capítulo 4 apresenta uma contextualização territorial e populacional sobre os Guarani, iniciando com um pequeno histórico de ocupação do território guarani, tanto no Paraguai como no Brasil. A seguir mostra dados sobre o território guarani em Mato Grosso do Sul, principalmente, e sua caracterização populacional. Finalmente, aborda os resultados do censo do Paraguai 2002 e 2012 sobre os Guarani.

O quinto e último capítulo apresenta o estudo de caso sobre mobilidade espacial guarani a partir do Tekoha Te'ýikue. Inicialmente faz uma descrição histórica sobre a terra indígena e sua localização. Por último, mostra os resultados do Projeto *Ojeguata Porã* com o perfil dos entrevistados e a dinâmica dos deslocamentos espaciais de Te'ýikue.

CAPÍTULO 1. DEMOGRAFIA, ANTROPOLOGIA E MIGRAÇÕES

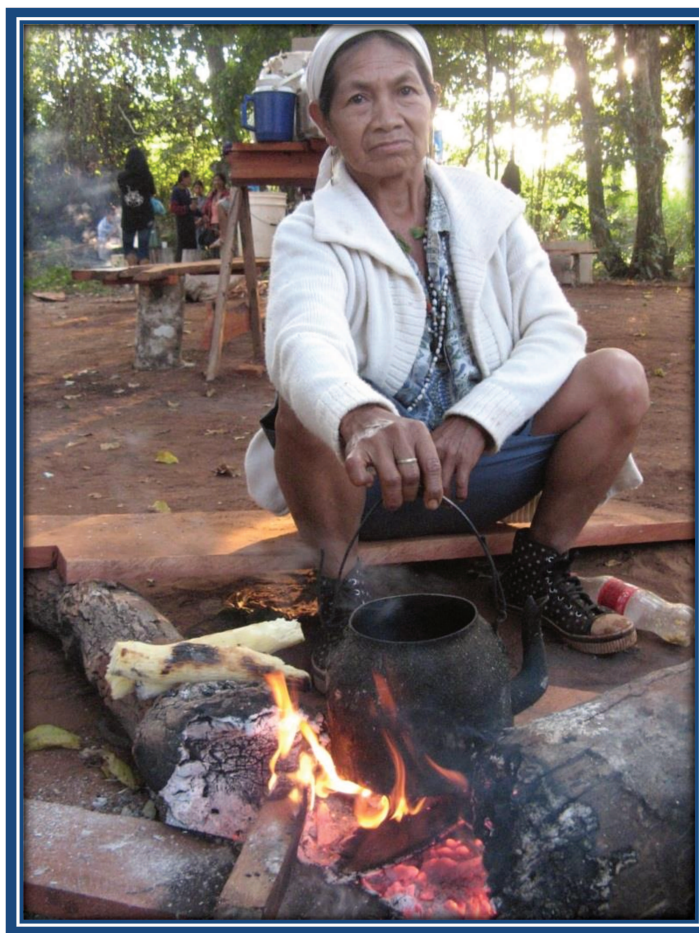


Foto 2. Viagem de intercâmbio guarani – Jukyry/PY. (Foto de Egon Heck, 2009)

Este primeiro capítulo trata da demografia e migrações e traz os estudos da antropologia e os Guarani. Apresenta uma introdução sobre os estudos de mobilidade espacial e estudos sobre deslocamentos espaciais para os povos indígenas na América Latina.

1.1. Antropologia e os Guarani

A cosmologia guarani revela o modo de ser caminhante (*tekoguata*) e sua mitologia é repleta desta indicação, como bem ilustra o mito das origens - ou mito do sol e da lua (*Pa'ikuara ha Jasy*)⁶ - em que os fatos da narrativa ocorrem durante uma longa caminhada. Esta cosmologia também se revela na espiritualidade, como nas rezas: “Os cantos são meios para visualizar o **caminho** iluminado (*tape rendy*) que leva à morada dos deuses para adquirir conhecimento na condução do seu povo (BENITES, 2014, p. 35)”; na gestação, “o corpo da mulher é como **caminho** por onde o ser passa do mundo espiritual para o mundo físico” (idem, p.64). Brand (1997) também se refere aos caminhos percorridos pelos Guarani, no título de sua tese: “O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis **caminhos** da palavra”.

O território, para os Guarani e Kaiowá, se caracteriza como espaço de comunicação, no qual a possibilidade do *Oguata* ou *Ojeguata*, que quer dizer, genericamente, “caminhar”, na língua Guarani, é dimensão fundamental. Há inúmeros tipos de *Ojeguata*: em busca de atividades produtivas, como coleta de ervas e produtos específicos de um determinado lugar; para participar de atividades rituais, como a do *Mitã Pepy* ou *Kunumi Pepy*⁷ - iniciação masculina -, ou do *Avatikyry*⁸ - batismo do milho verde,

⁶ *Ñandesy* segue atrás de *Ñanderuvusu*, grávida de gêmeos, sob a possibilidade de cada filho ser de um pai, no caso, uma dupla concepção: o irmão maior como filho do primeiro homem, e o menor, do terceiro vivente. A primeira mulher pede que os filhos, ainda em sua barriga, a guiem. **No caminho**, o irmão maior, *Pa'i Kuara*, pede que a mãe lhe dê uma flor e, ao tentar tirá-la, tem o dedo perfurado por um espinho. Irritada, bate na barriga para acertar o filho que lhe pediu a flor. Magoado, ele confunde a mãe durante **o caminho** e a conduz até a casa de vorazes *Jaguarateava* (onça homem), onde o primeiro *Jaguarateava* a devora assim que a avista, pois eram inimigos da humanidade; este ato é testemunhado por um papagaio. (SERAGUZA, 2013, p. 69 grifos nossos).

⁷ Chamorro (1995, p. 118), retrata bem a relação que os Kaiowá, no caso de Panambizinho, têm com o milho. Compara, inclusive, o desenvolvimento da criança com o milho: “Así como en el *avatikyry* el maíz es una criatura, en el *kunumipepy* los niños son como las plantas”. Tanto o milho como a criança depende, para seu

realizado por muitos *Tekoha*⁹ em conjunto. “*Ojeguata*” pode se traduzir, também, na visita a um parente, que pode durar semanas ou até anos; ou uma “caminhada” em busca de trabalho e de novas experiências e conhecimento, característica das caminhadas dos jovens. O caminhar ou andar faz parte do universo cultural desses povos (MELIÀ, 1989; PISSOLATO, 2007; PEREIRA, 2007).

A caminhada é tão presente no cotidiano dos Guarani que nos remete a um outro conceito relacionado, que é *Tape Po’i*, o qual podemos traduzir como “caminho estreito” ou “trilheiro”. Onérino Godói (2012), um Guarani da terra indígena de Porto Lindo (município de Japorã, MS), que atualmente reside na Terra Indígena Guaimbé (município de Laguna Carapã, MS), em seu trabalho de conclusão do curso de Licenciatura Indígena Teko Arandu (UFGD), trabalha o conceito de *okára* (pátio) que é considerado por ele o primeiro espaço social mais importante da família kaiowá. E o que liga um *okára* a outro *okára* é o *Tape Po’i*. Segundo Godói (2014, s/p):

Tape Po’i (trilha) pra gente é muito importante e tem uma função social. Em qualquer terra ou aldeia guarani e kaiowa que visitar pode observar esse *tape po’i* ou *tape’i*. Esse *tape po’i* normalmente liga as casas de parentes e coligados a essas famílias e por esse motivo tem uma função política em várias ocasiões ou circunstâncias. Ela pode variar bastante de forma que ela é mais restrita a família [parentela] que moram perto das anciãs ou uma figura mais importante da família ou a da própria comunidade. Essa variação de *tape po’i* explica-se pela função que tem na sua constituição ou formação bem como seus objetivos comuns entre duas ou mais *okara* (GODÓI, 2012).¹⁰

pleno amadurecimento, de complexos rituais - *avatikyry* e *kunumipepy* - que tinham um espaço importante na vida de qualquer aldeia. Chamorro afirma que “as crianças são como as plantas, são como as sementes [...]. Enquanto as crianças crescem, no mundo há esperança. Quando isso não mais acontecer, os homens podem plantar milho, mas este não dará fruto” (1991, p. 18).

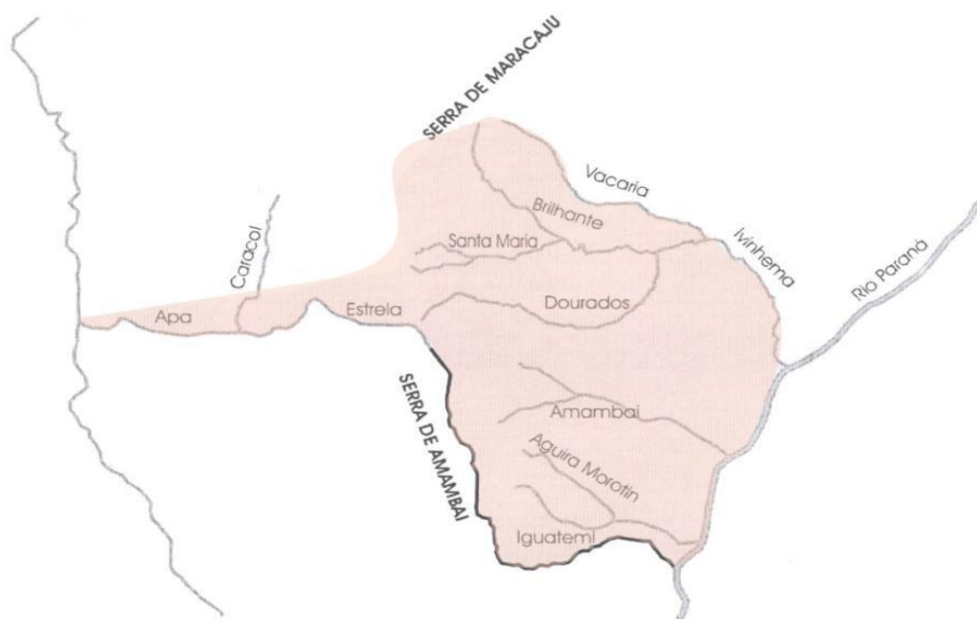
⁸ Uma das mais importantes festas dos Kaiowá é a festa do milho - *avatikyry/avati ñemongarai*, em que se abençoa, junto com o milho, os demais primeiros frutos, significando como que uma abertura para o consumo da produção. Nessa ocasião, também, tradicionalmente, os meninos kaiowá perfuravam seu lábio inferior, no ritual de iniciação. Consideram como um ente importante e de referência o dono do milho - *Jakaira*, o que confirma a íntima relação entre o mundo dos humanos, da natureza e da sobrenatureza (COLMAN, 2007).

⁹*Tekoha* é Terra Indígena, ou “lugar onde se realiza o jeito de ser”. Em guarani *Teko* é vida, modo de ser, cultura e *ha* significa espaço. *Tekoha*, portanto, significa lugar onde o modo de ser seja viável ou possível.

¹⁰E o autor continua explicitando o uso desse caminho “*Tape Po’i*” na cultura guarani: “É comum acontecer a prática de economia da reciprocidade por esse *tape po’i* entre a própria família e outras pessoas coligadas. É comum observar criança guarani e kaiowa transitar nessa trilha levando algo em sacolinha, vidrinho, garrafa peti, marmita, panela e outros tipos de objetos de troca. Não é comum, ainda que seja uma aldeia com toda sua estrutura de estradas movimentadas, criança carregando algo como carne de caça, pescados e outros em

O conceito Guarani de “*Ñane Retã*”, ou “Nosso Território”, é algo que seria próximo ao conceito de terra indígena na Constituição Brasileira de 1988¹¹, ou seja, território ou extensão de terras com recursos naturais onde é possível para um povo indígena se reproduzir, tanto física quanto culturalmente. É o caso do território dos Guarani e dos Kaiowá, (ver figura 1 abaixo), considerando a ocupação desse grupo guarani no período do final do século XIX e início do XX.

Figura 1. Os Kaiowa no Mato Grosso do Sul



Fonte: Vietta, 2007.

estradas, digamos, pública, onde transita a aldeia. Geralmente essa trilha é quase invisível para quem não conhece a cultura desse povo por ser de uso exclusivo”.

¹¹ Na Constituição de 1988 aparece a concepção de território indígena como habitat, espaço de afirmação étnica. No artigo 231, da Constituição de 1988, consta: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

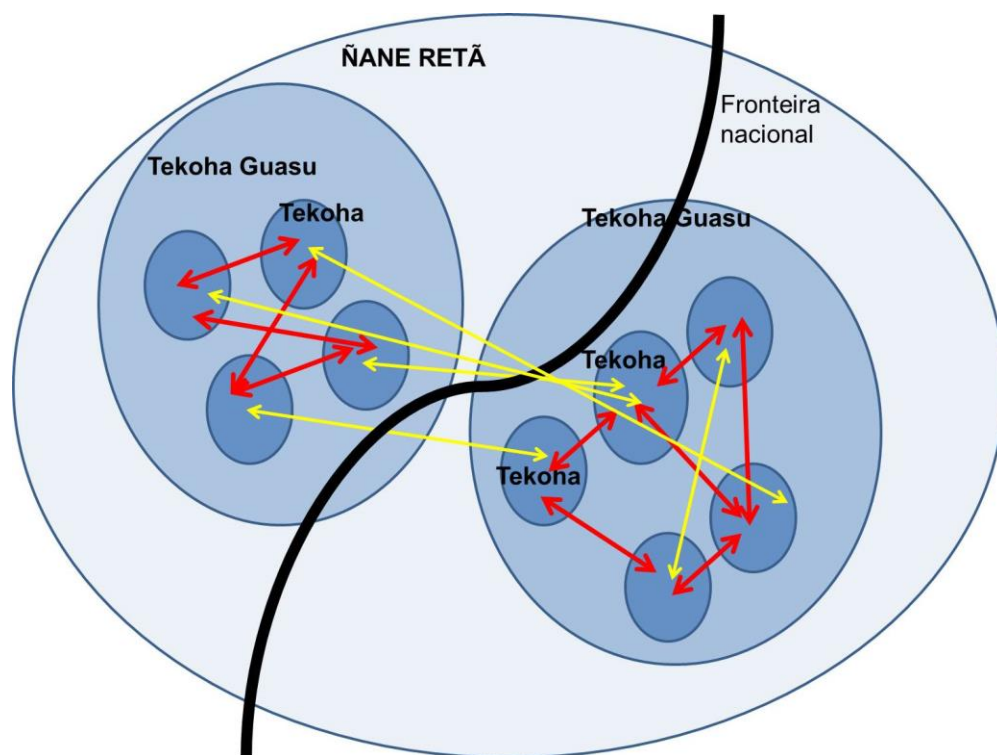
Para G. Grünberg (2012), o termo território, em sua definição tradicional, se refere a um espaço controlado por um estado nacional, para uso da sua população em termos econômicos, e que esse espaço tenha fronteiras que podem ser defendidas. No entanto, para este mesmo autor, o conceito de território, que pode ser aplicado para os povos indígenas, está relacionado a uma maneira de exercer os seus direitos sociais, culturais e a um espaço onde eles possam viver, mantendo seus modos de vida diferenciados (GRÜNBERG, 2012)¹².

Cada *Tekoha* tem como moradores, em geral, uma família extensa¹³ e seus agregados e afins (parentes por casamento). Os trabalhos antropológicos sobre territorialidade guarani têm indicado que cada *Tekoha* tem relações sociais, trocas econômicas, realização de festas, etc, com outros *Tekoha*, em geral próximos em termos geográficos. Podemos pensar numa pequena rede de 5 a 10 *Tekoha*, mais ou menos, relacionados entre si, que seria o que está sendo denominado de *Tekoha Guasu*, ou seja, um território maior com grupos sócio-políticos autônomos, porém relacionados entre si. Cada um desses *Tekoha Guasu*, por sua vez, é relacionado com outros *Tekoha Guasu*, formando uma rede de grupos sociais guarani e kaiowá que mantêm entre si intensas relações sociais, de parentesco, casamento, festas, rituais, trocas econômicas e alianças políticas. A ilustração a seguir mostra a ideia de território guarani cortado pela fronteira nacional e a dinâmica das relações sociais que acontecem entre os *tekoha* menores que, em seu conjunto, formam um *tekoha guasu*, o qual, por sua vez, também se relaciona com outro *tekoha guasu* (AZEVEDO, BRAND E COLMAN, 2013).

¹² “Territorio” surge como un espacio de construcción de relaciones sociales, de identidades étnicas y culturales, políticas, económicas y religiosas. Se expresa en paisajes y se disputa en conflictos. La defensa del territorio implica el reconocimiento de los derechos específicos de sus habitantes y del paisaje cultural (y sagrado) existente, lo que se fundamenta en alguna forma de “autogobierno”, de autonomía (GRÜNBERG, G, 2012, p.1).

¹³ A família extensa (grupo de famílias nucleares relacionadas por parentesco) é o núcleo social estável do *tekoha* (LEHNER, 2002).

Figura 2. Ilustração redes sociais Guarani



Essas redes de *Tekoha* que formam os *Tekoha Guasu* e, por sua vez, as redes de *Tekoha Guasu* são, justamente, as aldeias e terras indígenas localizadas em Mato Grosso do Sul, leste e sudeste do Paraguai, norte da Argentina e litoral e interior dos estados do Sul e Sudeste no Brasil. Portanto, em toda essa região ocupada pelos Guarani, existem redes de *Tekoha Guasu* que operam as relações sociais, políticas, econômicas e culturais dos povos Guarani. A mobilidade espacial, o “*Oguata*”, é a maneira de estabelecer e seguir realizando e refazendo essas relações sociais, econômicas, culturais e políticas, que tornam possível a existência, de fato, de um ente sociológico maior do que o *Tekoha*, denominado Povo Guarani.

Para Grünberg, 2012 (p.1):

Los Guaraníes, que tienen conciencia de ser gente predilecta por los Dioses, ven su mundo como una región de selvas, campos y ríos. Es un territorio donde viven, desde la creación del orden cósmico, según su modo de ser y su cultura milenaria, en busca de su “tierra sin males”.

Pero este mundo se ha convertido en un mar de soja, en fazendas ganaderas, cañaverales y plantaciones de árboles exóticos. Sin embargo, donde los Guaraníes mantienen un dominio, aunque sea precario, de su espacio de vida, de su territorio, todavía existe el paisaje típico que todos los viajeros admiraron por su belleza y diversidad. Y sigue la lucha de los ava (“gente”) de defender su hábitat, su “mundo”, que es tanto de ellos como es el nuestro: porque “somos todos Guaraníes”.

É importante destacar que estes dois conceitos - territorialidade e mobilidade espacial - na cosmologia guarani são conceitos relacionados. A territorialidade guarani é compreendida, aqui, a partir da perspectiva dos Guarani, como bem descreveram B. Melià, F. Grünberg e G. Grünberg (1976, 2008). Para os Kaiowá e Guarani, terra/território é **Tekoha, lugar onde seja possível viver bem**. De forma ideal, esse território deve possuir espaço para agricultura, criação de animais, espaço para caça e coleta e que seja preferencialmente próximo de matas e córregos. Além destes aspectos físicos existem os aspectos sócio-culturais e econômicos, como a existência de grupos de famílias extensas, com seus agregados e parentes afins – chamados, em Guarani, de **Te’yi** – que se relacionam e que mantêm sua forma própria de organização política, econômica e religiosa. Sendo assim, além de uma certa extensão de terras suficientes para a sua reprodução física e cultural, os Kaiowa e Guarani necessitam de uma boa terra, com determinados recursos naturais, e não qualquer terra. São as terras de ocupação tradicional, onde seus antepassados foram enterrados, que contêm diferentes significados culturais, marcadores geográfico/culturais para as paisagens, que são as demandadas pelas diferentes comunidades Guarani em Mato Grosso do Sul, atualmente.

O povo Guarani possui uma concepção de territorialidade que engloba toda a região leste do Paraguai, nordeste da Argentina, e, no Brasil, todo o estado de Mato Grosso do Sul (MS) e os estados do sul e sudeste; essa região é denominada pelos Guarani de **Ñane Retã** - que poderia ser traduzido por **“Nosso País, ou Território”** - espaço no qual os Guarani vivem e estabelecem as suas comunidades. O **Ñane Retã** possui significados culturais/religiosos em suas diferentes paisagens. Por exemplo, no Paraguai há uma localidade com o nome de *Mba’e Marangatu*, local da origem da humanidade, onde existe um morro que seria o “Umbigo do Mundo”; e, no litoral do Brasil, a Serra do Mar é

considerada a “Coluna Vertebral” do universo (MELIÀ, G. GRÜNBERG, F. GRÜNBERG, 1976; LADEIRA, 2007).

Os Kaiowá e Guarani vivem a experiência da mobilidade espacial de duas formas: no sentido de *oguata* ou *ojeguata*, como cultural, mas também vivenciaram e continuam vivenciando o deslocamento forçado, que é tratado como o conceito de *ñemosarambipa* (esparramo).

Pimentel (2012), que estudou os Kaiowá e Guarani, observou, nos relatos dos mais velhos, as caminhadas que realizavam, principalmente no passado, por motivo de festas: “As lembranças geralmente giravam em torno de longas caminhadas, em que os grupos familiares saíam de casa para ir até essas festas, parando em certos lugares no caminho e também caçando animais que levariam para contribuir com o *guaxiré*” (p.114). O autor ainda destaca os tipos de deslocamentos espaciais que ocorriam em mais de um lugar, na mesma viagem: “não era incomum, ao terminar uma festa em um lugar, já seguir para outro, antes de ir para casa, em função de novo convite para outra festa (p.114)”.

Na atualidade, os Kaiowá e Guarani mesclam esta mobilidade espacial intrínseca ao sistema social, *oguata porã*, com o *sarambipa*. Em seus relatos, sempre ouvimos “é melhor mudar do que brigar”.

Para Levi Pereira (2007, p. 10), “O modelo político criado na reserva será fator preponderante na decisão de fogos e parentelas de cederem às pressões para abandonarem seus lugares de origem e se mudarem para esses locais”.

Pimentel (2012) também parte do princípio de que “o mundo kaiowá é um mundo em movimento. O confinamento poderia ser comparado ao barramento de um rio (vários rios, aliás)”, indicando as várias parentelas. O autor ainda recorre à metáfora para indicar a superlotação populacional nas reservas e o consequente processo de retomadas das terras tradicionais. “O lago se encheu de tal forma que as barragens se romperam. Ficar parado nas reservas pode ser insuportável” (p.144).

Na leitura de Pimentel (2012, p.144), “o contraste entre a tristeza, a desmobilização da vida nas reservas e o vigor do cotidiano nos acampamentos motiva as pessoas. O entusiasmo começa com os idosos e se espalha por toda a família”.

Com relação aos deslocamentos espaciais dos Mbya, Garlet (1997, p. 21) elabora uma explicação a partir de vários elementos. Segundo este autor (1997), a perspectiva histórica permite observar que, até o momento do contato interétnico, a mobilidade espacial dos Guarani se caracterizava mais como uma ‘circulação dentro de um território, do que como uma migração. Nesse sentido, Garlet afirma que:

A migração, de fato, intensificou-se marcadamente a partir do impacto ocorrido no confronto com a sociedade ocidental. Desta forma observa-se que a mobilidade Mbya é multifacetada e multicausal, necessitando de uma abordagem mais ampla que contemple aspectos históricos e culturais que não se encaixam na categoria de migração e/ou busca da Terra Sem Males (GARLET, 1997, p.21).

Garlet (1997), em seu trabalho, buscou exatamente enfocar a mobilidade espacial Mbya como resultado da combinação de traços culturais com o aspecto interétnico, ou seja, como o resultado de um traço cultural historicamente construído, que possui variáveis que se combinam e recombina a cada momento e situação.

Nesse sentido, os Guarani, para Ladeira (2007, p. 38), “incluem na sua definição de povo a mensagem divina a eles revelada e por eles cumprida, de que devem procurar ‘seus verdadeiros lugares’, por meio de caminhadas (-guata), o que faz deles essencialmente passageiros, com um destino comum”.

A novidade de Ladeira em seu livro¹⁴, segundo Melià, está “na conexão estabelecida entre mobilidade espacial de um povo, muito dinâmico nos seus movimentos de migração” e a sua cosmologia, isto é, com a cosmovisão que estrutura seu imaginário e sua filosofia de vida. Os laços de parentesco, a busca constante de melhor espaço e terras virgens, em pleno século XXI, são “sonhadas e fundadas em uma cosmologia original e criativa” (p. 12 e 13).

¹⁴O caminhar sob a luz, Unesp, 2007, Prefácio de Melià.

Pissolato (2007) introduz a questão das relações entre mobilidade espacial e pessoa, passando a entender mobilidade espacial não só como a “movimentação efetiva de grupos de parentes que se deslocam sucessivamente por lugares onde estabelecem residência, mas antes, como uma capacidade pessoal que se conquista ao longo da vida” (p.123) e que de, alguma forma, acaba por configurar situações coletivas em tempos e lugares variados. Para a autora, “os deslocamentos são sempre resultado entre interesses pessoais e contextos que se colocam como possibilidade de vida para o indivíduo em questão, contextos que se pode ou não ‘deixar’ ou ‘buscar’” (PISSOLATO, 2007, p. 123). É através da mudança frequente de lugar e de perspectiva que os “Mbyá apostariam na conquista de condições renovadas de continuar existindo nesta terra” (PISSOLATO, 2007, p. 124).

É neste contexto que penso a mobilidade espacial guarani: a partir das reflexões, principalmente, de Melià (1989) e Pissolato (2007), para quem os deslocamentos espaciais fazem parte da identidade da pessoa guarani. Os aspectos políticos e contextos de cada país também interferem nesses movimentos, mas, o *oguata* é parte do ser Guarani.

1.2. Estudos de mobilidade espacial

Das três dimensões - natalidade, mortalidade e mobilidade espacial - consideradas pela demografia, somente “a terceira refere-se às relações com outras populações. Assim, os estudos migratórios descrevem e explicam como e porque uma população abandona determinado território e o grupo social ao qual pertence para (tentar) ingressar em outros territórios e grupos sociais” (VAINER E MELLO, 2012, p. 254).

Assim, Vainer e Mello (2012, p. 254) consideram que a mobilidade espacial compreende os movimentos territoriais de população: “a imigração e emigração de indivíduos, famílias ou grupos. Emprego, desemprego, níveis de remuneração do trabalho, condições de vida e razões econômicas de modo geral são citados, pela maioria dos estudiosos, para explicar as migrações”. Os questionamentos feitos pelos estudiosos vão

nesta direção: por que as pessoas decidem abandonar o lugar onde estão, muitas vezes onde nasceram, para irem em busca de outros lugares? (VAINER e MELLO, 2012, p. 254)

Mas, em muitos casos, os deslocamentos espaciais não resultam de qualquer decisão das pessoas que se deslocam. Ao contrário, como afirmam Vainer e Mello (2012, p. 254), “trata-se de contextos em que elas não têm escolha alguma, não decidem nada e são simplesmente obrigadas a se deslocar, isto é, são deslocadas de maneira compulsória. As pessoas são involuntariamente compelidas a migrar por situações diferenciadas”.

Existem três grandes motivos: 1. “catástrofes naturais”; 2. Ação humana como guerras, perseguições religiosas e étnicas¹⁵; 3. Ação humana “interfere de forma tão intensa, brusca e brutal sobre o meio ambiente que as populações não têm alternativa a não ser o deslocamento involuntário”(VAINER E MELLO, 2012, p. 255). Migrar está intrinsecamente ligado ao movimento espacial de uma determinada população ou de indivíduos, durante certo período de tempo.

Para diferenciar a migração da mobilidade espacial, ambos os deslocamentos espaciais das pessoas, Cunha (2011, p. 8) define migração como “qualquer forma de movimento que modifique o tamanho e a estrutura da população”.

Em 2010, o Censo Demográfico do Brasil, através das perguntas sobre migração, atribui três características para definição da situação de “migrante”: a primeira delas, e mais simples, é a que define o migrante como aquele que não reside no mesmo município que nasceu. São assim considerados naturais todos aqueles que residem no mesmo município que nasceram. A segunda característica é captada através da pergunta sobre a residência anterior do entrevistado. Quem respondeu positivamente para uma residência anterior de menos de 10 anos, diferente da residência atual, é considerado migrante. Por último, migrante pode ser também aquele que residia em um município diferente do atual em uma data de referência – é a definição de migrante pelo quesito de data fixa (RIGOTTI, 1999).

¹⁵ Como acontece no Afeganistão com os refugiados. 20 de junho de 2014, ONU lança essas informações pelo dia do refugiado.

A ONU (1972, p. 2) operacionaliza a definição de migrante através da elaboração e publicação do Manual VI: *“traslado de una zona definitoria de la migración a otra (o un traslado a una distancia mínima especificada) que se ha hecho durante un intervalo de migración determinado y que ha implicado un cambio de residencia”*. O Manual define ainda o período de tempo que marca a diferença entre um migrante e um não-migrante, sendo migrante aquele que reside há menos de 10 anos em um município e não-migrante aquele que mora no mesmo município que nasceu ou cujo município de residência atual é o mesmo há mais de 10 anos, sem interrupção.

O conceito de migração que mais se aproxima do conceito de migração para as sociedades indígenas é o conceito de “espaço de vida” como a parte do espaço em que a pessoa e sua família realizam atividades cotidianas a partir de uma residência base (COURGEAU, 1988). Esse conceito foi desenvolvido por Courgeau (1974), que define como espaço de vida todo aquele espaço em que o indivíduo realiza as suas atividades rotineiras. Este conceito está intrinsecamente relacionado com o conceito de *Ñane Retã* do Guarani.

Outra noção de migração que se agrega ao conceito anterior, como espaço de vida, indica o espaço de casa ou de residência e o espaço da casa dois do trabalho. Este conceito de espaço de vida, desenvolvido por Domenach e Picouet, considera:

puede tener un sentido amplio si se tienen en cuenta todas las conexiones del individuo, o restringido si sólo retenemos el lugar de residencia de la familia y el de trabajo. Pueden entonces considerarse dos tipos de desplazamientos: los que se realizan en el interior del espacio de vida sin modificarlo: desplazamientos cotidianos o temporarios entre los diferentes lugares que constituyen ese espacio, y aquellos que modifican el espacio habitual, sea por la ampliación o reducción del número de lugares utilizados o por un cambio radical del área de residencia (DOMENACH e PICOUE, 1996, p. 10).

Este conceito independe das fronteiras político-administrativas do país como o *Ñane Retã* dos Guarani. É necessário observar a importância do conceito de território na migração, mais como um espaço da prática da vida do que, simplesmente, como um pedaço de chão. Neste estudo, a migração indígena é tratada a partir de conceitos que dão especial

atenção à constituição deste espaço de vida dos indivíduos e famílias, e a sua influência nos percursos migratórios.

Figoli e Fazito (2009, p.82) trabalha migração a partir do conceito de Redes Sociais. Segundo estes autores, a análise de redes sociais opera desde uma perspectiva essencialmente relacional, isto é, trata-se de uma análise que centra toda a atenção nos laços e conexões existentes entre os atores sociais, considerados como o nó das redes que as relações constituem.

A este conceito se agrega outro que é conhecido como Redes Totais. Segundo estes autores *“se empieza el análisis estructural, partiendo de la colección amplia de los actores (nodos) y las relaciones (lazos) específicas que los vinculan, las cuales serán responsables de la definición de las fronteras de la red social a la que llega el investigador”* (FIGOLI e FAZITO, 2009, p.82).

Estes autores concluíram, ao analisar a migração indígena a partir da metodologia do estudo das redes sociais e totais, que

El trayecto espacial recorrido por la migración es al mismo tiempo generador de una trayectoria social. El desplazamiento espacial es responsable de una percepción común sobre las causas y características del propio movimiento poblacional y de las relaciones entre las etnias que toman lugar en ese proceso. De hecho, podemos tomar la migración como un fenómeno colectivo con un efecto particular para los actores, el de reforzar la trayectoria social común de los diversos grupos indígenas que se desplazan mediante una efectiva comunión de condiciones enfrentadas a lo largo de todo el proceso migratorio. La trayectoria común también contribuye a una representación de los conflictos mantenidos con la sociedad nacional – que no es otra cosa que una representación de una posición común objetivamente ocupada en la estructuración social como un todo (FIGOLI e FAZITO, 2009, p.91).

A noção de território circulatório (TARRIUS, 1993), em que diversos saberes circulatórios são empreendidos, diz respeito aos territórios engendrados por populações circulantes, cujos processos de construção de identidade, memória coletiva, laços sociais e critérios de pertença parecem se dissociar do pressuposto da sedentarização. Assim, Tarrius (1993) desenvolve a noção de “território circulatório”, constatando *“una cierta socialización de los espacios que soportan los desplazamientos”*.

Segundo Tarrius (2000), esta noção introduz uma dupla ruptura nas compreensões comuns de território e circulação:

*En primer lugar nos sugiere que el orden nacido de los sedentarismos no es esencial a la manifestación del territorio, después exige una ruptura con las concepciones logísticas de las circulaciones, de los flujos, para conferir **sentido social** al movimiento espacial (TARRIUS, 2000, p.56) (grifos nossos).*

No caso dos Kaiowá e Guarani, é possível dizer que, além do sentido social, ou uma busca de sociabilidade, há um sentido cultural atribuída ao movimento espacial.

As novas dinâmicas migratórias podem ser vistas enquanto uma correspondência entre o regime de acumulação capitalista vigente e a dinâmica populacional a ele relacionada (SIMMONS, 1987; PATARRA, 2006). Dessa maneira, a partir de uma transição do modo de produção capitalista baseado no fordismo, caracterizado por uma produção em massa e que passa, na década de 1970, para a acumulação flexível com o modelo *just in time*, em que se produz sob demanda, as migrações internacionais contemporâneas passam a refletir duas de suas dimensões: a instabilidade e a nova estrutura de oportunidades econômicas decorrentes deste processo. “Nesse contexto, a migração é: descentralizada, temporária, circular, responsiva, de riscos calculados, geradora de conflitos, global e regulada” (PATARRA, 2006, p. 11).

Outro conceito que se pode utilizar, e que parece mais apropriado para falar sobre a migração e sobre os protagonistas desse fenômeno, é o termo deslocamento:

Por certo, a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico (...). Mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião) (SAYAD, 1998, p.15).

Para Cunha, Souchaud, Baeninger e Carmo (2006, p. 192), “As estratégias migratórias estabelecem-se em nível da formação e utilização de redes relacionais e de tipos de deslocamentos entre diferentes pontos do espaço migratório”.

No âmbito do debate teórico das migrações indígenas, no contexto dos estudos de migração, as teorias ou ideias e perspectivas nos estudos migratórios de não indígenas,

surgem Adams and Kasakoff, com a teoria de Spillover, genericamente traduzida como “transbordamento”, que é uma hipótese com a qual é possível dialogar. No entendimento destes autores, “embora seja fácil de compreender que a mais pequena ilha, aldeia ou bairro, transborda para suas unidades políticas vizinhas, no outro extremo da escala, é difícil imaginar que os Estados-nação não podem conter suas populações” (ADAMS and KASAKOFF, 2004, p. 347)¹⁶.

Este conceito de transbordamento dialoga com o conceito de território, trazido por Benites (2014), de que a terra está sempre se expandindo, a partir do relato de um Xamã¹⁷:

A visão kaiowá e guarani sobre o mundo é produzida a partir da lógica espiritual tradicional. Quando afirmam que a terra está sempre se expandindo, estão se referindo à própria mobilidade tradicional [...] *oguata* (andar, caminhar, mover), que são maneiras de ocupar o espaço, de forma a não produzir fixação no mesmo lugar, condição dada pelo próprio deus. O surgimento da terra, pelo canto e a dança do Ñanderu, demonstra aos Kaiowá e Guarani a maneira própria de ocupação territorial (BENITES, 2014, p.35).

O próprio conceito de transnacionalismo se baseia no conceito de *Spillover* em que as pessoas mantêm vínculos com seus países de origem. As migrações, para além das fronteiras das nações, podem ser problemáticas, mas os fluxos e refluxos também envolvem movimento em novos nichos econômicos, formação de novas comunidades, deslocamentos espaciais de famílias, nos casos em que os pais idosos e seus filhos vivem centenas de quilômetros de distância (ADAMS and KASAKOFF, 2004).

Este conceito de *Spillover*/transbordamento coincide com a ideia do território que se move, que pode ser aplicado ao conceito de mobilidade espacial guarani que caminha dentro de um território que ultrapassa até as fronteiras nacionais.

Como bem afirma Livi-Bacci e Maeder:

¹⁶While it is easy to comprehend that the smallest island, village or barrio, spills over into its neighbours political units, at the other end of the scale, it is hard to imagine that nation states cannot contain their populations.

¹⁷Cacique Anselmo Barrios, da comunidade indígena Paĩ Tavyterã, do município de Capitan Bado, no Paraguai.

Mobility and communication depended on an extended system of waterways and land routes connecting the thirty missions with each other as well as with the major centers of the Rio de la Plata region. Thus were the Guaraní able to mitigate their isolation in a vast land with low density (one person per square kilometer) (LIVI-BACCI and MAEDER, 2004, p. 195)¹⁸.

Nesse sentido, o olhar transnacional favorece essa visão expandida, em que se torna mais propício compreender a formação de indivíduos que mantêm contato com sistemas culturais diferentes e se formam e transformam a partir dessas relações (LEVITT e JAWORSKY, 2007, p. 130). Sob esse prisma, a emigração não necessariamente rompe com o país de origem, e o retorno tampouco rompe com a sociedade de destino. Portanto, essa perspectiva, a partir da década de 1990, rompe com a prática dos estudos migratórios mais frequentemente estudada e difundida, que tratava a imigração, principalmente e quase que exclusivamente, do ponto de vista do que acontece no país de destino (LEVITT e JAWORSKY, 2007).

1.3. Deslocamentos espaciais dos povos indígenas na América Latina

Os estudos demográficos sobre migração indígena na América Latina e no Brasil não são muito numerosos. Assim, essa temática acaba por se pautar nos estudos feitos por outras áreas, como a história, a geografia e a antropologia.

Nos estudos da demografia na América Latina damos destaque ao livro “*Migraciones indígenas em las Américas*”, do IIDH - Instituto Interamericano de Derechos Humanos (2007). Esse livro é considerado um subsídio importante para o conhecimento e análise das migrações indígenas e é produto de um evento realizado em 2006, que reuniu especialistas de várias temáticas e países, e teve como principal objetivo a “*búsqueda de elementos que permitan mejorar las acciones de protección de las personas que se desplazan en nuestra región em búsqueda de mejores condiciones de vida para ellas y sus familias*” Além disto, este material colabora na busca de políticas públicas que “*promuevan*

¹⁸Mobilidade e comunicação dependem de um sistema alargado de vias e rotas terrestres que ligavam as trinta missões umas com as outras, bem como com os grandes centros da região do Rio de la Plata. Assim os Guaraní foram capazes de atenuar o seu isolamento em um vasto território com baixa densidade (uma pessoa por quilômetro quadrado) (tradução livre da autora).

el desarrollo económico y social de estos pueblos, evitando de esta manera el desplazamiento de muchas personas indígenas con las graves consecuencias que provoca su desarraigo en las comunidades y a nivel nacional.” (IIDH, 2007, p. 8)

Desta forma, esta publicação do IIDH (2007) traz temas relacionados à migração, tanto interna quanto internacional, como o deslocamento em direção aos espaços urbanos, a questão da identidade, as mulheres em relação a esses processos migratórios, as questões relacionadas à saúde e às políticas públicas.

Além disso, pode-se citar outros dois textos¹⁹ importantes: o “*Migración de jóvenes indígenas en América Latina*”, de Fabiana Del Popolo e Bruno Ribotta, e o “*Desplazamiento forzado de los grupos étnicos en Colombia*”, de Javier Iván Soledad Suescún e Carmen Egea Jiménez. O primeiro texto utiliza os censos da ronda de 2000 na Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá e Paraguai, como base de dados para mostrar como se dá a migração e a consequente distribuição espacial dos jovens indígenas na América Latina. O segundo texto apresenta os deslocamentos forçados sofridos por indígenas, negros-afrocolombianos e ciganos, devido aos conflitos na Colômbia, colocando em questão a dificuldade da identificação étnica dentro do *Registro Único de Población Desplazada*²⁰.

Para finalizar os comentários sobre esta série de produções sobre a temática, destaco duas publicações da UN-Habitat, órgão da ONU responsável pelas questões urbanas, que enfatizam a presença indígena na cidade, tanto no âmbito da migração quanto da expansão da malha urbana: “*Securing Land Rights for indigenous peoples in cities – Policy guide to secure land rights for indigenous peoples in cities*” (2011), texto direcionado às pessoas que elaboram políticas públicas, com o intuito de sensibilizá-las e instruí-las no tratamento da temática em seu trabalho. Outro texto é o “*Urban indigenous*

¹⁹ Capítulos do livro “*Pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina: dinámicas poblacionales diversas y desafíos comunes*”, coordenado por Fabiana Del Popolo, Estela Maria Garcia de Pinto da Cunha, Bruno Ribotta e Marta Azevedo (2011).

²⁰ O *Registro Único de Población Desplazada* (RUPD) é subordinado ao Ministério de Ação Social, da Presidência da República e “*permite conocer entre otros aspectos la composición étnica de la población desplazada año por año desde 1997, siendo posible localizar a las personas desplazada según el lugar de expulsión y el lugar de recepción hasta una escala municipal.*” (SUESCÚN e JIMÉNEZ, 2011, p. 130).

peoples and migration: A Review of Policies, Programmes and Practices” (2010), documento gerado a partir do *Expert Group Meeting on Urban Indigenous Peoples and Migration*, ocorrido em Santiago, Chile, em 2007, que traz elementos sobre a dinâmica da migração rural-urbana em todo o mundo e o seu impacto na qualidade de vida dos povos indígenas nas cidades, particularmente dos jovens e mulheres, além de observar a violação de seus direitos (UN-Habitat, 2010).

No contexto que vivenciamos na América Latina durante as últimas duas décadas do século XX, a partir da consolidação das economias de mercado e as profundas transformações estruturais dos estados se observa que as terras indígenas são “*afectadas por el creciente avance de proyectos de desarrollo, como represas, autopistas, puentes, extracción minera, explotación maderera a gran escala, exploración y extracción de petróleo, entre otros, que han producido invasiones y despojos* (DEL POPOLO e RIBOTTA, 2011, p. 121). Além disto, mas também relacionado a isso, a deterioração ambiental de suas terras, a pobreza, a falta de água e a pressão demográfica constituem os “*diversos factores que están provocando importantes desplazamientos y migraciones de indígenas. Asimismo, la búsqueda de mejores oportunidades económicas y educativas se traduce también en la salida de sus comunidades de origen*” (DEL POPOLO E RIBOTTA 2011, p. 121).

Nas últimas décadas ocorre uma mudança significativa no que diz respeito à dinâmica populacional indígena e surge a crescente urbanização da população como um dos fatores mais importantes dos deslocamentos espaciais. Com relação à Colômbia, por exemplo, segundo Echeverri (2012, s/p):

La migración de la población indígena hacia las ciudades es un nuevo fenómeno, que adquiere relevancia y se acrecienta, con el impacto del conflicto armado que continuamente alimenta el desplazamiento forzado de la población. La participación de la población indígena en las ciudades no se refleja en el desarrollo de políticas que tiendan a garantizar el ejercicio de los derechos de este segmento de la población, y al contrario, la tendencia es a que se integren de forma marginal y en condiciones que conllevan a la deculturación.

Esta discussão sobre integração é um tema à parte. Sabemos que a cultura é dinâmica e que, mesmo nas cidades em situações precárias, os Guarani mantêm vários

aspectos da sua cultura. Um fato importante é que, mesmo nas cidades, os indígenas, principalmente os Kaiowá e Guaraní, mantêm as redes de conexão com suas comunidades de origem. Mas a situação dos índios urbanos é um fenômeno novo e precisa de maiores estudos.

Em geral se assume a ideia de que os povos indígenas, inclusive os jovens “*son eminentemente rurales, idea asociada a la residencia en territorios ancestrales. Sin embargo, la creciente urbanización y las migraciones campo-ciudad también los han alcanzado*” (DEL POPOLO E RIBOTTA 2011, p.109). Segundo Del Popolo e Ribotta (2011, p.109) “*Los censos de la ronda de 2000 revelan que, en la región, alrededor de un 44% de los jóvenes indígenas reside en zonas urbanas, situación que es cercana al 80% en el caso de los no indígenas del mismo segmento etario (15 a 29 años).*”

No entanto, segundo estes autores, o quadro é bastante heterogêneo “*En Argentina, Bolivia, Brasil, Chile y Venezuela los jóvenes indígenas se asientan principalmente en ciudades, mientras que en otros ocho países de la región mantienen su predominio rural*” (DEL POPOLO, LÓPEZ y ACUÑA, 2009, apud, DEL POPOLO E RIBOTTA, 2011, p.109)

No que diz respeito aos motivos dos jovens para migrar, Del Popolo e Ribotta (2011, p. 113) destacam:

La pobreza en los territorios indígenas aparece como uno de los principales factores estructurales que causan esta migración, y ligado a ello, la necesidad de buscar empleo para la subsistencia familiar. Aun cuando acceden a las más bajas remuneraciones, producto de las menores oportunidades de empleo calificado asociado a una escolaridad más baja, la migración constituye una importante estrategia para la sobrevivencia de los pueblos indígenas, en las que los jóvenes juegan un rol fundamental.

Com relação a este aspecto de sobrevivência dos povos indígenas, destaco a questão da fuga de conflitos nas reservas superpopulosas; como exemplo, cito Jarara e Takuara, que são Terras Indígenas retomadas recentemente e que foram formadas por grupos familiares oriundos da reserva de Te'ýikue (Caarapó, MS).

No Brasil, podemos considerar o início do estudo sobre migrações indígenas a partir do começo da década de oitenta, quando a ABEP já manifestava o interesse em inserir, em sua pauta de discussões, temas relativos à demografia dos povos indígenas. Neste sentido, o programa de seu III Encontro Nacional, realizado em Vitória (ES), contou com uma sessão temática dedicada à Demografia dos Grupos Étnicos Minoritários, durante a qual foram discutidos quatro trabalhos e um, de modo específico, abordou o tema das migrações indígenas. O trabalho de Figoli (1982) trouxe um estudo sobre identidade e etnicidade em áreas urbanas, destacando a imigração de indígenas da região do Rio Negro para Manaus, com uma avaliação acerca do volume dessa população, segundo áreas de emigração, condições de deslocamento e rotas migratórias (PAGLIARO, AZEVEDO E SANTOS, 2005).

Estanislau (2014) apresentou um panorama da migração indígena no Brasil a partir de construção de matrizes migratórias e utilizou-se dos microdados do Censo Demográfico de 2000 e 2010. Alguns resultados são:

A região Norte apresenta um grande fluxo intrarregional com 18.551 não-naturais que se deslocaram para essa mesma região, tendo como segundo maior destino, em 2000, a região Sudeste seguida da Centro-Oeste. Invertendo essa ordem, em 2010, o Centro-Oeste se apresenta como principal destino fora da própria região Norte, com 2.795 pessoas, seguido da Sudeste. Há um aumento do número de emigrantes originários da região Norte, de 2000 para 2010, de 26.813 para 30.097 pessoas, assim como de imigrantes, sendo que em ambos anos o maior número de pessoas que imigraram na região Norte vieram do Nordeste, seguido, em 2000, da região Sudeste, e em 2010 da Centro-Oeste (ESTANISLAU, 2014, p.35).

Segundo Estanislau (2014), a maior parte dos movimentos migratórios indígenas na região Nordeste também acontece dentro da própria grande região, tendo como maior região de destino e de origem a Sudeste, nos anos de 2000 e 2010²¹.

Estanislau (2014, p.36) conclui “que existe um fluxo migratório entre sudeste e

²¹ 29.804 pessoas do Nordeste emigraram para a região Sudeste em 2000 e em 2010 esse número diminuiu para 15.468 pessoas; em 2000 2.603 pessoas do Sudeste imigraram para o Nordeste, aumentando esse número para 3.166 em 2010. É importante ressaltar que a região Nordeste é a que possui maior número de emigrantes, tanto em 2000, quanto em 2010. O Nordeste também foi a região que mais recebeu migrantes em 2010, posto que em 2000 foi ocupado pela região Sudeste (ESTANISLAU, 2014,p.35).

nordeste; e é possível dizer que provavelmente houve uma migração de retorno para o Nordeste na última década”.

A região Sudeste foi a que recebeu mais migrantes em 2000 (88.589 pessoas), havendo uma redução dessa imigração em 2010 – com 49.822 pessoas, menor que a própria região Nordeste. Em termos de destino, os autodeclarados indígenas não-naturais da região Sudeste migraram preferencialmente dentro da própria região, 47.995 pessoas em 2000 e 27.003 em 2010, seguidos da região Centro-Oeste em 2000 e do Nordeste em 2010. Dentre os que imigraram para a região Sudeste, a predominância de origem é o Nordeste, tanto em 2000 quanto em 2010, 29.804 pessoas em 2000 e 15.468 pessoas em 2010.

A região Sul chama atenção porque possui o maior número de movimentos migratórios dentro da mesma região, tendo como segundo maior destino a Sudeste em 2000 e 2010. “Dentre as pessoas que imigraram para a região Sul, 2.511 vieram do Sudeste em 2000 e 1.436 em 2010, sendo essa a região de origem com maior número de imigrantes no Sul” (ESTANISLAU, 2014, p.36). Nos estudos de Estanislau ainda observamos que:

O Centro-Oeste foi a única região que houve um aumento de emigrantes, de 21.530 pessoas em 2000 para 22.609 em 2010. Em termos de imigrantes houve uma redução, de 29.554 em 2000 para 27.435 em 2010. Tanto em 2000 quanto em 2010, seu maior número de imigrantes é proveniente da própria, seguido da Nordeste. Em termos de destino, os emigrantes da região Centro-Oeste preferiram a própria região, seguida da região Sudeste (ESTANISLAU, 2014, p.36).

Além disto, o tema dos deslocamentos espaciais indígenas ou migrações indígenas na América Latina precisa de maiores estudos para, por exemplo, compreender os contextos em que se observam os movimentos dos povos indígenas e as situações em que estes não se movimentam. O mesmo documento, a partir do relato do *IV Foro permanente para las cuestiones indígenas de la Organización de Naciones Unidas en materia de derechos humanos, el 23 de mayo de 2005*, afirma que os povos indígenas reivindicam o direito de migrar e de não migrar:

Reafirmamos la tradición ancestral de los pueblos indígenas de su ejercicio del derecho a la libre movilidad y su reconocimiento en la actualidad, y también su derecho al arraigo en sus territorios tradicionales y a no ser desplazados como resultado de la imposición de políticas económicas, conflictos armados y otros fenómenos que lesionan sus derechos humanos colectivos e individuales (p. 8).

Entre os Kaiowá e Guarani, o Estado tentou impor a imobilidade espacial da Reserva, mas eles sempre encontram forma de sair em busca de novas alternativas, como têm sido as retomadas. Desta forma, o processo de confinamento não se conclui.

No entanto, Rodolfo Stavenhagen, a partir de sua visita ao Equador, traz outro aspecto, relacionado com as situações de migrações forçadas. Com relação à situação dos direitos humanos e as liberdades fundamentais dos indígenas da ONU, o relator²² afirma que:

de la pobreza se deriva el fenómeno migratorio, en el cual se ven involucradas cada vez más las poblaciones indígenas, sobre todo con una transferencia del medio rural al medio urbano”, aunque también a nivel internacional, especialmente con destino a EE. UU. y a algunos países de Europa (STAVENHAGEN, 2006, p.8).

Neste sentido, Stavenhagen (2006) afirma que a situação dos indígenas da Amazônia está “*vinculada al problema, muy grave, del deterioro del medio ambiente*”, derivado de “*actividades de extracción petrolera, de hidrocarburos, minera y otros*” (p.08).

Apesar de ainda escassas, as produções apresentam um panorama geral descritivo da situação da migração indígena no Brasil e América Latina. O que precisamos avançar, e é um pouco a preocupação desta tese, é pensar em teorias que procurem explicar o fenômeno específico do migrar dos Povos Indígenas e aqui, de forma particular, os Guarani e sua mobilidade espacial.

Para os Guarani que têm seu modo de ser e sua cosmologia relacionados com a mata, pode-se afirmar que a mobilidade espacial também ocorre quando a mata está sendo destruída, como se pode observar na região de Arroyo Kora (Paranhos, MS). Eles estavam nestas regiões e, quando foram expulsos, foram para o Paraguai, buscando estes bons lugares (*tekoha*) para viver; mas com a entrada de fazendeiros brasileiros, principalmente, com a mecanização da soja, começaram a destruir os últimos refúgios florestais e novamente expulsaram os Guarani, que se obrigaram a retornar e retomar sua antiga terra tradicional, onde estão atualmente, a TI de Arroyo Kora (PEREIRA, L., 2001).

²²Em visita realizada ao Equador em abril e maio de 2006.

CAPÍTULO 2. *MOORUPIPA ROGUATA*/POR ONDE CAMINHAMOS: MATERIAIS E MÉTODOS



Foto 3. Viagem de intercâmbio guarani, Yvy Katu/MS/BR, 2009 (Foto Hegen Heck)

Para pensar em material e métodos neste estudo, é necessário destacar três eixos: a cultura, a produção de uma nova documentação, o uso das técnicas de história oral e a leitura e interpretação das falas indígenas (BRAND, 1997).

Inicialmente, como o objeto desta pesquisa são os Guarani, que é uma sociedade de cultura diferente, exigiu olhar para a outra cultura e ter uma postura com certo desarmamento dos próprios conceitos ou, como na expressão utilizada por Brand (1997, p.19) a partir de Ricoer (1968): “expatriar-se”, não tanto para um “outro presente” que já foi, mas “para um outro culturalmente diverso”. Neste exercício “precisamos começar com a idéia de captar a diferença” (DARNTON, 1986:5, *apud* BRAND, 1997. p.20), isto é, “captar a diversidade cultural mais ou menos explícita na vida do dia-a-dia da vida dos Kaiowá Guarani” (BRAND, 1997. p.20).

Outro aspecto a ser considerado na mesma linha de análise de Brand (1997, p.21) é a questão da oralidade e invisibilidade documental, pois trata-se de “um povo tradicionalmente sem escrita e historicamente submetido à forte dominação externa”. E, para suprir as lacunas documentais verificadas por Brand, “Emergiu a imperiosa necessidade de produzir uma nova documentação”, constituindo-se como “um ponto de vista alternativo à documentação oficial” (DEBERT, 1986:141 *apud* BRAND, 1997, p. 21.), ou ainda, como quer Thompson, (1992:136 *apud*. BRAND, 1997, p. 21), um “corretivo fundamental aos registros escritos” (BRAND, 1997, p. 21).

Há períodos da história dos Kaiowá e Guarani sobre os quais inexistem documentação, ou ela é reduzida por terceiros. “Por isso, a necessidade de recorrer a outras fontes de pesquisa, em especial, à produção de documentação específica, através das técnicas de história oral” (BRAND, 1997, p. 21).

O último eixo metodológico, seguindo Brand, 1997, diz respeito aos procedimentos relacionados à leitura e interpretação das falas dos indígenas. Nestes procedimentos, Brand destaca dois aspectos a serem considerados:

Além do viés cultural [...] estes procedimentos voltam-se para a interação locutor-interlocutor, ou informante pesquisador, ambos situados e circunscritos em contextos sócio-econômicos diferentes e diversos, com interesses e papéis definidos. Há ainda o contexto regional, dentro do qual

se dá a relação informante-pesquisador e onde estão, hoje, certamente, fatores decisivos para o presente e o futuro dos Kaiowa Guarani (BRAND, 1997, p.20-21).

Este capítulo trata da questão dos censos demográficos e os povos indígenas na América Latina e traz alguns dados sobre os povos indígenas na América Latina, quantidades e proporções. Aborda também a importância do Censo Indígena do Paraguai. Além disto, trata dos censos brasileiros e os povos indígenas. Por último, apresenta a metodologia do estudo de caso - a pesquisa em Caarapó.

2.1. Os censos demográficos e os povos indígenas na América Latina

Para que os estudos demográficos e antropológicos sobre povos indígenas avancem significativamente no Brasil é preciso melhorar os dados sobre esses povos (AZEVEDO, 2011). O desafio, para que os povos indígenas exerçam plenamente seus direitos de cidadania plena, é poder contar com *“información relevante, confiable, oportuna, desagregada y culturalmente pertinente, que permita conocer sus condiciones de vida y las inequidades que los afectan y facilite la formulación de políticas públicas inclusivas”* (DEL POPOLO e SCHKOLNIK, 2013, p.207).

Outro desafio é a disponibilização e disseminação destes dados e isto implica em contar com ferramentas de caráter técnico, mas também político, que é um importante recurso para que estes povos indígenas possuam uma maior participação nas ações que lhes dizem respeito. Esta demanda por informações deve ser parte das demandas dos povos indígenas e às quais os Estados se obriguem a responder.

Com relação à melhora e qualidade das informações sobre os povos indígenas, principalmente nos censos demográficos da última rodada, 2010, se tem avançado muito. Os países estão aplicando as recomendações internacionais surgidas a partir dos debates entre os institutos de estatística, organizações indígenas, intelectuais da área e os organismos de cooperação internacional (DEL POPOLO e SCHKOLNIK, 2013).

A inclusão do tema étnico nos Censos Demográficos, em geral, tem sido bastante discutida e percebem-se grandes avanços nos países da América Latina. Segundo a avaliação do CELADE/CEPAL (2009, p.5):

En los últimos años se constata un mayor interés en identificar los pueblos indígenas y afrodescendientes en los censos de población, según lo han recomendado los organismos internacionales. En la ronda de censos de 2000, hubo un avance en este sentido, puesto que 17 de 19 países incorporaron preguntas para la identificación de la población indígena y/o afrodescendiente en el cuestionario censal.

O movimento indígena também tem reivindicado a inclusão de informações específicas sobre seus povos, apoiados em vários documentos, dentre os quais podemos citar a própria Constituição dos países, a Convenção 169 da OIT e, ultimamente, a Declaração dos Povos Indígenas da ONU, de 13 de setembro de 2007, principalmente, em dois artigos:

Artigo 15

Os povos indígenas têm direito a que a dignidade e a diversidade de suas culturas, tradições, histórias e aspirações sejam devidamente refletidas na educação pública e nos meios de informação públicos.

Artigo 16

Os povos indígenas têm o direito de estabelecer seus próprios meios de informação, em seus próprios idiomas, e de ter acesso a todos os demais meios de informação não indígenas, sem qualquer discriminação²³.

De acordo com o documento da CEPAL, na América Latina²⁴ já se desenvolveram duas experiências: Paraguai e Bolívia:

[...] sabemos que la región cuenta con censos y ha avanzado a censos específicos de poblaciones indígenas como el Paraguay y el Estado Plurinacional de Bolivia. Sabemos que las modalidades utilizadas principalmente se han basado en la auto identificación y en preguntas del lenguaje hablado [...] (CEPAL, 2009, 15).

²³ Disponível em http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1191526307_Encarte299.pdf, acessado em junho de 2011.

²⁴ *En esta década, además, cuatro países de la región llevaron a cabo censos indígenas (Costa Rica, el Paraguay y la República Bolivariana de Venezuela) y una encuesta complementaria a la población indígena (la Argentina). En estos casos se trató de medir las variables convencionales, a fin de mantenerla comparabilidad con la población no indígena, además de incluir aspectos específicos de los distintos pueblos, lo cual permite calcular algunos indicadores culturalmente pertinentes. Estas experiencias lograron avances importantes en materia de participación indígena, aunque no estuvieron exentas de dificultades (DEL POPOLO, 2008, citada no relatório da CEPAL, 2009, p.62 e 63).*

Segundo o relatório da CEPAL (2014), a América Latina tem 826 povos indígenas, com 45 milhões de pessoas que representam 8,3% da população total da região. A Bolívia, com 6,2 milhões de indígenas que representam 62,2% de seus habitantes, é o país da América Latina com a maior porcentagem de população indígena. O México conta com 17 milhões de cidadãos indígenas, o que significa 15,1% de sua população. Os outros países com grande população indígena são Peru, com 7 milhões, ou seja, 24% da população e Guatemala, com 5,9 milhões, 41% da população²⁵.

O Brasil²⁶ é o país com a maior quantidade de povos indígenas, ao somar 305 povos, o que significa uma sociodiversidade maior do que a dos outros países da América Latina, seguido por Colômbia com 102 povos, Peru com 85 povos, México com 78 povos e Bolívia com 39 povos.

A figura 3, a seguir, ilustra bem a distribuição dos Povos Indígenas na América Latina.

²⁵Equador com 1 milhão, 7%, Colômbia com uma população indígena de 1,6 milhão, que corresponde 3,4% da população, Chile possui uma população indígena de 1,8 milhão que significa 11% e Nicarágua tem 520 mil indígenas, 8,9% de sua população.

²⁶900 mil pessoas, isto é, 0,5% de sua população.

Figura 3. Os povos indígenas na América Latina



Fonte: CEPAL: <http://bit.ly/1yoBdta>

Mato Grosso do Sul possui também uma diversidade sócio-cultural, com 9 etnias (Kaiowá, Guaraní, Terena, Kadwéu, Kinikinau, Ofaie, Guató, Atikum e Kamba). A proporção entre indígenas e não indígenas em Mato Grosso do Sul é de 3,15%: dos 2.449.024 sul-mato-grossenses, 77.025 são indígenas, e destacamos os municípios em que estão os Kaiowá e Guaraní cuja proporção em alguns municípios, como Japorã, chega a 54,03% da população do município, como se pode observar na tabela 5, a seguir.

Tabela 5. Proporção de população indígena (G e K) e não indígenas por municípios em MS, 2010

Municípios	Não Indígenas	Indígenas	Proporção
Japorã	7.731	4.177	54,03
Paranhos	12.350	4.558	36,91
Tacuru	10.215	3.695	36,17
Douradina	5.364	1.386	25,84
Coronel Sapucaia	14.064	2.823	20,07
Amambai	34.730	6.960	20,04
Caarapó	25.767	4.882	18,95
Laguna Carapã	6.491	891	13,73
Antonio João	8.208	1.067	13
Juti	5.900	636	10,78
Aral Moreira	10.251	853	8,32
Dourados	196.035	12.202	6,22
Eldorado	11.694	544	4,65
Sete Quedas	10.780	284	2,63
Bela Vista	23.181	473	2,04
Iguatemi	14.875	290	1,95
Jardim	24.346	150	0,62
Maracaju	37.405	224	0,6
Ponta Porã	77.872	411	0,53
Rio Brilhante	30.663	135	0,44
Navirai	46.424	105	0,23
Mato Grosso Do Sul	2.449.024	77.025	3,15

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

A América Latina é uma das regiões do mundo mais urbanizadas. E este processo está alcançando, ainda que em menor medida, as populações indígenas. A crise de subsistência pela qual atravessam os povos indígenas da região se expressa em uma intensa migração interna campo-cidade, principalmente nas grandes metrópoles. Portanto, os estudos sobre as condições de vida da população indígena a fim de facilitar o desenho e a adoção de políticas públicas adequadas já não se resumem, exclusivamente, no âmbito rural (SCHKOLNIK e DEL POPOLO, 2005).

No momento há um movimento de melhoria das informações populacionais relacionadas aos povos indígenas em toda a América Latina. A Cepal, através do CELADE, Chile, tem feito estudos sobre gênero e povos indígenas na América Latina, sobre jovens e povos indígenas na América Latina, migração interna, informações sobre saúde. Além de disponibilizar estes dados em sua página <http://www.cepal.org/celade/>, dispõe de uma base de dados com mapas e indicadores territoriais de 4 países: Chile, Argentina, Colômbia e Peru (AZEVEDO, 2011).

2.1.1. Censos Nacionais Indígenas no Paraguai

O Paraguai é pioneiro na realização de um Censo demográfico indígena específico. Nesse país já foram realizados quatro Censos Indígenas. O primeiro em 1981, foi realizado pelo Instituto Paraguayo del Indígena (INDI), que é o órgão governamental responsável pelos temas indígenas, com a cooperação da Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC), vinculado à Secretaria Técnica de Planificación (STP), e os três últimos foram realizados pelo DGEEC, em 1992, em 2002 e 2012, com assessoria específica e metodologia construída de forma participativa.

Um aspecto fundamental, que chama a atenção, foi a metodologia participativa construída nesse processo de realização dos Censos Indígenas. Desde o início do processo, da discussão dos questionários, campanha de divulgação do censo, até a disseminação dos resultados, existiu sempre um grande envolvimento dos próprios indígenas, de modo especial, como recenseadores.

Com relação à demografia indígena histórica, abordo o tema, de forma sintética, a partir dos estudos de Melià (1997). Este autor traz um aspecto importante com relação às estatísticas demográficas da primeira época colonial. Afirma, a partir das observações de Zavala (1977, p.138), que a demografia era compreendida, nesse período, mais como uma ciência de opiniões. No entendimento de Melià, os números a respeito das populações indígenas e, em especial, sobre os Guaraní, *“tal como las presentan los documentos de la*

época se encuentran en un estado de gran confusión, exageración e imprecisión” (1997, p.21).

Outro aspecto considerado relevante por Melià são os interesses que condicionavam a enumeração dos indígenas. Segundo o mesmo autor, esses interesses foram de três tipos:

determinar cuántos eran los indios amigos y aliados, y cuántos los de guerra; cuántos son o podrían ser los indios de servicio, ya sea en condición de yanaconas o de mitayos, y en fin, cuantos fueron los indios que murieron por causa de la explotación colonial (MELIÀ, 1997, p. 21).

Quanto às fontes da demografia histórica, que dizem respeito às estimativas e enumerações dos povos indígenas do Paraguai, segundo Melià, são de diversas ordens e da mesma forma contêm intenções diferenciadas:

são informes, cartas e ‘ordenanzas’ de governadores e oficiais reais que dão conta da situação da colônia, de suas potencialidades econômicas e também de suas dificuldades; as vezes se trata de denúncias pelo ocaso demográfico causado ‘por guerras, mal tratos e epidemias’ do que seria principal responsável o sistema das *encomiendas* (1997, p.21)²⁷.

No que diz respeito aos objetivos da enumeração dos indígenas, Melià afirma que as “preocupações demográficas” desse período tinham clara relação com o processo de formação da nova colônia que se instaurava no Paraguai (1997, p. 22).

Em termos de análise descritiva, as diversas etapas da demografia histórica que Melià (1997, p. 22) apresenta são a partir dos estudos de Caravaglia (1983, p. 153), e estão estruturados em seis principais momentos. Neste estudo apresento, de forma sintética, essas etapas e apenas citar as diversas fases.

O primeiro período vai de 1537 a 1650, e é denominado como “A etapa que precede as visitas”. Esta primeira etapa se desdobra em diversos outros momentos. O tempo seguinte abrange os anos de 1652 a 1799 e é conhecido como a etapa “protoestatística”. O período que seguiu diz respeito à população das reduções jesuíticas. Na sequência apresenta a dinâmica da população encomendada. A penúltima etapa, apresentada pelos autores já

²⁷Tradução livre da autora.

citados, é chamada de “a ação contínua das epidemias”. E a última é denominada “*o fim dos pueblos de índios*” (CARAVAGLIA, 1983, *apud*, MELIÀ, 1997, p. 22).

A principal característica da etapa inicial, segundo Melià (1997, p. 23), é “a ocasionalidade e a informalidade da estimação demográfica”. Outra característica importante é a preocupação em citar os diversos povos, conhecidos, na época, como nações.

Para Melià (1997, p. 27), este período inicial foi marcado por uma notável força persuasiva política e social e, por essa mesma razão, exposto a tentativas de manipulação e ideologização, ao mesmo tempo, e se manifestou como recurso de conhecimento do objetivo do processo colonial e instrumento de planificação.

Nos “Censos” do Paraguai colonial já era possível conhecer as populações indígenas por sexo e por grupos etários. No entanto, Melià afirma que:

Para efectos de Censo y estadísticamente se habría perpetrado un verdadero genocidio de los indios Guaraní. En realidad aun habiendo ocurrido muchas muertes no naturales entre los Guaraní, hay que reconocer que parte de la población indígena dejó de serla al migrar social y políticamente a la categoría de español, y después de Paraguay, transformación para la cual no le era necesario ni mestizarse – aunque muchos lo hicieron – ni menos cambiar de lengua. La casi totalidad de “españoles” y de Paraguayos siguió hablando guaraní (1997, p.45).

Na etapa que é denominada como “a demografia indígena nas reduções jesuíticas”, observa Melià, a partir de estudos de Maeder - que é quem se destaca no conhecimento deste período - existem informações detalhadas, quase que anualmente registradas, sobre crescimento médio anual, saldos migratórios, taxas de natalidade e de mortalidade e índices de masculinidade (MELIÀ, 1997).

As estimativas demográficas mais recentes sobre os povos indígenas do Paraguai estão a cargo, principalmente, de estudiosos como Chase-Sardi, em trabalhos de 1972 e 1990, em que traz uma visão panorâmica sobre a situação atual dos povos indígenas no país. Outro trabalho importante é do projeto *Paĩ Tavyterã* que publicou informações sobre população, localização, situação política, econômica e social e situação das terras, em

1977. Além disso, há outros trabalhos sobre etnias específicas que Melià (1997) cita em seu trabalho.

O Censo de 1981²⁸ é o primeiro considerado especificamente indígena, realizado no Paraguai pelo Instituto Paraguayo del Indígena (INDI) com a cooperação da Dirección General de Estadísticas y Censos (DGEEC).

As dificuldades encontradas no Censo de 1981 não foram superadas em 1992:

En la recolección de los datos hubo dos factores negativos [...] Uno de ellos se refiere al aislamiento de las comunidades y las dificultades de acceso a las mismas; el otro surgió del rechazo al empadronamiento que por razones históricas y culturales mostraron algunas etnias (MELIÀ, 1997, p. 87).

Para Melià (1997), na tentativa de facilitar essa tarefa ao recenseador se proporcionaram alguns conceitos básicos no que se refere ao ser indígena e comunidade e, como usar as noções de domicílio e família e o conceito de etnia.

A seguir apresento estes conceitos de indígena e de comunidade, para compreendermos a perspectiva pela qual se encarou o Censo de 1981.

-Fue considerada indígena para el censo toda persona que dijera pertenecer a una determinada etnia y, además, habitase un hogar en una de las comunidades indígenas. - Cualquier persona que dijera pertenecer a una determinada etnia y mantuviese residencia en una comunidad indígena, aunque negara ser “indio” o “indígena”. -Cualquier persona que dijera pertenecer a una determinada etnia y fuese miembro de una familia en una comunidad indígena existente, aunque uno o ambos de sus padres biológicos no fuesen indígenas. -La persona residente en una comunidad indígena pero que negara pertenecer- obviamente no perteneciese – a una determinada etnia indígena. Por ejemplo: misioneros, antropólogos, no indígenas que hubieren contraído matrimonio con no indígenas. - La persona, hijo de padres biológicos indígenas, que hubiera perdido todo concepto con su comunidad de origen. Por ejemplo: Criados, que viviesen definitivamente con familias no indígenas.

-Comunidad - si una familia indígena viviera en una estancia, ésta pertenecería a una comunidad indígena de mantener lazos sociales constantes con otras familias indígenas de esas comunidades (MELIÀ, 1997, p. 86 e 87).

²⁸ Não foi possível ter acesso ao Censo de 1981, o estudo se dá baseado nos estudos de Melià (1997) que ao tratar do Censo de 1992 traz um panorama geral do Censo de 1981.

Para Melià (1997, p.87), com relação ao conceito de indígena, não houve maiores problemas, apenas uma limitação a ser considerada, a exclusão dos indígenas em áreas urbanas. Nesse sentido, Melià (1997, p.86) afirma:

Dado que este censo estuvo dirigido exclusivamente a los indígenas, no presentó mayores dificultades para la identificación de los mismos en el campo. Como bien lo señala el estudio (Pg. 15), "... se dispuso de la ventaja de que al campesino Paraguayo el término "índio" o su equivalente "indígena", le resulta ofensivo, y en ningún momento se encontraron personas no indígenas que quisieran ser incluidos en el censo".

Com relação à participação indígena neste Censo, observa-se que foi, exclusivamente, como recenseadores. Assim, descreve Melià (1997, p. 87):

Dado que una de las mayores dificultades en este tipo de Censo suele tener mucho que ver con la gran distancia psico-social que hay entre los empadronadores y los indígenas, se procuró obviar el problema con la incorporación de los mismos indígenas en el trabajo de recolección de datos.

O Censo de 1992 difere do de 1981, pois recenseou a todas as pessoas e domicílios num momento determinado. Nas áreas urbanas se fixou um dia e na área rural em torno de duas semanas. É interessante notar que são nas áreas rurais que a maioria dos indígenas vive (MELIÀ, 1997).

Comparado ao Censo anterior, no Censo de 1992 houve maior envolvimento indígena, no entanto, ainda limitado a algumas regiões. Assim, como relata Melià (1997, p. 89 e 90):

En algunas zonas fueron los mismos indígenas, previamente capacitados, quienes empadronaron las comunidades. Con esto se superaba en gran parte el eventual rechazo y la desconfianza que podían darse por razones culturales y sociopolíticas, y se aseguraba un mayor grado de información ya que era recibida en la misma lengua.

O censo de 1992 apresentou algumas dificuldades ou obstáculos que dificultaram a coleta dos dados, mas que, segundo Melià (1997), não prejudicou o processo. Na análise dos dados, essas dificuldades foram superadas com informações complementares. A seguir apresento essas limitações citadas por Melià (p. 90 e 91):

- a) *Falta de un mapeo geográfico previo que tuviera bien localizadas las comunidades indígenas y los lugares donde era previsible su existencia.*
- b) *Dificultad de acceso a las comunidades y lugares de asentamiento, debido al aislamiento de los mismos. Este fue sin duda uno de los principales motivos de la notable subestimación en el número de indígenas censados y las localidades alcanzadas.*
- c) *Dificultad de detectar como indígenas a personas - eventualmente familias-que se encontraban residiendo en contextos sociales Paraguayos, como podrían ser estancias y otros lugares de trabajo: changa, servicio doméstico, venta callejera de artesanía, etc.*
- d) *Confusión en la determinación exacta de la etnia a la cual correspondía un hogar o una persona, debido a la falta de criterios antropológicos adecuados en el empadronador.*
- e) *Supuesta uniformidad étnica de una comunidad cuando en ella se daba la convivencia de varias etnias, sea por matrimonios mixtos interétnicos, sea por entrevero de los hogares de diversas etnias en una misma área.*
- f) *Confianza excesiva en los datos arrojados por líderes comunitarios y/u organizaciones, que de hecho no respondían exactamente ni a la fecha ni a la metodología censal, lo que tampoco los invalida del todo.*
- g) *Problemas para identificar comunidades conocidas con nombres diversos, por duplicación de denominaciones: una indígena y otra “criolla o Paraguaya”. A esto se debe acrecentar el problema de la grafía del lugar no siempre coincidente.*

O Censo de 2002 amplia de forma substancial a participação indígena, observando-se maior envolvimento desde o início, enfim, em todo o processo do Censo:

El principio metodológico para las actividades desarrolladas antes, durante y posterior al empadronamiento censal indígena se basó en la plena participación de los pueblos indígenas y el acompañamiento activo de todas las instituciones indigenistas públicas y privadas. Esta búsqueda de participación activa de las comunidades indígenas se fundamentó en el reconocimiento de las diversas culturas vigentes en el país y también teniendo en cuenta las limitaciones de los trabajos anteriores. Paralelamente a esta tarea se apeló al llamado de participación de todos los entes indigenistas del sector público y privado, generando un mensaje aglutinante basado en el objetivo general de la tarea, con lo cual se intentaba zanjar las diferencias existentes entre ambos sectores (SERVIN, 2008, p.14).

É importante notar que a participação foi sendo ampliada no decorrer do processo, como sinaliza J. Servin, que coordenou este Censo Indígena:

La participación indígena se dio inicialmente de la mano de sus representantes (líderes políticos y religiosos), y luego con la colaboración

de otros referentes importantes, como maestros y agentes de salud, entre otros, hasta llegar a todos los miembros de la comunidad. Se buscó también la participación de las instituciones - indigenistas, tanto del sector público como del privado, así como de las diferentes iglesias que trabajan o tienen presencia en las comunidades indígenas. En síntesis, se procuró en todo momento superar los prejuicios, en especial de los indígenas y del sector privado, ante iniciativas impulsadas por un ente público y ante un proyecto tan amplio, ambicioso y complejo como es un Censo Nacional de Población y Viviendas (SERVIN, in DGEEC, 2003, p. 9).

Segundo o coordenador geral do Censo Nacional Indígena 2002, para garantir a qualidade desta participação indígena foi necessário que esta, também, fosse subsidiada, orientada e preparada:

La participación indígena estuvo preparada convenientemente por la DGEEC, en estrecha colaboración con los mismos pueblos indígenas y diversas instituciones indigenistas del sector privado y público. Desde el inicio del operativo se vio la necesidad de generar y fortalecer la confianza hacia el trabajo censal de todos los sectores, en especial de los pueblos indígenas, como la mejor garantía para que el operativo fuera viable y redundara en beneficio de todos (SERVIN, in DGEEC, 2003, p. 9)

De modo geral, com relação ao envolvimento e participação indígena, podemos concluir sobre sua importância no que diz respeito à autonomia dos povos indígenas que, em todos os processos, devem ser ouvidos e encarados como protagonistas, como bem reconhece Servin (in DGEEC, 2003, p.10):

La tarea de realizar un Segundo Censo Nacional Indígena ha dejado para la DGEEC una lección importante. Los pueblos indígenas ya no son meros objetos de análisis, sino sujetos activos que están aprendiendo a aplicar adecuadamente instrumentos de conocimiento ajenos a su cultura, pero con los que consiguen resultados auspiciosos y válidos para todos.

Nesse sentido, para Servin (2008, p.1), “*el logro de la participación indígena se basó, fundamentalmente, en el establecimiento y fomento de una confianza mutua (gobernabilidad) entre los pueblos indígenas y el Equipo Técnico*”

No Seminário da CEPAL foi apresentada a experiência do segundo Censo Nacional Indígena de Población y Vivienda de 2002. Segundo este documento: “*Se resaltó la importancia de la participación indígena a lo largo de todo el proceso censal, así como un permanente contacto de los organizadores del censo con los pueblos, promoviendo*

actividades de sensibilización y difusión en lengua indígena” (CEPAL, 2009, p. 21). E segue o mesmo documento sobre o relato da experiência deste Censo:

Subrayó la importancia de realizar un censo indígena a modo de disponer de datos fiables sobre las condiciones de vida de los pueblos indígenas, identificando la diversidad de identidades y lenguas, y no solamente la cantidad. Además, este censo fue importante para favorecer la autoestima indígena, mediante la visibilización de las potencialidades culturales indígenas. Para la identificación se utilizaron tres criterios: auto descripción, lengua y localización geográfica (CEPAL, 2009, p. 21).

No relato, também foi destacada a importância da preparação dos indígenas e da metodologia utilizada na formação. *“En la capacitación se emplearon materiales audiovisuales adecuados al contexto y se enfatizó en la comprensión de los instrumentos y procedimientos. Para garantizar el éxito del censo indígena, el 98% de los involucrados en el mismo eran indígenas”* (CEPAL, 2009, 21).

Com relação aos desafios, às lições aprendidas, assim descreve o relatório da CEPAL:

se resalta el compromiso institucional de realizar el censo específico para población indígena, con un equipo técnico especializado, con enfoque de derechos humanos, respetando tanto la identidad, las prácticas y cosmovisión, como la territorialidad indígena en todas las etapas del censo. A modo de desafíos, se identificó la necesidad de contar con unidades especiales en diferentes entes públicos que trabajen temática indígena (2009, p. 21).

O documento segue enfatizando a importância da divulgação das informações *“a todos los estratos sociales, instituciones, organizaciones indígenas, autoridades y otros actores, insistiendo en el discurso que las estadísticas son herramientas para incidir en las políticas públicas y no un fin en sí mismo”* (CEPAL, 2009, p.21).

As limitações apontadas no relato da experiência do Paraguai são descritas como *“la falta de mapeo geográfico previo y dificultad de acceso a las comunidades”*. Além disso, o relato destacou limitações com relação *“a la identificación de determinados pueblos indígenas, la captación de personas indígenas fuera de las comunidades tradicionales y por la supuesta homogeneidad étnica al interior de una comunidad, entre otros aspectos”* (CEPAL, 2009, 21).

Uma das dificuldades em comparar os Censos é quanto à forma que aparece a questão da identidade, por exemplo. Na avaliação da CEPAL:

En el Paraguay, no sólo los resultados de los diferentes censos no son comparables, porque recién en el año 2002 se preguntó con criterio de autodefinición y el formato utilizado para esta pregunta no sigue la pauta utilizada habitualmente en los censos, sino que se agregó una pregunta al final de los cuestionarios individuales donde se intentó identificar a cada persona, ya censada, con su origen indígena. Esta peculiaridad puede haber dificultado la identificación de las personas de este origen y, más aun, asociarlas con las demás características censales (2009, p. 74).

Para 2012, no que diz respeito a formas de participação dos povos indígenas nas etapas do Censo, pretendia-se dar continuidade e ampliação ao processo de envolvimento dos povos indígenas, como consta no relatório:

el diseño y contenido del cuestionario es analizado y discutido con instituciones indigenistas de varios sectores de la sociedad. Está prevista la recolección de datos en base a la configuración de la estructura censal con participación de la población indígena; esto implica también el involucramiento en la capacitación y difusión. Respecto al análisis de los resultados, se analizará el mecanismo que permitirá la más amplia participación (CEPAL, 2009, p. 89).

A população indígena no Paraguai, segundo o último Censo Nacional de Población y Viviendas de 2012, é de 117.150 pessoas. Dos 6.435.218 Paraguaio, 3,3 % são indígenas. Em 2002 somavam 87.099 pessoas, que representavam 1,7% da população total do país. Na tabela 6, a seguir, nota-se o peso da população indígena na população total. Em 1981, a população indígena representava 1,3% da população total do país, em 1992, de 1,2% e, em 2002, essa proporção aumentou um pouco, para 1,7%. A proporção de indígenas com relação aos não indígenas nos Censos também foi crescente, como se observa na tabela 6, a seguir, que em 2012 representava 3,3% da população total.

Tabela 6. Proporção da população nacional e indígena por ano censitário, Paraguai, 1981 a 2012

Ano censal	Pop.do país (estimação)	Pop. Indígena	%
1981	2.954.171	38.703	1,3
1992	4.152.588	49.487	1,2
2002	5.183.080	87.099	1,7
2012	6.435.218	117.150	3,3

Fonte: DGEEC. II Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, 2002 e III Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, 2012

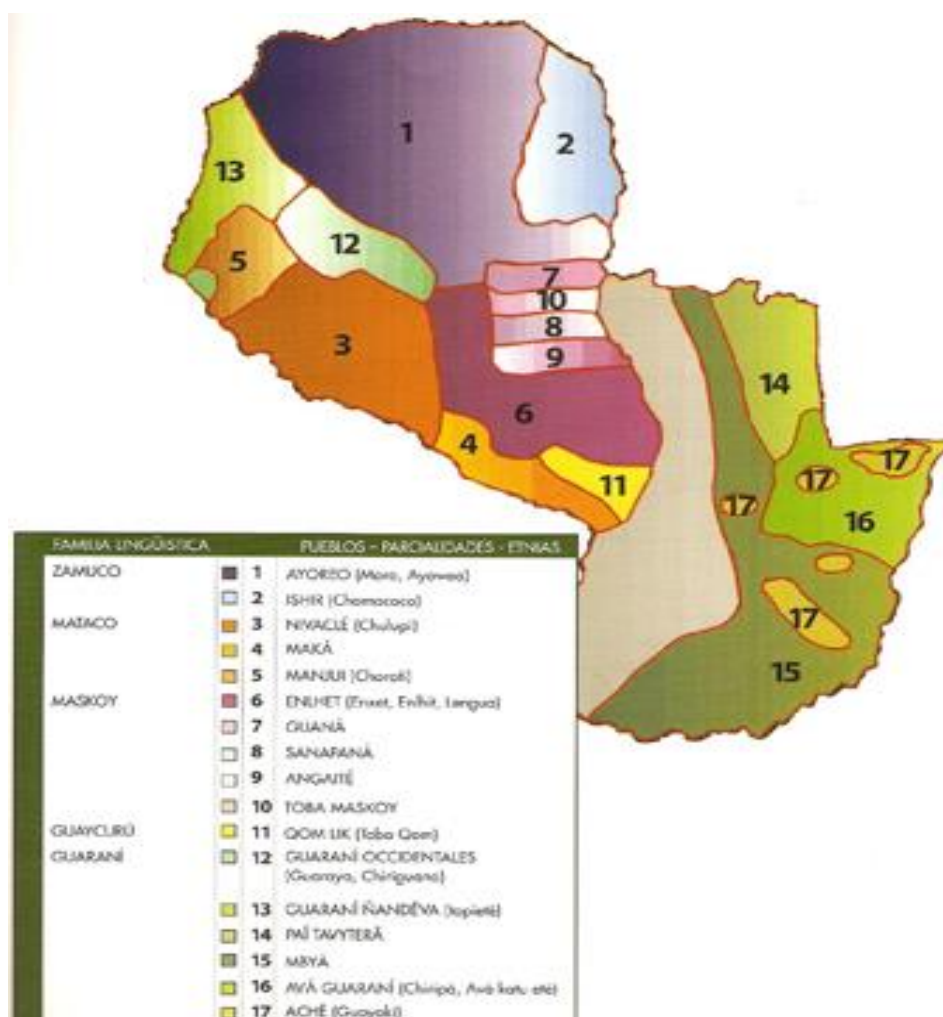
Esta população indígena está distribuída em 17 povos indígenas de 5 famílias linguísticas: Tupi-Guarani (Paĩ-Tavyterã²⁹, Mbyá, Ava-Guarani³⁰, Guarayo, Ñandeva ou Tapiete³¹, Aché-Guayakí); Zamuco (Ayoreo, Chamacoco); Mataco-Mataguayo (Nivacle, Maká, Manjui); Lengua-Maskoy (Lengua, Sanapaná, Guaná, Angaité, Toba-Maskoy); e Guaicuru (Toba-Qon) (MELIÀ, 1997).

²⁹ Corresponde aos Kaiowá de Mato Grosso do Sul.

³⁰ Corresponde aos Guarani Ñandeva de Mato Grosso do Sul que se autodenominam apenas como Guarani.

³¹ Apesar de serem denominados Ñandeva, estes não são os Guarani Ñandeva de Mato Grosso do Sul.

Figura 4: Distribuição das populações indígenas segundo a família linguística, Paraguai, 2002



Fonte: http://www.portalguarani.com/obras_autores_detalle.php?id_obras=5170

Conforme a publicação dos resultados finais do Censo Indígena de 2002, a população indígena cresceu consideravelmente. Em 21 anos, de 1982 a 2002, a população indígena, que era de 38.703, passou para 87.099 pessoas. A taxa de crescimento anual dessa população foi de 3,9%, sendo maior que a não indígena, que foi de 2,7 % ao ano. Em 2012 passou para 117.150 indígenas e sua taxa de crescimento foi de 2,63% ao ano (DGGEC, 2012).

Tabela 7. Taxa de crescimento, População indígena total, Paraguai, 1981 a 2012

Período	população	taxa de crescimento (%)
1981-1992	16.091	2,26
1992-2002	23.408	5,82
2002-2012	46.215	2,63
1981-2012	60.930	3,52

Fonte: INDI. Censo y Estudio de la Población Indígena del Paraguay 1981.

STP/DGEEC. Censo Nacional de Población y Viviendas 1992.

STP/DGEEC. II Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas 2002.

STP/DGEEC. III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas 2012.

Com relação à fecundidade dos Povos Indígenas, observa-se que, em 2002, o número médio de filhos por mulher era de 6,3, indicando que a fecundidade das mulheres indígenas é alta. Se comparada com a média das mulheres não-indígenas (3,9), representa pouco menos que o dobro.

Tabela 8. Taxas de Fecundidade Total, Paraguai. 2002.*

Área	Pop. Nacional	Pop. Indígena
Urbana	3,2	4,8
Rural	5,1	6,5
Total País	3,9	6,3

Fonte: DGEEC. IICenso Nacional Indígena de Población y Viviendas 2002, Censo Nacional de Población y Viviendas 2002. Muestra del 10%* Datos preliminares.

Quanto aos dados sobre taxas de fecundidade total, só há os dados gerais, não há taxas específicas por idades, nem dos censos anteriores. Mas percebe-se que a TFT da população indígena (6,5%) é elevada e se aproxima da realidade de TFT da população rural (5,1%) que, também, é alta. Em 2012, a taxa de fecundidade total das mulheres indígenas já apresentou queda. De 6,3 foi para 4,5 (DGEEC, 2012).

A tabela 9, a seguir, traz a distribuição da população indígena por região: Ocidental e Oriental. Nos Censos de 1981 e 1992, a população indígena se concentrava mais na região Ocidental, no Chaco, principalmente. O quadro está se invertendo, concentrando, atualmente, a maior parte da população na região Oriental, indicando também a crescente urbanização das populações indígenas.

Tabela 9. Distribuição da população indígena por região, período 1981-2012, Paraguai

Ano	R. Oriental	R. Ocidental	Total
1981	12.706	25.997	38.703
1992	21.872	27.615	49.487
2002	44.135	42.964	87.099
2012	58.969	53.879	112.848

Fonte: INDI. Censo y Estudio de la Población Indígena del Paraguay 1981. STP/DGEEC. Censo Nacional de Población y Viviendas 1992. STP/DGEEC. II Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas 2002. STP/DGEEC. III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas 2012. Dados preliminares

Ainda com relação à distribuição espacial da população indígena, segundo o DGEEC (2002), os indígenas do Paraguai estão assentados, predominantemente, em áreas rurais (91,5%). No entanto, cabe destacar que 5 etnias têm uma presença significativa em áreas urbanas: Maká (77,4%), Maskoy (32,7%), Guaraní Occidental (29,4%), Nivaclé (25,2%) e Enlhet Norte (24,4%). Esta distribuição denotaria uma expulsão para os centros urbanos e, dadas as condições atuais, provavelmente, poderão intensificar-se nos próximos anos.

A razão de sexo entre os indígenas no Paraguai é bastante equilibrada; ao longo do tempo se mantém, indicando maior população de homens sobre a população de mulheres, como podemos observar na tabela 10 a seguir.

Tabela 10. População indígena total por sexo e razão de sexo, Paraguai, 1981 a 2012

Ano	Total	Homem	Mulher	Razão de Sexo
1981	38.703	20.010	18.693	107,0
1992	49.487	25.636	23.851	107,5
2002	87.099	45.031	42.068	107,0
2012	112.848	58.375	54.473	107,2

Fonte: INDI. Censo y Estudio de la Población Indígena del Paraguay 1981.

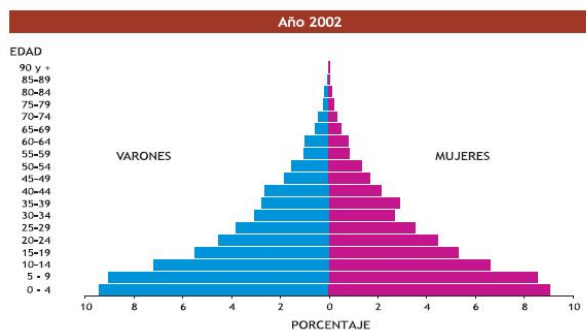
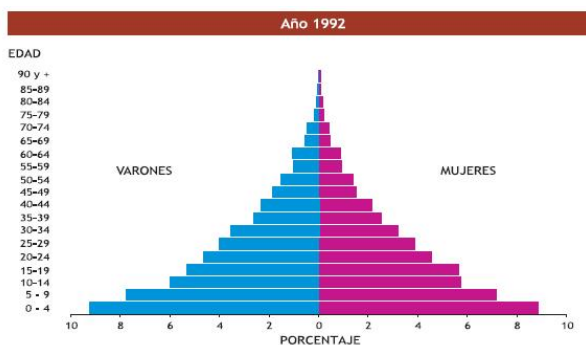
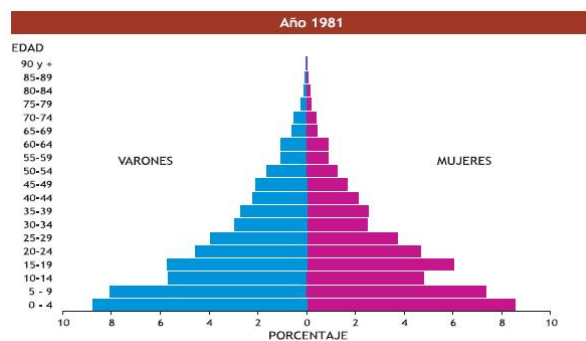
STP/DGEEC. Censo Nacional de Población y Viviendas 1992.

STP/DGEEC. II Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas 2002.

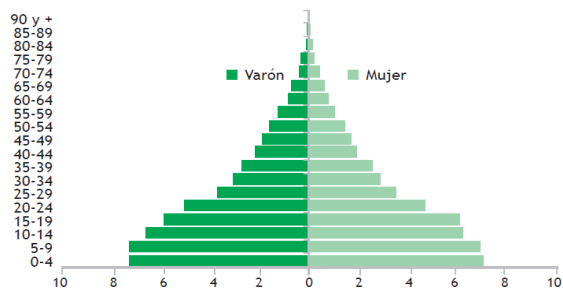
STP/DGEEC. III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas 2012.

A tabela acima indica a população indígena total por sexo e razão de sexo de 1981 a 2012 e se observa a predominância de homens.

Gráfico 1. Estrutura da População Indígena por Idade e Sexo, 1981, 1992, 2002, 2012, Paraguai



2012



Fonte: DGEEC. Segundo Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, 2002 e 2012

Nos gráficos apresentados, vemos a distribuição etária da população indígena do Paraguai de 1981 a 2012. As pirâmides da população indígena do país mantêm a forma característica de uma estrutura populacional eminentemente jovem, com base larga. É clara expressão de uma fecundidade alta, que logo vai reduzindo rapidamente nas idades adultas devido às altas taxas de mortalidade a que estão expostas, até converter-se num vértice agudo, devido à reduzida proporção de adultos maiores (DGEEC, 2002).

2.1.2. Os censos demográficos brasileiros e os povos indígenas

O desafio de estudar os povos indígenas a partir do olhar da demografia se dá por dois motivos principais. Por um lado, há uma falta de dados confiáveis. Na maior parte das situações encontramos apenas uma cifra de população total para uma determinada área, sem especificação de sexo, idade, número de mortes por idade e número de filhos nascidos vivos, por idade da mãe. Por outro lado, a metodologia da análise demográfica disponível é adequada a populações de grande porte, o que não é o caso da maior parte dos povos indígenas residentes no Brasil. A segunda dificuldade, no entanto, pode ser contornada com um acúmulo de dados históricos ou com processos de correção e adequação estatística (AZEVEDO, 2003).

Nesse sentido, no âmbito da demografia, os estudos sobre migração indígena são escassos, quer pelas dificuldades de se obter informações específicas sobre esse tema, quer pela dificuldade de obtermos informações sobre povos indígenas no Brasil.

No Brasil, os estudos demográficos sobre povos indígenas se desenvolveram privilegiando dois grandes temas: perfil demográfico dos povos indígenas, relacionando-o com as culturas desses povos, entendida aqui de maneira ampla; e indicadores de qualidade de vida, especificamente de saúde (PAGLIARO, AZEVEDO E SANTOS, 2005), sendo poucos os estudos relacionados à migração.

Até recentemente, para estudar uma etnia específica nos deparávamos com a falta de dados. Como bem descreve Pagliaro (2002, p. 18), “as fontes de dados oficiais sobre as populações indígenas sempre foram muito precárias”. A autora informa ainda que,

“além dos históricos recenseamentos pouco confiáveis dos governos provinciais, censos periódicos e registros de eventos vitais do SPI” (Serviço de Proteção ao Índio)³², contava-se com informações sobre “algumas populações, levantadas pela Funai que, por sua vez, oscilavam, ao longo do tempo, de acordo com os interesses políticos deste órgão” (PAGLIARO, 2002, p. 18).

O que existia até 1991 eram dados dispersos de estudiosos, missionários, antropólogos e movimentos indígenas, como a FOIRN (Federação das organizações Indígenas do Rio Negro). Ultimamente, a partir de 1999, a FUNASA (Fundação Nacional da Saúde)³³ estruturou um sistema de informações sobre o atendimento à saúde das populações indígenas, organizado em uma base de dados denominado SIASI - Sistema de Informações sobre o Atendimento à Saúde Indígena.

Segundo avaliação de Souza (2008), apesar de o subsistema de Atenção à Saúde Indígena ter criado um Sistema de informação em Saúde Indígena (SIASI) que privilegia informações demográficas, epidemiológicas e de utilização de serviços, direcionado às populações indígenas assistidas pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), este ainda não se encontra implantado na sua totalidade nos 34 DSEIs, o que acarreta uma série de problemas para a cobertura e qualidade da informação em âmbito nacional. Além disso, infelizmente, o SIASI não vem gerando e disponibilizando de forma ampla os dados produzidos pelos DSEIs, apesar do grande investimento direcionado para a criação deste sistema de informação.

Além disso, pode-se mencionar várias outras iniciativas de sistematização de dados demográficos por parte de instituições religiosas, de saúde e organizações não

³² Inicialmente era SPILTN (Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais). Órgão criado em 1910, através do Decreto nº 8.072, como órgão ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e tinha o objetivo de prestar assistência aos índios do Brasil e estabelecer centros agrícolas, constituídos por trabalhadores nacionais. Depois de 1918, resumiu-se em SPI (Serviço de Proteção aos Índios). Por motivos de corrupção, a partir de 1967, este órgão foi substituído no que hoje é a FUNAI – Fundação Nacional do índio, órgão ligado ao Ministério da Justiça (GAGLIARDI, 1989).

³³ Em 1991 o Decreto 23 da Presidência da República transferia da FUNAI para o Ministério da Saúde através da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) a responsabilidade pela coordenação das ações de saúde voltadas aos povos indígenas (GARNELO, MACEDO e BRANDÃO, 2003). As suas diretrizes foram definidas na Lei 9.836/99 de 23 de setembro de 1999, que institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

governamentais e associações de povos indígenas, cada vez mais presentes no cenário nacional. Ainda de âmbito nacional, além das fontes de dados oficiais, o levantamento conduzido pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) resultou na publicação “Povos Indígenas no Brasil”, contendo dados referentes ao tamanho populacional e localização geográfica dos índios brasileiros de 1978 a 1992 (CEDI, 1983, 1991). As fontes de dados demográficos utilizadas na publicação são baseadas, principalmente, em informações de antropólogos e missionários, bem como de eventuais censos conduzidos por organizações não-governamentais, FUNAI e outras agências de apoio à causa indígena. Criado em 1994, o Instituto Socioambiental (ISA) incorporou o acervo acumulado durante 15 anos pelo Programa Povos Indígenas no Brasil do CEDI e vem atualizando esta base de dados (ISA, 1996).

As demais fontes de dados são focais e geralmente oriundas de programas de assistência à saúde, como, por exemplo, aquele conduzido pelo Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Desde 1966, este programa tem desenvolvido ações de saúde no Parque Indígena do Xingu. A partir das bases de dados deste programa, coletados sistematicamente e prospectivamente, têm sido geradas várias pesquisas demográficas em anos recentes (PAGLIARO, AZEVEDO, SANTOS, 2005).

Outra iniciativa relevante no levantamento de informações sobre povos indígenas, como já indicado anteriormente, é a da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) que, insatisfeita com o resultado do Censo de 1991, realizou em 1992 o Censo Indígena Autônomo do Alto Rio Negro, cujo objetivo foi o mapeamento da realidade demográfica desta região. Esta iniciativa por parte da FOIRN foi também estimulada pela existência de diversas e díspares estimativas populacionais indígenas no Alto Rio Negro. Ademais, estas estimativas limitavam-se à contagem total da população e, o que parece ser mais grave, servia de base para a formulação de políticas de assistência à saúde e à educação e, principalmente, para a definição de políticas fundiárias (AZEVEDO, 2006).

Como experiência pioneira, foi realizado, entre 2002 e 2003, um diagnóstico sócio-demográfico participativo entre os Sateré-Mawé, tendo como objetivo geral a

quantificação e verificação das características sócio-demográficas e ocupacionais da população, com vistas à produção de informação confiável. Mais do que quantificar, há o entendimento de que informações são imprescindíveis para orientar políticas públicas mais adequadas, ou seja, se constituem em dimensões importantes para os povos indígenas ponderar sobre a sua situação atual (TEIXEIRA, 2005). Além do pioneirismo, este levantamento participativo considera uma questão importante no processo da coleta de dados: não se restringiu somente aos indígenas que viviam dentro de terras indígenas, ou seja, foram também coletados dados sócio-demográficos de Sateré-Mawé residentes em cidades próximas das Terras Indígenas.

Nos últimos anos observam-se diversas iniciativas com vistas a superar a carência de dados demográficos sobre os povos indígenas no Brasil (PAGLIARO, AZEVEDO E SANTOS, 2005). O contexto em que o Censo Demográfico de 1991 estava inserido é o que se situa depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, quando, então, se apresenta um capítulo específico sobre os povos indígenas. Nela há o reconhecimento de que o Estado precisa assegurar as condições para que possam viver segundo seus próprios princípios culturais e sociais, sem a perspectiva, inexorável, de que virão a se integrar na sociedade nacional.

O censo de 1991 foi o primeiro censo nacional que levantou informações sobre as populações indígenas. Foi este que incluiu a categoria indígena como possível resposta para a pergunta sobre raça/cor da pele. As respostas possíveis passaram a ser branca, preta, amarela, parda e indígena. No censo de 1991 foram recenseados somente os indígenas não aldeados, ou moradores de postos da FUNAI e missões religiosas, enquanto que o censo de 2000 incluiu os territórios indígenas, revelando o aumento na cobertura censitária (AZEVEDO, 2003).

No entanto, este quadro está mudando nos últimos anos. Diversas iniciativas foram tomadas, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina, para se produzir informações com qualidade sobre os povos indígenas (PEREIRA, N., 2011). Como exemplo dos esforços em reverter o quadro de carências, aparece o aumento no número de pesquisas em comunidades específicas e a consolidação de redes de

pesquisadores voltados para o estudo da demografia indígena (como o Grupo de Trabalho de Demografia dos Povos Indígenas da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, pesquisadores ligados à ABRASCO, ABA, dentre outras associações). Destaca-se, também, a Criação do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística – GTDL, coordenado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/MC (PEREIRA, N., 2011).

Outro elemento importante é que, para a realização do censo 2010, o IBGE em parceria com a FUNAI e com o GT da ABEP, adequou sua malha cartográfica quanto aos limites das Terras Indígenas, isto é, que os setores censitários³⁴ especiais coincidissem com os perímetros das terras indígenas. Essas formas facilitam a produção de informações populacionais integradas à base cartográfica, fato que auxilia de modo significativo a produção e monitoramento de políticas públicas (AZEVEDO, 2011).

A possibilidade de colaboração entre o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e os antropólogos da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), os linguistas da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística), os demógrafos da ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais) fez com que fosse possível essa melhoria dos processos de coleta das informações sobre povos indígenas no Censo 2010.

Não há dúvida de que com o Censo Demográfico 2010 aprimorou a coleta das informações sobre os povos indígenas com a mudança da pergunta sobre raça/cor para o questionário do universo, em que toda população brasileira respondeu, e a incorporação de duas perguntas a mais: uma sobre o povo/etnia de quem se autodeclarou indígena, e a outra sobre as línguas faladas no domicílio daqueles que se autodeclararam indígenas. Para melhorar a captação das informações sobre esses povos, após a realização de um pré-teste dos questionários em Terra Indígena, adicionou-se a pergunta “Você se considera indígena?”, feita para aquelas pessoas que residem em Terras Indígenas, mas que não se identificaram enquanto tais na primeira pergunta sobre raça/cor da pele, tendo preferido outras categorias de respostas como brancos, pardos ou mesmo pretos.

³⁴O setor censitário é a unidade territorial estabelecida pelo IBGE para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador.

Segundo Nilza Pereira (2011, p. 116):

As recomendações internacionais para censos na investigação da língua sugerem a adoção dos conceitos: *língua materna*, definido como o primeiro idioma falado na infância em casa; o *idioma principal*, definido pelo que a pessoa se expressa melhor; o *idioma atualmente falado em casa ou no trabalho* e o *conhecimento de idiomas*, definido como habilidade de escrever um ou mais idiomas designados. Para fins do censo 2010, foi selecionado o idioma falado em casa, com a finalidade de se obter o repertório de línguas indígenas faladas no país; o número de falantes de cada língua, sem distinção de graus de proficiência; a distribuição espacial da língua; o grau de bilinguismo em relação ao português, dentre outras informações.

No censo 2010 aconteceram importantes avanços nas formas de captação dos dados censitários para os indígenas. O primeiro foi o quesito da cor ou raça que, até 2000, era investigado no questionário da amostra e passou a ser investigado no questionário básico no censo 2010, que cobriu toda a população residente no país. Houve também, no censo 2010, a introdução da investigação da etnia e da língua falada no domicílio (PEREIRA, N., 2011).

2.2. A metodologia participativa no estudo de caso: O Projeto Ojeguata Porã

No âmbito do projeto de Apoio ao Fortalecimento das Políticas Públicas entre os Guarani na região das fronteiras entre Paraguai, Argentina e Brasil, foi realizada uma pesquisa piloto participativa que teve, como objetivos principais, demonstrar alguns padrões de mobilidade espacial dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul, bem como dar continuidade a pesquisas participativas que possam colaborar com um processo de formação de pesquisadores desse grupo. Essa pesquisa foi realizada em Caarapó, terra indígena localizada no município do mesmo nome, na região sul do Estado. A pesquisa procurou descrever os deslocamentos espaciais dos moradores dos domicílios, em especial focando os adultos, a partir de mais ou menos 20 anos de idade, e uma geração acima.

Esta etapa de trabalho em Caarapó teve como objetivo “construir uma metodologia de pesquisa e constituir uma equipe de pesquisadores indígenas e não indígenas que pudesse replicar essa investigação em outras terras indígenas, na região das fronteiras” (COLMAN, *et al*, 2010, p. 4). É importante conhecer os dados sobre população

e compreender suas trajetórias migratórias para a implementação das políticas públicas de saúde, educação, alternativas econômicas, entre outras.

É cada vez mais importante, e é uma demanda claramente formulada, que a própria população indígena, em especial as suas lideranças, professores e agentes de saúde, conheçam e saibam manejar essas informações, condição para melhor fiscalizarem e participarem na implementação e controle social das políticas públicas as eles destinadas. Por isto, a ideia de fazer um trabalho de pesquisa participativa, incluindo, na mesma equipe, professores e pesquisadores do NEPPI/UCDB e do NEPO/Unicamp, professores e lideranças guarani e kaiowá da Escola Ñandejára Pólo da TI Caarapó, para um primeiro levantamento dos diferentes tipos de mobilidade espacial de indivíduos e/ou famílias, incluindo pais e avós, filhos e filhas e netos e netas.

Os princípios que orientam essas iniciativas são, de acordo com Colman *et al.* (2010, p. 4), “investigar e, ao mesmo tempo, com os resultados concretos que vão sendo gerados, incorporar outras e novas questões a serem investigadas, sempre tendo como referência a participação do conjunto da comunidade”. Nesse sentido, “o processo de investigação constitui-se, também, em importante processo de tomada de posição da própria comunidade local frente aos problemas em questão” (COLMAN, *et al.*, 2010, p. 4).

Com relação à metodologia, o projeto se desenvolveu a partir de várias reuniões e oficinas³⁵ em que o tema foi discutido com professores, coordenadores e lideranças indígenas de Caarapó, no segundo semestre de 2008. “Na primeira oficina, o tema genérico ‘mobilidade espacial’ foi recortado para pensar no questionário e nas preocupações mais diretas da comunidade local” (COLMAN, *et al.*, 2010, p. 4).

O fato de conhecer outras experiências e a construção coletiva do instrumento de pesquisa - o questionário - foi importante, pois permitiu errar menos. “Partimos de alguns questionários já elaborados no âmbito de outras pesquisas participativas, incluindo questionários sobre pesquisas de trajetórias migratórias. Dessa forma, foi-se constituindo um questionário próprio para essa investigação” (COLMAN, *et al.*, 2010, p. 4).

³⁵ No anexo 7 observa-se algumas fotos das oficinas e das aplicações dos pré-testes e testes na aldeia.

Ao longo do processo, as pessoas foram sendo motivadas e envolvidas no projeto, como se pode perceber no detalhamento dos autores:

Após essa primeira oficina, os professores e lideranças locais conversaram e animaram alunos indígenas do Ensino Médio a participarem como pesquisadores deste trabalho. Foram realizados alguns ajustes no questionário e discutida a possibilidade das entrevistas abrangerem todos os domicílios da Terra Indígena ou restringirem-se a uma amostragem. Nessa fase do trabalho sabíamos que seria muito difícil conseguirmos visitar os cerca de 1.000 domicílios/casas existentes no âmbito de toda a terra indígena de Caarapó (COLMAN, *et al*, 2010, p. 4).

É interessante, na descrição apresentada, a maneira como foi sendo construída esta metodologia participativa, de conversa em conversa, do jeito dos Guarani. Desta forma também se deu o envolvimento gradativo dos pesquisadores com o projeto. Uma segunda oficina, em março de 2009, permitiu a realização de pré-testes por parte de cada entrevistador, visitando pelo menos um domicílio. Nessa etapa do pré-teste, foi formada uma pequena equipe responsável pela revisão e correção dos questionários, cuidados durante o trabalho de campo e coordenação do recebimento dos questionários, acompanhando o número de casas/domicílios cobertas por região. Durante o pré-teste, foram feitos muitos ajustes no questionário e decidido que as entrevistas fossem feitas por amostragem de domicílios, tentando cobrir pelo menos 40% das casas/domicílios de cada região da TI. Foi importante, ainda, discutir os principais conceitos presentes na pesquisa de domicílio, família, entre outros, escritos e acordados entre todos (COLMAN, *et al*, 2010).

A ampla participação indígena deve ser entendida como um dos resultados mais importantes, embora não previsto, inicialmente, no projeto, pois mudanças nas políticas públicas relacionadas aos povos indígenas dependem, fundamentalmente, do seu protagonismo. Esse comprometimento dos pesquisadores indígenas é um dos fatores que remetem para a continuidade do trabalho, em especial a sua extensão a outras aldeias. Os jovens que participaram, diretamente, do trabalho mostraram grande interesse e entusiasmo com a realização da pesquisa (COLMAN, *et al*, 2010, p.20).

Outra discussão foi sobre o tempo de permanência nos locais de trajetórias, para que um deslocamento fosse considerado. Os Kaiowá e Guarani de Te'yikue decidiram que

seria considerado deslocamento uma permanência a partir de três meses. A permanência exclusivamente para trabalho foi contemplada numa outra pergunta com menor tempo de estadia, mas que, infelizmente, este dado não pôde ser tabulado para esta tese.

Definimos também que o idioma do questionário seria em Português e alguns termos seriam mantidos em Guarani e em Português. Conversamos muito a respeito dos termos, como, por exemplo, avô e avó em Português e em Guarani, que teríamos que explicar como ‘mãe do pai’, ‘mãe da mãe’, etc, como bem ilustra a foto 4 abaixo.

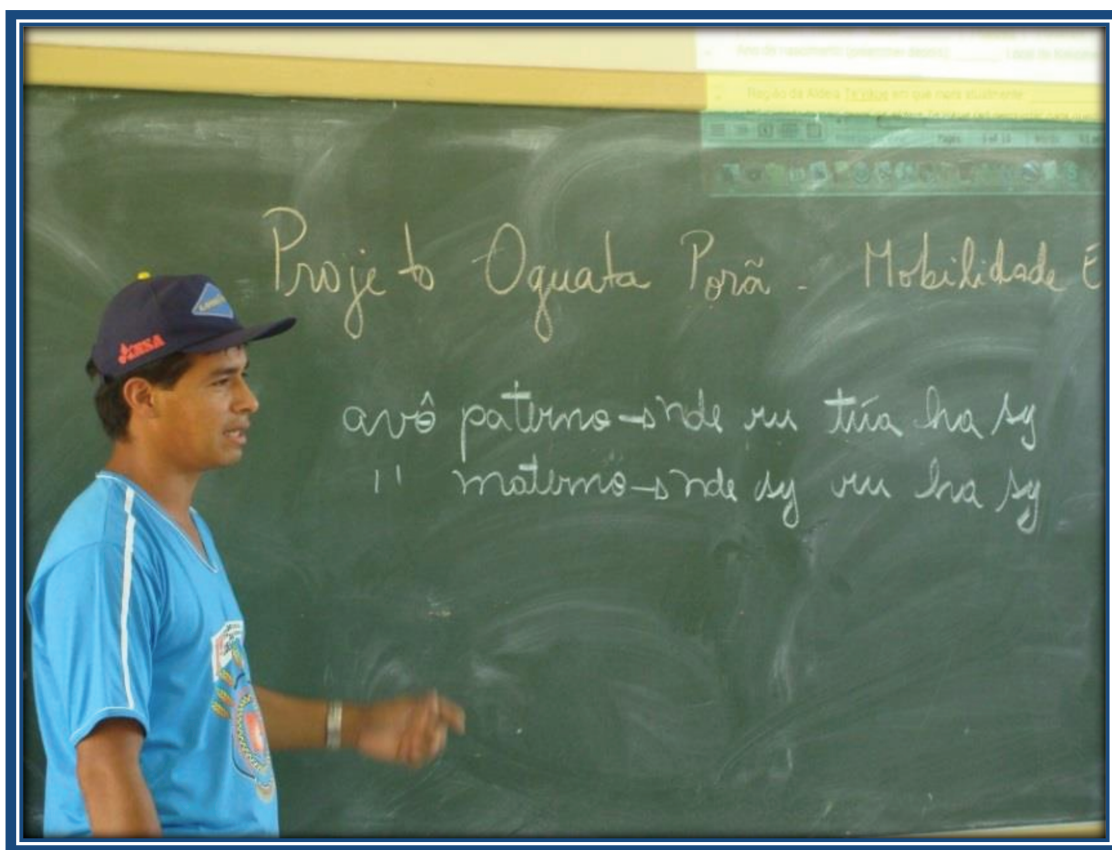


Foto 4. Professor Lídio explicando os termos em guarani (Foto de Suzi Maggi Kras, 2009)

Definimos, também, entrevistar os casados, prioritariamente, para otimizar a entrevista e obtermos o maior número de informações. Sendo casado, poderíamos recolher informações sobre os sogros e sogras.

Outra tomada de decisão foi com relação ao conceito de domicílio. Como as casas de uma família são dispersas, às vezes num mesmo conjunto existe a casa do filho solteiro, a cozinha da família, como está ilustrado na foto abaixo. Definimos domicílio a partir do fogo familiar, local de cozinha e, a todas as casas que participam deste fogo, se definiu como domicílios.



Foto 5. Um domicílio Kaiowá (Foto de Suzi Maggi Kras, 2009)

Durante a aplicação dos questionários ou realização das entrevistas foi importante a revisão das informações em campo mesmo. Desta forma, muitas respostas que apresentavam imprecisões foram esclarecidas. Um aspecto importante da metodologia foi perceber que os mais velhos gostam de falar de assuntos de seu interesse. Assim, alguns deixavam os mais velhos falarem bastante, primeiro, e depois iniciavam as perguntas do questionário. Como relata Alex Junior: “alguns contavam tanta história que demorava muito, a pessoa contava tudo primeiro, depois que se iniciavam as perguntas”. Ouvir antes

e valorizá-los é uma das características próprias de pesquisar com indígenas, observado por Enoque Batista (2006, p. 140): “Não deixo também o entrevistado, depois de falar, sem incentivo. Sempre comento da história, do mito ou do conto, que são assuntos que ele gosta. Tudo que ele conta considero muito importante. Assim eles se sentem bem”. Alex Junior também observou que “alguns só respondiam o que se perguntava”.

Assim também Crispim Soares Martins conduziu sua pesquisa: “Eu falo primeiro pra ele contar a história. Aí tem que deixar contar toda a história e depois vai fazer a pergunta. Se você chega e já pede pra fazer pesquisa, eles já perguntam sobre o retorno, perguntam se a gente está ganhando. Tem gente que não quis dar a resposta aí tive que sair fora”. Paulo Vilhalva também relata sua metodologia: “Tem que explicar o porquê. Eu chego, vou tomar tererê e aí vou conversar, explico para quê é a pesquisa, aí que eles que começam falar”.

O relato anterior está de acordo com os passos para a pesquisa mencionados pelo professor Kaiowá Enoque Batista (2006), em que o autor traz elementos importantes sobre como realizar pesquisa com seu povo. Segundo Batista (2006, p. 139), a pesquisa é diálogo, para dialogar é preciso ouvir as pessoas e que, para ouvir, primeiro precisa “examinar você mesmo, como se relaciona com a comunidade”.

Lourença Isnarde observou que “os mais jovens têm menos histórias pra contar e os mais velhos têm mais histórias”. Já Marluce R. Martins declarou que “as pessoas foram muito receptivas, eu busquei pessoas de sobrenomes diferentes, com curiosidade pra saber de onde vinham”.

Entre os entrevistadores/pesquisadores teve quem seguiu alguns critérios para a escolha dos entrevistados: 1. Os que escolheram os parentes: “Eu entrevistei os da minha família na minha região, eu entrevistei a aluna da MOVA, não falei que era pesquisa e ela respondeu” (Braulina Isnarde). 2. Os que optaram pelas famílias mais próximas: “Fui nas famílias mais perto e nas que eu mais conhecia” (Rosileide Barbosa de Carvalho). 3. Recorte etário, como os mais velhos: “Os que eu entrevistei eram aposentados, procurei os mais velhos” (Marluce R. Martins). 4. Recorte de gênero: “Entrevistei só mulheres” (Cleomara Vilhalva).

CAPÍTULO 3. DEMOGRAFIA INDÍGENA E MOBILIDADE ESPACIAL GUARANI



Foto 6. Viagem de intercâmbio guarani, Alecrin/ARG, 2009 (foto Egon Heck)

Este capítulo versa sobre demografia indígena e mobilidade espacial guarani, sobre o histórico da demografia dos povos indígenas no Brasil e sobre o censo demográfico de 2010 e sua importância para os estudos demográficos Guarani. Ao tratar de mobilidade espacial guarani, a partir do estudo do *Ñane retã* ‘nosso território’, contextualizo o Guarani e as fronteiras; trato também de *Oguata Porã* ‘bela caminhada’ - a concepção guarani de mobilidade espacial – e, ao finalizar o capítulo, abordo o *Ñemosarambipa* (‘esparramo’) - deslocamentos espaciais forçados dos Guarani.

3.1. A demografia dos povos indígenas no Brasil

O estudo da demografia em relação a povos e etnias deve ser pautado, principalmente, em dimensões plurais (PAGLIARO, AZEVEDO e SANTOS, 2005). Azevedo (2003) indica que,

Pesquisas demográficas sobre povos indígenas devem ser sensíveis não apenas ao contexto ambiental e histórico, mas também às características sociais e culturais destas populações. É imprescindível a consideração de aspectos culturais básicos (estruturas sociais, sistemas políticos, sistemas rituais, cosmologias, etc.) juntamente com aspectos históricos e ambientais para um conhecimento mais profundo da dinâmica demográfica destas populações (AZEVEDO, 2003, p. 19).

A partir desta sensibilidade, as especificidades culturais tiveram início mais sistematicamente na Demografia, uma área de estudos sobre populações minoritárias e povos indígenas. Formalmente, em março de 2002, por iniciativa de um grupo de associados da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP –, houve a criação de um comitê de Demografia dos Povos Indígenas, com o objetivo de “estudar a articulação dos processos demográficos e a organização social das sociedades indígenas no Brasil, de forma a preencher a lacuna existente neste campo de estudos” (PAGLIARO, AZEVEDO e SANTOS, 2005, p. 24).

O grupo, formado tanto por demógrafos quanto por antropólogos, realizou, naquele mesmo ano, em Ouro Preto, no XIII Encontro da ABEP, duas sessões temáticas baseadas em dois grandes temas que compõem o estudo da demografia dos povos indígenas: 1) Perfil e dinâmica demográfica dos povos indígenas, relacionando-os com as

culturas desses povos, entendida aqui de maneira ampla; 2) Indicadores de qualidade de vida, especificamente de saúde (PAGLIARO, AZEVEDO e SANTOS, 2005, p 24).

Alguns estudos recentes sobre a migração, como variável demográfica incluída na dinâmica dos povos indígenas, não foi extensamente explorada na Demografia, mas esteve presente em trabalhos como o de Del Popolo e Ribotta (2011), que destacam a migração dos jovens indígenas na América Latina, dando um panorama regional acerca da distribuição territorial e das migrações internas, tanto dos jovens indígenas quanto dos não indígenas. Eles mostram que a migração é seletiva por idade, sendo mais frequente entre os jovens indígenas e são respostas à deterioração ambiental das próprias terras indígenas, além da pressão demográfica, da dificuldade de sustento individual e da própria família e da falta de oportunidades educativas.

Outro trabalho é o de Teixeira, Mainbourg e Brasil (2009), que estudam a migração Sateré-Mawé comparativamente para áreas urbanas em Manaus e cidades próximas à sua TI. Para estes autores, esse movimento migratório acompanha o dos não-indígenas, intensificando-se na época da implementação da Zona Franca de Manaus, e não difere muito em relação às duas áreas urbanas, tendo como característica principal de ser uma migração mais feminina que a dos demais povos nas mesmas direções.

Rodrigues de Sena e Teixeira (2006) se focam na questão da urbanização da população indígena. Este trabalho teve como intuito conhecer o movimento migratório dos Sateré-Mawé da Terra Indígena Andirá-Marau em direção aos centros urbanos, onde anseiam encontrar trabalho e estudos para seus filhos, apesar dos grandes problemas de adaptação cultural que sofrem.

Outro estudo importante é “Migração, urbanização e características da população indígena do Brasil, através da análise dos dados censitários de 1991 e 2000”, de Pery Teixeira (2008), que utiliza os dados sobre os indígenas residentes nas grandes cidades como ponto inicial de estudo da migração indígena através das informações do Censo Demográfico de 2000, analisando características, como renda e níveis de alfabetização.

Nesse trabalho, Teixeira demonstra que, tanto para a renda como para as taxas de analfabetismo, os indígenas migrantes têm níveis piores do que os dos não-indígenas migrantes. Esses últimos, em geral, possuem indicadores piores do que os não-migrantes no Brasil. Dessas análises, o autor propõe novos estudos a serem desenvolvidos que comprovem as hipóteses de que os indígenas migrantes estariam em uma situação mais vulnerável do que os não-indígenas na mesma condição.

Um estudo feito no Amazonas, no município de São Gabriel da Cachoeira, a partir dos dados do levantamento realizado pelo Instituto Socioambiental e Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, em 2003, mostrou a relação entre urbanização e migração naquele município, onde 50% dos moradores indígenas não são nascidos na cidade, mas nas comunidades e terras indígenas daquele município (AZEVEDO, 2006).

Destaco também o relatório do projeto de pesquisa de Claudeni Fabiana Alves Pereira, que estudou um *Tekoha* Guarani no Estado de SP e apresentou a história e a dinâmica populacional desta aldeia, em 2009.

O projeto Observatório das migrações em São Paulo, coordenado pela Rosana Baeninger, dedica um estudo temático só para o estudo da mobilidade espacial guarani, eixo coordenado por Marta Azevedo. Destes estudos já resultaram dois trabalhos importantes, que são os volumes 8 e 10 da Coleção “Por dentro do Estado de São Paulo”³⁶, os quais reúnem textos sobre a temática da mobilidade espacial guarani. O volume 08 foi organizado por Marta Maria do Amaral Azevedo e Rosana Baeninger, intitulado “Povos Indígenas: mobilidade espacial”, e o volume 10, organizado por Rosana Baeninger e Claudio Dedecca, “Processos migratórios no estado de São Paulo - estudos temáticos”. Além disso, em 2013 foi publicado o Atlas Temático Observatório das migrações em São Paulo.

O trabalho de pesquisa de Pós-Doc de Juracilda Veiga, em 2013, trata do Movimento e Permanência Guarani no Estado de São Paulo e estuda os fluxos migratórios guarani no estado de São Paulo.

³⁶A Coleção intitulada “Por dentro do estado de São Paulo” reúne 12 volumes dos estudos temáticos do Observatório das Migrações em São Paulo.

Mais recentemente podemos citar Estanislau (2014), que se dedicou a estudar os deslocamentos espaciais do Povo Pankararu. Para esta autora há um grande fluxo migratório dentro das próprias grandes regiões e também em direção ao Sudeste, em especial, proveniente do Nordeste. A mesma autora, em seu estudo, utilizou o fluxo migratório Pankararu entre Pernambuco e São Paulo, para descobrir as nuances do fenômeno migratório. Em suas conclusões, a autora destaca que esse deslocamento espacial é feito de maneira a ser uma eterna volta ao outro lugar, Nordeste ou Sudeste, como uma eterna migração.

É neste contexto que situo a mobilidade espacial guarani. Os Guarani residentes num amplo território que engloba o norte da Bolívia, sul e leste do Paraguai, nordeste e noroeste da Argentina, e sul, sudeste e centro-oeste do Brasil, têm apresentado, nos últimos 70 anos, altas taxas de crescimento populacional. Estudos sobre esta dinâmica demográfica demonstram que este fenômeno não é somente uma recuperação populacional pós-contato com as sociedades nacionais, mas sim uma política populacional étnica, deste povo guarani, voltada para a garantia de sua sobrevivência física e cultural. Na contramão desse perfil e dinâmica demográficos guarani, os estados nacionais do MERCOSUL não estavam e não estão preparados para dialogar com esse crescimento populacional e reordenamento territorial.

3.2. O censo 2010 e a importância deste censo para os estudos demográficos Guarani

Desde o Censo Demográfico de 1991 ao de 2010, o número de autodeclarados indígenas vem aumentando, passando de 294.131 indígenas em 1991, para 734.127 em 2000 e 817.963 em 2010. A proporção da população autodeclarada indígena no Brasil, desde que se incluiu essa categoria como resposta possível à questão da raça/cor da pele, tem aumentado bastante. No entanto, é possível observar que a ‘grande virada’ foi de 1991 para 2000, quando de 0,2%, esta população passou a 0,43%. Já de 2000 para 2010, a proporção passou para 0,5%, indicando um pequeno aumento na proporção, resultado de uma mudança na autodeclaração, principalmente nas regiões sul e sudeste (AZEVEDO, 2011).

**Tabela 11. Pessoas indígenas, por condição de indígena e localização do domicílio,
Brasil e Mato Grosso do Sul, 2010**

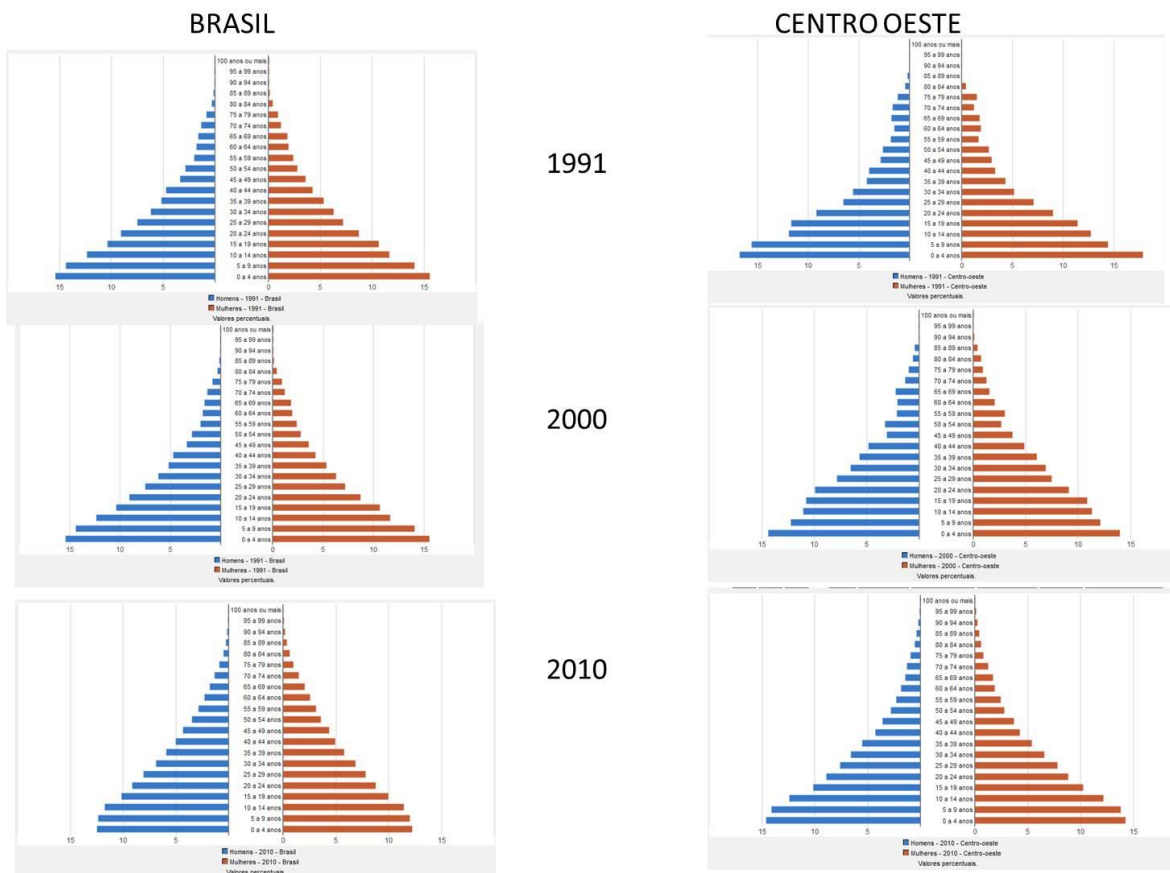
	Localização do domicílio				
	Total	Condição de indígena			Fora de terras indígenas
		Total	Declararam-se indígenas	Não se declararam indígenas, mas se consideravam indígenas	
Brasil	896.917	517.383	438.429	78.954	379.534
MS	77.025	61.158	57.428	3.730	15.867

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

No entanto, com a pergunta sobre a autoconsideração como indígena àqueles que não se autodeclararam indígenas, vivendo em TIs, das 817.963 pessoas que se autodeclararam indígenas, foram acrescentadas 78.954 pessoas; chega-se a um total de 896.917 pessoas autodeclaradas e consideradas indígenas pelo Censo Demográfico de 2010.

As Pirâmides a seguir apresentam a estrutura da população indígena por idade e sexo do Brasil e do Centro Oeste nos três censos demográficos, 1991, 2000 e 2010. É possível observar que a estrutura está mudando, isso se deve à queda na taxa de fecundidade.

Gráfico 2. Estrutura da População Indígena por Idade e Sexo, 1991, 2000, 2010, Brasil e Centro Oeste.



Fonte: <http://indigenas.ibge.gov.br/piramide-etaria-2>

O deslocamento da pergunta de raça/cor para o questionário do universo no Censo Demográfico de 2010, com a ampliação da pergunta por etnia e língua falada, tem representado importantes avanços na produção de dados para uma melhor caracterização sociodemográfica destas populações. Entre os Kaiowá e Guarani, nos grupos de 0 a 14 anos, concentra-se quase a metade da população total, 49,68%; e as mulheres em idade reprodutiva, entre 15 e 49 anos, somam 41,84 % do total de mulheres. Dentre as questões levantadas em relação à população jovem, com altas taxas de fecundidade, principalmente se compararmos com as do Estado de MS, está a das relações geracionais conflituosas entre

jovens e idosos, aumentadas pela falta de espaço físico pelo qual passam os Guarani. Algumas questões relativas a esses conflitos foram levantadas, juntamente com os perfis socioeconômicos, dando ênfase à educação escolar, onde mais claramente se expressam essas relações intergeracionais.

Com relação aos Guarani e Kaiowá, localizados no sul do estado de Mato Grosso do Sul, pretende-se contribuir com a sistematização das informações sobre eles a partir do Censo Demográfico de 2010 e com a compreensão dos processos vivenciados por essa população em decorrência das profundas interferências em seu território. A tabela 12, a seguir, mostra um comparativo entre a situação vivida nas Terras Indígenas do Amazonas e de Mato Grosso do Sul. A área das Terras Indígenas do AM é mais de 5 vezes maior que a de MS³⁷. Apesar de a população nas TIs de MS ser mais da metade da do AM, a densidade demográfica nas TIs de Mato Grosso do Sul é mais de 7 vezes maior que a do Amazonas:

Tabela 12. Terras indígenas por população e área, as UFs Amazonas e Mato Grosso do Sul, 2010

	Unidade da Federação	
	AM	MS
Total de área das Terras Indígenas (ha)	54.876.802,74	829.230,05
Total de população autodeclarada indígena em Terra Indígena	129.529	61.158
Densidade demográfica dos indígenas na Terra Indígena (pop\ha)	0,24	7,38
Total de população em Terra Indígena	135.877	61.737,00
Densidade demográfica na Terra Indígena (pop\ha)	0,25	7,45

Fonte: FUNAI, 2014; IBGE, Censo Demográfico, 2010

No entanto, em Mato Grosso do Sul, os Kadwéu, com uma população de 1.700 pessoas (segundo dados da SESAI/MS, 2013), possuem uma área de 538.536 ha. Então, na tabela 13, a seguir, apresentamos, sem os Kadwéu, população e área. Assim, a densidade demográfica se apresentou mais acentuada, 20 pessoas por hectare.

³⁷ Para o cálculo da área total das Terras Indígenas por UF, foram utilizados apenas os dados das que haviam sido regularizadas, delimitadas e homologadas. As que estavam em estudo não foram incluídas, até porque ainda não é possível ter a sua extensão.

Tabela 13. Terras indígenas por população e área, as UFs Amazonas e Mato Grosso do Sul, 2010*

	Unidade da Federação	
	AM	MS
Total de área das Terras Indígenas (ha)	54.876.802,74	290.694,05
Total de população autodeclarada indígena em Terra Indígena	129.529	61.158
Densidade demográfica dos indígenas na Terra Indígena (pop\ha)	0,24	21,04
Total de população em Terra Indígena	135.877	60.037
Densidade demográfica na Terra Indígena (pop\ha)	0,25	20,65

Fonte: FUNAI, 2014; IBGE, Censo Demográfico, 2010. * MS sem os Kadwéu

Para os Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul ainda há outro agravante: é que cerca de 80% dessa população vive confinada em oito pequenas extensões de terra demarcadas pelo SPI, entre os anos de 1915 e 1928, como veremos mais detalhadamente no capítulo 4.

É considerado como confinamento o processo histórico de ocupação do território por frentes não-indígenas, que se seguiu à demarcação das oito reservas indígenas pelo SPI, forçando a transferência dessa população para dentro de espaços definidos pelo Estado como posse indígena. Indica, portanto, o processo de progressiva passagem de um território indígena amplo, fundamental para a viabilização de sua organização social, para espaços exíguos, demarcados a partir de referenciais externos, definidos tendo como perspectiva a integração dessa população na sociedade nacional, prevendo-se sua progressiva transformação em pequenos produtores ou assalariados a serviço dos empreendimentos econômicos regionais (BRAND, 1997).

3.3. Mobilidade espacial Guarani

Nesta etapa da tese, trabalho o conceito de mobilidade espacial Guarani, *Oguata* (caminhada), *Ojeguata* e os conceitos relacionados a este, como Territorialidade Guarani, Fronteira e Estados Nacionais.

É importante destacar que uma das características principais dos Guarani é a sua mobilidade espacial. Melià (1991) aponta como um ponto de saída, ou de dispersão,

hipotético desde o Rio Guaporé, afluente do rio Amazonas, ao norte das terras baixas da Bolívia e aquele em que foram encontrados por expedicionários europeus do século XVI, em que aconteceram várias migrações em diversas direções há mais de 3.000 anos. Os povos que falam línguas de origem tupi seguiram os cursos do rio Amazonas e atingiram a costa do Atlântico, enquanto os que deram origem aos Guaraní, há 2000 anos, começaram uma migração que chegou até a bacia do rio Paraguai, desceu até o rio Paraná, subiu pelo leste e seguiu seus afluentes e depois até o litoral atlântico, enquanto outros grupos foram pela bacia do rio Uruguay e seus afluentes, passaram pelos divisores de águas e entraram no Jacuí, atualmente Rio Grande do Sul.

O primeiro elemento a ser considerado é a localização em um território transnacional: os Guaraní estão presentes em 4 países (Bolívia, Brasil, Paraguai e Argentina). No Brasil, nos Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É neste amplo território que as comunidades se instalam e por onde circulam. Outra característica é o sentido cultural e mítico dessa mobilidade espacial, em busca de territórios com melhores recursos naturais, onde os Guaraní possam realizar o seu Guaraní *Reko*, jeito próprio de viver. Através da mobilidade espacial eles caminham em direção à chamada “terra sem males” (*Yvy Marane'ỹ*) (NIMUENDAJU, 1914; METRAUX, 1927 *apud* MELIÀ, 1991). Destaca-se, ainda, outro perfil do movimento, que se caracteriza como forma de solução de conflitos, desentendimentos, morte de parentes, doenças (PEREIRA, L., 2007). Além disso, há o sentido político da mobilidade espacial causada por expulsões, pelo processo de reconhecimento das terras indígenas, dos limites territoriais, do esgotamento dos recursos naturais, da construção de rodovias e de empreendimentos imobiliários. Inicialmente trato do conceito de *Ñane Retã* - o território guarani - e do conceito de Fronteira.

3.3.1. *Ñane Retã* - o território Guaraní e as fronteiras

Tradicionalmente, os Guaraní se territorializavam de acordo com vários fatores: a disponibilidade de locais com recursos naturais considerados apropriados, ou seja, locais livres de ameaças sobrenaturais; a proximidade de parentelas aliadas; a habilidade do líder

em reunir a parentela e resolver os problemas; e a incidência ou não de doenças ou mortes (PEREIRA, L., 2007).

Os Guarani trabalham com noções e conceitos próprios de fronteira, uma ideia mais sociológica e ideológica, que inclui e exclui, definindo quem pertence e quem não pertence a determinada coletividade, estabelecendo os limites a partir dos quais eles não sentem “a gosto” (MELIÀ, 2007)³⁸. A prática guarani de fronteira tem relação com a ecologia, o parentesco e a economia. Nesse sentido, para Brand (*et al*, 2008, s/p.):

É importante ter presente que a discussão sobre identidade guarani remete, diretamente, para a ideia de pertencimento e para as relações de parentesco – atualizadas por filiação e descendência, memória, comunicação. São Guarani aqueles que se assumem como descendentes e que são reconhecidos como tais, sendo que a ideia de cidadania guarani específica está associada ao conceito de pertencimento. Daí a importância da concepção de território como espaço de comunicação, com as suas marcas referidas e atualizadas pela memória.

Desta forma, também as cercas e malhas viárias reconfiguram as rotas de trânsito. Segundo Melià (2007), os territórios indígenas seriam, acima de tudo, “territórios de comunicação”, prenhes de memória e de história, que podem ser visualizados por marcas, tais como caminhos, casas, recursos naturais e acontecimentos específicos. Referindo-se às fronteiras guarani, Melià (2007) entende que são parte da sua identidade, remetendo para o seu modo de ser. O território é o espaço no qual as relações de parentesco, com suas complexas redes de comunicação, se reproduzem. Por isso, sob a ótica indígena, essas fronteiras podiam ser relativizadas em determinados casos, como pelos casamentos ou pelas dinâmicas de alianças. Essas redes seguem, no presente, plenamente em vigor, constituindo e desconstituindo fronteiras, entendidas como dinâmicas e não fixas.

Não faz sentido, para os Guarani, as fronteiras nacionais, embora, desde o período colonial, sua história venha sendo fortemente marcada e demarcada pelas fronteiras dos estados nacionais. Porém, é importante destacar que desde o período colonial, os Guarani buscam ignorá-las, resistindo a esse tipo de enquadramento. Durante uma viagem

³⁸Relatório da Reunião sobre o projeto Os Guarani no MERCOSUL, Foz de Iguaçu, Novembro de 2007.

de intercâmbio³⁹ foi possível constatar como, para os Guaraní, essas fronteiras seguem não fazendo sentido, pois todos os participantes da viagem sentiam-se e reconheciam-se como parentes (BRAND e COLMAN, 2010).

A história de vida de um dos integrantes dessa viagem, Santiago Franco⁴⁰, permite compreender bem essa afirmação. Ele nasceu no Paraguai, morou na Argentina e agora mora em Porto Alegre, no Brasil. Logo no início da viagem já se reencontrou com seu tio, Hilário Acosta, morador da Província de Misiones, ARG, outro participante da viagem, que há muito tempo não via. E, assim, em quase todas as aldeias visitadas, os participantes da iniciativa encontravam parentes e ou conhecidos.

Porém, ficou claro, também, que, apesar dos esforços dos Guaraní em ignorar as fronteiras nacionais, essas interpõem dificuldades crescentes a sua circulação e a seus direitos, como bem expressa o depoimento do mesmo Santiago: “Os governos nos limitando, dividindo-nos, deixando sem espaço, negando nossos direitos!”.

Da mesma forma, outro participante, Joaquim Adiala Hara⁴¹, afirma: “Nós Guaraní que somos Mbya, Guaraní Ñandeva, Kaiowá, Paĩ Tavyterã, não somos diferentes porque sempre fomos um grande povo, com autonomia e sem fronteira. Somos os verdadeiros donos dessa imensa terra que se chama América”. Seu relato confirma a percepção guarani sobre as fronteiras nacionais.

A necessidade de, a cada momento, ter que pedir licença nas aduanas/alfândegas e comunicar a saída e entrada nos diversos países gerava uma situação de visível incômodo aos integrantes da viagem. “Por que não se tem liberdade para circular livremente nos três países?”, perguntavam eles, considerando, especialmente que, “guarani é guarani em todos os lugares”.

³⁹ No âmbito do projeto de Apoio ao Fortalecimento das Políticas Públicas entre os Guaraní na região das fronteiras entre o Paraguai, Argentina e Brasil foi realizada, entre os dias 29/03 a 06/04 de 2009, uma viagem de intercâmbio entre os diversos grupos guarani, localizados no Paraguai, Argentina e Brasil. No anexo 7 apresento algumas fotos desta experiência.

⁴⁰ Santiago Franco é guarani Mbya e reside no Rio Grande do Sul.

⁴¹ Ava Guaraní de Porto Lindo, Japorã/MS.

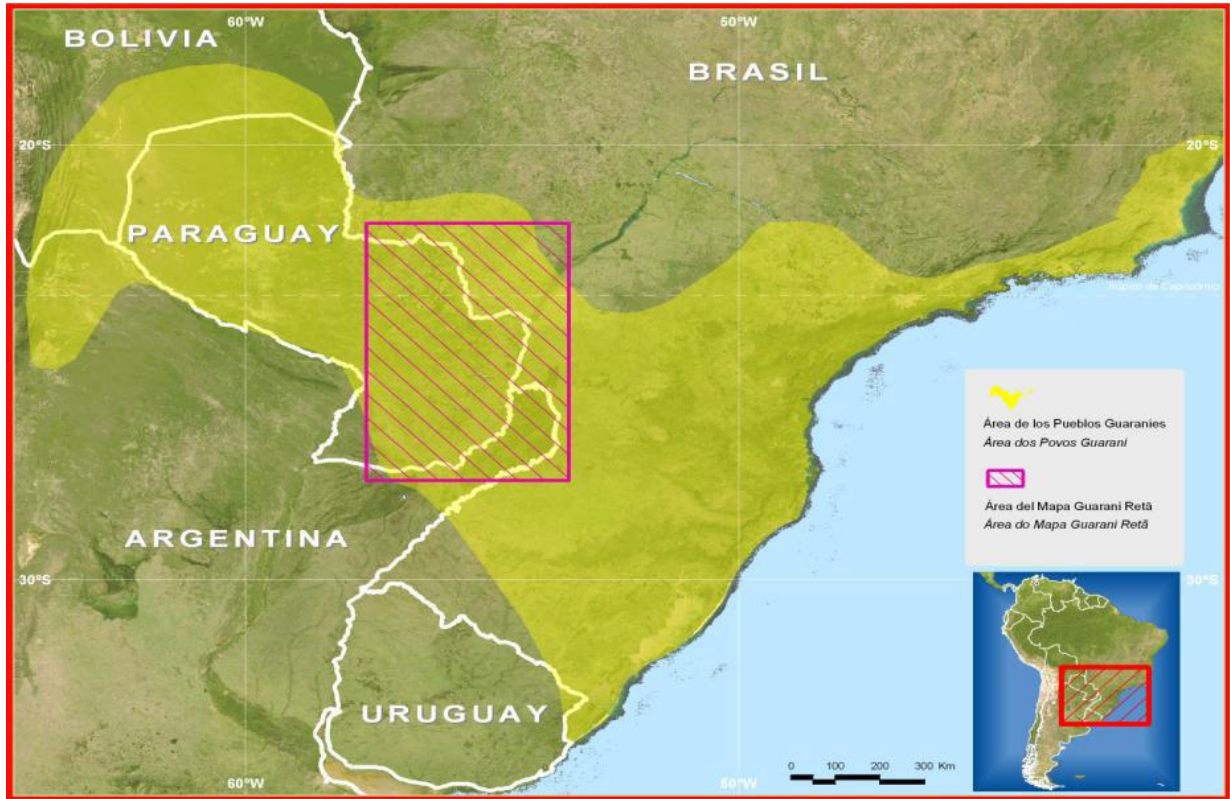
São, certamente, inúmeros os povos que se encontram em situação idêntica à dos Guarani, ao longo de toda a fronteira do Brasil. Podíamos citar aqui os Tikuna, Tukano e diversos outros povos no Estado do Amazonas, os Makuxi, Wapixana e Yanomami, em Roraima, e tantos outros. São povos que, em diversos momentos de nossa história, desempenharam papel relevante na garantia das fronteiras nacionais, como está bem documentado.

É relevante destacar que a maior parte dos deslocamentos espaciais transfronteiriços, envolvendo povos indígenas, referem-se a deslocamentos espaciais ou à mobilidade espacial dentro de um mesmo território ancestral, fenômeno, aliás, muito anterior às próprias fronteiras nacionais e coloniais. Esse é diretamente decorrente do fato de que as fronteiras impostas pelos Estados Nacionais ignoraram, completamente, as fronteiras territoriais indígenas, cortando e fragmentando o território de um mesmo povo. Esse é um ponto de maior relevância para as discussões sobre políticas públicas no âmbito do MERCOSUL, porque, como veremos, é esse exatamente o caso dos Guarani. Por isso, ainda segundo dados da CEPAL (2006, p. 205), trata-se de uma migração fronteiriça, sendo que nove de cada dez migrantes indígenas são de um país vizinho.

A seguir, na figura 5⁴² aparece a abrangência territorial dos Guarani; é neste espaço, mais ou menos delimitado, que os Guarani se deslocam e estabelecem suas relações sociais.

⁴² Mapa da ocupação dos Guarani na América do Sul (AZEVEDO, *et al.*, 2008). Na área rachurada, região de fronteira foi produzido um mapa Guarani Retã, em 2008. Pretende-se agora ampliar e mapear toda a área de abrangência dos Guarani, incluir o litoral brasileiro, região ocidental do Paraguai, norte da Argentina e Bolívia.

Figura 5. Abrangência territorial Guarani



Já vimos, acima, a abrangência do território guarani antes da implantação dos Estados Nacionais. Cada povo indígena tinha suas fronteiras, definidas e redefinidas através de um complexo processo, tendo como base suas concepções de território.

As fronteiras guarani, num passado relativamente recente, passaram a confrontar-se com as fronteiras dos estados nacionais e, também, com frentes econômicas de expansão territorial, alterando essas fronteiras e desfigurando o território, mediante a imposição de novas marcas.

Constituem-se, historicamente, referenciais importantes no processo de definição e redefinição das fronteiras os acidentes geográficos – as fronteiras ecológicas – e, de maneira especial, as relações de parentesco e as complexas redes de reciprocidade e/ou disputas internas daí decorrentes. Essas redes seguem, no presente, plenamente em

vigor, constituindo e desconstituindo fronteiras, sempre vistas como algo dinâmico e nunca fixo. O conceito de fronteiras fixas, rígidas, fronteiras enquanto limites, parece ser uma concepção ocidental. Sob a ótica indígena essas fronteiras podiam ser relativizadas em determinados casos, como em caso de casamentos ou pelas dinâmicas de alianças.

Na medida em que as regiões fronteiriças dos Estados Nacionais vão sendo ocupadas – transformando-se em fronteiras vivas - crescem as interferências na vida dos povos transfronteiriços, através da imposição de modelos linguísticos e educacionais distintos, bem como de sistemas de atendimento à saúde, de políticas de garantia de territórios e sua exploração.

Não existem políticas de línguas comuns nos diferentes Estados Nacionais em relação ao Guaraní, ao seu uso nas escolas como língua de instrução ou como segunda língua, ao registro das variedades dialetais e à coleta de literatura oral. Políticas, eventualmente em prática, não foram suficientemente estudadas, acompanhadas e avaliadas, nem houve, tampouco, um intercâmbio de experiências entre as instâncias interessadas. Sequer se conhece com precisão os dados demográficos sobre os falantes de Guaraní, sendo que diferentes fontes apresentam dados, às vezes, contraditórios.

No entanto, apesar dessa imposição dos Estados Nacionais, existe consenso entre os pesquisadores de que os Guaraní seguem com suas dinâmicas internas e próprias de definição e redefinição das fronteiras culturais. Percebe-se, claramente, a persistência transfronteiriça das redes de relacionamento, através das quais os Guaraní de Mato Grosso do Sul, do litoral e de outras regiões do Brasil, seguem mantendo intensas e variadas trocas com seus parentes que residem na Argentina e no Paraguai. O mesmo se verifica entre os Kaiowá e Guaraní, de Mato Grosso do Sul, onde persistem, também, os deslocamentos espaciais transfronteiriços. Trata-se, claramente, da persistência de deslocamentos espaciais dentro do mesmo território guarani.

Ao analisar o fenômeno desses deslocamentos espaciais transfronteiriços, segundo dados da CEPAL (2006, p. 203), verifica-se, desde 1990, clara tendência de aumento na “migração internacional indígena” e que esse fenômeno está relacionado diretamente à situação dos territórios e dos seus recursos naturais, em especial à situação de

ocupação das terras indígenas por terceiros, os não-índios, gerando um clima de muita violência. Esses são apontados como fatores que impulsionam deslocamentos espaciais temporários e/ou definitivos. Além disto, principalmente, o que se observa entre os Kaiowá e Guarani, podemos citar as políticas sociais e o processo de reconhecimento territorial como fatores de impulsão de deslocamentos.

É lógico que políticas anti-indígenas mais agressivas, verificadas em determinado país, podem motivar deslocamentos espaciais maiores para o outro lado da fronteira nacional, em busca de melhores condições de vida, ou seja, melhores condições para a vivência de sua cultura, sempre dentro do mesmo território. Por isso, em muitos casos, mesmo em se tratando de deslocamentos espaciais dentro do mesmo território tradicional, esses podem ser caracterizados, segundo a CEPAL (2006, p. 200), como mobilidade espacial forçada, porque decorrentes da total falta de condições de vida em determinado país (violência generalizada). Seguramente essa é a causa de alguns deslocamentos espaciais verificados entre os Guarani hoje.

O estudo da CEPAL destaca com propriedade que a especial vinculação aos territórios por parte dos povos indígenas representa um fator que, ao mesmo tempo que facilita deslocamentos espaciais transfronteiriços dentro do mesmo território indígena, dificulta deslocamentos espaciais para fora do território ancestral. Um segundo fator a explicar a “*menor intensidad de la inmigración internacional indígena*”, ou “*una menor propensión a migrar que las no indígenas*” (2006, p. 214), seria o fato de os povos indígenas, em decorrência de sua condição de pobreza e discriminação, apresentarem extrema vulnerabilidade.

Há, no entanto, outro aspecto referente às fronteiras no MERCOSUL, que é importante trazer para as discussões aqui em curso. Analisando a história da ocupação regional, especialmente das regiões fronteiriças entre o Brasil e Paraguai, percebe-se que essas fronteiras foram, historicamente, e ainda são, completamente permeáveis e até ignoradas quando se trata de interesses das grandes empresas transnacionais, especialmente brasileiras, na exploração dos recursos naturais.

É o que se verificou no período pós-guerra do Paraguai – no tempo da exploração dos ervais - destacando-se a aquisição pela Companhia Matte Larangeira, em 1902, de uma área de 80 mil hectares de terra, na zona do Salto Del Guairá, Paraguai.

Em períodos mais recentes houve, ainda, um importante deslocamento de colonos e de grandes empresários brasileiros, especialmente entre 1962-1972, processo amplamente conhecido no Brasil. Segundo Nickson (1976, p. 15)⁴³, em 1972, no Departamento de Canindeyu, os brasileiros constituíam cerca de 43% da população total. Segundo esse mesmo autor, com a proibição de exportação de madeira não cerrada, em 1972, por parte do Paraguai, “*un floreciente comercio de contrabando de troncos se desarrolló*” na região, beneficiando os Estados brasileiros, gerando a rápida destruição das matas em toda a região que constitui o território tradicional dos Paĩ Tavyterã.

Aliás, o mesmo Nickson (1976, p. 26) destaca, com ênfase, a participação dos grandes proprietários brasileiros no processo de desalojamento de camponeses e comunidades indígenas, ocupantes tradicionais daquelas terras, processo que se agrava com a transferência da soja para essa mesma região.

3.3.2. Oguata Porã – concepção guarani de mobilidade espacial

Atualmente há uma profunda ligação da caminhada dos povos guarani rumo ao leste, com a formação das Terras Indígenas já existentes e com as que estão em formação. Assim como indica o relato de um ancião guarani, colhido por Ladeira (2001, p. 112):

sempre, sempre foi assim, caminhando e encontrando as aldeias e os parentes e parando e trabalhando e formando outra aldeia. E antigamente, é como hoje, existia muitas aldeias, até muito mais, que a gente ia andando e encontrando. E tem aldeia que não existe mais e agora tem outras. Mas, antes, tinha mais gente, mais aldeias e parentes nos caminhos.

A questão da mobilidade espacial guarani, conforme Ladeira (2001, p. 113), “permeia todas as discussões que envolvem a regularização das terras e atividades de

⁴³ Estudo de Andrew Nickson, apresentado na Conferência sobre Desarrollo Del Amazonas em Sete Países, organizada pelo Centre of Latin American Studies, Universidad de Cambridge, nos dias 23 a 26 de setembro de 1976.

subsistência”. Para os Guarani, “os movimentos fazem parte de sua noção de mundo, estando presentes desde a sua construção”. Ladeira (2001, p. 113) considera que “os deslocamentos (movimentos) dos Guarani podem ser de naturezas e motivos diversos, mas não são antagônicos, podem ser complementares e suas causas podem estar interligadas”.

Na cosmologia Mbyá, a mobilidade espacial é mais evidente, pois a dinâmica das relações sociais está estruturada nesta prática do *Oguata*. Assim, como relata um xamã mbya: “A gente está aqui na terra não para ficar quieto, mas para se movimentar” (Mário Brissuela, in CICCARONE, 2004, p. 04).

A relação entre cosmologia guarani e mobilidade espacial é descrita por Ciccarone (2004, p. 04) da seguinte forma:

A forma de sua historicidade, e a rede dos significados da vida coletiva, são construídas na mobilidade, de maneira que os Mbyá mudam na persistência de seu estar em movimento. O movimento e sua produção no tempo/espço mítico podem ser considerados um princípio regulador e propriedade constitutiva da concepção do seu universo, dos mundos e do desenvolvimento da existência humana, permeando a trama das narrativas inaugurais, assim como é, em suas formas históricas de dinamismo, que a sociedade Mbyá e seus indivíduos se reconhecem e constroem sua presença no mundo.

O tema da mobilidade espacial Mbyá não consiste em achar um modo tradicional de vida, mas de buscar esse modo melhor em espaço e tempo diferente do atual. A tradição estaria na procura em si. A autora sugere, ainda, que se relativize o *tekoa* enquanto uma categoria espacial e que se entenda a realização do *teko* enquanto algo que envolva certo grau de “diferenciação e individualização na vivência do próprio ‘costume’ e alterações constantes sobre o modo de vida” (PISSOLATO, 2007, p. 122).

3.3.3. Ñemosarambipa: deslocamentos forçados

Para além do costume tradicional, existem migrações forçadas, ou seja, casos em que comunidades inteiras, *tekoha* inteiros foram desalojados forçadamente de suas terras pelas frentes de colonização modernas, como registra Brand (1997). O relato a seguir é bastante ilustrativo:

Primeiro entraram na fazenda Califórnia, mediram tudo o mato [...]. Fomos no Botelha Guasu, demoramos um pouco, plantamos. Aí já vieram e fizeram de novo mensura [...] igual Califórnia [...] depois que os karaí [não-índios] nos expulsaram, fomos no Jukeri [outra aldeia]. Bom e aí foi de novo agrimensor e mandou embora a gente de novo e aí todos que tinha terra foram expulsos [...] Já éramos só nós, trabalhava nas fazendas, fomos trabalhar lá no Tatakua [...] depois [...] perto do Tacuru, depois saímos [...] pro Paraguai [...] Agora já não faço mais casa (Laurentino da Silva, kaiowá, antigo morador da aldeia Botelha Guasu, município de Tacuru).

A situação se agravou com a implantação de grandes propriedades voltadas para empreendimentos agropecuários e, a partir da década de 1970, com a entrada do plantio da soja e dos consequentes desmatamentos. Nas atividades de desmatamento, os próprios indígenas, por mais contraditório que possa parecer, colaboraram efetivamente. Muitas lideranças foram cooptadas e iludidas e forneceram madeiras para as serrarias e madeireiras. Essas ações estiveram no auge da atividade econômica nesse período. Os relatos indígenas indicam que caminhões e caminhões saíam das terras indígenas carregados de madeira. Essa atividade econômica influenciou, diretamente, a situação de ‘esparramo’ e posterior confinamento dos Kaiowá e Guarani. Em Guarani, ‘esparramo’ é *mosarambipa*. Este conceito é utilizado pelos indígenas para explicar o processo de dispersão das aldeias e famílias extensas no momento em que ocorreu a implantação das fazendas de gado e correspondente perda da terra. Assim como se observa na afirmação de Brand (2000, p. 108):

No período caracterizado pelo ‘esparramo’, que vai aproximadamente de 1950 a 1970, período, também, de implantação das fazendas, inúmeras aldeias kaiowá/guarani foram destruídas e seus moradores dispersos. Famílias extensas foram desarticuladas. Evidentemente, esses moradores dispersos não encontravam mais as condições necessárias para manterem suas práticas religiosas coletivas e específicas, especialmente os rituais de iniciação dos meninos e das meninas. Por essa razão inúmeros adultos hoje não são mais portadores do *Tembeta*.

O processo de expulsão e confinamento deixou como uma das consequências, o “esparramo” (*mosarambipa*), que significou a desintegração e desestruturação social, como mostra o relato, colhido por Brand, de Don Quitito, liderança já falecida, nascido na área tradicional Ñanderu Marangatu, no Município de Antônio João, quando explicou a destruição dessa aldeia, em 1950:

[...] tempo de Getúlio Vargas, [...] tempo do general Rondon mesmo que era. [...] e de noite chegou Pio Silva. Chegou e disse: eu sou patrão, eu comprei este lugar, já comprei. Agora esta fazenda é meu [...] é meu isto. Quero que vão todos daqui, falou em português. Vão todos daqui, este já é meu[...] “depois o índio foi pro Paraguai, pra Pisyry, um pouco pra Calça Cumprida, outro pouco já foi pra Dama Kuê, outro pouco pra Dourados e o restante foi pras fazendas (BRAND, 2000, p. 112).

Este fato também está descrito em Pereira (2001, p.79): “A expulsão da terra alterou profundamente as formas de relação que a população de Arroio-Korá estabelecia com outras aldeias”. Até a década de 1960 “desenvolviam intenso intercâmbio matrimonial e ritual com as populações de Canta Galo (Karaja Yvy), Sete Cerros, Samakuã, Taquaral, Yvykuarusu e Pirajuí, e no Paraguai se relacionavam, principalmente, com a Colônia Comunidad” (PEREIRA, L., 2001, p.80). Segundo este autor, “com a dispersão da população, as famílias passaram a compor novas alianças com a população das localidades onde se instalaram, entrando em outras redes de trocas matrimoniais, arranjos políticos e religiosos”. Pereira conclui que “novos fatores históricos alteraram assim a constituição dessas redes de apoio mútuo e a própria composição das parentelas” (PEREIRA, L., 2001, p.80).

Para Levi Pereira⁴⁴, é preciso observar a temporalidade e a ecologia nos deslocamentos espaciais dos Guarani. Este autor afirma que, no território dos Kaiowá de Mato Grosso do Sul e Paraguai, houve situações parecidas de desmatamentos e entrada da soja nos dois países, mas em períodos diferentes. Na década de 1970 e 1980, quando se acirraram os problemas fundiários nesta região, muitos Guarani e Kaiowá se viram forçados a viver no Paraguai. E na década de 1990, quando este fato ocorreu no Paraguai, em que os sojeiros brasileiros entraram no país vizinho, expulsando os Guarani de suas terras, muitos destes se viram obrigados a mudar para o Brasil.

Esta situação foi observada por Levi Pereira (2001) no estudo de identificação da TI de Arroyo Kora (Paranhos, MS), em que cita vários relatos dessas idas e vindas dos Guarani do Paraguai para o Brasil e vice e versa. Como exemplo citado por Pereira:

Alberto Tapari foi assassinado no Paraguai em 1977, para onde tinha sido levado para trabalhar como peão. Foi expulso da cabeceira Tonguery por volta de 1970 por um fazendeiro de nome Júlio Nunes. Uma de suas filhas

⁴⁴ Em conversa informal, Dourados, MS, junho de 2014.

está enterrada nessa cabeceira. Os filhos estão morando no Paraguai, na Colônia Comunidad e estão dispostos a retornar para o Arroio-Korá, tão logo a terra seja demarcada. Alberto era sobrinho de Ricardo (PEREIRA, L., 2001, p. 46).

Este autor (2001, p.80) considera que “várias das antigas aldeias com as quais se relacionavam também perderam suas terras no mesmo período, isto aconteceu com Samakuã, Taquaral, Sete Cerros (já reocupada) e Karaja Yvy”. E segue explicando as consequências das expulsões: “A desarticulação dessas aldeias representou duro golpe nas redes de trocas e alianças que existiam entre elas. Dispersas, essas populações tiveram que entrar em novas alianças para tornar viável sua permanência nos novos locais de residência”. E cita, como exemplo, a situação de uma anciã kaiowá, de nome Mamerta: “com a expulsão de Arroio-Korá, morou por muitos anos na Colônia Comunidad no Paraguai, retornou para o Brasil quando saiu a demarcação de Sete Cerros, de onde planejaram o retorno para Arroio-Korá” (PEREIRA, L., 2001, p.80).

Hoje em dia, além das expulsões violentas dos seus territórios tradicionais, existe um tipo de migração pendular forçada, que são os trabalhos assalariados fora das aldeias, em muitos casos uma ida e vinda das usinas no mesmo dia, outras vezes viagens a trabalho que duram um ou mais meses. Esse tipo de trabalho fora das comunidades tornou-se praticamente o único meio de sobrevivência desse grupo Guarani, principalmente em Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, Levi Pereira (2001, p. 77) considera que “a mobilidade do trabalho volante ou *changa*, como é denominada regionalmente, lhes dá a sensação de controle sobre o território. Um controle ilusório, mas que lhes permite seguir operando com os conhecimentos próprios ao modo de ser guarani”.

Com relação à intensidade das relações com a sociedade envolvente, Pereira (2001, p. 79) sinaliza que “esta intensidade é maior entre os homens jovens, que estão mais expostos ao contato e que, pela própria divisão do trabalho, possuem maior mobilidade espacial”.

É preciso ter claro que os processos de deslocamentos espaciais ocorrem de forma diferenciada entre os Guarani e seus diferentes povos ou subgrupos, como considera Levi Pereira (2001, p.18):

A migração apresenta-se de forma diferenciada nos subgrupos guarani que vivem no Brasil: 1) entre os Kaiowá e os Nandeva ocorre o abandono dessa prática a partir do XIX. Assim, o movimento coletivo das migrações que reuniam centenas e até milhares de pessoas (coletividade), deslocando-se pelo território (horizontalidade), foi substituído pela busca individualizada (individualismo) da perfeição religiosa via ascetismo (verticalidade); 2) os Mby'a, ao contrário, mantiveram grande parte das características originais da tradição migratória.

Nimuendaju (1987, p.31) descreveu que, na primeira década do século XX, ocorria a última migração envolvendo os Guarani de MS, os quais teriam saído das “proximidades do Rio Iguatemi e conduzidos por um Karaí (“vocábulo com que honraram seus feiticeiros”, Montoya, 1876), dirigiam-se rumo leste em busca de uma ‘terra sem mal’”.

Segundo Pereira (2001, p.19), “com o término das migrações, os Guarani de MS mantiveram-se no território em que hoje se encontram, habitando seus *tekoha*”. Mas não se descarta a ocorrência de uma mobilidade espacial que atualmente acontece “dentro do território onde estão distribuídas as aldeias-*tekoha*, através dos mecanismos que regulam a circulação de pessoas entre aldeias, especificamente, casamentos, alianças políticas e religiosas”.

O relato, a seguir, de uma mulher xamã de mais de 60 anos, que vive atualmente na reserva de Dourados, ilustra muito bem a situação descrita por Pereira (2007), ao afirmar que o modelo político criado na reserva é fator preponderante na decisão de fogos e parentelas de cederem às pressões para abandonar seus lugares de origem e se mudarem para esses locais:

Antes eu vivia no *Guyraroká*, nas margens do córrego *Karacu*, meus parentes sempre viveram lá, mas não tinha assistência, o fazendeiro veio, ocupou e aí mandava a gente sair, **dizia que lugar de índio agora era na reserva**, os parentes já tinham saído quase tudo. Aí veio parente meu que morava na reserva, junto com Funai e disseram que não era bom morar sozinho na fazenda, melhor mudar para reserva, ia ter **assistência do governo, ajuda de saúde, escola, semente, ferramenta**. Aí eu pensei...,

melhor mudar..., e fui para a reserva de Dourados, eu era nova, viúva com dois filhos (PEREIRA, L., 2007, p.11).

Pereira também indica que o período inicial da ocupação agropecuária intensificou muito a fragmentação das aldeias e o deslocamento da população. Na consideração de Pereira isto se deve, provavelmente, à intensificação das mortes provocadas pelas epidemias. “O motor do deslocamento era, na maioria das vezes, o conflito entre parentelas, e ele se intensifica com a chegada dos novos ocupantes da terra” (PEREIRA, L., 2007, p.10). Aos poucos, essa população foi se “acomodando nas reservas”, à medida que não tinha mais onde se estabelecer.

No entendimento de Levi Pereira (2007, p.11), “a compreensão sobre o crescimento demográfico de reservas, como a de Dourados, deve ser buscada também na presença das agências indigenistas, na forma de sua atuação e nos recursos de que dispunham”. Para este autor, a proximidade das reservas mais populosas com centros urbanos é “um forte indicativo do poder atrativo exercido pela possibilidade, real ou imaginada, de acesso a recursos e assistência social”.

Nesse sentido Levi Pereira (2007) informa que A reserva de Dourados comportou, desde a década de 1920, considerável infraestrutura de agências indigenistas. Isto facilitou o acesso a ferramentas, remédios e outros bens industrializados para muitas famílias que para lá se recolheram. Forçados a viverem em áreas de “acomodação” e impossibilitados de seguirem vivendo em parentelas dispersas, segundo a configuração de redes de alianças flexíveis e instáveis, os Kaiowá incorporam a presença indigenista. A situação de reserva instaura um novo padrão de assentamento. Nele, as autoridades externas ocupam o centro da vida política. Na reserva se geram figurações sociais inteiramente novas, instituídas como respostas adaptativas às condições históricas às quais a maior parte da população kaiowá se submeteu de maneira compulsória.

Na realidade dos Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul, segundo Levi Pereira (2007, p. 6), a situação de reserva, imposta pelo SPI a partir de 1928, “altera profundamente o padrão tradicional de assentamento das parentelas e aldeias”. Antes da

ocupação colonial, a população kaiowá se territorializava de acordo com vários elementos como a disponibilidade de locais considerados

apropriados por comportarem recursos naturais para o estabelecimento da residência, pois, como disse o líder político de uma reserva, ‘antigamente o índio sempre procurava o lugar bom para morar, onde tinha mato bom, água boa’, ou seja, há um conjunto de fatores ecológicos influenciando tal escolha (PEREIRA, L., 2007, p. 6).

Além disso, os Kaiowá, tradicionalmente, consideravam outro elemento importante para estabelecerem residência: “o local tinha que estar livre de ameaças sobrenaturais, como espíritos maus ou mortos ilustres recentes”. Pereira (2007, p. 6) ainda destaca como elementos necessários:

a proximidade de parentelas aliadas, com as quais era possível fazer festas e rituais religiosos, sendo a rivalidade com os vizinhos um acontecimento suficiente para provocar a migração; a capacidade do cabeça de parentela e do líder da aldeia de conduzir eficazmente a vida comunitária, ou seja, de demonstrar habilidade para unir os parentes e resolver problemas de convivência entre os fogos domésticos; e, ainda, a incidência ou não de doenças ou mortes repentinas provocadas por causas consideradas não-naturais (PEREIRA, L., 2007, p. 6).

Da situação de reserva descrita anteriormente é que “a intensidade de mobilidade dos assentamentos e a maior ou menor proximidade social e espacial entre eles estava conectada a fatores ambientais, sociológicos e cosmológicos” (PEREIRA, L., 2007, p.6). A forma como se deu a ocupação agropastoril interrompeu essa dinâmica. É a partir de então que, para o autor, “a reserva institui novos espaços de produção das relações sociais, interferindo em todos os campos da existência das comunidades kaiowá aí reunidas” (PEREIRA, L., 2007, p.6). Nas últimas décadas, a realidade nas reservas está tão complexa que vem desafiando diversos pesquisadores a “formular conceitos e modelos explicativos para dar conta das implicações sociais dessa realidade de assentamento” (PEREIRA, L., 2007, p.6).

CAPÍTULO 4. *MAAMAVAPA HA MOOMOOPA OĨ GUARANI KUÉRA*: CONTEXTUALIZAÇÃO TERRITORIAL E POPULACIONAL



Foto 7. Viagem de intercâmbio guarani, Ita Guasu/PY, 2009 (foto Egon Heck)

Neste capítulo 4 apresento uma contextualização territorial e populacional sobre os Guaraní e inicio o capítulo com um pequeno histórico de ocupação do território guarani, tanto no Paraguai como no Brasil. A seguir apresento dados sobre o território guarani em Mato Grosso do Sul, principalmente, e sua caracterização populacional. Finalmente, abordo os resultados do censo do Paraguai 2002 e 2012 sobre os Guaraní.

4.1. Histórico de ocupação do território guarani

a) No Paraguai

Em 1810 ocorre a independência do Paraguai. Os Caaguá, ou Caayguá, ou ainda Cainguá, certamente não tomaram conhecimento deste acontecimento, assim como muitos outros povos indígenas. Mas a relação dos crioulos com os índios se modifica⁴⁵.

Em 1848, Carlos Antonio López, presidente do Paraguai, após a morte do Dr. Francia, decidiu dissolver os 21 povos (antigos “pueblos de índios”) que ainda restavam do período colonial, transferindo para o Estado a propriedade de todos os bens: chácaras, casas, estâncias com o gado. Aos índios deixou algumas reses e emprestou ferramentas. Pequenos pedaços de terra ficaram de aluguel para os índios, isentos de dízimo por três anos. No mais, tinham as mesmas obrigações dos demais paraguaios (LINHARES, 1969, p. 47).

Destaca Linhares que a preocupação real do governo era o de se apossar do gado dos índios. É a definitiva descomunalização (SUSNIK, 1965, p. 172). Foi a ruína final do que ainda restava das antigas reduções. Segundo Vásquez (1981, p. 100), isso significou incorporar uma grande massa da população na categoria de gente sem terra, “*precisamente al sector de la población que mas dificultades tuvo para llegar a ser propietária: El nativo*”. Mas isto pouco afetou os índios Caaguá-Monteses, localizados “*en los montes impenetrables*”, praticamente até o séc. XX.

⁴⁵ Crioulo é termo espanhol para designar a nova elite política pós-independência nas Américas. São os descendentes de espanhóis nascidos na América.

Segundo Melià e G. Grünberg, F. Grünberg (1976, 2008), pouca coisa se alterou na relação com os Caaguá, entre os quais estão os Paĩ e os Ñandeva ou Avá, nos primeiros anos de formação dos Estados Nacionais, fora alguns elementos novos que emergiram no cenário do seu território. Em 1864 ocorreu a Guerra do Paraguai, que teve como palco parte importante do território indígena.

A venda massiva de terras públicas foi implementada pelo Estado paraguaio como solução para a caótica situação financeira do tesouro no pós-guerra. Vásquez esclarece que as condições estabelecidas pelas leis de 1883-1885, para a venda destas terras públicas (até a extensão de uma légua e pagas à vista), privilegiaram claramente o capital estrangeiro. *“Fue así como se transfirieron grandes extensiones de tierras y yerbales sin consideración alguna hacia los indígenas sus ocupantes milenarios, verdaderos dueños de la tierra”* (VÁSQUEZ, 1981, p. 101).

Grande parte do território Paĩ foi parar em mãos de compradores estrangeiros (Documento Colonización brasileña en la región fronteriza oriental Del Paraguay, 1981). Segundo Vásquez (1981), as populações nativas se constituíram nos maiores centros de recrutamento de braços para as madeireiras e empresas de erva-mate estrangeiras que, ao contrário do Brasil, eram proprietárias de grandes extensões de terra⁴⁶.

Em 1886 foi fundada La Industrial Paraguaia S.A., empresa anglo-argentina (NICKSON, 1981, p. 3), que se adona de 2.647.727 ha, ou seja, 13,4% da superfície de toda a região Oriental (LAINO, 1976, p. 157), incluindo parte da região de Amambai. Segundo Nickson, no já citado documento sobre a colonização brasileira na região oriental do Paraguai (1981, p. 3), La Industrial Paraguaia se converteu no maior empregador do Paraguai, com até 5.000 pessoas trabalhando na extração da erva.

A empresa impunha condições de trabalho extremamente duras aos coletores de erva. Um decreto de 1º de janeiro de 1871, do governo do Paraguai, explicitava o problema dos peões que buscavam “fugir” do trabalho nos ervais, pois estabelecia uma série de

⁴⁶ No Brasil, a Cia Matte Larangeira não tem a propriedade da terra, mas apenas o direito de exploração dos ervais nativos.

disposições para coibir tais “abandonos” de trabalho, incluindo a prisão sumária (LAÍNO, 1976, p. 31).

Outras empresas de exploração de erva e madeira se instalaram na região dos índios Paĩ. O francês Domingo Barthe adquiriu, no Alto Paraná, 1.875.000 ha de mata, chegando a empregar até 3.000 ervateiros (documento *Colonización brasileña en la región fronteriza oriental del Paraguay*, 1981, p. 4). Também a Cia. Matte Larangeira adquiriu, em 1902, 800.000 ha de terra em Salto del Guayrá (Idem, p. 4). Segundo o relatório “La Traición de Papa Rei” (1986, p. 2), até 1950, o território Paĩ era ocupado por imensos latifúndios ociosos e por terras fiscais. Esta situação era parecida com a do Brasil, onde ocorria a titulação sem ocupação.

Porém, para Melià, G. Grünberg, F. Grünberg (1976), essas empresas, por não terem um projeto civilizador ou de colonização, mas apenas de exploração dos recursos naturais, não desalojaram os Guaraní e os Paĩ do seu habitat, ou seja, não os tiraram de seu território. Os Guaraní continuavam com a posse das terras e com sua agricultura de autossustentação (Relatório *La Traición de Papa Rei*, 1986, p. 4 e LEHNER, 1989, p. 100). Podia manter suas relações econômicas, baseadas na cooperação e na reciprocidade, tendo como fundamento as relações de parentesco. A produção continuava voltada basicamente para atender às obrigações familiares⁴⁷. Segundo Melià, G. Grünberg, F. Grünberg (1976, p. 181), as terras da Industrial Paraguaia converteram-se “em uma espécie de reserva indígena”, a exemplo do que se verificou no Brasil, com as terras da Cia. Matte Laranjeira, no período de 1882 até praticamente 1943.

b) No Brasil

Com a independência do Brasil, em 1822, constituiu-se a Província de Mato Grosso, incluindo os atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Segundo Campestrini e Guimarães (1991), é na década de 1830 que se inicia de fato o povoamento

⁴⁷ Essa observação é importante, pois o mesmo fato vai se verificar no Brasil, onde empresas semelhantes vão se instalar, e exercer o mesmo tipo de influência sobre o território Kaiowá.

das terras que hoje constituem o Estado de Mato Grosso do Sul. Evidentemente que havia já as incipientes povoações em várias partes, especialmente ao redor dos fortes.

A ocupação se deu pelos campos de Miranda, Serra de Maracaju e entrando pelos rios Paranaíba, Sucuriçu e Taquarussú (1835). Chegaram, também, aos campos do rio Brilhante (1839) e rio Vacaria (CAMPESTRINI, GUIMARÃES, 1991). Mas, segundo Gressler e Swensson (1988, p. 20), “apesar do surto colonizador do ciclo do gado, o estado de Mato Grosso do Sul permanecia quase despovoado”, até a Guerra do Paraguai.

Em maio de 1861 era instalada, nas margens do Rio Dourados, próximo à atual cidade de Ponta Porã, a Colônia Militar de Dourados, criada pelo Decreto-lei n. 1754, de 1856. Oficialmente destinada a auxiliar a navegação interior e a defesa dos moradores contra os índios, até a fronteira dos rios Iguatemi e Ápa, e a “chamar estes (índios) por meio da catequese à civilização” (GRESSLER, SWENSSON, 1988, p. 39), esta colônia era, no entanto, muito mais voltada para a já difícil situação com o Paraguai.

A Guerra do Paraguai, iniciada por Solano López, em 1864, alterou o relativo isolamento de parte importante da atual região da Grande Dourados. Campestrini e Guimarães (1991) calculam que um total de 1.200 soldados paraguaios estavam pelo Mato Grosso do Sul em 1866. Terminada a guerra, grande parte de ex-combatentes, especialmente paraguaios, ficaram pela região. Retornaram, também, os pecuaristas que haviam fugido durante o conflito.

Mas, segundo Campestrini e Guimarães (1991, p. 92), em 1870, permaneciam, como território dos índios, “as matas ao longo do Ivinhema, do Brilhante, do Dourados, do Pardo [...] vistas apenas como território de índios, e as terras ao Sul do Ivinhema, matas de ervais nativos, em mãos de Tomás Laranjeiras”.

Nimuendaju (1954, p. 20) relata a demarcação de uma colônia para os Guarani, à margem direita do rio Dourados, na sua barra, sob a direção do Frei Salvino. Isso ocorreu entre os anos de 1890-92.

Terminada a Guerra do Paraguai, uma comissão de limites percorreu a região situada entre o rio Apa e o Salto de Sete Quedas, em Guairá, Paraná. Terminaram os

trabalhos em 26.03.1874, e um membro da comissão, Tomás Laranjeira, percebeu a grande riqueza em ervais nativos existentes naquela região. Percebeu, também, a abundante mão-de-obra de origem paraguaia, disponível, fruto do caos pós-guerra.

Em 1882, o Governo Federal arrendou, através do Decreto n. 8799, de 9 de setembro, as terras públicas ao longo da fronteira com o Paraguai para Tomás Laranjeira, para a exploração da erva-mate. Um ano após, Tomás Laranjeira fundava a Cia. Matte Laranjeira. As concessões feitas à Cia. Matte Laranjeira atingiram em cheio o território Kaiowá. É importante registrar que estes Kaiowá são os Paĩ e os Caagua do lado paraguaio.

Assim como verificado no lado paraguaio, a vida do trabalhador, especialmente indígena, era de extrema dureza, nos ervais da Cia. Matte Laranjeira, sendo que muitos perderam a vida, como atesta o livro de Hernani Donato (1959), falando num “Brasil desconhecido, uma realidade teimosamente oculta ao público, forjando imensas fortunas sobre as ossadas de milhares de homens sacrificados metodicamente”. Os Kaiowá foram utilizados como trabalhadores da Cia Matte Laranjeira, como atesta Ferreira (2007).

Por outro lado, o monopólio da Cia. Matte Laranjeira foi, também, um grande empecilho para a penetração de outros contingentes de colonizadores. Foweraker (1982) registra que a Companhia mantinha sua polícia própria para evitar a entrada de colonizadores brasileiros que pudessem pôr em risco seu monopólio.

Já em 1912, Ponta Porã torna-se município, desmembrando-se de Bela Vista. Consta que, até 1924, teriam sido vendidos cerca de 356 títulos de lotes, num total de 620.700 ha., no município de Ponta Porã. Na época haveria em torno de 20 mil migrantes em Ponta Porã (CORREA FILHO, 1957, p. 52). Em 1935, Dourados foi elevada à categoria de município. Com o apoio do então Governador, a companhia logrou, novamente, conter a entrada de colonizadores.

De 1905 a 1947, foi construída a Ferrovia Noroeste, que integra Campo Grande e Ponta Porã a São Paulo. Em 1914 chegou a Campo Grande e, em 1944, inaugurou-se o primeiro trecho Campo Grande - Ponta Porã, com 154 km, em direção a Dourados. Os

objetivos da estrada de ferro eram, claramente, de ocupação e defesa das fronteiras e, para isto, permitir a entrada de migrantes e a exportação dos produtos.

O domínio da Companhia continuou até 1943, quando o então Presidente da República, Getúlio Vargas, criou o Território Federal de Ponta Porã e anulou os direitos da Companhia Matte Larangeira. O território Federal de Ponta Porã incluía os municípios de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracaju e Bonito.

Uma lei de 7 de julho de 1924 autorizou o governo do Estado de Mato Grosso a arrendar, em concorrência pública, a área de um milhão de hectares de terras ervateiras, de propriedade do Estado.

Ainda sob o domínio da Cia. Matte Larangeira, entre os anos de 1915 e 1928, o governo federal demarcou oito reservas de terra para o aldeamento dos Guarani e Kaiowá, na região da Grande Dourados, sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul.

No ano de 1943, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, através do Decreto-Lei n. 5.941, de 28 de outubro de 1943, do então presidente da República, Getúlio Vargas, com uma área a ser retirada das terras da União, no então território Federal de Ponta Porã, não inferior a 300.000 ha.

Somente após treze anos foram concluídos os trabalhos de demarcação e medição da área, tendo sido encontrada uma área total de 409.000 ha. Portanto, com um excedente de 109.000 ha, referente à área da Colônia. (Relatório do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Histórico do projeto fundiário de Dourados, *apud* GRESSLER, SWENSSON, 1988, p. 82). Ainda de acordo com este mesmo relatório, o Estado de Mato Grosso reduziu, posteriormente, a área da Colônia para 267.000 ha.

A criação desta e de outras colônias agrícolas, naquele período, situou-se dentro da política de “marcha para o Oeste”, buscando incorporar novas terras e aumentar a produção de alimentos e produtos primários necessários à industrialização, a preços baixos (FOWERAKER, 1982).

No final da década de 1950, do território original restava, legalmente, aos Kaiowá e Guarani, apenas um total de 18.297 ha, divididos em 8 reservas distintas. O SPI

firmou entendimento de que os índios fora das reservas eram “índios desaldeados”, atribuindo-se a si a tarefa de aldeá-los, ou seja, transferi-los para dentro das reservas demarcadas. O deslocamento para dentro das reservas de famílias e aldeias indígenas, ainda residentes em fazendas da região, seguiu constante durante as décadas de 1970 e 1980, como atestam os informes e relatórios dos diversos funcionários da FUNAI⁴⁸.

Apoiado nessa compreensão e na legislação em vigor, os Kaiowá e Guarani iniciaram, a partir da década de 1980, um amplo processo de recuperação de terras perdidas. De 1980 até a presente data, os Kaiowá e Guarani recuperaram 11 novas terras indígenas, que juntas somam um total de 22.450 ha, hoje já devidamente demarcadas e de posse dos índios. E, de outra parte, outras 10 áreas seguem em processo de reocupação, sendo que os índios, em alguns casos, ocupam pequenas parcelas da terra pretendida.

O território kaiowá e guarani sofre forte impacto a partir da década de 1970, com a chegada da soja e a consequente mecanização da atividade agrícola e, a partir de 1980, com a implantação de um crescente número de indústrias sucroalcooleiras.

4.2. Contextualização territorial sobre os Guarani em Mato Grosso do Sul

Levando em consideração a concepção de território guarani apresentada anteriormente, apresento, a seguir, algumas análises a respeito da relação entre população, extensão das terras indígenas, extensão das terras efetivamente ocupadas e, no item posterior, considerações sobre as políticas públicas de educação e saúde. A relação entre tamanho da população guarani e área ocupada em Mato Grosso do Sul, com projeções até 2031, tendo como base dados populacionais de 1991 (CIMI - Conselho Indigenista Missionário) e 2008 (FUNASA) estão na tabela 14 abaixo. Nesta tabela constam dados das 8 reservas demarcadas pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio, antiga FUNAI) entre 1910 e 1925, onde está concentrada a maior parte da população Kaiowá e Guarani deste Estado. Da população total Kaiowá e Guarani de MS em 2008, de 47.229 pessoas, 35.066 estão nas 8 reservas demarcadas no início do século passado, significando 74,25%. Essa população

⁴⁸ O SPI foi extinto, em 1967, sendo substituído pela Fundação Nacional do Índio, FUNAI.

está vivendo em 40,01% do total da área ocupada pelos Guarani em Mato Grosso do Sul, ou seja, a população está concentrada nas reservas antigas e não nas terras demarcadas mais recentemente.

Tabela 14. População, área ocupada e média de área por família nas Reservas Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul

Município	Terra Indígena	área	população					
			1991	2001	2008	2011	2021	2031
Amambai	Amambai	2.429	2.416	5.176	7.106	7.934	10.694	13.454
Dourados	Dourados	3.475	6.300	9.090	11.036	11.880	14.670	17.460
Caarapó	Te'ýikue/Caarapó	3.594	1.800	3.500	4.682	5.200	6.900	8.600
Amambai	Limão Verde	668	350	840	1.185	1.330	1.675	1.820
Tacuru	Ramada/Sassoró	1.923	2.692	-	2.176	2.300	2.700	3.000
Cel.Sapucaia	Takuapiry	1.600	1.400	2.290	2.912	3.180	3.802	4.070
Paranhos	Pirajuy	1.923	604	1.394	1.939	2.184	2.729	2.974
Japorã	Jakarey/Porto Lindo	1.650	1.237	2.877	4.030	4.517	5.670	6.157
Total		17.262	16.799	25.167	35.066	38.525	48.840	57.535
Município	Terra Indígena	área	hectares por família (5 pessoas em média)					
			1991	2001	2008	2011	2021	2031
Amambai	Amambai	2.429	5,03	2,35	1,71	1,53	1,14	0,90
Dourados	Dourados	3.475	2,80	1,91	1,57	1,46	1,18	1,00
Caarapó	Te'ýikue/Caarapó	3.594	10,07	5,13	3,84	3,46	2,60	2,09
Amambai	Limão Verde	668	9,83	3,98	2,82	2,51	1,99	1,84
Tacuru	Ramada/Sassoró	1.923	3,59	-	4,42	4,18	3,56	3,21
Cel.Sapucaia	Takuapiry	1.600	6,29	3,49	2,75	2,52	2,10	1,97
Paranhos	Pirajuy	1.923	17,65	6,90	4,96	4,40	3,52	3,23
Japorã	Jakarey/Porto Lindo	1.650	6,68	2,87	2,05	1,83	1,46	1,34
Total		17.262	7,70	3,43	2,46	2,13	1,71	1,47

Fonte: CIMI, FUNASA, ISA e Equipe Neppi e Nepo

Está em vermelho a Reserva de Ramada/Sassoró porque apresenta um pequeno crescimento negativo, comparando-se a população de 1991 com a de 2008. Isso se deve, provavelmente, a um momento de intensa movimentação para esta reserva no período de 1991, devido a questões políticas. Dessa maneira não foi possível fazer as projeções a partir do incremento de população; fizemos, então, estimativas, levando em conta as taxas de natalidade e mortalidade e o perfil etário da população guarani, em 2008.

As projeções de população foram feitas relacionando o tamanho da população e a quantidade de terra disponível, supondo que a população seja fechada, ou seja, supondo

que não haja emigração ou imigração e, também, supondo que a extensão das reservas permaneça a mesma. Os dados das projeções populacionais foram calculados através do método já descrito acima, sendo um resultado conservador, podendo ser considerado abaixo do valor mais provável, mantendo-se as atuais condições demográficas dessa população. O cálculo do tamanho da terra por família foi efetuado, pressupondo que o tamanho médio de uma família nuclear Guaraní seja de 5 pessoas e considerando que a população é jovem e que a maior parte das famílias, portanto, são compostas de jovens casais com filhos pequenos. Não foi considerada, para o cálculo, a família extensa ou macro-família, nem os grupos domiciliares, ou grupos domésticos (*households*), mas usado o conceito de família nuclear apenas para possibilitar a comparação entre disponibilidade de terra para pequenos agricultores e outros povos indígenas.

A relação entre tamanho da terra ocupada e as famílias residentes nessas áreas é a pior de todo Estado (Tabela 15): 2,46 hectares por família em média em 2008; e na projeção para 2031, a situação piora, chegando a 1,47 hectares por família, se nenhuma outra política for implementada. As reservas demarcadas, ainda no início do século XX, estão superlotadas devido a anos de políticas indigenistas que ‘despejavam’ as famílias residentes em terras ainda não demarcadas e em fazendas, nas reservas já demarcadas, mesmo não sendo do mesmo grupo territorial/familiar, ou seja, do mesmo *Tekoha* (BRAND, 1997). O objetivo dessa política fundiária era liberar as terras para a colonização/desenvolvimento. Por causa dessa política de sobreposição dos grupos macro-familiares no mesmo território, e também por causa do tamanho pequeno da terra disponível para o plantio e dificuldades decorrentes para a subsistência, verifica-se um processo de aumento da violência entre essa população, nas reservas, comparável ao das favelas da cidade do Rio de Janeiro ou de outras grandes metrópoles brasileiras.

Com relação à Reserva de Dourados pode-se dizer que a projeção se mostra conservadora, porque ela aponta 11.036 pessoas em 2011, enquanto o censo de 2010 já tenha indicado uma população total de 11.146, e a SIASI/2011 indica 11.637, incluindo os mestiços e os Terena que vivem no mesmo espaço. É a reserva mais populosa, com inúmeros conflitos internos.

Essa mesma situação se repete nas terras indígenas mais recentemente demarcadas (anos 1980), cuja proporção de terra por família, hoje, fica em torno de 18,06 hectares, mas tendendo a baixar para 9,70 ha, em 2031. A média da situação das famílias nessas terras indígenas é aparentemente melhor, porque a área de Sete Cerros é maior do que a média das outras áreas, influenciando esse cálculo.

Tabela 15. População, área ocupada e média de área por família nas Terras Indígenas demarcadas a partir de 1980 - Kaiowá e Guarani no MS

Município	Terra Indígena	área ocupada	população					
			1991	2001	2008	2011	2021	2031
Laguna Carapã	Guaimbé	717	165	355	490	545	680	735
Laguna Carapã	Rancho Jacaré	778	400	400	392	392	392	392
Aral moreira	Guasuty	959	70	260	398	450	588	640
Paranhos	Paraguasu/Takuaraty	2.609	200	460	637	720	897	980
Bela Vista	Pirakua	2.384	200	410	549	620	759	830
Amambai	Jaguary	405	40	220	342	400	522	580
Dourados	Panambizinho	1.240	300	310	322	320	332	330
Douradina	Panambi	2.037	231	581	829	931	1.281	1.631
Eldorado	Cerrito	1.950	85	445	698	805	1.058	1.165
Juti	Jarara	479			452	452	452	452
Antônio João	Campestre	11	35	265	430	495	725	955
Paranhos	Sete Cerros	9.003	60	310	493	560	743	810
Tacuru	Jaguapire	2.349	230	600	867	960	1.227	1.320
Total		24.921	2.016	4.616	6.899	7.650	9.656	10.820
hectares por família (5 pessoas em média)								
Município	Terra Indígena	área	1991	2001	2008	2011	2021	2031
Laguna Carapã	Guaimbé	717	21,73	10,10	7,32	6,58	5,27	4,88
Laguna Carapã	Rancho Jacaré	778	9,73	9,73	9,92	9,92	9,92	9,92
Aral moreira	Guasuty	959	68,50	18,44	12,05	10,66	8,15	7,49
Paranhos	Paraguasu/Takuaraty	2.609	65,23	28,36	20,48	18,12	14,54	13,31
Bela Vista	Pirakua	2.384	59,60	29,07	21,71	19,23	15,70	14,36
Amambai	Jaguary	405	50,63	9,20	5,92	5,06	3,88	3,49
Dourados	Panambizinho	1.240	20,67	20,00	19,25	19,38	18,67	18,79
Douradina	Panambi	2.037	44,09	17,53	12,29	10,94	7,95	6,24
Eldorado	Cerrito	1.950	114,71	21,91	13,97	12,11	9,22	8,37
Juti	Jarara	479	-	-	5,30	5,30	5,30	5,30
Antônio João	Campestre	11	1,57	0,21	0,13	0,11	0,08	0,06
Paranhos	Sete Cerros	9.003	750,25	145,21	91,31	80,38	60,59	55,57
Tacuru	Jaguapire	2.349	51,07	19,58	13,55	12,23	9,57	8,90
Total		24.921	61,81	26,99	18,06	16,29	12,90	11,52

Fonte: CIMI, FUNASA, ISA e Equipe Nepi e Nepo

A tabela 16, a seguir, mostra a relação entre terra e população das áreas ainda não demarcadas ou delimitadas e nos acampamentos de beira de estrada/rodovias. Calcula-se que, em 2008, em MS existiam 10 acampamentos na beira das estradas ou em terras a serem demarcadas. As comunidades vivem nesses acampamentos praticamente sem assistência. A situação dessa população é a mais vulnerável porque se encontram acampados precariamente, sem casas e, na maior parte dos casos, não existe escola ou posto de saúde (porque o poder público – municipal, estadual ou federal – não constrói tais aparatos públicos em áreas em litígio) e a FUNASA não faz atendimento preventivo, apenas emergenciais. A relação entre hectares por família é, em média, de 2,9 ha, valor superior à realidade das famílias dentro das reservas, porém a população dessas áreas não utiliza a terra para plantar, pois o acesso é precário ou temporário. Portanto, para analisarmos essa relação entre tamanho de território e população é preciso recordar de tal especificidade.

Tabela 16. População, área ocupada e média de área por família nas Terras Indígenas em estudo e em acampamentos, 2008

	hectares*	área ocupada**	população 2008	ha por família
acampamento Aroeira	-	1	75	0,07
Laranjeira Ñanderu	-	1	120	0,04
Acampamento Km40	-	1	25	0,20
Arroyo Kora	7.175	100	566	0,88
Campestre	11	11	430	0,13
Guyra Roka	11.440	100	115	4,35
Ita Vera'i/Cerro'i	-	1	150	0,03
Jatayvary/Lima Campo	8.800	300	261	5,75
Jukeri	-	1	14	0,36
Kokue'i	6.535	100	155	3,23
Kurusu Amba	-	1	100	0,05
Ñanderu Marangatu	9.316	100	613	0,82
Pakurity	-	1	20	0,25
Paso Piraju	-	100	89	5,62
Porto Caiuá	-	1	5	1,00
Potrero Guasu	4.975	400	613	3,26
Santiago kue	-	1	50	0,10
Sombrerito	12.608	800	279	14,34
Sukuriy***	535	67	224	1,50
Takuára	9.650	60	271	1,11
Yvy Katu***	9.461	482	360	6,69
Total	80.506	2.629	4.535	2,90

Fonte: Projeto Mapa Guaraní Retã e Equipe Neppi e Nepo

* Hectares em estudo ou já demarcados mas, que não estão de posse da população

** Área efetivamente ocupada pela comunidade, ou num pedaço do território ou na beira da estrada

***Atualmente, 2015, Sukuriy e Yvy Katu conseguiram fazer a revisão de suas áreas e ampliaram a ocupação para toda a TI. Sukuriy conta com uma área de 535 ha e Yvy Katu com 9.454 ha.

Na tabela 17 aparece a população total dos Kaiowá e Guaraní em 1991 e em 2008, para projeção, assim como o total da área ocupada. A média de hectares por família foi calculada considerando 5 pessoas por família, como já utilizado anteriormente. A situação da terra para as famílias pioraram ao longo do tempo e as projeções indicam o

agravamento do quadro, mesmo sendo conservadoras. Comparando a situação entre as populações das reservas, nas TIs e nas áreas ainda em estudo e acampamentos, nota-se que as reservas mais antigas vivem ao longo do tempo em áreas mais densas e famílias das reservas mais antigas têm acesso a menor quantidade de terras.

Tabela 17. População, hectares ocupados e média de área por família dos Kaiowá e Guarani no MS – 1991 – 2031 (projeções)

	ano				
	1991	2008	2011	2021	2031
população	18.815	47.229	50.695	66.635	82.575
hectares ocupados	36.619	45.200	45.200	45.200	45.200
hectares por família	9,73	4,79	4,46	3,39	2,74

Fonte: CIMI, FUNASA, e Equipe Neppi e Nepo

Os Guarani em Mato Grosso do Sul estão na região da fronteira com o Paraguai e os processos de mobilidade espacial ultrapassam as fronteiras nacionais e possuem outro sentido, um significado diferente para este povo.

Além disso, o território guarani, no lado brasileiro, é parte do território guarani do lado paraguaio, ou seja, é um território só, mas cortado artificialmente por uma política exterior (ou externa) aos Guarani. Exemplo disto é a Terra indígena Pysyry, no Paraguai, e Ñanderu Marangatu, no Brasil (MELIÀ, GRÜNBERG, F, GRÜNBERG, G., 1976; EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, L., 2009).

No século XX, a mobilidade espacial se deu por expulsão das fazendas, processos de confinamento em pequenas terras e aldeamentos.

A partir dos anos de 1980, começa a ocorrer os processos de demandas por terras e, assim, tem início uma nova distribuição espacial. Nesse contexto, o movimento indígena Guarani fortaleceu-se a partir dos anos 1980, sempre buscando a recuperação de seus territórios ancestrais. O Movimento da Aty Guasu (grande assembleia) se caracterizou com a realização de cantos, festas e rituais nessas reuniões. E novos *Tekoha* foram demarcados. Apesar disso, os Guarani seguem movendo-se em seu território, em função das festas, rituais, economia, questões políticas e casamentos (COLMAN, 2007).

No que diz respeito aos desafios relacionados à questão territorial (BRAND, 1997; GRÜNBERG, F., 2002; PEREIRA, L., 2004), há três situações distintas de assentamentos em MS (ocupação/distribuição da população guarani e kaiowá): 1. Antigas reservas, terras indígenas demarcadas antes da Constituição de 1988, ou seja, como aldeias – são 8 reservas; 2. Terras indígenas demarcadas a partir de 1980, com base nos princípios dos direitos originais aos territórios – e não mais aldeamentos – são 11 TIs; 3. Assentamentos em áreas ocupadas, acampamentos de beiras de estrada e terras indígenas em estudo – são ao todo 35 acampamentos (quadros 3 e 4 a seguir). Somam, no total, 54 assentamentos.

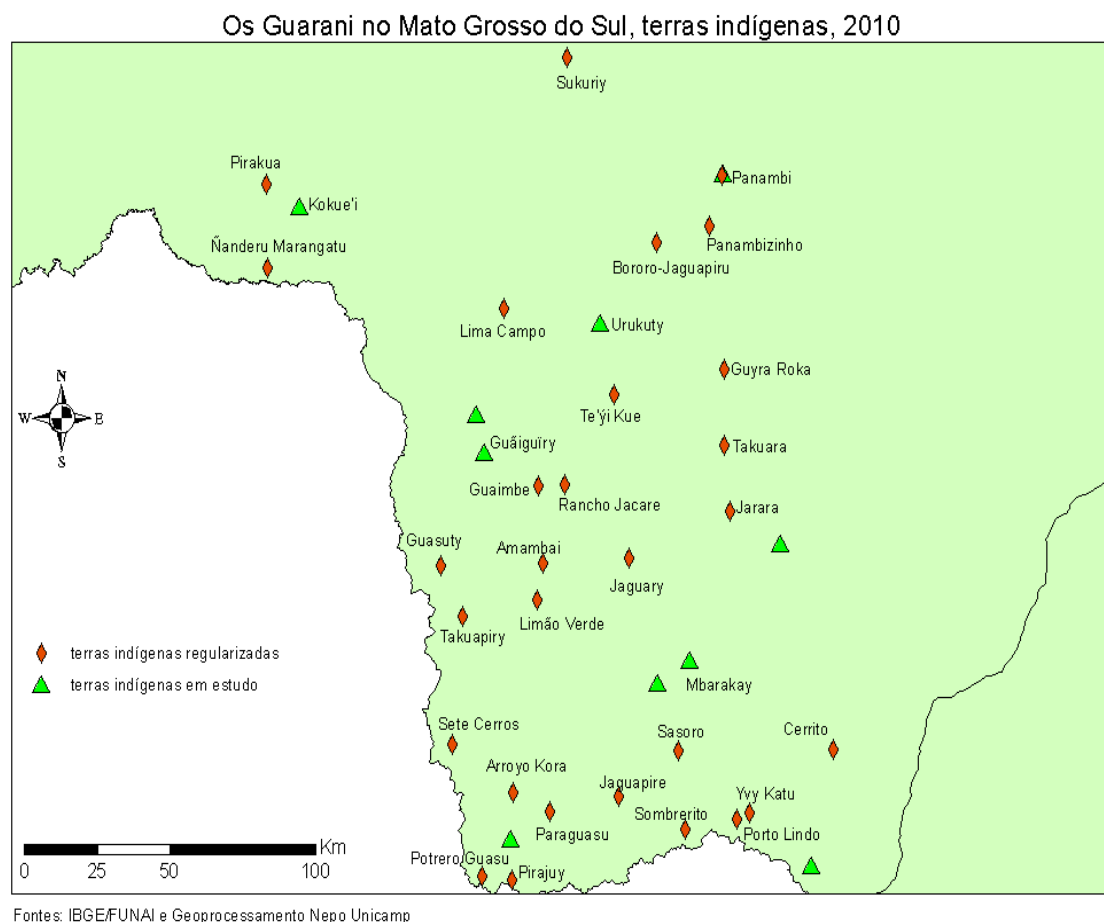
Recentemente, no Diário Oficial da União, Seção 1, nº 5, de terça feira, 08 de Janeiro de 2013, foi publicado o estudo de identificação da TI Iguatemipegua:

Tendo por base estudos de natureza etnohistórica, antropológica, documental escrita, ambiental, cartográfica e fundiária, reunidos por equipe técnica qualificada, autorizados por Portarias da Presidência da FUNAI, em conformidade com o disposto no Decreto 1775/96, conclui-se que a terra indígena ora delimitada consiste numa superfície aproximada de 41.571 hectares e perímetro aproximado de 100 Km (como representado em mapa e memorial descritivo, que seguem abaixo), situando-se no município de Iguatemi. A TI Iguatemipegua I é de ocupação tradicional das famílias kaiowa dos tekoha Pyelito e Mbarakay, apresentando as condições ambientais necessárias à realização das atividades dessas mesmas famílias e tendo importância crucial do ponto de vista de seu bem estar e de suas necessidades de reprodução física e cultural, segundo seus usos costumes e tradições, correspondendo, portanto, ao disposto no artigo 231 da Constituição Federal vigente (BARBOSA, 2013, p. 28)

Chama a atenção o tamanho da área, 41.571 ha, sendo que a maior já demarcada até tal data era de 9.454 ha, em 2005. É um marco no processo de demarcação de terras dos Kaiowá e Guarani. No entanto, os Kaiowá e Guarani de Pueblitokue e Mbarakay continuam acampados, aguardando a demarcação de suas terras com inúmeros conflitos e sofrendo ameaças dos fazendeiros que ainda permanecem em suas terras. Iguatemipegua é uma das 6 áreas ou bacias em estudo: Amambaipegua, Apapegua, Brilhantepegua, Douradospegua e Ñandevapegua.

No mapa 2, a seguir, podemos observar as terras indígenas regularizadas e outras ainda em estudo.

Mapa 2. Terras indígenas dos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul, 2010



4.3. Caracterização populacional sobre os Guarani no Brasil e Mato Grosso do Sul

Apresento, a seguir, quatro quadros com informações sobre as terras indígenas dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul, conforme sua situação. Quadro 01: 8 Reservas Indígenas criadas entre 1915 e 1928; Quadro 02: 11 Terras Indígenas demarcadas a partir de 1980, antes de 1996, demandadas por comunidades específicas; Quadro 03: 11

Terras Indígenas identificadas ou em processo de identificação; e Quadro 04: 24 áreas em estudo ou acampamentos sem nenhum estudo⁴⁹.

Quadro 01:8 Reservas Indígenas criadas entre 1915 e 1928				
Nº	Terra Indígena	Principais informações	área (ha)	população
1	Amambaí ou Posto Indígena Benjamim Constant	É a 1ª área reservada, em 1915, Decreto nº 401 de 10.05.1915, com 3.600 ha, mas que em 1926, foi reduzida para . Esta área está à 5 km da sede do município de Amambaí.	2.429	5.469
2	Dourados (Bororo - Jaguapiru) ou Posto Indígena Horta Barbosa	Foi reservada esta 2ª terra em 1917, Decreto nº 404 de 03.09.1917, com 3.600 ha, atualmente tem apenas 3.475 ha, localizado em Dourados, a 2 km da sede do município. Esta reserva abriga além dos Guarani e Kaiowá, famílias Terena e mestiços.	3.475	11.146
3	Caarapó (Te'ýikue): ou Posto Indígena José Bonifácio	Foi criada esta reserva em 1924, Decreto nº 684 de 20.11.1924, com 3.750 ha. Atualmente, esta área soma um total de 3.594 ha, localizada à 20 km da sede do Município.	3.594	4.283
4	Limão Verde	Foi criada em 1928, como uma forma de compensação pela área reduzida da reserva de Amambaí, Decreto nº 835 de 14.11.1928, com 900 ha, o tamanho de um lote. Conta com uma área de 668 ha, e a Terra Indígena está localizada à 7 km da sede do município, também, em Amambaí.	900	1.170
5	Taquaperi: ou Posto Indígena de Cerro Perón	Foi criada, também, em 1928, Decreto nº 835 de 14.11.1928, com 2.000 ha. Há, inexplicavelmente, uma redução de 1.600 ha, comparando com as três primeiras. Contam com um total de 1.886 ha, no atual município de Coronel Sapucaia. A reserva está localizada entre Amambaí e Coronel Sapucaia, a 15 km da sede do município.	1.886	2.578
6	Sassoró ou Posto Indígena Sassoró	Foi criada em 1928, com 2.000 ha, Decreto nº 835 de 14.11.1928. Hoje a área é de 1.923 ha, no município de Tacuru. A reserva Sassoró, também, conhecida como Ramada, fica à 40 km da sede do município.	1.923	2.764
7	Porto Lindo: ou Posto Indígena do Jacareí	Criada através do Decreto nº 835 de 14.11.1928, com 2.000 ha. Atualmente, ocupam apenas 1.650 ha, no município de Japorã e localizada a 25 km da sede do município. Os moradores desta reserva estão em processo de ampliação da área, com a retomada de Yvy Katu.	1.650	3.919
8	Pirajuí: ou Posto Indígena de Pirajuí	Foi criada em 1928, pelo Decreto nº 835 de 14.11.1928, também com 2.000 ha. Hoje estão com uma área de 1.923 ha no município de Paranhos. Ela fica a 15 km da sede do município.	1.923	2.031
Total			17.780	33.360

⁴⁹ * Dados populacionais da SESAI/MS, 2011.

Quadro 02: 11 Terras Indígenas demarcadas a partir de 1980 antes de 1996 demandadas por comunidades específicas				
Nº	Terra Indígena	Principais informações	área (ha)	população
1	Rancho Jacaré	É uma das primeiras áreas retomadas, em 1979, e também uma das primeiras terras indígenas demarcadas, depois de 1928, em 1984. Esta área está localizada à 90 km de Dourados e à 65 km de Laguna Carapã.	777,53	447
2	Guaimbé	Também é uma das primeiras áreas retomadas, em 1979, e também uma das primeiras terras indígenas demarcadas, depois de 1928, em 1984, está localizada a 100 Km de Dourados e a 50 Km de Laguna Carapã.	716,93	444
3	Paraguasu (Takuaraty/yvyk uarusu)	Em 1984 depois de 8 tentativas de retorno até que ninguém mais conseguiu retirá-los de lá. Estão ocupando uma parte do território tradicional, com extensão de 2.609 ha, que foram homologados, em 1993. Atualmente, a terra indígena de Paraguasu pertence ao Município de Paranhos e fica a 40 km da sede.	2.609	592
4	Pirakua	Foi identificada em 1982 e fica no Município de Bela Vista e foi apenas homologado em 1992, sendo que, atualmente estão ocupando uma área de 2.384 ha. A Terra Indígena está localizado a 64 km de Bela Vista.	2.384	473
5	Jaguapire	Está localizada no Município de Tacuru, é mais uma das áreas em que a comunidade luta pela legalização de suas terras. Nesse caso, o conflito se dá contra duas propriedades, com seus jagunços e a polícia militar, que invadiram a terra indígena, em 1985. Neste mesmo ano, essa Terra Indígena foi identificada. A comunidade retomou parte da terra em 1992 e o restante em 1996. Sua localização é de 16 km da sede do município.	2.349	931
6	Sete Cerros	Possui uma área de 9.003 ha, considerada relativamente grande, comparando com outras aldeias kaioiwá e guarani. Esta Terra está localizada no Município de Paranhos, e em 1987, o Grupo de Trabalho da FUNAI delimita uma área de 9.003 ha, encontrando, ainda, uma parte da população, sendo que os demais moradores encontravam-se já dispersos em terras indígenas e fazendas da região. Estão ocupando uma área de 8.584 ha. A aldeia fica a 76 km da sede do município. Embora sendo a maior área Kaiowá e Guaraní demarcada, possui uma população pequena, o que se explica pelo fato de possuir um solo bastante arenoso e que não é propício para o cultivo de roças tradicionais. Já foi um lugar de muita mata, mas com o desmatamento para a formação de pastagens o solo ficou desgastado.	8.584	378
7	Jarara	Apesar de terem obtido a identificação de sua Terra ainda em 1986, foram expulsos e levados para a reserva de Caarapó e seu tekoha destruído por ordem da Cia. Mate Larangeira, em 1953. Mas uma parte da população permaneceu morando na região, conhecida como Vila Juti. Os Kaiowá e Guaraní reocuparam sua área tradicional em 1983. Os fazendeiros expulsaram os moradores de Jarara, em 1986 e 1987. Em 1993 a área foi homologada e a população local reocupou sua terra de forma definitiva, em 1996. E está localizada a aproximadamente 100 km de Dourados e 5 km de Juti.	479	287

Continuação quadro 02.				
8	Guasuty	Localizada no Município de Aral Moreira, foi identificada em 1985. Os moradores desta Terra Indígena. Em 1992, a Terra Indígena com uma área de 959 ha foi homologada, mas em Janeiro deste mesmo ano a população foi expulsa pela polícia e levada para Limão Verde, mas com apoio do Ministério Público Federal a liminar de reintegração de posse do fazendeiro foi suspensa e os moradores retomaram sua terra. A aldeia foi registrada em 1994. A aldeia esta localizada à 40 km de Amambai e 30 km de Aral Moreira.	959	533
9	Jaguary	É outra área retomada na década de 1980 e pertence ao município de Amambaí. A Terra Indígena de Jaguary foi identificada em 1987. Neste mesmo ano, depois de um GT (Grupo de Trabalho) da FUNAI ter delimitado uma área maior para a população indígena local, os fazendeiros ousaram expulsar, de forma violenta, os indígenas do local por temerem perder suas fazendas. No ano de 1988, a própria FUNAI mudou de ideia e não mais considerou a área como de ocupação indígena. Em 1992, finalmente, a área foi homologada. Por decisão judicial, em 1994, a comunidade recuperou o direito de ocupação de suas terras. Esta aldeia está situada a 52 km da sede do município, na estrada que liga Amambaí a Juti.	405	321
10	Cerrito ou Laguna Piru	Foi identificada em 1988. Mas os Guarani reocupam a área, no Município de Eldorado, no ano de 1993. A área já havia sido declarada terra indígena, em 1991, e homologada em 1992, estando, inclusive, registrada. Em 2002 os índios ampliaram a terra retomando uma parte das áreas de ocupação tradicional que haviam ficado fora da demarcação. Estão ocupando 1.950 ha e está localizada à 32 km de Eldorado.	1.950	544
11	Panambizinho	Localizada no município de Dourados, possui 1.240 ha. Durante muito tempo a comunidade ocupava apenas 60 ha, correspondente a dois lotes da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). A partir de 2005, a população retoma, de forma definitiva sua área quando finalmente conseguem a homologação de 1.240 ha. A comunidade do Panambizinho fica distante à 26 km da sede.	1.240	306
Total			22.453,46	5.256

Quadro 03: 11 Terras Indígenas identificadas ou em processo de identificação				
Nº	Terra Indígena	Principais informações	área (ha)	população
1	Sukuriy	Localizada no município de Maracaju, com 500 ha, foi identificada em 1995, ano em que os índios efetivaram-se na posse desta área. No entanto, mesmo assim os moradores da Terra Indígena foram despejados de forma violenta pelos proprietários, em 1996. Mas, em 1997, desesperançados frente às questões legais reocuparam a terra por iniciativa própria. Em 1998 a terra foi homologada e até registrada. Um acordo, apesar da decisão judicial de despejo, permitiu que permanecessem em 67 ha. Atualmente ocupam toda a área. A área fica aproximadamente à 10 km da sede do município.	535	224
2	Potrero Guasu	Pertence ao Município de Paranhos e possui uma extensão territorial de 4.975 ha, mas os índios ocupam apenas 400 ha, persistindo, ainda, o litígio. O restante de terra indígena continua sendo ocupada por famílias de colonos. A área de 400 ha foi retomada em 1998, depois da identificação da terra como sendo indígena, em 1997. Em 2000, esta mesma área foi demarcada. A aldeia está localizada à 8 km de Paranhos.	400	725
3	Arroyo Kora	Está localizada no Município de Paranhos, a 20 km, cuja extensão é 7.205 ha, mas atualmente ocupam apenas 100 ha de sua área total. Esta população foi expulsa em 1983, e ficou andando pela região até ser transferida pela FUNAI para a terra indígena de Sete Cerros, onde permaneceu por 15 anos. A partir de 1998, iniciou o processo de retomada, reocupando parte de sua área, mas foi retirada pela própria FUNAI e deixada na beira de estrada (Rodovia MS-156). No mesmo ano, em outubro, sob forte pressão, foram levados pela FUNAI para a aldeia de Guasuty, em Aral Moreira. Depois ainda foram levados para Jaguapire. E, em Agosto de 1999 retomaram parte de suas terras.	100	652
4	Campestre e Ñanderu Marangatu:	Localizadas no Município de Antonio João. Campestre foi demarcada em 1991, abrange a menor extensão de terra - de 11 ha. A área de Campestre foi cedida para a comunidade pela Prefeitura Municipal e identificada pela Funai, em 1984. Ñanderu Marangatu, também, denominada Cerro Marangatu. Os moradores desta área foram expulsos, ainda, em 1949. Nessa ocasião, parte dos moradores passou a morar em Campestre. Esta área foi retomada em dezembro de 1998. Em Julho de 2006, logo após um encontro de mulheres indígenas, a comunidade retoma parte de suas terras e volta a ocupar partes (100 ha) da fazenda Itá Brasília e de Primavera.	100	1.067
5	Lima Campo/Jatay vary	Localizada no Município de Ponta Porã engloba outras como Jatayvary e Limary. Esta área foi retomada entre os anos de 1998 e 1999. Ocupam apenas 300 ha, dos quase 10 mil ha reivindicados pela população local. A terra indígena de Lima Campo fica distante do município de Ponta Porã, 80 km e está localizada na rodovia que liga este município à Dourados.	300	255*

Continuação quadro 3				
6	Kokue'i	Outra área que pertence ao município de Ponta Porã, localizada próxima à Cabeceira do Ápa, a 10 km de Antonio João e 140 km de Dourados. Esta população foi retirada de suas terras por fazendeiros em 1998. Permaneceu por algum tempo acampada na beira da Rodovia que liga Antonio João à Jardim. Estão ocupando uma área de 100 ha do total reivindicado que é de 6.535 ha.	100	156*
7	Takuára	Está retomada pelos kaiowá, mas, pelo menos uma parte dela, encontra-se em processo de demarcação. Os moradores de Takuára, no Município de Juti, foram expulsos novamente de maneira violenta, muitos até foram amarrados, pela Companhia Matte Larangeira, em 1953, inclusive com o apoio do SPI. Em 1999, os Kaiowá retomaram uma parte de sua área e no mesmo ano foram despejados. Mas, apesar das decisões judiciais, eles permanecem resistindo na terra. Houve um conflito entre índios e administradores da fazenda Brasília do Sul, em que foi assassinado um de seus líderes, Marco Veron, no dia 13 de janeiro de 2003. No enterro de seu líder retomaram parte de seu Tekoha. A comunidade de Takuára ocupa uma área de 60 ha, do total de 9.650 ha reivindicado. Takuára fica à 30 km da cidade de Juti.	60	304
8	Guyra Roka/Ypytã,	Está localizada no Município de Caarapó. Segundo o relatório de identificação realizado por Pereira (2002) existia uma concentração expressiva de Kaiowá morando em Guyraro de forma permanente até o início da década de 1940, ocupando os eixos dos córregos Karaku e Ypytã. Depois de 1940, os fazendeiros começaram a comprar as terras na região e tornaram inviável a permanência dos índios no local. Em Janeiro de 2000, os moradores que estavam vivendo em Caarapó e Amambaí tentaram retomar a sua terra. Um dos donos acompanhado do chefe da FUNAI de Dourados convenceram os moradores a retornar, e permaneceram acampados em Caarapó, em barracas de lonas. O total da área reivindicada e identificada é de 11.401 ha.	50	599
9	Sombrito	É outra área retomada em 1999 no Município de Sete Quedas. Localizada à 467 km de Campo Grande, esta população foi expulsa, em 1975, pelo fazendeiro. Depois da retomada, muitos indígenas desta área foram convencidos a deixar seu território e foram para Porto Lindo, no município de Japorã. Em 2005, os moradores reocuparam novamente seu tekoha e já sofreram ameaças de expulsão, mas permanecem na área. Ocupam, atualmente, uma área de 800 ha. O total da Terra Indígena já identificada é de 15.000 ha, mas o relatório de identificação ainda não foi publicado.	800	284
10	Panambi	No Município de Douradina, localiza-se a Reserva de Panambi, também conhecida como Lagoa Rica. Esta área foi reservada ainda pelo SPI, em 1942, com 2.037 ha. Ocupa, no entanto, apenas uma área de 390 ha, da gleba reservada pela Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Desse total, 1.647 ha foram invadidos e estão sendo ocupados por 36 famílias de pequenos proprietários da CAND. Como a maioria das reservas, a Rodovia MS-379, corta a área. Atualmente, possui dois acampamentos, Ytay e Guyra Kambiy em conflito com os colonos. Esta Terra Indígena está localizada à 10 km da sede do município.	390	1.101
11	Yvy Katu	Terra indígena retomada em 2003, localizada, do lado da Reserva de Porto Lindo, no Município de Japorã, MS. Em 06/2005 Márcio Thomaz Bastos (Min. Justiça) declara de posse permanente do grupo indígena Guarani Nandeva a Terra Indígena Yvy Katu com superfície aproximada de 9.454 ha. Sua situação atual é em processo de homologação.	9.454	258*
Total			12.289	4.956

Fonte: Funai, CIMI, IBGE, Censo Demográfico 2010 *SIASI/2011.

Quadro 4. Acampamentos dos Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul, 2015

Município	Acampamento	População
1 Dourados	Boqueirão	80
2 Dourados	Nhu Vera	150
3 Dourados	Mudas MS	120
4 Dourados	Apyka'i (Curral de Arame	30
5 Dourados	Pakurity	20
6 Dourados	Itahum	200
7 Dourados	Passo piraju	120
8 Dourados	Picadinha	30
9 Douradina	Itay ka'aguyrusu	150
10 Douradina	Guyra Kambyi	135
11 Rio Brilhante	Laranjeira Nhanderu	85
12 Rio Brilhante	Aroeira	35
17 Caarapó	Pindoroky	90
18 Juti	Aldeinha	45
19 Navirai	Tarumã	55
20 Navirai	Juncal	55
21 Aral Moreira	Guaiguiry	320
22 Coronel Sapucaia	Kurusu Amba	245
23 Paranhos	Ypo'i	180
24 Iguatemi	Pueblito Kue (Mbarakay)	290
Total		2.435

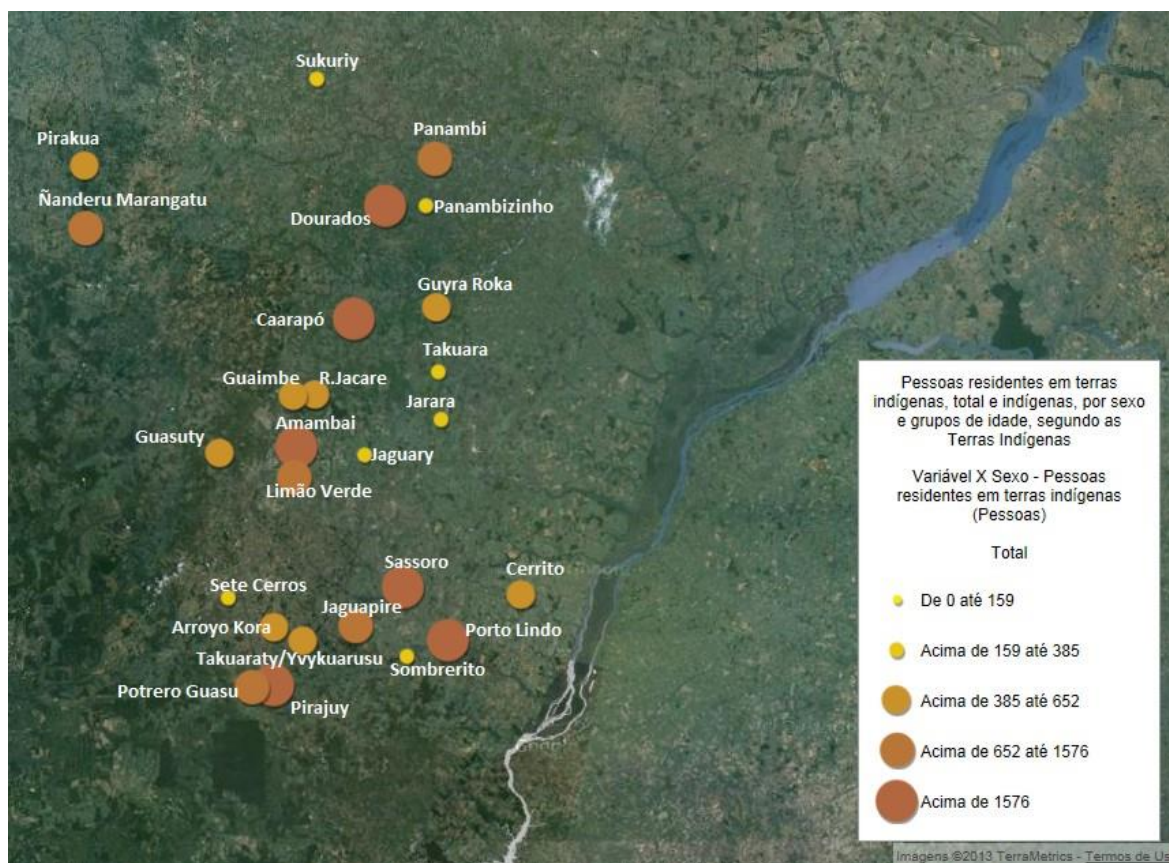
Fonte: Funai, 2015 e Equipe Guarani Retã 2 (Mapa Guarani Continental).

A ilustração, a seguir, é uma tentativa de localizar os Guarani de Mato Grosso do Sul, a partir do mapa disponível na página do IBGE⁵⁰. Apenas são acrescentados os nomes das Terras Indígenas conforme as conhecemos. Os círculos indicam a quantidade populacional. No caso dos Guarani de Mato Grosso do Sul, das 26 Terras Indígenas que estão georreferenciadas, 7 terras indígenas possuem uma população entre 159 e 385 pessoas; 8 possuem de 385 até 652 pessoas; 5 terras indígenas têm uma população entre 652 até 1.576 pessoas. As mais populosas, com 32.190 pessoas, são as 7 Terras Indígenas, criadas como Reservas já antigas, como já mencionado anteriormente. Estas possuem

⁵⁰<http://www.censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas/>

população acima de 1.576 pessoas, sendo as mais populosas: Dourados (11.146), Amambai (5.469), Caarapó (4.283), Porto Lindo (3.919), e Pirajui (2.031)⁵¹.

Figura 6. Localização das terras indígenas (Kaiowá e Guarani) por grupos de idades Mato Grosso do Sul 2010



Fonte: Censo Demográfico, 2010 (<http://www.censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas/>)

Cada uma destas terras indígenas, no site do IBGE/Terras indígenas, possui informações sobre sua Área, População, Alfabetização, Registro de Nascimento, Rendimento e Domicílios. No capítulo 5 trazemos estas informações sobre a TI Te'yíkue.

Com relação aos dados populacionais sobre os Guarani, nos quatro países do *Ñane Retã* (Bolívia, Argentina, Brasil e Paraguai), observa-se uma população total de 194.291, distribuída da seguinte forma:

⁵¹ Neste mapa não aparece a reserva de Takuapiry (2.578 pessoas), que é uma Terra Indígena já regularizada.

Tabela 18. População guarani nos 4 países em 2015

Bolívia	60.000
Brasil	63.861
Paraguai	60.930
Argentina	9.500
Total	194.291

Fontes: Equipe do projeto Mapa Guarani Continental, 2015; IBGE, Censo Demográfico, 2010. DGEEC Segundo Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, 2012, ENDEPA/Argentina e FAO/Bolivia.

Conforme se pode observar na tabela 19, a seguir, no Brasil, dos 63.861 Guarani contabilizados pelo último censo em 2010, 22,90% encontram-se em áreas urbanas e 77,10% em área rural. A grande maioria da população vive em MS, com 66,86% do total, seguida de São Paulo com 9,86% do total e Paraná com 9,04%.

Cabe destacar, ainda, que em Mato Grosso do Sul a proporção de indígenas em área urbana é menor, apenas 5,66% e a maioria, isto é, 94,34% em área rural. A situação é semelhante no Paraná, onde 56,09% estão na área rural. Em alguns Estados a situação é inversa, onde a maioria dos Guarani estão em área urbana, como nos estados do Espírito Santo (85,50%), Rio de Janeiro (69,96%) e São Paulo (66,26 %).

Tabela 19. População indígena guarani, por situação do domicílio, segundo as Unidades da Federação - Brasil – 2010

Unidades da Federação	Situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Brasil	63.861	14.626	49.235
Mato Grosso do Sul	42.701	2.419	40.282
São Paulo	6.298	4.173	2.125
Paraná	5.775	2.536	3.239
Rio Grande do Sul	4.734	2.688	2.046
Santa Catarina	2.086	1.119	967
Rio de Janeiro	1.591	1.113	478
Espírito Santo	676	578	98

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Na tabela 20, a seguir, as informações aparecem por UF, com a distribuição de homens e mulheres e razão de sexo. Observa-se um ligeiro predomínio de homens guarani no território nacional. Paraná e Santa Catarina apresentam as razões de sexo maiores, com 110 e 109, respectivamente. Já MS apresentou um balanço entre os sexos com uma razão de 100. Por outro lado, no Rio de Janeiro há predomínio de mulheres.

Tabela 20. População indígena guarani, razão de sexo, segundo as Unidades da Federação - Brasil – 2010

Brasil e Unidades da Federação	Total	Homem	Mulher	Razão de Sexo
Brasil	63.861	32.166	31.695	101
Mato Grosso do Sul	42.701	21.359	21.342	100
São Paulo	6.298	3.158	3.140	101
Paraná	5.775	3.021	2.754	110
Rio Grande do Sul	4.734	2.446	2.288	107
Santa Catarina	2.086	1.087	999	109
Rio de Janeiro	1.591	738	853	87
Espírito Santo	676	357	319	112

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Outro dado interessante e importante é sobre o tipo de etnia guarani, que está presente em todos os Estados, por conta da grande mobilidade espacial, como se pode observar na tabela 21. Dos 63.861 Guarani no Brasil, 42.234 são da etnia Guarani Kaiowá. Chama a atenção o fato de que, dos 42.234 Guarani Kaiowá, a grande maioria, 37.650 pessoas (89,15%), esteja em Mato Grosso do Sul, mas também estão presentes nos demais Estados, como no Paraná (3,06%), em São Paulo (2,96%) e no Rio Grande do Sul (2,33%).

Tabela 21. População indígena guarani, por tipo de etnia, segundo as Unidades da Federação - Brasil – 2010

Unidades da Federação	Total	Guarani Kaiowá	Guarani Nhandeva	Guarani Mbya
Brasil	63.861	42.234	14068	7.559
Espírito Santo	676	147	231	298
Rio de Janeiro	1.591	427	1001	163
São Paulo	6.298	1.249	2253	2.796
Paraná	5.775	1.294	3255	1.226
Santa Catarina	2.086	483	610	993
Rio Grande do Sul	4.734	984	1744	2.006
Mato Grosso do Sul	42.701	37.650	4974	77

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

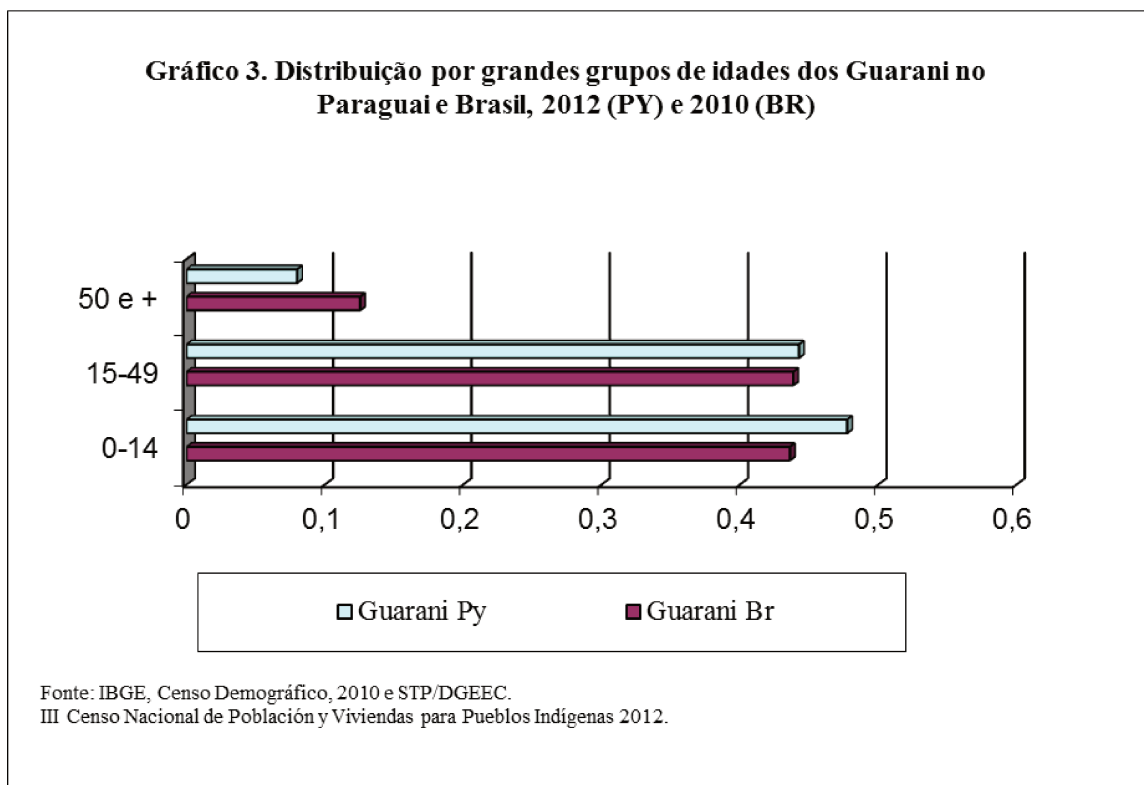
Os Guarani Nhandeva também estão mais presentes em MS que nos outros Estados, perfazendo 35,35% do total do grupo, totalizando 4.974 pessoas, compondo uma população sete vezes menor que a dos Kaiowá. Porém, existe uma população considerável no Paraná, inclusive maior que a dos Guarani Kaiowá, no mesmo Estado, com 3.255 pessoas. A mesma situação acontece em São Paulo, com 2.253 Nhandeva vivendo na UF, contra 1.249 Kaiowá.

A etnia Guarani Mbya é a menor entre os Guarani no Brasil, com 7.559 pessoas. Estão presentes, principalmente, em São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

Em Mato Grosso do Sul não se tem notícias da existência de Guarani Mbya, mas no censo de 2010 apareceu um número pequeno de Guarani Mbya (77 pessoas). Há a possibilidade de isso ter ocorrido pelo fato de o recenseador, na hora de preencher a língua ou etnia, ter selecionado Guarani Mbya e não Guarani Kaiowá ou Guarani Nhandeva, grupos que vivem em Mato Grosso do Sul.

Outro aspecto interessante é a distribuição por grandes grupos etários de Guarani no Brasil e Paraguai: mesmo povo, comportamento semelhante. O gráfico 3 mostra a concentração dos Guarani nos diferentes países. As maiores concentrações acontecem nos

grupos etários entre 0-14 e 15-49 anos⁵². Para a população do Brasil, existe uma concentração um pouco maior no grupo de 50 ou mais.



Na tabela 22, a seguir, consta a estrutura etária da população guarani, dividida por grandes grupos de idade no Brasil. Esse cálculo permite pensar numa dinâmica demográfica futura, que seria a duplicação da população em um período de 15 a 20 anos.

Tabela 22. População indígena guarani, por sexo, segundo grandes grupos de idade - Brasil - 2010

Grupos de idade	Homem	%	Mulher	%	Total	%
0 a 14 anos	14.134	43,94%	13.715	43,27%	27.849	43,61%
15 a 49 anos	14.201	44,15%	13.801	43,54%	28.002	43,85%
50 anos e +	3.831	11,91%	4.179	13,19%	8.010	12,54%
Total	32.166	100,00%	31.695	100,00%	63.861	100,00%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

⁵² Optou-se por esta divisão por ser comum esta estrutura entre os povos indígenas e, principalmente, entre os Guarani. Esta idade de 14 anos é marcada pelo período de transição para a fase adulta. Também é importante marcar a fase que envolve o período reprodutivo das mulheres. E 50 anos e mais indica também o grupo que começa a se aposentar.

É possível observar que, no grupo de 0 a 14 anos, concentra-se quase a metade da população total, 43,61%. Para os Guarani e para as sociedades indígenas em geral, esta característica traz dois elementos importantes. Uma que indica sua sobrevivência física; por outro lado, com o pequeno número de pessoas idosas, que são os transmissores dos valores culturais e da tradição, isto oferece uma preocupação quanto à sobrevivência cultural dessas populações. Pensando em políticas públicas, esta estrutura jovem demanda por escolas, mas que estas proporcionem os aspectos culturais, que sejam espaços em que se potencialize a presença dos poucos idosos que ainda restam nas aldeias guarani, os detentores das culturas.

Outro aspecto a ser considerado é a grande dependência que muitas famílias guarani têm da renda dos aposentados. Com este número reduzido de pessoas nesta idade, os de 50 anos e mais, somam apenas 12,54% (sabendo-se que a aposentadoria se dá a partir de 60 anos, a porcentagem de pessoas nesta idade é menor ainda). É urgente a necessidade de se investir em formação e alternativas de geração de renda para estas populações.

Esta tabela mostra, também, que as mulheres em idade reprodutiva, entre 0 a 14 e 15 a 49 anos, somam 43,27 % e 43,54%, representando quase a metade do total da população. E das 31.695 mulheres, 27.516 estão nestes dois grupos etários, representando 86,81% do total de mulheres, indicando uma dinâmica demográfica futura que poderá ser a duplicação da população, em um período de 15 a 20 anos. Este fato pode ser considerado praticamente uma revolução demográfica das sociedades indígenas que, até pouco tempo atrás, com altas taxas de mortalidade, epidemias e guerras, eram condenadas a desaparecer em pouco tempo.

Ao agrupar as pessoas por situação de domicílio, entre população urbana e população rural, observa-se que a concentração ainda é maior na população de 0 a 14 anos, representando 49,55%, como é possível observar na tabela 23, a seguir. Pode-se observar que é uma estrutura bastante jovem. No anexo 3 é mostrado um mapa que ilustra a distribuição etária dos Guarani no Brasil e em Mato Grosso do Sul. O anexo 2 mostra a distribuição etária por UF no Brasil.

Tabela 23. População indígena guarani, por situação do domicílio e sexo, segundo grandes grupos de idade - Brasil- 2010

Grupos de idade	Situação do domicílio e Sexo							
	Urbana				Rural			
	Total	%	Homem	Mulher	Total	%	Homem	Mulher
0 a 14 anos	3.452	23,60%	1.792	1.660	24.397	49,55%	12.342	12.055
15 a 49 anos	7.567	51,74%	3.841	3.726	20.435	41,51%	10.360	10.075
50 anos e +	3.607	24,66%	1.635	1.972	4.403	8,94%	2.196	2.207
Total	14.626	100,00%	7.268	7.358	49.235	100,00%	24.898	24.337

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

As três tabelas a seguir mostram os Guarani no Brasil e sua distribuição por etnia, por sexo e por situação de domicílio. Os Guarani Kaiowá configuram como mais rurais, os Mbya estão distribuídos de forma mais equilibrada e os Guarani Nandeva aparecem mais urbanos; isso se deu, também, porque optei por aglutinar os Guarani sem especificação, segundo o entendimento do IBGE e são os que aparecem no Censo mais em áreas urbanas.

Tabela 24. População guarani kaiowá, por situação do domicílio e sexo, segundo grandes grupos de idade - Brasil – 2010

Grandes grupos de idade	Situação do domicílio e sexo								
	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
0-14 anos	19.776	10.058	9.718	1.619	863	756	18.157	9.195	8.962
15-49 anos	18.725	9.441	9.284	3.683	1.877	1.806	15.042	7.564	7.478
50 anos e +	4.900	2.348	2.552	1.747	797	950	3.153	1.551	1.602
Total	43.401	21.847	21.554	7.049	3.537	3.512	36.352	18.310	18.042

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 25. População guarani mbya, por situação do domicílio e sexo, segundo grandes grupos de idade - Brasil - 2010

Grandes grupos de idade	Situação do domicílio e sexo								
	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
0-14 anos	3.678	1.860	1.818	1.034	513	521	2.644	1.347	1.297
15-49 anos	3.453	1.753	1.700	1.213	603	610	2.240	1.150	1.090
50 anos e +	895	432	463	417	190	227	478	242	236
Total	8.026	4.045	3.981	2.664	1.306	1.358	5.362	2.739	2.623

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 26. População guarani ñandeva*, por situação do domicílio e sexo, segundo grandes grupos de idade - Brasil – 2010

Grandes grupos de idade	Situação do domicílio e sexo								
	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
0-14 anos	5.052	2.535	2.517	1.199	604	595	3.853	1.931	1.922
15-49 anos	7.770	3.999	3.771	4.236	2.144	2.092	3.534	1.855	1.679
50 anos e +	3.274	1.561	1.713	2.372	1.086	1.286	902	475	427
Total	16.096	8.095	8.001	7.807	3.834	3.973	8.289	4.261	4.028

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. *Estão incluídos os Guarani sem especificação.

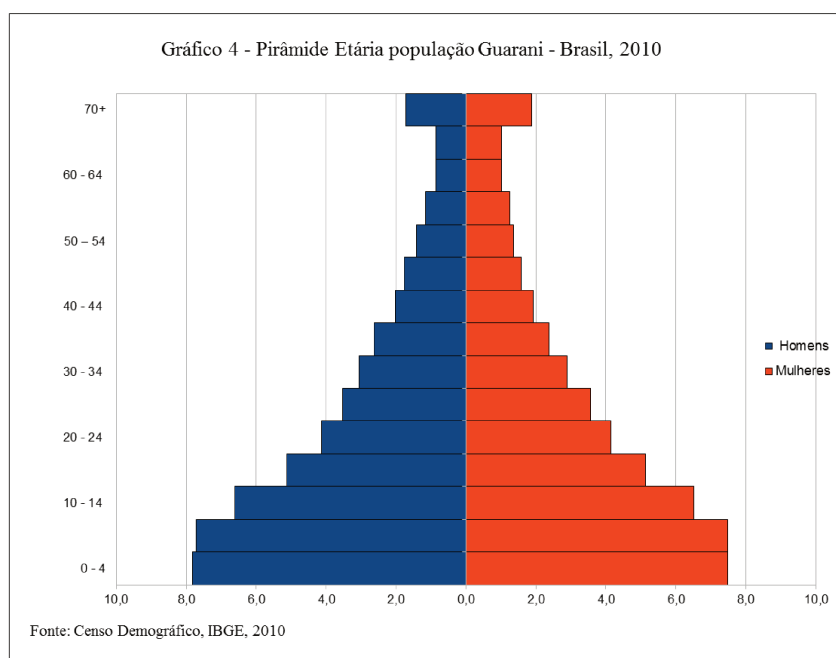
Mato Grosso do Sul é o Estado no Brasil que concentra a maior parte da população Guarani, como já dito, e como não podia ser diferente, o comportamento da população é muito semelhante ao do Brasil, como podemos observar na tabela 27, a seguir. O grupo etário de 0-14 anos concentra 49,56% da população e 91% das mulheres guarani se encontra entre 0 a 14 e 15 e 49, isto é, em idade reprodutiva. Com relação à situação de domicílio, Mato Grosso do Sul ainda concentra a população em área rural, 94,34%.

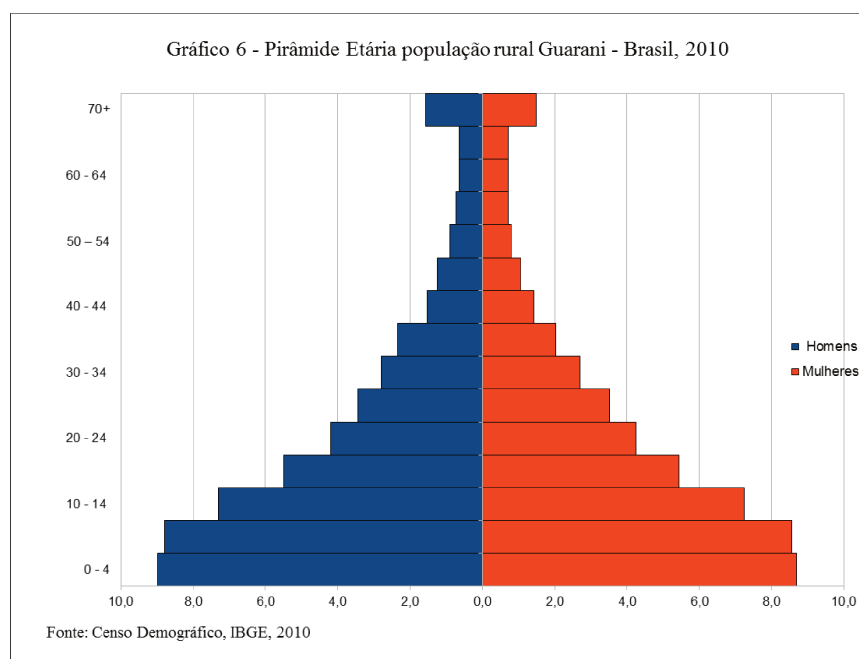
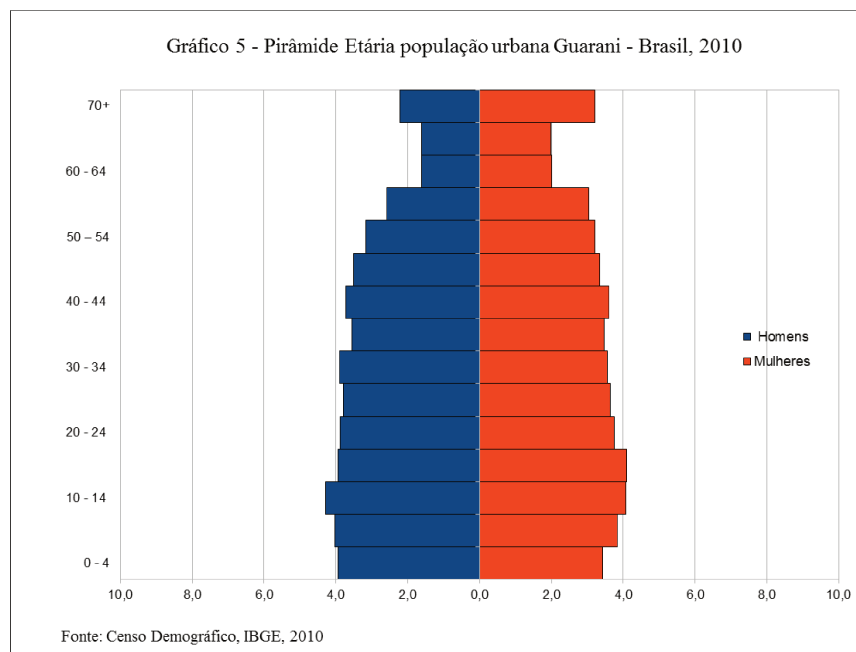
Tabela 27. População indígena guarani, por situação do domicílio e sexo, segundo grupos de idade - Mato Grosso do Sul – 2010

Grupos de idade	Situação do domicílio e sexo								
	Total				Urbana			Rural	
	Total	%	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem Mulher
0 a 14 anos	21.163	49,56%	10.678	10.485	849	452	397	20.314	10.226 10.088
15 a 49 anos	17.817	41,73%	8.880	8.937	1.225	570	655	16.592	8.310 8.282
50 anos e +	3.721	8,71%	1.801	1.920	345	152	193	3.376	1.649 1.727
Total	42.701	100,00%	21.359	21.342	2.419	1.174	1.245	40.282	20.185 20.097

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Os gráficos a seguir apresentam a pirâmide etária dos Guarani no Brasil. A pirâmide da população, como um todo, apresenta a base larga, indicando a forte presença de crianças de 0 a 9 anos. Quando se trata da população urbana, existe uma distribuição dos indivíduos pelos grupos etários e não uma concentração nas crianças, que são, de fato, a maioria na população como um todo. Pode estar acontecendo uma maior presença de jovens e adultos para estudos de ensino médio e superior e também para o trabalho nas cidades. Por fim, o comportamento etário da população rural, por ser mais representativa na população como um todo, reitera o que se observou para o primeiro gráfico.





No Censo de 2010 foram feitas perguntas sobre pertencimento étnico e línguas faladas, com isso a metodologia de obtenção dos dados teve melhorias significativas. No entanto, faltou uma campanha de divulgação do Censo junto aos povos indígenas e uma maior participação indígena.

Com relação à dinâmica demográfica sobre os Guarani de Mato Grosso do Sul, ainda há poucas informações sistematizadas, pois ainda não se pode utilizar as informações da amostra porque foram feitas por áreas de ponderação que vão além da Terra Indígena, mesmo as que foram enquadradas em setores censitários.

Já se avançou bastante em relação à melhora das informações, mas ainda há um caminho a percorrer, por exemplo, no que diz respeito à metodologia da realização dos censos. Talvez seja necessária uma melhor capacitação dos recenseadores com relação ao tema e, até mesmo, um melhor envolvimento dos próprios indígenas como agentes recenseadores.

4.4. Resultados do censo do Paraguai 2002 e 2012 sobre os Guarani

Assim como em relação aos indígenas das demais etnias, entre os Guarani do Paraguai a taxa de crescimento⁵³ também foi alta, como se pode observar na tabela 28, a seguir. Chama a atenção o período de 1991 a 2002, que mostrou alta taxa, não apenas pelo crescimento demográfico como também devido à melhora nas informações, metodologias e instrumentos de coletas e a grande participação indígena na realização dos censos, a partir de 2002.

Tabela 28. Taxa de crescimento médio anual da população Guarani do Paraguai.

1981/1991; 1991/2002; 2002/2012 e 1981/2012

1981/1991	3,466
1991/2002	7,039
2002/2012	2,803
1981/2012	4,389

Fonte: STP/DGEEC. II Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas 2002 e III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas 2012..

⁵³ Para calcular a taxa de crescimento foi utilizada a seguinte fórmula: $r = [(Pt/Pi)^{1/t} - 1] * 100$ (crescimento geométrico).

Em 2012, a taxa de fecundidade total das mulheres indígenas já apresentou queda. De 6,3 foi para 4,5 (DGEEC, 2012). Na tabela 29, a seguir, consta a TFT para os indígenas dos grupos da família linguística Guaraní. As mais altas são dos Grupos Mbya e Aché e as mais baixas são dos Guaraní Occidentais e dos Guaraní Ñandeva, ambos da região do Chaco paraguaio.

Tabela 29. Taxa de fecundidade total Indígenas da família linguística Guaraní, segundo Povo Indígena, Paraguai, 2012

Mbya	6,7
Ava Guaraní	5,5
Paĩ Tavyterã	5,4
Guaraní Ñandeva	4,5
Guaraní Occidental	3,6
Aché	6,0
Todos os indígenas	4,5

Fonte: STP/DGEEC. III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas 2012.

Um dado que revela a abrangência da territorialidade Guaraní está expresso na tabela 30, a seguir. Com o dado sobre local de nascimento, observa-se as etnias e os países de nascimento, principalmente Brasil e Argentina. Chama a atenção que, dos Kaiowá/Paĩ Tavyterã, 100% dos que nasceram fora do Paraguai nasceram no Brasil. Assim como os Ava Guaraní que, em sua grande maioria, os que nasceram em outros países nasceram no Brasil. Por outro lado, o dado revela que, da população total de 61.902 Guaraní, a grande maioria, 98,05%, nasceu no próprio Paraguai.

Tabela 30. População indígena por país de nascimento, segundo povo da família linguística Guaraní, Paraguai, 2012

Povo (Família linguística Guaraní)	População total	População nascida no Paraguai	País ou região de nascimento						Não declarado
			População nascida no exterior	Argentina	Bolívia	Brasil	Resto do mundo	País não declarado	
Ava	17.921	17.632	61	-	-	59	-	2	228
Guaraní									
Ache	1.884	1.875	-	-	-	-	-	-	9
Guaraní									
Occidental	3.587	3.476	12	3	7	2	-	-	99
Mbya									
Guaraní	20.546	20.067	21	18	-	2	-	1	458
Paĩ									
Tavyterã	15.494	15.280	50	-	-	50	-	-	164
Guaraní									
Ñandéva	2.470	2.367	4	-	1	3	-	-	99
Total	61.902	60.697	148	21	8	116		3	1.057

Fonte: DGEEC. III Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, 2012.

Em 2012, com relação à população Guaraní, há um processo também de urbanização. Chamo a atenção sobre os Paĩ Tavyterã que permanecem 100% em áreas rurais, como vemos na tabela 31. Na verdade, 93,95% da população indígena vive na área rural no Paraguai. Entre os Guaraní, essa porcentagem é de 92,46%, situação muito próxima a vivida pelos Guaraní em MS:

Tabela 31. População indígena por área urbana e rural e sexo, segundo povo, 2012

Povos (Família Linguística Guaraní)	Total			Área e sexo					
				Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Guaraní									
Occidental	3.587	1.828	1.759	2.314	1.156	1.158	1.273	672	601
Ache	1.884	1.001	883	67	37	30	1.817	964	853
Ava Guaraní	17.921	9.296	8.625	706	356	350	17.215	8.940	8.275
Mbya Guaraní	20.546	10.676	9.870	470	266	204	20.076	10.410	9.666
Paĩ Tavyterã	15.494	7.834	7.660	-	-	-	15.494	7.834	7.660
Guaraní	2.470	1.254	1.216	186	93	93	2.284	1.161	1.123
Total	61.902	31.889	30.013	3.743	1.908	1.835	58.159	29.981	28.178

Fonte: DGEEC. III Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, 2012.

A tabela 32, a seguir, mostra a população pertencente à família linguística guarani por grupos Guarani, por ano censitário.

Tabela 32. População Guarani por ano Censitário e grupos Guarani no Paraguai, 1981 a 2012

Grupos Guarani	1981	1992	2002	2012
Mbya	2.460	4.744	14.324	20.546
Avá Guarani	4.500	6.918	13.430	17.921
Paí Tavytera	4.986	8.026	13.132	15.494
Guarani Ñandeva	1.024	1.827	1.984	2.470
Guarani Occidental	1.464	1.254	2.155	3.587
Ache	377	639	1.190	1.884
Total	14.811	23.408	46.215	61.902

Fonte: STP/DGEEC. III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas 2012.

A tabela 33, a seguir, apresenta a população indígena total da família linguística Guarani, por sexo, segundo grandes grupos etários no Paraguai, a partir do III Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, DGEEC, 2012.

Tabela 33. População indígena da família linguística Guarani, por sexo, segundo grandes grupos de idade - Paraguai - 2012

Grupos de idade	Homem	%	Mulher	%	Total	%
0 a 14 anos	15.200	47,67%	14.356	47,83%	29.556	47,75%
15 a 49 anos	13.992	43,88%	13.406	44,67%	27.398	44,26%
50 anos e +	2.697	8,46%	2.251	7,50%	4.948	7,99%
Total	31.889	100,00%	30.013	100,00%	61.902	100,00%

Fonte: DGEEC. III Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, 2012

Esta tabela apresenta a distribuição etária da população indígena da família linguística Guarani, por sexo, segundo os grandes grupos etários, e se observa uma população jovem, com 47,75% concentrada nas idades 0 a 14 anos, o que indica que a taxa de fecundidade ainda é alta. A razão de dependência também é alta: 52,25 % estão concentrados na população mais velha e no segmento com menos de 15 anos, 47,75%. Assim, se considerarmos o grupo de 15 a 49 e 50 anos e mais da PIA (População em Idade

Ativa), que somam 52,25%, este representa, ainda, uma dependência considerável. Mas, como nos alerta a DGEEC, é preciso ter presente que a população indígena não dá importância à idade cronológica das pessoas, a tal ponto que algumas pessoas desconhecem sua idade (2002).

Nas tabelas seguintes é apresentada a população indígena por grupos Guaraní, por sexo, segundo grandes grupos etários no Paraguai, a partir do III Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, DGEEC, 2012. No geral apresenta-se uma população mais concentrada entre 0 e 14 anos. Entretanto, existe o caso dos Guaraní Occidental, com maior concentração (mais de 50%) entre 15 a 49 anos. É nesse grupo também que aparece a maior porcentagem de idosos (11,82%). No outro extremo estão os Mbya Guaraní, apresentando a maioria da população entre 0 e 14 anos.

Tabela 34. População indígena Ava Guaraní, por sexo, segundo grandes grupos de idade - Paraguai - 2012

Grupos de idade	Homem	%	Mulher	%	Total	%
0 a 14 anos	4.477	48,16%	4.209	48,80%	8.686	48,47%
15 a 49 anos	4.086	43,95%	3.811	44,19%	7.897	44,07%
50 anos e +	733	7,89%	605	7,01%	1.338	7,47%
Total	9.296	100,00%	8.625	100,00%	17.921	100,00%

Fonte: DGEEC.III Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, 2012

Tabela 35. População indígena Guaraní Occidental, por sexo, segundo grandes grupos de idade - Paraguai - 2012

Grupos de idade	Homem	%	Mulher	%	Total	%
0 a 14 anos	683	37,36%	632	35,93%	1.315	36,66%
15 a 49 anos	930	50,88%	918	52,19%	1.848	51,52%
50 anos e +	215	11,76%	209	11,88%	424	11,82%
Total	1.828	100,00%	1.759	100,00%	3.587	100,00%

Fonte: DGEEC.III Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, 2012

Tabela 36. População indígena Aché, por sexo, segundo grandes grupos de idade - Paraguai - 2012

Grupos de idade	Homem	%	Mulher	%	Total	%
0 a 14 anos	491	49,05%	435	49,26%	926	49,15%
15 a 49 anos	396	39,56%	373	42,24%	769	40,82%
50 anos e +	114	11,39%	75	8,49%	189	10,03%
Total	1.001	100,00%	883	100,00%	1.884	100,00%

Fonte: DGEEC.III Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, 2012

Tabela 37. População indígena Mbya Guarani, por sexo, segundo grandes grupos de idade - Paraguai - 2012

Grupos de idade	Homem	%	Mulher	%	Total	%
0 a 14 anos	5.476	51,29%	5.044	51,10%	10.520	51,20%
15 a 49 anos	4.332	40,58%	4.130	41,84%	8.462	41,19%
50 anos e +	868	8,13%	696	7,05%	1.564	7,61%
Total	10.676	100,00%	9.870	100,00%	20.546	100,00%

Fonte: DGEEC.III Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, 2012

Tabela 38. População indígena Paĩ/Tavyterã, por sexo, segundo grandes grupos de idade - Paraguai - 2012

Grupos de idade	Homem	%	Mulher	%	Total	%
0 a 14 anos	3.586	45,77%	3.559	46,46%	7.145	46,11%
15 a 49 anos	3.623	46,25%	3.549	46,33%	7.172	46,29%
50 anos e +	625	7,98%	552	7,21%	1.177	7,60%
Total	7.834	100,00%	7.660	100,00%	15.494	100,00%

Fonte: DGEEC.III Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, 2012

Tabela 39. População indígena Guarani Ñandéva, por sexo, segundo grandes grupos de idade - Paraguai - 2012

Grupos de idade	Homem	%	Mulher	%	Total	%
0 a 14 anos	487	38,84%	477	39,23%	964	39,03%
15 a 49 anos	625	49,84%	625	51,40%	1.250	50,61%
50 anos e +	142	11,32%	114	9,38%	256	10,36%
Total	1.254	100,00%	1.216	100,00%	2.470	100,00%

Fonte: DGEEC.III Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, 2012

Como podemos observar no gráfico a seguir, com relação à razão de sexo, de 1981 a 2012 aparece uma predominância de homens em todos os anos. Esta diferença se acentua em algumas etnias como, por exemplo, no ano 1981, na etnia Mbya e, no ano de 1992, entre os Aché. Entretanto, ao longo do tempo, observamos uma tendência de diminuição da razão de sexo, apesar do predomínio dos homens. Na tabela 40 vemos os dados por grupos da família linguística Guaraní, em 2012.

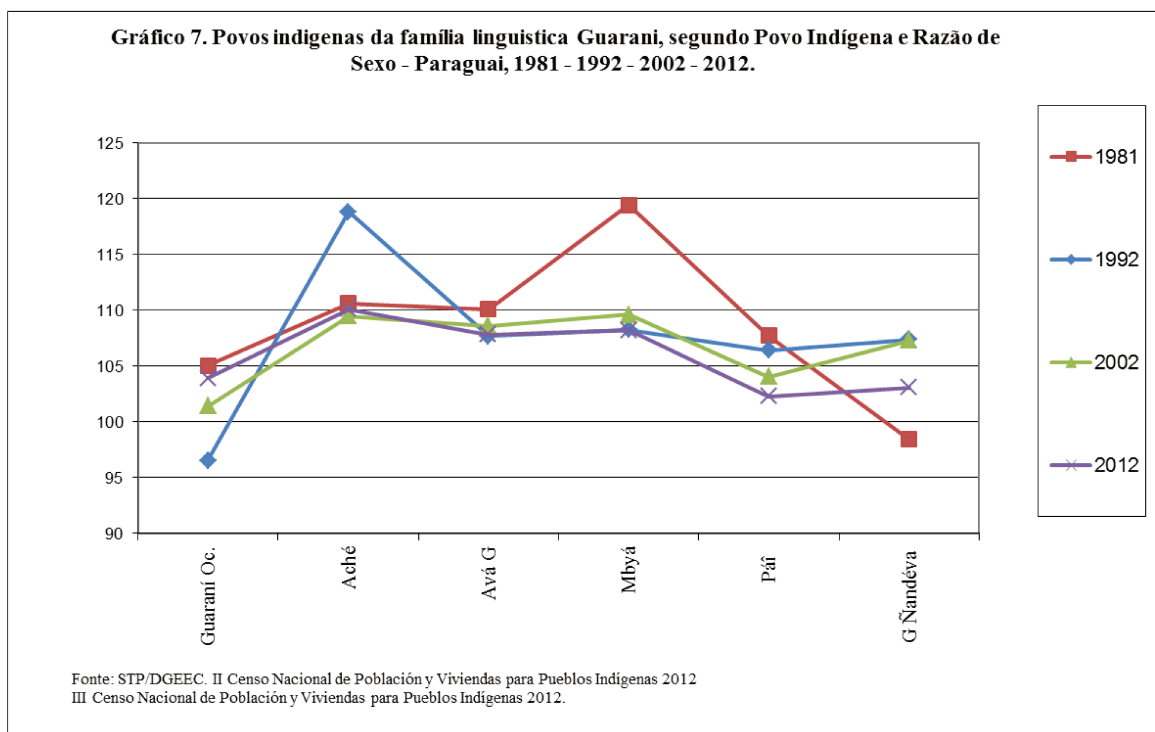


Tabela 40. Povos indígenas da família linguística Guaraní, segundo Povo Indígena e Razão de Sexo. Paraguai, 2012

Povos Guaraní	Total	Homem	Mulher	Razão de Sexo
Mbya	21.422	10676	9870	108,2
Ava Guaraní	17.697	9296	8625	107,8
Paĩ Tavyterã	15.097	7834	7660	102,3
Guaraní Nandeva	2.393	1254	1216	103,1
Guaraní Occidental	2.379	1828	1759	103,9
Aché	1.942	1001	883	113,4
Total	60.930	31889	30013	106,3

Fonte: STP/DGEEC. III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas 2012.

A importância dos levantamentos censitários indígenas é bastante clara: sem informações fidedignas é difícil fazer políticas públicas competentes. Por outra parte, verificamos que a temática de levantamentos demográficos de povos indígenas de uma maneira geral, é bastante desafiadora pelas dificuldades que se apresentam, desde o processo de elaboração de questionários, motivação e participação das comunidades indígenas, metodologia da coleta das informações e todo o cuidado necessário no processo de revisão, análises e divulgação dos resultados.

O Paraguai tem o mérito de ter realizado quatro Censos Indígenas e podemos constatar que, a cada pesquisa, foi possível melhorar a coleta de dados e incluir novos itens. Sem dúvida, os últimos Censos de 2002 e 2012 apresentam informações mais completas.

Com relação à participação indígena, em 2002 e 2012, foi altamente inovador o grau de envolvimento dos Povos Indígenas em todo o processo. O fato de a DGEEC encarar este aspecto como um princípio metodológico foi fundamental para garantir a efetiva atuação dos Povos Indígenas em todo o processo de realização dos Censos.

Servin (2008, p.3) considerou o aspecto participativo dos indígenas como uma das lições aprendidas: *“Conocimiento y valorización de la cultura indígena a través de la incorporación de su perspectiva de pensamiento en la tarea censal, uso de sus lenguas propias, utilización de sus cantos y danzas”*. E, de modo especial, a atuação das mulheres indígenas: *“Incorporación de la perspectiva de género brindando oportunidades a mujeres indígenas para participar de igual manera que los varones de sus comunidades”*.

No Paraguai, o reconhecimento da importância da etapa de sensibilização já havia iniciado com o Censo de 2002 e foi reforçada no censo de 2012, na qual se deu especial importância à participação e à utilização dos dados para os próprios povos indígenas, na elaboração de materiais em línguas indígenas e à criação, com a colaboração dos representantes indígenas, *“de un cuestionario ajustado a la estructura social de los pueblos indígenas y la creación y aplicación del cuestionario comunitario, un segundo instrumento, elaborado com el enfoque del derecho colectivo”* (DGEEC, 2013).

CAPÍTULO 5. ESTUDO DE CASO – TEKOA TE'YIKUE



Foto 8. Oficina Ojeguata Porã – Te'yikue - Caarapó, MS.(Foto de Suzi Maggi Kras, 2009)

Neste capítulo apresento o estudo de caso - o projeto Ojeguata Porã - que foi realizado na Terra indígena Te'ýikue. Início o capítulo com as informações sobre esta TI, sua história e localização, bem como informações sobre sua população, escola, número de professores e alunos e, finalmente, alguns dados sobre as equipes de saúde da reserva. A seguir apresento os resultados do projeto Ojeguata Porã, perfil dos entrevistados e a dinâmica dos deslocamentos espaciais em Te'ýikue.

5.1. Terra Indígena Te'ýikue história e localização⁵⁴

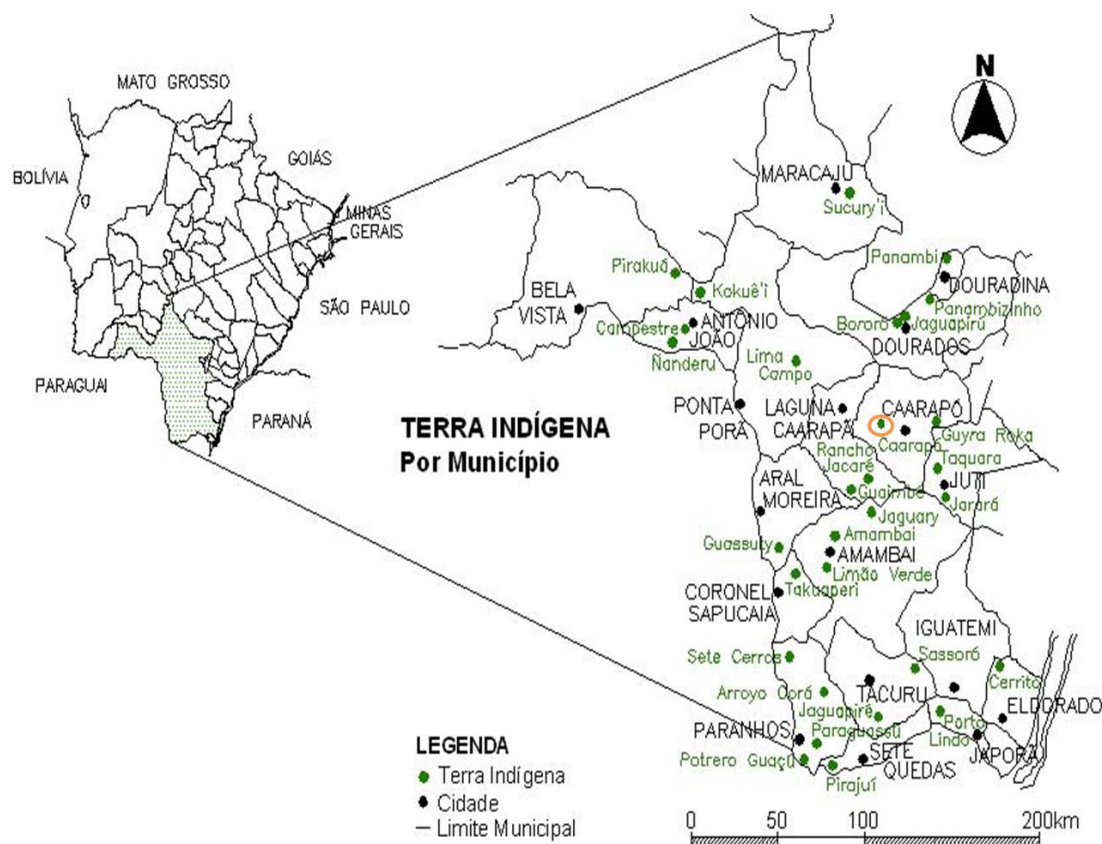
Te'ýikue, como seu próprio nome significa, já indica a história de mobilidade espacial guarani, *Te'ýi* (aldeia, família) *Kue* (antiga, destruída). É uma das oito áreas reservadas aos Guarani e Kaiowá pelo SPI, no período de 1910 a 1915.

Os Kaiowá e Guarani ocupavam, historicamente, em Mato Grosso do Sul, um território amplo, situado entre o rio Apa, serra de Maracajú, rio Brilhante, rio Ivinhema, rio Paraná e fronteira com o Paraguai. Agrupavam-se, nesse território, especialmente em áreas de mata e ao longo dos córregos e rios, em pequenos núcleos populacionais, integrados por uma, duas, ou mais famílias extensas, mantinham inúmeras relações de casamento, tendo à frente os chefes de família mais velhos, que denominavam de *tekoharuvicha* (chefes de aldeia) ou *ñanderu* (nosso pai).

O mapa 3, a seguir, apresenta a Terra Indígena de Caarapó (Te'ýikue) e as TI Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul. Localiza as TIs no Estado de MS e nos municípios de que fazem parte.

⁵⁴Descrição baseada no atlas socioambiental Terra Indígena Te'ýikue (MMA/FNMA – UCDB/NEPPI) produzido pelos professores indígenas de Caarapó com assessoria da equipe do NEPPI. Ver mais em Brand, 1997.

Mapa 03. Terra indígena por município



Fonte: Celso Smaniotto – Geoprocessamento/NEPPI/UCDB (detalhe Caarapó nosso).

A autoridade dos líderes estava apoiada, principalmente, no prestígio decorrente de sua capacidade em atender às demandas da aldeia, onde a sua família constituía significativa parcela da população. Os diversos núcleos familiares eram relativamente autônomos.

Como já indicado anteriormente, o Governo Federal arrendou em 1882, o território kaiowá e guarani à Companhia Matte Laranjeira, com a finalidade de exploração da erva-mate nativa. Utilizou, para isso, a mão de obra dos indígenas. Com o desmatamento da região para implantação das fazendas de gado e das Colônias Agrícolas, em especial a Colônia Agrícola Nacional de Dourados-CAND, a partir da década de 1940, dezenas de aldeias kaiowá e guarani tiveram de ser abandonadas para que suas terras fossem incorporadas pela colonização. A população dessas aldeias foi obrigada a se refugiar dentro

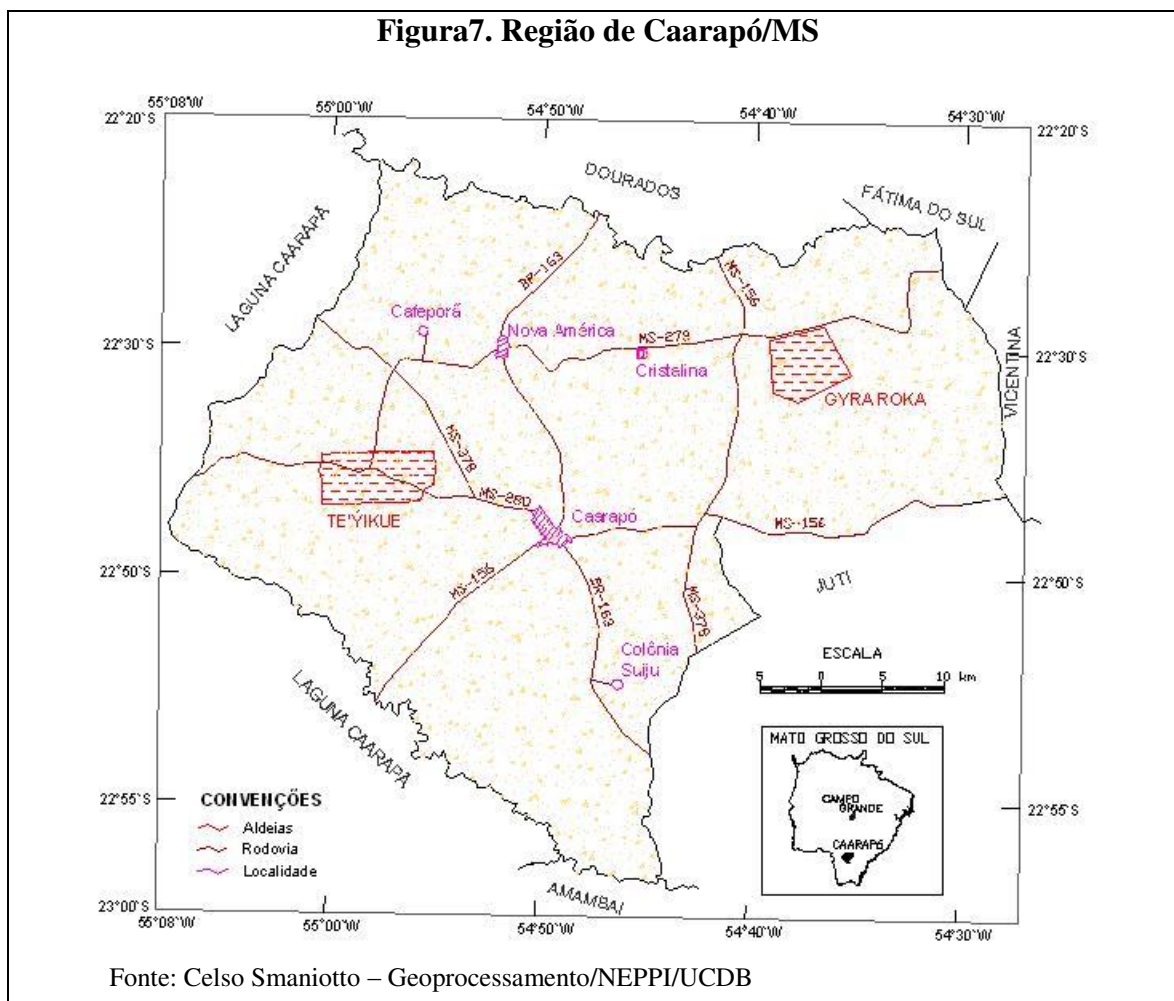
das assim denominadas Reservas Indígenas. Por isso, hoje, a população da Aldeia Te'ýikue é constituída por famílias kaiowá e guarani/ñandeva - que vieram de diferentes regiões de um extenso território, que ultrapassa os limites do Brasil e penetra em terras especialmente do Paraguai.

No dia 20 de novembro de 1924 foi criada, por Decreto do Presidente da República, a Reserva Indígena José Bonifácio, com 3.600 ha, um retângulo de 4 km por 9 km, localizada no município de Caarapó. Era um espaço delimitado em mapa, feito sobre um espaço que a natureza criou. A Reserva, atualmente Aldeia Te'ýikue, tem hoje 3.594 ha, quase a mesma extensão de quando foi criada, porém, sofreu profundas transformações. Segundo os mais antigos da comunidade, no começo não tinha mais do que 30 pessoas morando na Aldeia. Tudo era mato fechado, com muita caça e pesca. Dizem eles que usavam o fogo para preparar as roças e que havia muita união e respeito entre as pessoas. Os meninos eram ensinados pelos pais e as meninas pelas mães.

Com o passar dos anos, a população indígena foi aumentando. Os moradores de diversas aldeias próximas foram expulsos pelos fazendeiros que ocuparam suas terras. Takuára, Javevry/São Lucas, Ypytã/Guyra Roka, Javorái, entre outras, são aldeias cujas terras foram ocupadas e seus moradores foram para Te'ýikue. Tinha muitos ervais nativos que foram, já na época da Fundação Nacional do Índio – FUNAI -, derrubados para dar lugar ao plantio. O mesmo aconteceu com os perobais e demais árvores importantes para a vida da comunidade kaiowá e guarani. O trator tornou-se importante para ajudar no plantio, porém, o espaço para plantar e a qualidade das terras não permitem mais que as famílias sobrevivam do que plantam, tal como era antigamente.

A figura 7, a seguir, traz a localização de Te'ýikue e Guyraroka no município de Caarapó, MS.

Figura7. Região de Caarapó/MS



Hoje tem pouca mata e quase não se veem animais. Peixes só existem nas represas que foram construídas recentemente na Aldeia. O fogo, tão importante, para o preparo das roças, segundo os mais antigos, passou a ser um grave problema e responsável pelo desaparecimento dos restos de mata. A população aumentou muito, há muitas casas, estradas e caminhos que cortam a terra indígena em todas as direções. Surgiram escolas, o Posto da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da Fundação Nacional da Saúde - FUNASA, do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

Com o Serviço de Proteção ao Índio - SPI - veio a figura do capitão, depois vieram as igrejas - primeiro a Igreja Presbiteriana e, a partir da década de 1970, muitas outras se instalaram na aldeia - levando a conversão de muitos Kaiowá e Guarani à religião

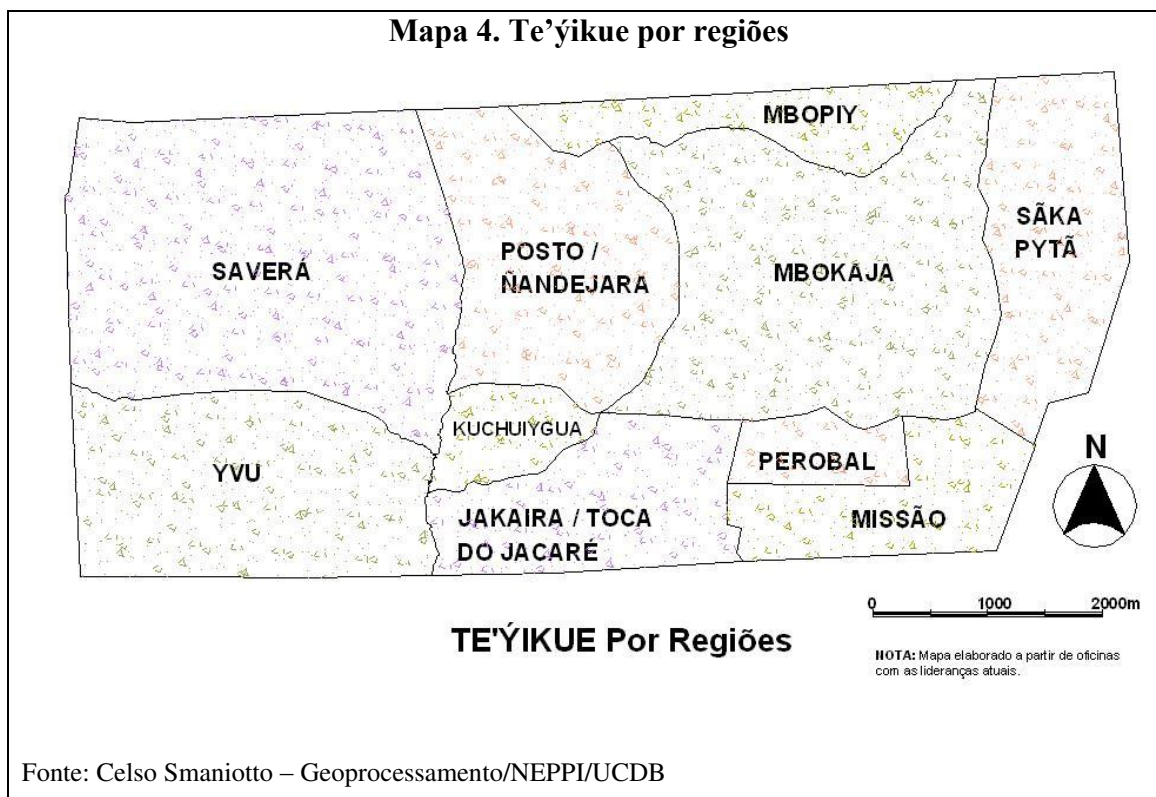
cristã, proibindo os costumes e a tradição. Os Ñanderu (líder religioso), tão importantes na história do povo kaíowá e guarani, estão ficando cada vez mais fracos e sua sabedoria está se perdendo.

Com o confinamento e o comprometimento da terra, das matas e da água, a agricultura se torna cada vez mais difícil. Para viver, resta como alternativa o trabalho assalariado. Especialmente a partir de 1980, os homens passam meses⁵⁵ distantes de suas famílias, trabalhando no plantio e na colheita da cana-de-açúcar, fazendo com que as novas gerações deixem de lado o trabalho da roça. Com a água dos córregos poluída vem, como solução, a água encanada. A energia elétrica e o fogão a gás tornam-se importantes para o dia-a-dia na aldeia, trazendo mais conforto, porém fazendo desaparecer hábitos tradicionais e aumentando a necessidade, cada vez maior, da busca de dinheiro para a sobrevivência das famílias.

Entretanto, nos últimos anos, as lideranças e, especialmente, os professores vêm realizando um importante trabalho para proteger e recuperar os recursos naturais da Aldeia. Diversas iniciativas foram realizadas com o apoio do NEPPI/UCDB, desde 1996. A experiência mostrou que um papel importante nesse esforço de proteger e recuperar recursos naturais cabe à escola, em especial aos professores e alunos, e à sabedoria dos mais velhos. Este quadro histórico contribuiu efetivamente para o enfraquecimento do modo de vida guarani e kaíowá.

A partir da chegada dos primeiros moradores, partes da Aldeia começaram a receber denominações com os referenciais para a localização interna, resultando em regiões conhecidas pelos mais velhos: Ñumbuku, Kuchui Ygua, Kanguery, Ju'i Rasê, Mbói Passo, Ñandu Potrero, Pahĩ, Yvu, Itakuruvi. Com o passar dos anos, a ocupação das regiões se modificou, pela retirada da mata, pela abertura de novas roças e caminhos, principalmente pelo aumento da população. Alguns nomes de regiões permanecem, como Sãka Pytã, Mbokaja, Mbopiy, Kuchui Ygua e Yvu, porém sua abrangência foi modificada e novos nomes e regiões surgiram. Atualmente, são 11 as regiões conhecidas da Aldeia Te'yíkue, como podemos observar no mapa 4 a seguir:

⁵⁵ Atualmente, devido à proximidade das usinas, os homens vão e voltam todos os dias para a aldeia.



1. Sāka Pytā (‘voçoroca vermelha’) - Foi assim denominada por ter uma enorme voçoroca numa nascente da região, conhecida como Voçoroca Vermelha. Esta região possuía em torno de 165 domicílios⁵⁶, dos quais 20 foram entrevistados, representando 1, 75% do total de domicílios.

2. Mbokaja (‘macaúba’) /**Yvy Ku'i Veve** (‘Areia que voa’) – Os moradores contam que, antigamente, numa cabeceira, havia uma mina d’água que jogava quase meio metro de areia para cima. Por isso o morador chamou a região de “yvy ku'i veve - areia que voa”. Com o passar dos anos, passou a se chamar de “Mbokaja - coqueiro”, porque tinha muito coqueiro na região. A região do Mbokaja englobava, tradicionalmente, outra região denominada *Yryvu Kua* (‘buraco de urubu’). Mbokaja possui uma população predominante da etnia guarani ñandeva. Nesta região tem uma escola que oferece o ensino dos primeiros anos do Ensino Fundamental – 1º ao 5º anos, com 138 alunos e 8 professores indígenas, em

⁵⁶ Dados estimados de domicílios por região, baseados nos cadastros de famílias dos agentes de saúde da aldeia Te'ýikue, em 2009.

2015. Havia, na região, em torno de 204 domicílios, em 2009, e foram entrevistados 70, representando 6,14% do total dos domicílios.

3. Jakaira ('dono do milho')/**Toca do Jacaré** - Antigamente, quando a comunidade guarani e kaiowá morava ainda em família extensa, nessa região havia uma família que tinha uma grande casa de reza, onde todos os anos faziam a cerimônia do milho branco – “*Jerosy*, batismo do milho”. Para os Guarani e Kaiowá, *Jakaira* é o “dono do milho”. Por isso, a região foi denominada com esse nome. A comunidade denominou, também, esta região com o nome de Toca do Jacaré, porque ao lado da região, ao sul, fica a fazenda Toca do Jacaré e a comunidade usa esta como referência. Nesta região, em 2009 havia em torno de 80 domicílios, e 42 foram entrevistados, 3.62% do total.

4. Mbopiy ('córrego do morcego') - Contam que, antigamente, tinha um enorme buraco na região, onde viviam muitos morcegos. Certo dia caiu um raio no buraco, matou todos os morcegos e fez brotar uma nascente de água. Por isso, a comunidade passou a chamar a região de “Mbopiy - córrego do morcego”. Esta região possuía, aproximadamente, 41 domicílios, em 2009, e foram entrevistados os 41 domicílios, 100%.

5. Kuchui Ygua ('bebedouro dos pássaros') - Quando a aldeia era coberta de mata, pássaros como papagaios, periquitos, guaitacas, araras entre outros, desciam numa nascente para beber e tomar banho. Por isso, a comunidade chamou a região de “Kuchui Ygua - bebedouro dos pássaros”. Em 2009 esta região possuía, aproximadamente, 20 domicílios, e foram entrevistados 0,61%, isto é, 7 domicílios.

6. Yvu ('nascente') - No início da ocupação desta região foram encontradas várias nascentes de água. Por isso, a região foi denominada de “Yvu - nascente”. Esta região também era conhecida como *Ju'i Rasê*⁵⁷. Nesta região viviam em torno de 126 famílias, em 2009, e foram entrevistados 8 domicílios, 0,35% do total.

7. Savera ('olhos brilhantes') - A oeste, ao lado da Aldeia, na fazenda Santa Maria, tem uma lagoa próxima à divisa, que, de longe, a população da região enxerga o seu brilho. Por

⁵⁷ Uma pequena lagoa, com a estiagem veio a secar. Depois de muito tempo, choveu tanto que a lagoa começou a encher novamente. De emoção, as rãs choraram por muitos dias, e a comunidade passou a chamar a região de “Ju'i rasê, choro da rã”.

isso, a comunidade passou a chamar a região de “Savera, *sa* - olhos, *verá* - brilho, olhos brilhando”. Esta região da aldeia engloba outras microrregiões com nomes antigos como: *Itakuruvi, Pahĩ, Ñandu Potrero e Mbói Passo*. Nesta região há uma escola que oferece o ensino dos primeiros anos do Ensino Fundamental – 1º ao 5º anos, com 210 alunos e 10 professores indígenas, em 2015. Também nesta região há um Posto de Saúde. Em Savera viviam em torno de 215 famílias, em 2009, e foram entrevistados 4,82%, isto é, 55 domicílios. Um dos pesquisadores comentou que, nesta região, as famílias Guarani, que vêm do Paraguai, costumam se instalar inicialmente.

8. Posto/Ñandejara - A comunidade denomina a região como Posto, porque aí se localiza o Posto da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Aos poucos, alguns já estão chamando de Ñandejára, por causa da escola, que tomam como principal ponto de referência. Antigamente, esta região tinha as seguintes denominações: Kanguery e Ñumbuku. Nesta região há uma Escola Municipal Pólo que oferece o Ensino Fundamental – 1º ao 9º anos, com 897 alunos, 26 professores indígenas e 11 professores não índios⁵⁸, devido aos anos finais do Ensino Fundamental. Na região do Posto/Ñandejára tem também uma escola estadual que oferece o Ensino Médio, com 267 alunos, 7 professores indígenas e 11 professores não índios, em 2015. Também, nesta região há um Posto de Saúde, Posto da FUNAI e CRAS. Viviam, em 2009, em torno de 140 famílias nesta região e foram entrevistados 102, representando 8,95% do total.

9. Perobal - A comunidade da região a chama por esse nome, por ter sido um lugar onde havia muita peroba (árvore nobre). Em 2009, na região havia em torno de 50 domicílios e foram entrevistados 4, ou seja, 3,68% do total.

10. Missão - Depois da instalação da igreja da Missão Evangélica Caiuá, em 1958, ao lado da aldeia, a comunidade a usa como referência e passou a denominar a região de Missão, que engloba outra conhecida, tradicionalmente, como *Jaicha Syry* (Rio de Anta). Em 2009, no local havia em torno de 100 domicílios e foram entrevistados 40, representando 3,51%

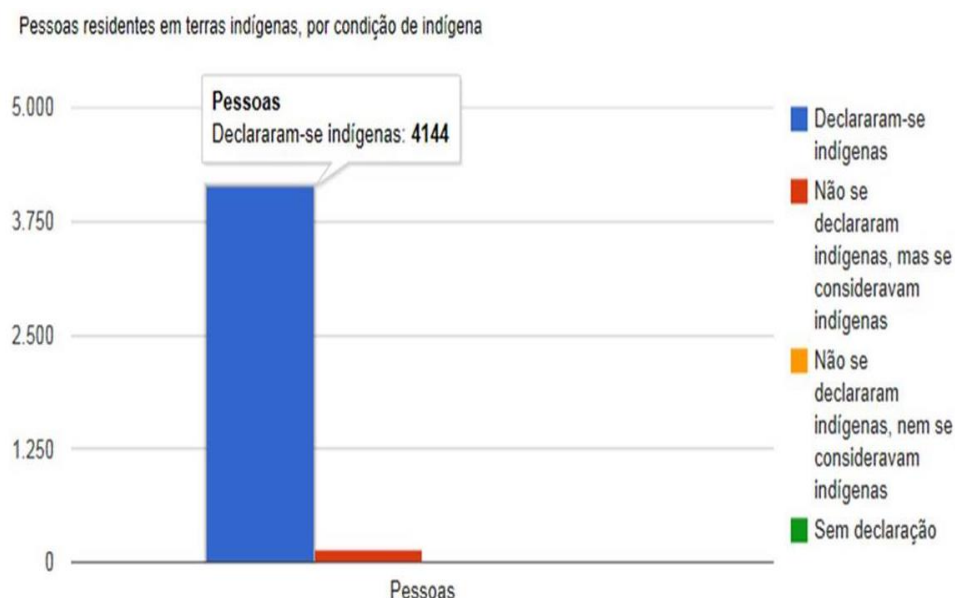
⁵⁸ Para o ensino nos anos finais do Ensino Fundamental, as Secretarias Municipais de Educação contratam professores com formação superior nas áreas, por exemplo, de matemática, geografia, letras. Como os professores indígenas estão em formação, algumas vagas ainda são ocupadas por professores não indígenas.

do total. Nesta região, denominada Missão, há uma escola que oferece os primeiros anos do Ensino Fundamental, com 163 alunos, 7 professores indígenas e 1 professor não índio.

Atualmente, a população de Te'yikue (Caarapó) é de 4.283 habitantes⁵⁹, vivendo numa área de 3.594 ha. A densidade demográfica é de 1,19 ha para cada pessoa ou 5,95 ha por família, cujo cálculo é feito com 5 pessoas por família.

A figura⁶⁰, a seguir, mostra as pessoas da Terra Indígena de Te'yikue, conforme declaração de indígenas. Observamos que a grande maioria se declarou indígena - 4.144, ou seja, 96,75%. Apenas 139 pessoas - 3,24% - não se declararam indígenas, mas, como se trata de terra indígena, o recenseador foi orientado a perguntar a etnia e a língua; assim foram consideradas indígenas.

Figura 8. Pessoas residentes em terras indígenas por condição de indígena



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

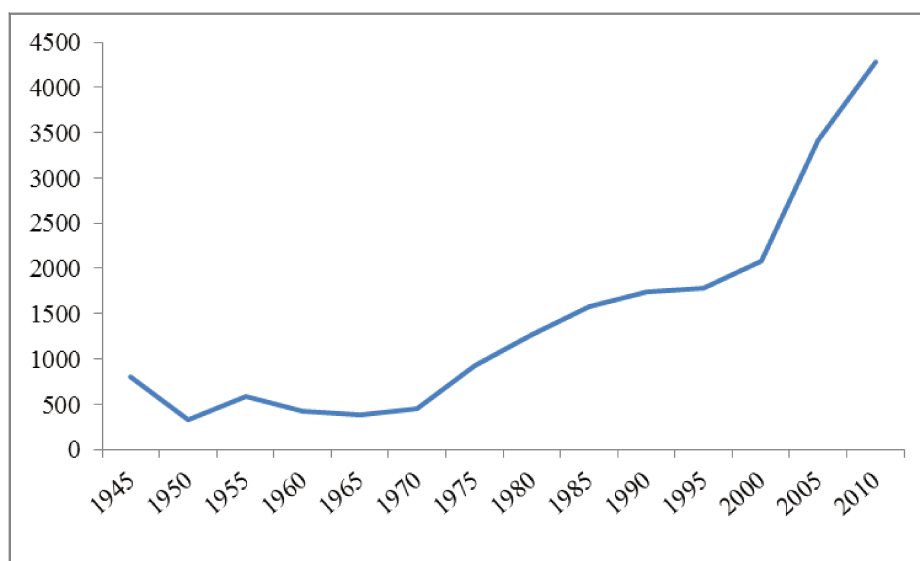
As demais informações estão no anexo 4. A figura 9 indica a proporção de distribuição por sexo, sendo que 50,6% são mulheres e 49,4% homens. A figura 10 indica

⁵⁹ IBGE, Censo Demográfico, 2010.

⁶⁰ As figuras com informações sobre a terra indígena Te'yikue, a seguir, foram retiradas da página do IBGE. <http://www.censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas/>

os grupos de idade da população, que se apresenta bastante jovem, concentrando sua população na faixa etária de 0 a 14 anos. Do total de 4.283, 2.221 pessoas, isto é, 52%, pertencem a este grupo de 0 a 14 anos. Na figura 11 aparecem as informações por condição de alfabetização e apresentam um número de 536 não alfabetizados. A figura 12 demonstra que, das 1.725 pessoas indígenas, 1.715 possuem o registro administrativo de nascimento (RANI), e apenas 27 não tinham o registro. Na figura 13 consta o rendimento das pessoas: 1.595 informaram não ter rendimento, e um grupo de 1.059 pessoas, que geralmente recebe algum tipo de benefício ou auxílio, informou que o valor varia de ½ salário mínimo até 2 salários mínimos. Os que possuem um rendimento entre 2 a 5 salários mínimos são 25, possivelmente os professores e funcionários da área da saúde. Nas figuras 14 e 15, podemos observar a situação dos domicílios, com relação ao destino do lixo que, na grande maioria, é queimado; a maior parte possui banheiro de uso exclusivo ou sanitário. A figura 16 apresenta informações sobre abastecimento de água, sendo que a maioria depende da rede geral, mas um grupo significativo se utiliza de poço. O gráfico 8, a seguir, traz os dados sobre população de 1942 a 2008 e apresenta o aumento da população.

Gráfico 8. Aumento de população em Caarapó



Fonte: Equipe NEPPI e NEPO, 2009

O gráfico 8 foi elaborado a partir de informações históricas sobre a população de Caarapó extraídas do Centro de Documentação Teko Arandu do NEPPI. Mostra o aumento de população residente na Terra Indígena de Caarapó, demarcada no início do século XX, quando teria apenas um grupo familiar vivendo nessa área, possivelmente de até 200 pessoas. Em 1942, a área tinha uma população de 570 pessoas, tendo aumentado nos anos seguintes e depois diminuído para 329 pessoas, em 1952.

Essa flutuação de população numa área indígena Guarani e Kaiowá é muito característica, pois a vinda de outras famílias ou a saída de famílias de uma determinada terra indígena guarani depende das condições políticas, sociais, de segurança, de religião, e de muitas outras situações que são necessárias para a harmonia social requerida pelos Guarani e Kaiowá, para o *teko porã*, ‘bom viver’.

A seguir, apresento tabelas com dados sobre saúde e educação em Caarapó, no ano de 2015, e um quadro com a abrangência da pesquisa por região. A tabela 41 traz as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena. E a tabela 42 apresenta a quantidade de agentes indígenas de saúde e o número de famílias atendidas cadastradas.

Tabela 41. Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) - Pólo-Base Caarapó, 2015

Pólo-Base	Perfil das Equipes											Aldeias Atendidas	
	EMSI	Méd.	Enf.	Nutr.	Odon.	Psic.	Ass.	Soc.	Téc.	Enf ACD	AIS AISAN		
Caarapó													
Equipe fixo	2	3	2	1	2	1	0		6	2	16	4	Te'yikue
Equipe Volante													Taquara, Guyra Roka
Caarapó, Juti													Jarara, Guaimbé
Laguna Carapã	1	1	1	0	1	1	0		4	1	7	4	Rancho Jacaré

Fonte: Equipe projeto Ojeguata Porã, atualizada por Lidio Cavanha Ramires

Tabela 42. Número de famílias cadastradas por Agente de Saúde Indígena (AIS), TI Te'ýikue, 2015

AIS	Famílias cadastradas
Edmilson Ocampos	66
Rosinete Quevedo	61
Kátia Martins	67
Júlia Soares Martins	62
Albina Mendes	70
Regina Aquino	67
Rita e Cássia Cavanha Daniel	65
Atilele Vilhalva	81
Silzolen Araújo	85
Oscar Mendes	76
Francileide Paim	75
Lúzia Lopes	87
Clodiode Aquileo de Souza	74
Lucilene Moraes	53
Inês Quinhone Laranjeira	69
Luperta Ribeiro Rios	88
Total	1.146

Fonte: Equipe projeto Ojeguata Porã, atualizada por Lidio Cavanha Ramires

Na tabela 43, a seguir, vemos a quantidade de alunos e o número de professores na Escola Pólo e extensões do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Médio para o ano de 2015.

Tabela 43. Número de alunos e de professores indígenas e não indígenas por unidade escolar, TI Te'ýikue, 2015

nome da escola	alunos	prof. Ind	prof. não ind.
E.M.I Nãdejara Pólo	897	26	11
E.M.I Nãdejara/Loide	260	15	-
E.M.I Nãdejara/Mbokaja	138	8	-
E.M.I Nãdejara/Savera	210	10	-
E.E.I de Ensino Médio Yvy Poty	267	7	11
Total	1.772	66	22

Fonte: Equipe projeto Ojeguata Porã, atualizada por Lidio Cavanha Ramires

A tabela 44, a seguir, indica a abrangência da pesquisa, sendo que a amostragem significou 34,12% dos domicílios de Caarapó. Do total de 1.140 domicílios, foram entrevistados 389 domicílios. Na realidade foram entrevistados 401 domicílios, mas, apenas 389 entrevistas foram tabuladas e puderam ser utilizadas.

Tabela 44. Número de domicílios/casa por região de Caarapó e número de domicílios entrevistados

Região de Caarapó	Nº Domicílios*	Domicílios entrevistados	%**	%***
Nhandejara	140	102	8,95%	72,86%
Mbokaja	154	70	6,14%	45,45%
Savera	215	55	4,82%	25,58%
Mbopiy	41	41	3,60%	100,00%
Jakaira/Toca do Jacaré	80	42	3,68%	52,50%
Missão	100	40	3,51%	40,00%
Sanga Pytã	215	20	1,75%	9,30%
Kuchuiygua	20	7	0,61%	35,00%
Yvu	125	8	0,70%	6,40%
Perobal	50	4	0,35%	8,00%
Total	1140	389	34,12%	34,12%

* Estimativa feita pelos AIs e Professores em 2009

** Porcentagem de domicílios entrevistados sobre o total de domicílios em Caarapó

*** Porcentagem de domicílios entrevistados sobre o total de domicílios de cada Região de Caarapó.

Fonte: POPMEGK2009

Dos 389 entrevistados, 102 moram em Nhandejara, que é uma das regiões mais populosas e está localizada na região central, que concentra os serviços, como escola de Ensino Fundamental e Ensino Médio, posto de saúde e Cras. Representa 26,22% do total de entrevistados. É também a região de residência da maior parte dos entrevistados. No início do levantamento, havia sido proposto realizar a entrevista em 40% dos domicílios de cada região. Na região de Mbopiy foram entrevistados todos os domicílios e, na região do Yvu, apenas 6,4%. Em termos gerais, foram atingidos 34,12% dos domicílios. As desproporções por regiões ocorreram por dificuldades de acesso, devido à grande distância da região de moradia do entrevistador e estes, ainda, preferiram entrevistar os próprios parentes e vizinhos.

5.2. Resultados do Projeto Ojeguata Porã

A realização do projeto “*Ojeguata Porã*” sobre Mobilidade Espacial Guarani e Kaiowá se deu na Terra Indígena Te’ýikue, localizada no município de Caarapó, Mato Grosso do Sul, implementada em 2008 e 2009. Buscou: a) compreender melhor a mobilidade espacial dos Guarani nas regiões fronteiriças entre Brasil, Paraguai e Argentina, do lado brasileiro, nos estados do RS, SC, PR e MS; b) aprimorar os dados disponíveis sobre demografia guarani; c) construir uma tipologia de deslocamentos espaciais, incluindo aspectos temporais e intergeracionais; d) produzir, em parceria com os professores indígenas e pesquisadores participantes, apostilas em Português e em Guarani, que possam ser de utilidade para as comunidades guarani e kaiowá do lado brasileiro; e) constituir um banco de dados inicial sobre população que possa ser de utilidade para pesquisadores, em geral, e para as comunidades guarani e kaiowá, especificamente (COLMAN, *et al*, 2010).

Segundo os autores, esta etapa do trabalho em Caarapó teve como objetivo “construir uma metodologia de pesquisa e constituir uma equipe de pesquisadores indígenas e não indígenas que possa replicar essa investigação em outras terras indígenas na região das fronteiras” (COLMAN, *et al*, 2010, p.4).

No entendimento dos autores é importante conhecer os dados sobre população e compreender suas trajetórias migratórias para a implementação das políticas públicas de saúde, educação, alternativas econômicas, entre outras (COLMAN, *et al*, 2010). Nesse sentido, para os autores,

é cada vez mais importante, e é demanda claramente formulada, que a própria população indígena, em especial as suas lideranças, professores e agentes de saúde conheçam e saibam manejar essas informações, condição para melhor fiscalizarem e participarem na implementação e controle social das políticas públicas as eles destinadas. Por isto, a idéia de fazer um trabalho de pesquisa participativa, incluindo na mesma equipe, professores e pesquisadores do NEPPI/UCDB e do NEPO/Unicamp, professores e lideranças guarani e kaiowá da Escola Nandejára Pólo da TI Caarapó, para um primeiro levantamento dos diferentes tipos de mobilidade espacial de indivíduos e/ou famílias, incluindo pais e avós, filhos e filhas e netos e netas (*op.cit.* 2010, p.4).

Os princípios que orientam essas iniciativas são, de acordo com Colman, *et al* (2010, p.4), “investigar e, ao mesmo tempo, com os resultados concretos que vão sendo

gerados, incorporar outras e novas questões a serem investigadas, sempre tendo como referência a participação do conjunto da comunidade”. Nesse sentido, “o processo de investigação constitui-se, também, em importante processo de tomada de posição da própria comunidade local frente aos problemas em questão” (COLMAN, *et al*, 2010, p. 4).

Apresento, a seguir, os resultados tabulados da pesquisa de Caarapó, que correspondem às informações obtidas a partir do questionário, sobre a história da trajetória do entrevistado.

No questionário (ver anexo 5), foram previstas as seguintes perguntas: O nome do entrevistado; a idade; se é homem ou mulher; se Kaiowá ou Guarani; se a pessoa entrevistada era casada, solteira ou viúva/separada; ano de nascimento; local de nascimento (aldeia/cidade/País); região da Aldeia Te'ýikue em que mora atualmente; e, se não nasceu em Te'ýikue, há quanto tempo mora na aldeia Te'ýikue. Com relação às informações sobre as trajetórias de vida do(a) entrevistado(a), perguntou-se da seguinte forma: Desde o seu nascimento, por onde andou? Ou onde esteve por mais de um mês? Nome dos lugares (aldeia/cidade/País)? Por que foi para esse lugar? Com quem você foi? Quando foi? (em anos ou idade) Por quanto tempo? (em anos ou meses).

Estas mesmas perguntas/respostas foram feitas também ao cônjuge do entrevistado/a, e aos pais deles. Também foram tabuladas as informações sobre os avós(as), com relação ao local de nascimento e, se falecido, o local de falecimento.

5.2.1. Perfil dos entrevistados

Com relação ao local de nascimento, dos 389 entrevistados, 268 nasceram em Te'ýikue (Caarapó, MS), isto é, 68,89%. 121 nasceram fora de Te'ýikue e, destes, 41 nasceram em Amambai (35 na reserva de Amambai, os demais nasceram em fazendas ou nas aldeias Limão Verde e Jaguary, TIs do mesmo município), 36 na região de Caarapó mesmo (Caarapó, Laguna Carapã, Navirai, Juti e Ponta Porã), 17 na região de Dourados (aldeias de Dourados, Panambi, Panambizinho ou fazendas), 11 na região de Porto Lindo (9 na reserva e 2 em Iguatemi), 8 no Paraguai e 8 em outros lugares (2 em Fátima do Sul, 1 em

Tacuru, 1 no Cerrito, 1 em Aquidauana, 1 no Paraná, 1 em Porto Murtinho, 1 em fazenda não identificada). Com isso pode-se observar a rede de relações que se estabelece. Amambai é a aldeia que mais se relaciona com Te'yíkue.

Ainda sobre o perfil dos entrevistados - tabela 45 - 264 são mulheres (67,87%) e 125 homens (32,13%), indicando que as mulheres são, na maior parte, as responsáveis pelos domicílios e estavam presentes no domicílio no momento da entrevista. Com relação à etnia, a maioria dos entrevistados são Kaiowá, com 360 (92,54%), e 29 Guarani (7,46%). O estado civil dos entrevistados apresenta-se da seguinte forma: 315 casados (80,98%), 45 viúvos ou separados (11,57%) e 29 solteiros (7,46%). Foi usado como critério, entrevistar preferencialmente pessoas casadas, como dito anteriormente, para otimizar a entrevista e obter informações também do cônjuge e sogros.

Tabela 45. Perfil dos entrevistados conforme trajetórias

	sexo		etnia		local de nascimento	
	homem	mulher	Kaiowá	Guarani	Te'yíkue	outro
com trajetórias	82	136	194	24	101	117
sem trajetórias	43	128	166	5	167	4
total	125	264	360	29	268	121

Fonte: POPMEGK2009

Com relação, ainda, ao perfil dos entrevistados, a faixa etária dos 389 entrevistados mostra que 170 deles são jovens entre 14 e 30 anos, e 171 têm idade entre 31 e 60 anos; os que possuem 61 anos e mais somam 45 (ver anexo 6).

Dos 389 entrevistados, 56,04% ou 218 entrevistados apresentaram alguma trajetória e 43,96% não apresentaram nenhuma trajetória, isto é, 171 entrevistados. Na tabela 46 podemos observar o perfil, conforme os que possuem trajetórias e os que não possuem.

Tabela 46. Perfil dos entrevistados conforme local de nascimento

	sexo		etnia		estado civil		
	homem	mulher	kaiowá	guarani	casado	viuvo	solteiro
nasc Te'yikue	79	188	259	8	223	24	20
não nasc Te'ýikue	46	76	101	21	92	21	9
total	125	264	360	29	315	45	29

Fonte: POPMEGK2009

5.2.2. Dinâmica dos deslocamentos espaciais de Te'ýikue

A partir de meados do século XX, principalmente nos anos 1960 e 1970, os Guarani começavam a enfrentar o fenômeno da grande concentração populacional nas reservas/terras indígenas, o que forçava essa população a uma mudança de estilo de vida: a progressiva substituição da sobrevivência através da caça, roça, pesca e coleta, pelo trabalho assalariado fora da aldeia, obrigando esses grupos a se deslocarem por esse motivo, como está bem demonstrado na tabela 47, a seguir. Observamos que, na trajetória 1, 14 deslocamentos se dão por questões familiares, como para estar perto da família, reunir os parentes:

Tabela 47. Motivos das trajetórias dos entrevistados

Motivos	trajetórias						
	1	2	3	4	5	6	7a14
questões familiares	14	9	4	10	7	3	5
separação	3	2	2	2	2	2	2
casamento	7	3	5	2	1	1	2
conflito interno	1	1	1	2	1	1	-
morar	90	80	38	19	9	11	7
estudar	5	4	1	-	1	4	3
questões de terra/expulsões e retomadas	4	3	2	-	3	1	-
falecimento	2	2	-	3	-	-	-
benefícios	2	-	1	-	-	-	-
passeio/visita	30	9	5	-	-	-	1
trabalhar	53	49	35	24	18	8	19
tratamento de saúde	1	-	1	2	-	-	-
Total	212	162	95	64	42	31	39

Fonte: POPMEGK2009

No levantamento realizado surgiu, como principal motivo de deslocamento, a moradia, desafiando-nos para um aprofundamento desta questão, em pesquisas mais qualitativas. A tabela 48 indica uma das especificidades das trajetórias dos Kaiowá e Guaraní de Te'ýikue, que é a mobilidade espacial familiar, mostrando que a maior parte dos entrevistados se move em grupo.

Tabela 48. Acompanhantes durante as trajetórias dos entrevistados

Acompanhantes	Trajetórias						
	1	2	3	4	5	6	7a14
Sozinho	35	39	31	23	8	4	12
Pais mãe/pai	41	32	14	8	3	-	1
Esposo (a)	16	22	12	4	9	6	6
Outros parentes(tios avós)	5	5	3	-	1	1	-
Conhecidos/amigos	2	4	2	1	1	-	-
Irmão	24	2	2	-	1	1	-
Toda a família	32	43	26	22	12	16	22
Comunidade	4	-	-	-	-	-	-
Patrão	4	7	4	2	2	-	-
Filho(s)	1	6	1	2	3	1	-
Total	164	160	95	62	40	29	41

Fonte: POPMEGK2009

Com relação ao tempo de permanência nos locais de destino, é possível verificar na tabela 49, três padrões de temporalidade. Um é de curto tempo de permanência, que vai desde menos de 1 ano até 2 anos, e compõe a maioria dos deslocamentos espaciais referidos pelos entrevistados nessa pesquisa de Caarapó. Outro padrão de deslocamento tem maior duração, de mais de 10 anos, e perfaz, também, um número expressivo de deslocamentos espaciais referidos nessa pesquisa: são deslocamentos espaciais feitos, majoritariamente, por motivo de moradia, mudança para outra região; enquanto que, no padrão anterior, o motivo principal dos deslocamentos espaciais é o trabalho assalariado. O terceiro padrão de tempo de deslocamentos espaciais é de média duração e vai de 2 a 10 anos; o motivo é tanto por trabalho assalariado de maior tempo de duração, quanto por visitas à família, passeios, casamento, etc.

Tabela 49. Tempo de permanência dos entrevistados

Tempo	Trajetórias						
	1	2	3	4	5	6	7 a 14
menos de 1 ano	20	27	23	8	8	5	12
de 1 a 2 anos	45	27	23	17	8	6	9
de 2 a 5 anos	31	23	7	10	8	8	-
de 5 a 10 anos	41	10	10	5	4	0	5
mais de 10anos	34	-	5	5	4	2	2
Total	171	87	68	45	32	21	28

Fonte: POPMEGK2009

As tabelas 50 e 51, a seguir, informam o tipo de local de nascimento e o tipo de local das trajetórias dos entrevistados e dos cônjuges. Na tabela 50 vemos a informação sobre o entrevistado. O máximo de trajetórias foram 14, sendo que os principais lugares visitados são as reservas, incluindo a Reserva de Caarapó (Te'ýikue). Isto caracteriza que os moradores vão para muitos lugares, mas voltam várias vezes para Caarapó, lugar de origem, já que a maior parte dos entrevistados é nascida nesta aldeia. Existe um número expressivo de deslocamentos espaciais para aldeias antigas, que são as áreas de ocupação tradicional dos Guaraní, o que indica a situação de expulsão dos grupos destas aldeias, destruídas e transformadas em fazendas.

Os deslocamentos espaciais para fazendas e cidades têm relação direta com um dos principais motivos de mobilidade espacial que é a saída da aldeia em busca de trabalho. Dentre as reservas que aparecem com maior frequência são Amambai e Dourados e indicam o Tekoha Guasu, do qual Te'ýikue (Caarapó) faz parte. Este tekoha guasu abrange também os Tekoha da Terra Indígena de Dourados e os Tekoha da Terra Indígena de Amambai.

Tabela 50. Tipo de Local de nascimento e trajetórias dos entrevistados

Tipos de Local	Nasc	Trajetórias						
		1	2	3	4	5	6	7 a 14
Reservas	332	122	118	54	34	19	17	22
Loc tradicionais/atuais fazendas	21	16	2	5	4	3	3	2
Cidades	12	18	8	6	7	4	5	3
TIs rescentes ou em demarcação	9	24	18	15	7	9	4	3
Paraguai	8	12	2	3	1	-	-	3
Fazendas	6	18	10	8	4	-	-	5
Outros estados (PR, RO, SP, AM, MT)	1	-	2	3	1	-	-	1
Usinas	-	-	2	1	-	-	1	-
Argentina/Bolívia	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	389	210	162	95	58	35	30	39

Fonte: POPMEGK2009

Na tabela 51 observamos a informação sobre o cônjuge do entrevistado. O máximo de trajetórias foram 12, sendo que os principais lugares visitados são as reservas também, incluindo a Reserva de Caarapó (Te'yikue). Isso indica a mesma situação de deslocamentos espaciais dos entrevistados e das entrevistadas.

Tabela 51. Tipo de Local de nascimento e trajetórias dos conjuges dos entrevistados

Tipos de Local	Nasc	Trajetórias					
		1	2	3	4	5	6 a 12
Reservas	285	93	64	38	23	15	18
Loc tradicionais/atuais fazendas	10	5	1	4	3	3	1
Cidades	15	6	7	3	6	1	2
TIs rescentes ou em demarcação	11	22	15	6	3	2	2
Paraguai	6	10	4	4	1	-	4
Fazendas	7	13	7	2	-	2	2
Outros estados (PR, RO, SP, AM, MT)	3	2	1	2	-	-	-
Usinas	-	1	1	1	-	-	-
Argentina/Bolívia	-	-	-	-	-	-	-
Total	337	152	100	60	36	23	29

Fonte: POPMEGK2009

As tabelas 52 e 53, a seguir, apresentam informações de uma geração acima do entrevistado. A situação é semelhante, com as mesmas características dos entrevistados e cônjuges, principalmente com relação às Reservas. A diferença que aparece é a maior quantidade de locais de nascimento (27) e trajetórias (14) no Paraguai. Como é uma trajetória masculina, também a questão do trabalho nas fazendas é expressivo (17).

Tabela 52. Tipo de Local de nascimento/falecimento e trajetórias dos pais dos entrevistados

Tipos de Locais	Nasc	falec	Trajetórias					
			1	2	3	4	5	6 a 12
Reservas	265	135	89	57	31	16	12	15
Loc tradicionais/atu	14	7	9	13	1	-	2	2
Cidades	14	2	6	7	5	2	2	1
TIs rescentes ou er	16	9	18	13	7	4	2	2
Paraguai	27	6	14	4	8	-	-	-
Fazendas	17	1	16	6	3	11	4	5
Outros estados (PR	7	-	1	3	-	-	-	-
Usinas	-	-	-	-	1	1	-	-
Argentina/Bolívia	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	360	160	153	103	55	34	22	25

Fonte: POPMEGK2009

Com relação ao tipo de local de nascimento e trajetórias das mães dos entrevistados, chama atenção o grande número, também, de mulheres que nasceram no Paraguai e escolheram este país, o Paraguai, como lugar de destino, além é claro das reservas, como mencionado anteriormente. Na tabela 53, a seguir, o máximo de trajetórias também chama a atenção, com 9 trajetórias, sendo que uma pessoa foi para Argentina.

Tabela 53. Tipo de Local de nascimento/falecimento e trajetórias das mães dos entrevistados

Tipo de local	Nasc	falec	Trajetórias					
			1	2	3	4	5	6 a 9
Reservas	274	98	106	72	32	19	12	18
Loc tradicionais/atuais fazendas	24	3	11	9	5	2	-	2
Cidades	11	3	15	4	3	1	-	2
TIs rescentes ou em demarcação	17	7	20	14	11	8	5	7
Paraguai	26	3	13	1	-	1	3	-
Fazendas	14	-	6	6	6	5	2	-
Outros estados (PR, RO, SP, AM,	1	-	2	1	-	-	-	-
Usinas	-	-	-	-	-	-	-	-
Argentina/Bolívia	-	-	1	-	-	-	-	-
Total	367	114	174	107	57	36	22	25

Fonte: POPMEGK2009

A tabela 54 traz informações de duas gerações acima do entrevistado, isto é, seus avós maternos e paternos. Foram tabuladas informações sobre local de nascimento e falecimento. A novidade que aparece é um caso de pessoa que nasceu na Bolívia. Também chama atenção o maior número de pessoas que nasceram no Paraguai.

Tabela 54. Tipo de Local de nascimento/falecimento dos avós dos entrevistados

Locais/Nascimento e Falecimento	avós maternos		avós maternos		avós paternos		avós paternos	
	Nasc	Falec	Nasc	Falec	Nasc	Falec	Nasc	Falec
Reservas	191	167	208	165	185	162	184	141
Loc tradicionais/atuais fazendas	9	6	15	1	11	8	8	9
Cidades	12	7	10	7	14	6	9	7
TIs rescentes ou em demarcação	10	9	9	12	10	15	13	10
Paraguai	44	16	37	13	24	13	18	5
Fazendas	4	6	5	2	4	2	2	1
Outros estados (PR, RO, SP, AM, MT)	6	2	1	-	6	1	3	2
Usinas	-	-	-	-	-	1	-	-
Argentina/Bolívia	-	-	-	-	1	-	-	-
Total	276	213	285	200	255	208	237	175

Fonte: POPMEGK2009

Com relação ao tipo de local, as reservas que mais apareceram, como dito anteriormente, foram Amambai e Dourados. As TIs rescentes ou em demarcação, que apareceram com maior frequência, foram Guyra Roka, Takuara, Jarara, Guaimbé e Rancho Jacare. No Paraguai, a aldeia em destaque é Piray. Com relação a outros Estados, as maiores ocorrências são do Paraná. As cidades que mais apareceram são Juti e Navirai. Juti, provavelmente, porque o pessoal do Jarara ficou muito tempo vivendo na periferia da cidade, e Navirai, provavelmente tem relação com o trabalho na Usina desta cidade. Os locais tradicionais que atualmente estão como fazendas e que apareceram mais são: Javorai, São Lucas e Campanário.

Apresento, a seguir, dois exemplos de trajetórias, para visualizarmos alguns detalhes interessantes. Na trajetória A, chama atenção, por exemplo, um dos motivos, que é para estar perto dos parentes, e outro motivo que é a volta do trabalho, indicando o vai e vem ou idas e voltas. Nos lugares por onde andou, Te'ýikue aparece várias vezes. Com certeza houve mais momentos de volta para casa, mas que, por ter sido limitado o tempo de permanência dos deslocamentos espaciais em 3 meses, não foi possível captar. Mas na trajetória B, escapou o tempo mínimo de 3 meses do entrevistador e aparece a ida para casa em dois momentos: um de uma semana e outro de 2 meses. Destaco, também, estes dois casos, pelo número de trajetórias: o primeiro apresenta 14 eventos e o segundo 16.

Entrevistada A, Kaiowá, Viúva, 43 anos (1966), de Te'yíkue (Caarapó, MS, BR), reside no Jakaira

nº de trajetórias	Nome dos lugares (aldeia/cidade/País)	Por que foi para esse lugar?	Com quem você foi?	Quando foi? (em anos ou idade)	Por quanto tempo? (em anos ou meses)
1	Faz. paketa (Lag. Carapã, ms, br)	trabalhar	esposo	18 anos (1984)	6 meses
2	Faz. tramontina(Ponta Porã,ms,br)	trabalhar	esposo	18 anos (1984)	3 meses
3	Faz. 3 de março(Navirai,ms,br)	trabalhar	com a família	18 anos (1984)	4 meses
4	Faz. Taruma (Juti, ms, br)	trabalhar	com a família	19 anos (1985)	9 meses
5	Te'yíkue (Caarapó, ms, br)	para estar perto dos parentes	com a família	19 anos (1985)	6 meses
6	Faz. Terezinha(Caarapó,ms,br)	trabalhar	com a família	20 anos (1986)	3 meses
7	Faz. usiladora (Itaquirai, ms, br)	trabalhar após muito	com a família	20 anos (1986)	7 meses
8	Te'yíkue (Caarapó, ms, br)	trabalho	com a família	21 anos (1987)	3 meses
9	Faz. Progresso (Caarapó,ms,br)	trabalhar	com a família	21 anos (1987)	8 meses
10	Te'yíkue(Caarapó, ms,br)	volta do trabalho	com a família	21 anos (1987)	3 meses
11	Limão Verde (Amambai, ms, br)	morar	com a família	22 anos (1988)	4 meses
12	Te'yíkue (Caarapó, ms, br)	morar	com a família	22 anos (1988)	7 meses
13	Takuapiry (Cel. Sapucaia, ms, br)	morar	com a família	23 anos (1988)	9 anos
14	Te'yíkue(Caarapó,ms,br)	morar	com a família	32 anos (1995)	até hoje

Fonte: POPMEGK2009

Outro fato que chama atenção na trajetória A é o deslocamento para as fazendas da região para trabalhar, inicialmente com o esposo, e depois de ter filhos, aparece sempre com a família para trabalhar. Na trajetória B, o que chama atenção é o início de sua trajetória, desde criança, para acompanhar os pais que iam trabalhar na erva mate, pois na época era muito comum este trabalho.

À pergunta com quem andou durante suas trajetórias indica também o ciclo de vida da pessoa, como o casamento do entrevistado, que se move. Na trajetória B, o entrevistado inicialmente foi com os pais, depois sozinho, depois com a esposa e depois com a família, indicando a presença de filhos.

Entrevistado B, Kaiowá, Viúvo, 99 anos (1910), Nasceu Campanário (Caarapó, MS, BR), reside no Ñandejára

nº de trajetórias	Nome dos lugares (aldeia/cidade/País)	Por que foi para esse lugar?	Com quem você foi?	Quando foi? (em anos ou idade)	Por quanto tempo? (em anos ou meses)
		trabalhar na			
1	Tajy (Ponta Porã, MS, BR)	erva mate	os pais	7 anos (1917)	3 anos
2	Amambai (Amambai, MS, BR)	morar	os pais	10 anos (1920)	3 anos
3	Parana, Br	trabalhar	sozinho	15 anos (1925)	3 meses
4	Ñakyrãy (Takuru, MS, BR)	trabalhar	sozinho	15 anos (1925)	4 meses
5	Amambai (amambai, MS, BR)	volta p casa	sozinho	15 anos (1925)	1 semana
6	Ñakyrãy (Takuru, MS, BR)	trabalhar	sozinho	15 anos (1925)	3 meses
	Rancho Tyjuru,				
7	Cerrito(Eldorado, MS, BR)	trabalhar	sozinho	16 anos (1926)	1 ano
	Ypytã, Limão	trabalhar na			
8	Verde(Amambai, MS, BR)	erva mate	sozinho	17 anos (1927)	3 meses
	Porto Tajy,	trabalhar na			
9	Sassoro(Tacuru, MS, BR)	erva mate	sozinho	17 anos (1927)	8 meses
	Rancho Seyro/cedro	trabalhar na			
10	(Paraguai)	erva mate	sozinho	18 anos (1928)	1 ano
	Salamanca (fronteira com				
11	Paraguai)	trabalhar	sozinho	18 anos (1928)	3 meses
	Faz. Teixeira(Lagunita, Lag.		com sua		
12	Carapã, MS, BR)	passeio	esposa	18 anos (1928)	5 meses
	Faz. Tiburcio Bezino(Lagunita		c esposa e		
13	Lag. Carapã, MS, BR)	trabalhar	filhos	18 anos (1928)	4 meses
	Paso ka'u (Aral Moreira, MS,				
14	BR)	trabalhar	esposa	19 anos (1929)	9 anos
	Fazenda Rincom(Lag.	trabalhar na	com sua		
15	Carapã, MS, BR)	erva mate	esposa	28 anos (1938)	8 meses
16	Te'yikue (Caarapó, MS, BR)	morar	as famílias	28 anos (1938)	até hoje

Fonte: POPMEGK2009

Nestes deslocamentos espaciais foi possível observar a dinâmica da *changa*, atividade muito comum entre os Kaiowá e Guarani, observada, principalmente, até a

década de 1980, em que o trabalhador saía do lugar de residência para ir trabalhar numa região próxima, por períodos curtos de 3 a 4 meses e retornava para sua casa, fazia sua roça e voltava para outra *changa*. Como foi estabelecido na pesquisa que seria mapeado um período mínimo de 3 meses de duração dos deslocamentos espaciais, em algumas situações não aparece no banco de dados este aspecto de retornar para casa, pois ocorria muitas vezes durante menos de 3 meses (uma semana, 15 dias, um mês, dois meses), mas, em algumas entrevistas preenchidas estão presentes, como no caso da trajetória B.

Para o Estado brasileiro os tipos de mobilidade espacial que analisamos, conforme os exemplos descritos acima, impactam diretamente na implementação dos direitos dos povos Guarani relativos à documentação, educação escolar, terra e saúde. Na educação, por exemplo, muitos alunos chegam em Caarapó e solicitam o ingresso na escola, porém não trazem os papéis de transferência, ou não possuem documentação. No caso da escola Ñandejara Pólo, ela tem tido o mérito de aceitar esses alunos e posteriormente resolver, junto com as famílias dos alunos, a situação dos documentos todos. Mas a dificuldade administrativa e burocrática permanece, fazendo com que muitas crianças fiquem fora da escola, infringindo os direitos fundamentais dos Guarani. Os próprios alunos e suas famílias não têm condições e nem habilidades para conseguir superar essas dificuldades. Inversamente, se a família se muda para outro Estado, ou vai para, ou vem do Paraguai, essa situação se agrava mais ainda, devido à falta de documentação e por incompatibilidade dos sistemas de ensino nos Estados diferentes ou entre os dois países. Isso, em si, talvez não fosse problema, porque os jovens poderiam se adaptar, mas as equipes das escolas e da administração escolar, em geral, utilizam esse argumento para dificultar a matrícula de alunos novos, principalmente fora do calendário usual das mesmas.

Na área de saúde são, principalmente, dois tipos de dificuldades: uma é a situação de pessoas em trânsito, que não constam nos cadastros da FUNASA/SIASI e, por isso, muitas vezes não conseguem receber tratamento de saúde, ou por não constarem no cadastro naquele pólo base onde estão residindo no momento; nesses casos, o histórico de saúde não é conhecido pelas equipes de saúde, o que dificulta enormemente o diagnóstico e tratamento de qualquer enfermidade. Outra situação diz respeito às famílias que chegam em

Caarapó e demoram para conseguir a documentação pessoal e, quando precisam de serviços de saúde, não são atendidos, pois os postos de atendimento, pronto-socorro e os pólos-base não atendem as crianças que não apresentam o registro de nascimento.

As famílias que chegam do Paraguai, por exemplo, não conseguem a documentação necessária para serem atendidas na saúde e muito menos nas escolas; e de maneira inversa, muitas famílias que saem de Caarapó (para o Paraguai), também têm dificuldades de acesso aos atendimentos na área de saúde, e a documentação acaba sendo um dos principais problemas. A documentação acabou sendo um instrumento de consolidação do confinamento e um impeditivo à mobilidade espacial, constrangidos pelo Estado, que produz o cidadão documentado.

A questão da demarcação das terras para os Guarani, nos últimos 15 anos pelo menos, permanece como um problema e já foi tratado em inúmeros documentos oficiais e não oficiais. A mobilidade espacial voluntária das famílias fica prejudicada, seja pelo clima de violência que permanece, seja pelo enorme preconceito, que cada vez aumenta mais, em decorrência da deterioração cada vez maior das relações interétnicas entre os Guarani e os não índios das cidades vizinhas. E as migrações forçadas, os acampamentos de beira de estrada seguem aumentando em número e em violência. Tudo isso caracteriza uma situação de desrespeito aos direitos humanos e aos direitos específicos dos povos indígenas.



Foto 9. Tekoha Pindo Roky Caarapó, MS, 2013. (foto Arnulfo Morínigo Caballero)

Recentemente, em 2013, ocorreu a retomada do *Tekoha Pindo Roky*, área próxima à aldeia Te'yikue. O assassinato de um indígena, no dia 17/02/2013, desencadeou a ocupação da fazenda por 200 indígenas. No dia seguinte, os parentes do jovem kaiowá, Denilson Barbosa, assassinado nesse antigo *tekoha*, começaram a se mobilizar com os Ñanderu, professores, lideranças e começou a reocupação do *tekoha* com os *ñanderu* e *ñandesy* coordenando os rituais.

Uma das principais dificuldades percebidas pelos pesquisadores durante a realização das entrevistas é o aspecto relacionado a Tempo e Memória: “Os idosos tinham um pouco de dificuldade na parte da idade, histórico familiar” (Adriano Serrano). “Eu tive mais dificuldade sobre o histórico familiar, data de nascimento dos avós, ano que morreu os avós, onde foi?” (Adriano Serrano). “Não sabe as idades, problema de tempo [...] tem gente que não sabe a idade dos avós” (Andréia Almeida). “Pessoas que não estudam não sabem o ano” (Edilson Carvalho). “As pessoas de idade, que não se lembram de todas as

informações, esquecem os lugares” (Edilson Carvalho). “Dificuldade de saber e contar em que ano que passou”.

Outro aspecto levantado como dificuldade, mas que também está ligado ao tempo e à memória, é a questão de parentesco, principalmente, sobre o que seja avós paternos e avós maternos: “Foi difícil lembrar sobre os avós maternos e paternos, onde nasceu, onde morreu” (Andréia Almeida). “A pergunta difícil é sobre avós paternos e avós maternos” (Adriano Serrano). “Maior dificuldade é saber a idade dos avós” (Alex de Sousa). “Foi difícil porque pelo que eu percebi que o Guarani Kaiowá não tem habito de conhecer a história do parceiro, não sabia quem eram os pais, os avós, de onde vieram, não tinha preocupação de saber quanto tempo, por onde andou, porque mudou. A data de nascimento, por exemplo, a pessoa fala que nasceu na ‘época da guavira’, e não falava a idade” (Rosileide Barbosa de Carvalho).

Questões ligadas à falta de tempo, principalmente entre os professores, que normalmente têm muitas atividades e, assim, só lhes restavam o final do dia ou final de semana, também foram relatadas como dificuldade: “Dificuldade de tempo, trabalha, gosta de entrevistar os de mais idade e eles têm dificuldade de lembrar as coisas sobre idade, de onde vieram, entrevistei mais mulheres” (Braulina Isnarde). “A dificuldade maior que senti foi que eu peguei a minha e do meu marido, porque eu fiquei com muitos para fazer, mas eu consegui” (Adriana Acosta).

Em algumas entrevistas surgiram situações difíceis em que o entrevistador não sabia bem o que fazer. “Como lidar com isso?” - questionava Braulina Isnarde. Quando a entrevista provoca lembranças difíceis: “Tem gente que se emociona quando lembra de parentes que já faleceram” (Braulina Isnarde). “As pessoas que perderam os filhos e mudavam de aldeia, a pessoa queria desabafar” (Marluce R. Martins).

Dentre as dificuldades na realização da entrevista surgiram também situações relacionadas com as questões que a comunidade enfrenta, como o problema da violência e do alcoolismo: “Eu tive medo de ir para outras regiões por causa dos bêbados” (Lorença Isnarde). “O difícil foi sair da minha região e ir mais longe” (Andréia Almeida).

O aspecto relacionado com gênero é outra situação de dificuldade observada pelos pesquisadores entrevistadores: “Tem gente que não conseguia encontrar, os homens não sabem ou não querem dar informação, difícil de encontrar também” (Rosileide Barbosa de Carvalho). “Tinha gente que não sabia nada do esposo, às vezes não era dali era de outro lugar, de Amambai” (Marluce R. Martins). “Não é fácil, as pessoas querem saber o porquê da pesquisa, e eu expliquei que era pra gente conhecer como era antigamente” (Neuzinho Vilhalva). “Tem homens que não querem passar informação sobre a esposa e aí chama a esposa e ela não quer falar também” (Crispim Soares Martins).

Na opinião dos pesquisadores/entrevistadores, alguns moradores não quiseram dar entrevista por falta de tempo “ou porque disse que estava ocupado” (Valdênio Martins Benítes).

Com relação aos aspectos positivos, todos gostaram muito de realizar as entrevistas. Assim se expressa Adriano Serrano: “eu não tive dificuldade, já tinha experiência de pesquisa, os entrevistados foram bem gentis”. Para Marluce R. Martins, “foi bom fazer a pesquisa porque eles gostam de conversar muito com a gente”. Da mesma forma afirma Catalina Rodrigues: “gostei, porque a gente aprende de onde vem, por onde passou, onde morou, a família da onde que era. Eu conversei com uma família que veio de Amambai e que veio pra cá e daqui não saiu mais”.

E segue com as explicações descobertas sobre a mobilidade espacial, que está também relacionada com o motivo de escolha do lugar de destino. Geralmente comparam com o lugar de origem. Neste caso, a motivação se deu por situações de violência. “Uma pessoa que entrevistei disse que escolheu Caarapó porque é mais sossegado, em Amambai tem muita violência, por isso que não saiu mais daqui, gostou de morar aqui. Saiu de lá por causa de briga, quase matou um homem que estuprou a irmã dele e veio pra cá” (Catalina Rodrigues). O relato também indica os deslocamentos espaciais em família. “Aqui tem menos violência, vieram os parentes também, todos os parentes dele estão aqui” (Catalina Rodrigues).

Crispim Soares Martins relata como era antes da criação das reservas e as mudanças ocorridas e depois sobre a importância da pesquisa: “O mais interessante é que

era tudo mato aqui e eles não paravam, mudavam de lugar, isso era a vivência deles, era como eles viviam, assim contam a história deles”. Da mesma forma relata Rosileide Barbosa de Carvalho:

A pesquisa ajudou para nós como professores, pra gente conversar com as famílias, saber quem são as famílias, saber o que pensam dos problemas da comunidade. Às vezes, a gente passa e mal cumprimenta, não tem tempo pra conversar. E com a pesquisa ficamos conversando mais, aí as famílias já falaram sobre educação dos filhos, porque sabe que a gente é professor, lembrou sobre os filhos na escola. Para nós professores foi bom, pra gente entender um pouco sobre os problemas familiares, muitas crianças não vem pra escola por causa dos problemas das famílias.

O relato de Eliel Benites destaca a participação dos jovens do Ensino Médio. Considera importante a oportunidade de jovens pesquisadores conhecerem mais sobre a realidade e a história da Terra Indígena. Ele se surpreendeu também com a facilidade dos jovens em se comunicarem com os mais velhos, inclusive na língua:

Não consegui fazer por falta de tempo, mas observei o pessoal do ensino médio, que se envolveu bastante, eles gostaram muito da pesquisa, as perguntas foram legais para eles entenderem como era o passado, a história de Caarapó, ajudou na sala de aula, na aprendizagem deles em sala de aula, a aproximação deles com os mais velhos, as famílias, o fato de irem a campo, eles aprenderam com as famílias deles. Esse interesse de ir nas famílias, foi muito bom, perguntar e saber a realidade. Teoricamente a gente achava que os jovens não gostavam mais de saber sobre a história dos mais velhos, foi o contrario, porque eles gostaram muito de fazer essa pesquisa, conversar em guarani (Eliel Benites).

Uma das descobertas foi em relação ao parentesco. Pelo menos dois dos entrevistadores/pesquisadores descobriram que têm parentes morando na aldeia que não conheciam como é o caso de Alex Junior: “tem parentes que descobri que não conhecia, que não sabia que eram parentes”. E Adriano Serrano:

Na entrevista descobri que tinha parente que eu não conhecia, que minha família nunca me contou, uma entrevistada falou pra mim que o nome dela é Lia e disse ‘minha mãe morreu quando eu tinha 10 anos’, e contou quem era a mãe, aí vi que era minha tia, isso eu descobri quando perguntei sobre se tinha parentes em outras regiões da aldeia (Adriano Serrano).

Crispim Soares Martins destaca outra descoberta, mais no aspecto cultural, com relação aos funerais: “Antigamente quando o índio morria só enrolava com o pano e

cavavam o buraco e enterravam ali, em qualquer lugar, e aí muda de lugar”. Quando mudam de lugar os restos do parente morto fica para trás.

Com relação aos lugares, também aparece a situação temporal de reconhecimento das Terras Indígenas. Alguns lugares aparecem como fazendas, mas que são na verdade, terras indígenas. Muitos deslocamentos espaciais ocorreram em áreas que eram terras tradicionais, destruídas para dar lugar às fazendas e plantação da soja. É possível identificar também as fazendas que foram refúgios por vários anos, até que foram expulsas famílias inteiras para dentro das reservas.

Os resultados apresentados ainda não esgotam toda a potencialidade do banco de dados resultante da pesquisa em Te'yikue. Compreendo que existe um tesouro a ser explorado, como por exemplo, com as informações referentes às trajetórias de curta duração por motivos de trabalho, em que se perguntou “Nos últimos 2 anos, alguém da sua família saiu da aldeia para fazer qualquer atividade que ganhe dinheiro (trabalho)?”. Além disso faltou compilar as respostas das questões sobre redes de relações de parentesco, quando se perguntou em quais lugares tem parentes morando, na reserva, em outras reservas, outros lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Foto 10. Viagem de intercâmbio guarani – Jukyry/PY. (Foto de Egon Heck, 2009)

Ao voltar o olhar para a mobilidade espacial guarani, a tese tratou do conceito de *Ñane Retã* (nosso território) ou *Guarani Retã* (Território Guarani), porque os conceitos de territorialidade e mobilidade espacial, na cosmologia guarani, são conceitos relacionados. O conceito de “Spillover” (ADAMS e KASAKOFF, 2004), ou “transbordamento”, dialoga com o conceito de território trazido por Benites (2014) de que a terra está sempre se expandindo. Estes estudos teóricos de migração estão intrinsicamente relacionados com o conceito de *Ñane Retã* dos Guarani.

Os estudos sobre migração indígena na América Latina são recentes. Os resultados dos censos demográficos nacionais brasileiros e paraguaios sobre os Guarani começam a dar maior visibilidade à dinâmica demográfica desse povo. É possível verificar que o perfil etário dessa população é bastante jovem. No Brasil, os Guarani de 0 a 14 anos somam 43,61% e no Paraguai somam 47,75% de toda a população. Os Guarani residentes num amplo território, que ocupa vários países da América do Sul, têm apresentado, nos últimos 70 anos, altas taxas de crescimento populacional. Este fenômeno não é somente uma recuperação populacional pós-contato com as sociedades nacionais, mas sim uma política populacional étnica deste povo, voltada para a garantia de sua sobrevivência física e cultural.

A questão da abrangência territorial (Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil) é destaque neste estudo porque a prática guarani de fronteira tem relação com a ecologia, o parentesco e a economia baseada na reciprocidade. No entanto, de forma cada vez mais clara, verifica-se os mesmos problemas enfrentados pelos Guarani, independente do lado da fronteira em que estejam: fome e violência, decorrentes da perda sistemática dos territórios tradicionais e do total confinamento em espaços insuficientes para a sua vida. Constata-se que há entre os Guarani e Kaiowá, do Brasil, um aumento assustador da violência, incluindo elevados índices de suicídio, desnutrição e outras formas de manifestação de violência. Rapidamente, os mesmos problemas vêm atingindo os Guarani residentes nos outros países do Mercosul.

Mas não é só violência. Uma característica da mobilidade espacial guarani é o sentido cultural e mítico do *Oguata* guarani, em busca de territórios com melhores recursos

naturais, a chamada “terra sem males” (*Yvy Marane’ỹ*), onde os Guaraní podem realizar o seu jeito de ser e de viver (*Guarani-Reko*). Destaca-se, ainda, outro perfil deste movimento, que se caracteriza como forma de solução de conflitos, desentendimentos, morte de parentes, doenças. Além disso, há o sentido político da mobilidade espacial causada por expulsões, pelo processo de reconhecimento das terras indígenas, os limites territoriais, esgotamento dos recursos naturais, construção de rodovias e empreendimentos imobiliários. Tradicionalmente, os Guaraní se territorializavam de acordo com vários fatores: a disponibilidade de locais com recursos naturais considerados apropriados, ou seja, locais livres de ameaças sobrenaturais; a proximidade de parentelas aliadas; a habilidade do líder em reunir a parentela e resolver os problemas; e a incidência ou não de doenças ou mortes (PEREIRA, L.,2007).

Nesta tese, o objetivo principal foi atingido: conhecer melhor os deslocamentos espaciais dos Guaraní e Kaiowá hoje, incluindo aspectos temporais e intergeracionais. Cabe lembrar que, ainda hoje, grande parte (cerca de 80% do total) da população guarani e kaiowa de Mato Grosso do Sul localiza-se em oito reservas. Por isso, a relevância dos dados aqui apresentados: inicialmente, quanto aos próprios informantes que, em sua maioria, já nasceram dentro da Terra Indígena de Caarapó e, ainda, que a maioria dos entrevistados são jovens, na faixa etária de 15 a 50 anos, e são mulheres.

Um segundo dado importante vem da pergunta sobre os locais frequentados nos deslocamentos. Embora tenha um elevado número de questionários sem informação, ou seja, as pessoas não souberam ou não quiseram responder a essa pergunta, novamente, uma significativa maioria restringe seus deslocamentos aos espaços das reservas. Mas apareceu um número de 21 deslocamentos ao Paraguai – número que cresceu substancialmente com o avanço da pesquisa, a partir das informações dos pais dos e avós dos entrevistados.

Uma terceira informação relevante vem do gráfico sobre o tempo de permanência em anos nos locais, ou seja, a duração dos deslocamentos. Os anos indicados na referida tabela permitem compreender que há dois tipos de deslocamento: - um rápido, com a duração de menos de um ano e/ou com duração de um a dois anos, relacionados a visitas/passeios ou trabalhos; - mas há, também, um numero significativo de deslocamentos

que significam mudanças de local de residência, acima de cinco anos de duração. Na tabela sobre os motivos dos deslocamentos espaciais aparece, com destaque, a busca de novo local de moradia, trabalho ou passeio, entre outros.

Os resultados aqui apresentados, que fazem parte de um processo de trabalho em conjunto com lideranças e professores Guarani, permitiram algumas reflexões. A primeira delas diz respeito à repercussão positiva que o processo da pesquisa “Ojeguata porã” gerou no grupo de pesquisadores indígenas que se envolveu na sua execução, com interesse e entusiasmo.

De forma geral, todos gostaram muito de realizar a pesquisa, das descobertas sobre mobilidade espacial, que está também relacionada com o motivo de escolha do lugar de destino. Geralmente comparam com o lugar de origem. E os deslocamentos espaciais em família. Quanto à participação dos jovens surpreendeu o fato de eles se aproximarem dos mais velhos com facilidade e permitiu ampliar o conhecimento sobre suas histórias.

A metodologia do levantamento feito em Te'yikue, em especial o processo de elaboração do questionário utilizado (ver o anexo 5) e as dificuldades encontradas pelos jovens e professores na realização das entrevistas com as famílias, foram amplamente discutidas na aldeia toda. Iniciou-se, efetivamente, um processo de formação de pesquisadores e gestores indígenas de projetos. Durante a realização das entrevistas, os entrevistadores/pesquisadores foram se adequando às metodologias e escolhendo caminhos para realizar melhor a pesquisa. Essa participação indígena deve ser entendida como um dos resultados mais importantes, embora não previsto, inicialmente, no próprio projeto, pois mudanças nas políticas públicas relacionadas aos povos indígenas dependem, fundamentalmente, do entendimento por parte das lideranças e de seu protagonismo. Esse comprometimento dos pesquisadores indígenas é um dos fatores que tem promovido discussões sobre a continuidade desse tipo de pesquisa.

Algumas conclusões verificadas são que os Guarani se movem em famílias, e aí a motivação é mais cultural, ou seja, relacionada com questões que já apareciam antigamente como motivos de mudanças de comunidades – por exemplo, brigas, casamentos, visitas de parentes, etc. Em segundo lugar, os Guarani se movem como jovens

indivíduos que saem para estudar ou para trabalhar e, em terceiro, a mobilidade espacial guarani é circular, ou seja, é em etapas, daí a importância de se estudar histórias migratórias e biografias migratórias.

Compreender o mundo guarani, principalmente sua territorialidade e mobilidade espacial, significou, também, um exercício de entender minha própria identidade guarani, a história da minha família, que é também composta de muitas migrações, de muita mobilidade espacial. Minha avó paterna é da etnia Ache Guayaki (um dos grupos Guarani no Paraguai) e nasceu na região de Villa Rica, Ca'asapa (região central do Paraguai); de lá foi acompanhando uma família de não índios para Concepción (norte do Paraguai), região em que conheceu meu avô paterno de San Pedro de Ycuamandyju, onde nasceu meu pai; daí toda família veio para a fronteira com o Brasil (região de Sanga Puitã/Sanja Pytã). Meu pai jovem, com seus irmãos, fugiu da Guerra do Chaco (1932-1935). Minha avó materna morou na região de Belém, Concepción, e de lá veio para a fronteira (região de Ponta Porã) com seu filho mais velho, também fugindo da Guerra do Chaco. Meu avô materno veio da região de Corrientes (Argentina).

Com relação aos estudos sobre os Guarani, nos anos 1990 trabalhos importantíssimos começaram a mostrar que os territórios guarani foram todos suprimidos, e que eles foram confinados (BRAND, 1997). O processo de expulsão e confinamento deixou como uma das consequências, o “esparramo” (*mosarambipa*), que significou a desintegração e desestruturação social (BRAND, 2000). E que, para além do costume tradicional do *Oguata*, existem migrações forçadas, ou seja, casos em que comunidades inteiras, *tekoha* inteiros foram desalojados, forçadamente, de suas terras pelas frentes de colonização modernas.

Grünberg, F. compara a situação de confinamento “a situação de vida dos guetos” (2006, p.792), porque não possuem espaços suficientes em suas áreas e quando saem de seus “espaços” são discriminados. Podemos ainda considerá-los como refugiados em sua própria terra.

Os dois tipos de deslocamentos espaciais se mantêm hoje, entre os Guarani: o *Oguata Porã*, mais fortemente entre os Mbyá, mas também entre os Kaiowá e entre os

Guarani; e o *Ñemosarambipa*, ou deslocamentos forçados dos Kaiowá e Guarani, que têm um histórico de despejos e situações fortes de expulsão contínua de seus territórios, mas também os Mbya sofrem esse tipo de deslocamentos. Finalmente, permanece o desejo dos Guarani de terem espaços bons para viver como Guarani e, por isso, empreendem a luta pela recuperação dos seus *Tekoha*, seus territórios tradicionais, e, conseqüentemente, o fortalecimento de sua cultura e do seu modo de ser. Esse trabalho pretende ser uma contribuição para o maior conhecimento deste povo e de seus processos de vida no Brasil.

Esta tese trouxe pistas para uma nova demografia indígena, a partir do olhar e da sabedoria indígena. Esta demografia inaugura não só uma sociologia tradicional, mas trouxe, também, a dimensão mística: a espiritualidade guarani, que é comunicação, que é caminhada, desde o mito das origens, mito do sol e da lua. A comunicação dos Guarani se dá a partir da caminhada, do estabelecimento de trocas, da comunicação, também econômica, a partir da reciprocidade e do dom. O povo guarani é um povo que caminha. O estudo de caso apresentado é percebido como uma demografia artesanal.

Atualmente, há um aumento expressivo de acadêmicos indígenas na América Latina e no Brasil. Em Mato Grosso do Sul estima-se 700 acadêmicos indígenas no ensino superior, e os Kaiowá e Guarani também estão envolvidos neste processo desde a presença nos cursos de graduação até mestrado e doutorado. É um momento de estudar a questão indígena a partir de dentro e sobre uma nova perspectiva, que trará novas possibilidades para a etnologia indígena.

REFERÊNCIAS

ADAMS, John W. e KASAKOFF, Alice B. Spillovers, subdivisions, and flows in Categories and Contexts - Anthropological and historical studies in critical demography. Edited by Szreter, Simon; Sholkamy, Hania; e Dharmalingam, A. In: **IUSSP** (International Union for Scientific Study of Population) e Oxford University Press, 2004.

AZEVEDO, M. M. do A. Censo Indígena. A experiência do Rio Negro. In: **Porantim**. CIMI/CNBB, ano XVI (156). Brasília: CIMI/CNBB, 1993.

_____. **Demografia dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro/AM: um estudo de caso de nupcialidade e reprodução**. Tese de Doutorado em Demografia. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

_____. **Urbanização e migração para a cidade de São Gabriel da Cachoeira**. XV Encontro Nacional de Políticas Populacionais da ABEP, Caxambu: ABEP, 2006.

_____. Povos Indígenas na América Latina estão em processo de crescimento. In: **Povos Indígenas no Brasil 2001/2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

_____. O Censo Demográfico 2010 e os povos indígenas. In: **Povos Indígenas do Brasil 2006-2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

AZEVEDO, Marta e BAENINGER, Rosana. (Orgs.). **Povos Indígenas: Mobilidade espacial**. 1ª ed. v. 8. Campinas: Nepo/Unicamp, 2013.

AZEVEDO, M. ; BRAND, A. J. e COLMAN, Rosa Sebastiana. Os Guarani nos seus processos de mobilidade espacial e os desafios para as políticas públicas na região fronteira brasileira. In: Marta Maria do Amaral Azevedo e Rosana Baeninger (Orgs.). **Povos Indígenas: mobilidade espacial**. 1ª ed. v. 8, p. 11-28. Campinas: Nepo/Unicamp, 2013.

AZEVEDO, M.; BRAND, A.; HECK, E. ; PEREIRA, L. e MELIÀ, B. **Guarani Retã**. Povos Guarani na Fronteira, Argentina, Paraguai, Brasil. São Paulo/Brasil: Centro de Trabalho Indigenista, 2008.

AZEVEDO, M. BRAND, A. e COLMAN, R. **Os Guarani nos seus processos de mobilidade espacial e os desafios para as políticas públicas na região fronteira brasileira**. IV Congreso de Población de la Asociación Paraguaya de Estudios de Población. Asunción: ALAP, 16-18 de nov. 2011.

BAENINGER, Rosana e DEDECCA, Claudio. (Orgs.). **Processos migratórios no estado de São Paulo**: estudos temáticos. 1ed. v. 10. Campinas: NEPO/Unicamp, 2013.

BAENINGER, R. ; PERES, R. e DEMÉTRIO, N. B. . **Atlas Temático**. Observatório das Migrações em São Paulo. 1ª. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2013.

BARBOSA, A. Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Iguatemipegua I. FUNAI. In: **Diário Oficial da União**, Seção 1, nº 5, de terça feira, 08 de Janeiro de 2013. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

BATISTA, Enoque. Fazendo pesquisa com meu povo. In: **Tellus**, ano 6, n. 10, p. 139-142, abr. 2006, Campo Grande/ MS. Disponível em:

ftp://neppi.ucdb.br/pub/tellus/tellus10/TL10_Enoque_Batista_Eva_Rendy.pdf (Acessado em 15/05/2013).

BENITES, Eliel. **Oguata Pyahu (Uma Nova Caminhada)**. O processo de desconstrução e construção da Educação Escolar Indígena da Reserva Indígena Te'ýikue. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/ MS: UCDB, 2014.

BRAND, Antonio Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani**: os difíceis caminhos da palavra. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUC/RS, 1997.

_____. **O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá**. Dissertação de Mestrado em História Ibero-Americana. Porto Alegre/RS: PUC, 1993.

_____. Os Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul e o processo de confinamento: a 'entrada dos nossos contrários'. In: CIMI/MS; Comissão Pró-Índio de São Paulo; MPF/3ª Região. **Conflitos de direitos sobre as terras Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul**. p. 93-131. São Paulo: Palas Athena, 2000.

BRAND, A. J. e COLMAN, Rosa S. Os Guarani na fronteira do Brasil, Paraguai e Argentina: uma viagem de intercâmbio Guarani. In: **Anais da 27ª Reunião Brasileira de Antropologia**. 01 a 04 de agosto de 2010. Belém/Pará. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_27_RBA/arquivos/grupos_trabalho/gt21/abi.pdf (Acessado em 12.03.2014).

BRAND, A. J., AZEVEDO, M., COLMAN, Rosa S.. Os Guarani nas fronteiras do Mercosul e suas demandas por políticas públicas In: **Educación, Lenguas y Culturas en el Mercosur**: Pluralidad cultural e inclusión social en Brasil y en Paraguai. v.77, p. 81-111. Assunção: Biblioteca Paraguaya de Antropología, Universidad Católica de Asunción, 2010.

BRAND, A. J. ; ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja de; FERREIRA, Eva Maria L; COLMAN, Rosa Sebastiana e SOUSA, N. M. de. As Fronteiras Guarani na Província do MT (1749-1910). In: **II Seminário Internacional América Platina**. Dialogo Regional e Dilemas Contemporâneos. v. 1. Campo Grande: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2008.

BRAND, A. J. ; SOUSA, N. M. ; FERREIRA, E. M. L. ; COLMAN, Rosa Sebastiana e ALMEIDA, F. A. A. A história das fronteiras guarani na província de MT (1749-1910). In: Angel Núñez; Maria Medianeira Padoin e Tito Carlos Machado de Oliveira (Orgs). **Dilemas & Diálogos Platinos - Fronteiras**. v. 2, p. 107-135. Dourados: UFGD, 2010.

BRAND, A. J. ; CALDERONI, V. e COLMAN, Rosa Sebastiana. Los Guarani en el Mercosur: territorio, identidad y fronteras nacionales. In: Marta Maria do Amaral Azevedo e Rosana Baeninger (Orgs). **Povos Indígenas: Mobilidade espacial**. 1ed. v. 8, p. 29-40. Campinas: NEPO/Unicamp, 2013.

BRIGHENTI, Clóvis Antonio. A territorialidade guarani e a ação do estado – estudo comparado entre Brasil e Argentina. In: **Revista Tellus**, v. 6, n. 4, p. 111-135. Campo Grande: UCDB, 2004.

BORDÓN, Alicia Arce. **Condiciones de vida en Paraguai**. Población Indígena. Fernando de La Mora/Paraguai: DGEEC, 2005.

CADOGAN, León. **Ayvu Rapyta**: textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá. Biblioteca Paraguaia de Antropología - Vol XVI. Assunção: Fundación León Cadogan-CEADUC-CEPAG, 1997[1959].

_____. **Ywyra Ñe'ery**: fluye del árbol la palabra - Sugestiones para el estudio de la cultura guaraní. Asunción: CEPAG, 1971.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr V. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/Brasília, 1991.

CALIXTO, Benedito. Os primitivos aldeamentos indígenas e índios mansos de Itanhaem. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, vol. X. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, p. 488-505, 1905.

CELADE. **América Latina: aspectos conceptuales de los censos del 2000**. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE), 1999.

CEPAL. **Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico: hacia una construcción participativa con pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina**. Serie Seminarios y conferencias, No 57. Santiago de Chile: CEPAL, set. 2009. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/3/37453/S57SyC-L3095e-P.pdf> (Acessado em 08/06/2014).

CEPAL. **Relatório da CEPAL** apresentado na Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas nas Nações Unidas (ONU). Nova York: CEPAL, 22 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=%2Fprensa%2Fnoticias%2Fcomunicados%2F0%2F53840%2FP53840.xml&xsl=%2Fprensa%2Ftpl%2Fp6f.xsl&base=%2Fprensa%2Ftpl%2Ftop-bottom.xsl> (Acessado em 08/06/2014).

CEPAL. **Panorama Social da América Latina**. Publicación de las Naciones Unidas. Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

CHASE-SARDI, Miguel; BRUN, Augusto e ENCISO, Miguel A. **Situación socio cultural, económico, jurídica-política actual de las comunidades indígenas Del Paraguai**. Asunción: CIDSEP, 1990.

CHAMORRO, Graciela. *Ava kuña reko*, aspectos do modo de ser guarani. In: **Relatório ao Comin**. São Leopoldo, 1991.

_____. **Kurusu Ñe'ëngatu**: palavras que la história no podría olvidar. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos/Instituto Ecumênico de Posgrado/ COMIN, 1995.

CICCARONE, Celeste. **Drama e Sensibilidade**. Migração, Xamanismo e Mulheres Mbya Guarani. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC/SP, 2001.

_____. Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres mbyá. In: **Revista de Índias**. vol. LXIV, n 230, p. 81-96. Vitória/ES: 2004.

COLMAN, Rosa Sebastiana. **Território e sustentabilidade**: os Guarani e os Kaiowá de Yvy Katu. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2007.

COLMAN, Rosa S.; AZEVEDO, Marta M. e BRAND, Antonio. Mobilidade espacial e políticas públicas junto aos Guarani na região fronteira brasileira. In: **IX Reunião de Antropologia do MERCOSUL**, 10 a 13 de julho de 2011. Curitiba/PR, 2011. Disponível em: http://www.sistemasmart.com.br/ram/arquivos/9_6_2011_15_19_51.pdf (Acessado em 09/08/2012).

COLMAN, Rosa Sebastiana; BRAND, Antonio; AZEVEDO, Marta M. do Amaral; SKOWRONSKI, Leandro. Mobilidade Espacial Guarani e Kaiowá. **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu, Setembro de 2010. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_11/abep2010_2478.pdf (Acessado em 08/03/2012).

COLMAN, Rosa Sebastiana; SARMENTO, J. F. Território, recursos naturais e cultura material entre os Guarani e Kaiowá, em Mato Grosso do Sul: as consequências do confinamento sobre a produção e reprodução dos conhecimentos tradicionais e da cultura material. In: Marta Maria do Amaral Azevedo e Rosana Baeninger (Orgs). **Povos Indígenas: mobilidade espacial**. 1ed. v. 8, p. 63-70. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2013.

COLMAN, Rosa Sebastiana; AZEVEDO, M. e VEIGA, J. Paraguai: os indígenas nos censos e os censos indígenas específicos. In: Marta Maria do Amaral Azevedo e Rosana Baeninger (Orgs). **Povos Indígenas: mobilidade espacial**. 1ed. v. 8, p. 71-82. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2013.

COLMAN, Rosa Sebastiana. A presença dos Guarani no estado de São Paulo-final do século XIX até hoje. In: Rosana Baeninger, Claudio Dedecca (Orgs). **Processos migratórios no estado de São Paulo - estudos temáticos**. 1ed., v. 10, p. 457-468, 2013.

COLMAN, Rosa Sebastiana e AZEVEDO, M. Os Processos de Mobilidade Espacial dos Guarani e os Desafios para as Políticas Públicas na Região Fronteira Brasileira. In: Paulo Eduardo Teixeira, Antonio Mendes da Costa Braga, Rosana Baeninger (Orgs). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 331-346, 2012.

CORRÊA, Ana Maria Segall; OLIVEIRA, Bernadete Carvalho de; FERREIRA, Maria Beatriz R. e AZEVEDO, Marta Maria do Amaral. Guarani: segurança alimentar e nutricional. Estudo dos conceitos, conhecimentos e percepções sobre segurança, insegurança alimentar e fome em quatro grupos de etnia Guarani no Estado de SP. In: **Relatório Técnico Final III**. Campinas: UNICAMP (Faculdade de Ciências Médicas - Departamento de Medicina Preventiva e Social; Faculdade de Educação Física - Núcleo de Estudos de Populações), 2009.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e Fronteira o sul de Mato Grosso 1870-1920**. Campo Grande: UCDB, 1999.

CORREA FILHO, Virgílio. Ervais do Brasil e ervateiros. In: **Documento da vida rural**. Nº 12. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola/Ministério da Agricultura, 1957.

CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e Bandeirantes no Itatim**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952.

COURGEAU, D. Les premières migrations de Français dans la période contemporaine. In: **Population** (French Edition), 29 e Année, Migrations, p. 11-24, mar.1974, 1974.

_____. **Méthodes de Mesure de la mobilité spatiale**: migrations internes, mobilité temporaire, navettes. Paris: Éditions de L'Institut National d'Études Démographiques, 1988.

CUNHA, José Marcos P. e AZEVEDO, Marta Maria. Demographic and social-cultural aspects of Population Mobility in Brazil. In: **Population Change in Brazil**: contemporary perspectives. Campinas: NEPO / UNICAMP, 2001.

CUNHA, J.M.P. da; SOUCHAUD, S., BAENINGER, R. e CARMO, R.L. do. Espaços migratórios e problemática ambiental no Mercosul. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. v. 23, n. 1, p. 191-193, jan./jun. 2006. São Paulo: ABEP, 2006.

CUNHA, J. M. P. Apresentação – Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. In: CUNHA, J. M. P. (Org.) **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-NEPO/Unicamp, 2011.

DARELLA Maria Dorothea. **Ore Roipota Yvy Porã, Nós queremos terra boa**: Territorialização Guarani no Litoral de Santa Catarina – Brasil. Tese de doutorado. São Paulo: PUC/SP, 2004.

DEL POPOLO, F. e RIBOTTA, B. Migración de jóvenes indígenas em América Latina. In: DEL POPOLO, F.; CUNHA, E. M. G. P.; RIBOTTA, B. e AZEVEDO, M. (Orgs). **Pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina: dinámicas poblacionales diversas y desafíos comunes**. Rio de Janeiro: ALAP, 2011.

DEL POPOLO, F e SCHKOLNIK, S. Pueblos indígenas y afrodescendientes en los censos de población y vivienda de América Latina: avances y desafíos en el derecho a la información. In: **Notas de Población**. Año XL, n. 97, p.205–248. Santiago de Chile: CELADE, 2013.

DEL POPOLO, F.; CUNHA, E. M. G. P.; RIBOTTA, B. e AZEVEDO, M. (Orgs). **Pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina: dinámicas poblacionales diversas y desafíos comunes**. Rio de Janeiro: ALAP, 2011.

DOMENACH, H. e PICOUET, M. **Las Migraciones**. Tradução: Eduardo Bologna. Córdoba: Dirección General de Publicaciones de la Universidad Nacional de Córdoba, 1996.

DONATO Hernani. **Selva trágica**: A gestão ervateira no sulestematogrossense. Aracatu: Autores Reunidos, 1959.

ECHEVERRI, Hernán Molina. **La Población indígena y las ciudades**. ONIC Organización Indígena de Colombia, 2012. Disponível em:

http://observatorioetnicocecoin.org.co/cecoin/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=45&Itemid=103. (Acessado em 11.09.2014).

EREMITES DE OLIVEIRA, J. e PEREIRA, L. M. **Ñande Ru Marangatu**: laudo pericial sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul. 1ª ed. v. 500. Dourados: Editora UFGD, 2009.

ESTANISLAU, B. Roberto. **A ETERNA VOLTA**: migração indígena e Pankararu no Brasil. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 2014.

FELIPIM, Adriana Perez. **O Sistema Agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho**: um estudo de caso na aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP. Dissertação de Mestrado em Ciências/ciências florestais. Piracicaba: ESALQ, 2001.

FERREIRA, Eva M. L. **A Participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952)**. Dissertação de Mestrado em História. Dourados/MS: UFGD, 2007.

FÍGOLI, L. H. G. Migração indígena a Manaus. In: **Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, p. 397-398, Vitória: Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ABEP, 1982.

FÍGOLI, L.H.G. e FAZITO, D. Redes sociales en una investigación de migración indígena. In: **Revista brasileira de Estudos Populacionais**. v. 26, n. 1, jan./jun. 2009. p. 77-95. Rio de Janeiro: ABEP, 2009.

POWERAKER, Joe. **A luta pela terra**: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GADELHA, R. M. A. F. **As Missões Jesuíticas do Itatim**: um modelo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai (séculos XVI e XVII). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GAGLIARDI, José Mauro. **O Indigenismo e a República**. São Paulo: Hucitec, 1989.

GARNELO, L.; MACEDO, G. & BRANDÃO, L. C. **Povos Indígenas e a construção das políticas de saúde no Brasil**. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2003.

GARLET, Ivori José. **Mobilidade Mbya**: história e significação. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.

GUIMARÃES, Sílvia Maria F. Panorama Guarani (Mbyá, Nhãdeva, Kayová, Chiriguano). In: **Revista Habitus**. v. 3, n. 1, p.107-124. Goiânia, 2005.

GONÇALVES, Marcelo de Abreu. **Ethos e Movimento**: Um estudo sobre mobilidade e organização social Mbyá Guarani no litoral sul do Brasil. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Curitiba: UFPR, 2011.

GRESSLER, Lori A. e SWENSSON, Lauro J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**. Dourados: Dag Gáfica e Editorial Limitada. 1988.

GRÜNBERG, Georg. **El mapa “Guarani Retã 2008”**: una reconstitución simbólica del territorio guaraní. Rosário/Argentina: Fórum de Rosário, 2012.

_____. El Guarani Retã en 2008. In: **Los Guaraní: Persecución y Resistencia**. Pueblos indígenas del centro de América del Sur. Friedl Paz Grünberg y Georg Grünberg (Eds). p. 97-106. Quito/Ecuador: Ed. Abya-Yala, 2014.

GRÜNBERG, Friedl Paz, GRÜNBERG, Georg (Eds). **Los Guaraní: persecución y resistencia**. Pueblos indígenas del centro de América del Sur. Quito/Ecuador: Ed. Abya-Yala, 2014.

GRÜNBERG, Friedl Paz. **Reflexões sobre a situação dos Guarani no Mato Grosso do Sul, Brasil**. Disponível em: <<http://www.guarani.roguata.com>>, 2002. (Acessado em 02/12/2013).

_____. Guarani: A relação com a Terra. In: **Povos Indígenas do Brasil**. São Paulo: Editora ISA/Instituto Sócio Ambiental, p. 792-794, 2006.

GODOI, Onerimo. **Okara**: um conceito de primeiro espaço mais importante da família kaioiwá na Aldeia Guaimbé Pery, Laguna Carapã, MS. Trabalho de Conclusão de Curso. Dourados: FAIND/UFGD, 2012.

HAMMEL, E. A. A Theory of Culture for Demography. In: **Population and Development Review** 16 (3), p. 455-485, 1990.

IBGE. **Censo Demográfico, 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IIDH. **Migraciones indígenas en las Américas**. San José/Costa Rica: Instituto Interamericano de Derechos Humanos (IIDH), 2007.

ISA. **Povos Indígenas do Brasil 1991-1995**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

_____. **Povos Indígenas do Brasil 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

_____. **Povos Indígenas do Brasil 2001-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.

_____. **Povos Indígenas do Brasil 2006-2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

INDI. **Censo y estudio de la Población Indígena del Paraguai, 1981**. Asunción: Instituto Paraguai del Indígena, 1982.

KREAGER, Philip. Population and Identity. In: KERTZER, D.I. E FRICKE, T. (eds.) **Anthropological Demography: Toward a New Synthesis**. Chicago: University of Chicago Press, p. 139-174, 1997.

LABRADOR, José Sánchez. **El Paraguai Católico**. Tomo I e II. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910.

LADEIRA, Maria Inês e AZANHA, Gilberto. **Os índios da Serra do Mar**: a presença dos Guarani em São Paulo. Lorena/ SP: Nova Stella Editorial, 1998.

LADEIRA, Maria Inês. **O caminhar sob a Luz**- O território Mbyá à beira do oceano. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

_____. **Espaço Geográfico Guarani-Mbya: Significado, Constituição e Uso.** São Paulo: EDUSP, 2008.

LADEIRA, M.I.M.; DARELLA, M.D.P. e FERRAREZE, João Alberto. **Relatório sobre as áreas e comunidades guarani afetadas pelas obras de duplicação da BR101 no Estado de Santa Catarina**, trecho Garuva - Palhoça. Florianópolis: CTI/UFSC/FUNAI, 1996.

LAINO, Domingo. **Paraguai: de La independência a La dependência**, Asunción: Cerro Corá, 1976.

LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente oeste de colonização.** Cuiabá: UFMT, 1982.

LEHNER, Beate. **El Territorio de Che'iro y los Mennonitas.** Asunción: SPSAJ, 1989.

_____. **Territorialidad Guarani, MS.** Asunción. Disponível em: <http://www.guarani.roguata.com>, 2002.

LEVITT, Peggy e JAWORSKY, Nadia B. Transnationalism Migration Studies_Past developments and Future trends. In: **The Annual Review of Sociology**, 33, April 18, p.129–156, 2007.

LIMA, Antonio Carlos Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1995.

LINHARES, Temístocles. **História econômica da mate.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1969 (Coleção Documentos Brasileiros).

LITAIFF, Aldo. **As divinas palavras: identidade étnica dos Guarani-Mbyá.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

LIVI-BACCI, Massimo and MAEDER, Ernesto J.. **The Missions of Paraguay: The Demography of an Experiment** Journal of Interdisciplinary History, xxxv:2 (Autumn, 2004), 185–224.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **Projeto é como o branco trabalha; as lideranças que servirem para aprender e nos ensinar** – experiências dos povos indígenas do Alto Rio Negro. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 2006.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações.** São Paulo: Contexto, 1992.

MARTIN, Coy. Desenvolvimento regional na periferia Amazônica. Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma Região de “Fronteiras”: O caso de Rondônia. In: Catherine Aubertin (org). **Fronteiras.** Brasília: UnB, 1988.

MELIÀ, Bartomeu, GRÜNBERG, Georg e GRÜNBERG, Friedl. **Los Pãi-Tavyterã-Etnografia Guarani del Paraguai contemporâneo.** Asunción: Centro de Estudios Antropologicos, Universidad Catolica “N.S. de la Asunción”, 1976.

MELIÀ, Bartomeu, GRÜNBERG, G. e GRÜNBERG, F. **Los Paĩ Tavyterã; etnografía guaraní del Paraguay contemporáneo**. 2ª ed. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica “N.S. de la Asunción”, 2008.

MELIÀ, Bartomeu. A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia. In: **Revista de Antropologia**. vol. 33. p.31-46. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

_____. **Rostro índio de Dios** – los ameríndios cristianos. Quito: Abya Yala, 1991.

_____. *Y marane'ỹ* - Em busca da água sem males. In: **Encontros Teológicos**. nº 31, Ano 16, nº2, p.111-115., 2001.

_____. El pueblo guaraní: unidad y fragmentos. In: **Tellus**, ano 4, n. 6, abr. p. 151-162. Campo Grande: UCDB, 2004.

_____. **Pueblos Indígenas en el Paraguai**, Demografía histórica y análisis de los resultados del Censo Nacional de Población y Viviendas, 1992. Asunción: DGEEC, 1997.

_____. Desafios e tendências na alfabetização em língua indígena. In: Emiri, L. & R. Monserrat (Orgs). **A Conquista da Escrita** – encontros de educação indígena OPAN. São Paulo: Iluminuras/OPAN, p. 9-16, 1989.

MELLO, Flávia Cristina. **Aata tapé rupy, seguindo pela estrada**: uma investigação dos deslocamentos territoriais de famílias mbyá-guarani no sul do Brasil. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2001.

MELLO, Flávia. Mbyá e Chiripá: Identidades étnicas etnônimos e autodenominações entre os Guarani do Sul do Brasil. In: **Revista Tellus**. Ano 7, n.12. Campo Grande: UCDB, abr. 2007.

_____. **Aetchá Nhanderukuery Karai Retarã**. Entre Deuses e Animais: Xamanismo, Parentesco e transformação entre os Chiripá e Mbyá. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2006.

MONTEIRO, John M. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. Os Guarani e a história do Brasil meridional séculos XVI-XVII. In: Manuela Carneiro (org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MÜLLER, Pe. Franz (sdv). Etnografía de los Guarani del Alto Parana. Trad. de "Beiträge zur Ethnographie der Guarani Indianer im Östlichen aldgebiet von Paraguai". Buenos Aires: CAEA. In: **ANTHROPOS**. XXIX e XXX. St. Gabriel: Modling [1934 e 1935], 1989.

Museu Etnográfico Andrés Barbero. **Reseña Etnológica y Etnografías Del Paraguai actual**. Asunción: Editora Museu Etnográfico Andrés Barbero, 2005.

NACIONES UNIDAS. **Métodos de Medición de la Migración Interna**. Manual VI. Nueva York: ONU, 1972.

NACIONES UNIDAS. Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas. In: **PORANTIM** nº 299, outubro de 2007. Disponível em

http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1191526307_Encarte299.pdf Acessado em 05 de junho de 2011.

NICKSON, Andrew. **Colonizacion Brasileña en La Region Fronteriza Oriental del Paraguay**. Conferência sobre Desarrollo del Amazonas en siete Países. Universidad de Cambridge/Centre of Latin American Studies. 23 a 26 de set. 1976.

NIMUENDAJÚ, Curt Unkel. **Mapa Etno-Histórico**. Brasília: IBGE, 1981.

_____. Apontamentos sobre os Guarani. (Tradução e notas de Egon Schaden). In: **Revista do Museu Paulista**, N.S. VIII: 9-57. São Paulo: Museu Paulista, 1954.

_____. **As Lendas de Criação e Destruição do Mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo: Hucitec/ Universidade de São Paulo, [1917]1987.

_____. **Textos indigenistas**: relatórios monografias, cartas. São Paulo: Loyola, 1982.

NORDENSKIOLD, Baron Erland. The Guarani Invasion of the Inca Empire in the Sixteenth Century: An Historical Indian Migration. In: **Geographical Review**. Vol. 4, Nº 2. p. 104, Aug. 1917.

PAGLIARO, H. **A Revolução Demográfica dos Povos Indígenas**: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso (1970-1999). Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP, 2002.

PAGLIARO, H; AZEVEDO, M. M. e SANTOS, R. V. Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005.

_____. Perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se autodeclararam “indígenas” nos censos demográficos de 1991 e 2000. In: PAGLIARO, H; AZEVEDO, M.M.A. e SANTOS, R.V. (Orgs). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz e Campinas: ABEP, 2005.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas. In: **Estudos avançados**. v. 20, n. 57, p. 7, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10143/11727>>. Acesso em: 28 Jun. 2013.

PEREIRA, Nilza de O. M. **Os indígenas nas informações censitárias**: Potencialidades e limitações com base em um estudo de caso sobre os Xavante, Mato Grosso. Tese de Doutorado em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/ Fundação Oswaldo Cruz/ Ministério da Saúde, 2011.

PEREIRA, Levi Marques. Mobilidade e Processos de Territorialização entre os kaiowá Atuais. In: **Revista História em Reflexão** (Revista eletrônica). Vol. 1 n. 1 Dourados: UFGD, Jan/Jun 2007. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/490/360>
(Acessado em 28/01/2013).

PEREIRA, Levi Marques. **Parentesco e organização social Kaiowá**. Dissertação de Mestrado. Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

_____. **Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno.** Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2004.

_____. O Movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS. In: **Tellus/** Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI), ano 3, n. 4, p.137-145, Campo Grande: UCDB, 2003.

_____. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guarani-Kaiowá Arroio-Korá.** Município de Paranhos, Mato Grosso do Sul. Documentação FUNAI. Brasília: FUNAI, 2001 (mimeo).

PEREIRA, Claudeni Fabiana Alves. **Tekoha Guarani no estado de SP: história e dinâmica populacional.** TCC Ciências Sociais. Campinas: NEPO/Unicamp, 2009.

PIMENTEL, Spensy K. **Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani.** Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2012.

PISSOLATO, Elizabeth de Paula. **A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo Mbya (Guarani).** São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

PRADELLA, Luis Gustavo S. **Entre os seus e os outros - horizonte, mobilidade e cosmopolítica guarani.** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

REHNFELDT Marilin; KRETSCHMER, Regina. **Condiciones de vida en Paraguay.** Tierra e Migracion Indígena. Fernando de La Mora/Paraguai: DGEEC, 2005.

RIGOTTI, J. I. R. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários:** aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Tese de Doutorado em Demografia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

RODRIGUES DE SENA, R. e TEIXEIRA, P. **Movimentos Migratórios da População Sateré-Mawé – Povo Indígena da Amazônia Brasileira.** XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu/MG: ABEP, 18 a 22 de set. de 2006.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade.** São Paulo: Edusp, 1998.

SCHADEN, Egon. **Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani.** São Paulo: Edusp, 1974.

SCHKOLNIK, S. e DEL POPOLO, F. Los Censos y Los Pueblos Indígenas en América Latina: Una Metodología Regional. In: **Revista Notas de Población.** n. 79. Santiago de Chile: CEPAL/CELADE, 2005. Disponível em:

<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/5/23525/notas79-cap4.pdf> (Acessado em 23/10/2013).

SERAGUZA, Lauriene. **Cosmos, Corpos e Mulheres Kaiowa e Guarani: De Aña à Kuña.** Dissertação de mestrado em antropologia. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2013.

SERVIN, Jorge. Pueblos Indígenas y Racismo, en un Estado Multiétnico: el caso Paraguayo. In: Revista **Población y Desarrollo**. Año XII, Edición N° 21. San Lorenzo, Dez. 2001.

_____. **La importancia de la participación indígena en los censos:** lecciones aprendidas con el II Censo nacional Indígena 2002 de Paraguai. IX ENCUESTRO INTERNACIONAL DE ESTADISTICAS DE GENERO: RONDA CENSAL 2010 - MESA POBLACION INDIGENA. Aguascalientes/México, 2008.

Disponível em:

http://www.inegi.gob.mx/inegi/contenidos/espanol/eventos/IXeieg/doctos/30desep/sesion%204%20b/j_servin.pdf (Acessado em 06/05/2013).

SIMMONS, Alan. B. **Explaining Migration:** Theory at the crossroads. Louvain: Université Catholic, 1987.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso:** da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SILVA, Evaldo Mendes da. **Folhas ao vento:** a micromobilidade de grupos Mbya e Nhandéva (Guarani) na Tríplice Fronteira. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2007.

SMANIOTTO, C.; RAMIRES, L e SKOWRONSKI, L (Orgs). Atlas socioambiental terra indígena Te'yikue. Campo Grande: UCDB, 2009.

SOUCHAUD, Sylvain e CARMO, Roberto Luiz. **Migração e Mobilidade no Merco-sul:** a fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai. XV Encontro Nacional de Políticas Populacionais da ABEP. Caxambu: ABEP, 2006.

SOUSA, Neimar Machado de. **A Redução de Nossa Senhora da Fé no Itatim:** entre a cruz e a espada. Campo Grande: UCDB, 2003.

SOUZA PRADELLA. L. G, Jeguatá: o caminhar entre os Guaraní. In: **Espaço Ameríndio**. v. 3, n. 2. Porto Alegre: UFRGS, p. 99-120, jul./dez. 2009.

SOUZA L.G. **Demografia e saúde dos índios Xavante do Brasil Central**. 2008. Tese de Doutorado em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, 2008.

_____. **Perfil demográfico dos Xavante de Sangradouro-Volta Grande, 1993-1997**. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, 1999.

STP-DGEEC. **Memoria del II Censo Nacional de Población y Viviendas**. Asunción: STP-DGEEC, 2002.

STP-DGEEC. **Censo Nacional de Población y Viviendas**. Asunción: STP-DGEEC, 2002.

STP-DGEEC. **Censo Nacional de Población y Viviendas**. Asunción: STP-DGEEC, 1992.

STP-DGEEC. **Pueblos Indigenas en el Paraguai**. II Censo Nacional de Población y Viviendas. Asunción: STP-DGEEC, 2003.

STP-DGEEC. Pueblos indígenas en el Paraguay. Resultados preliminares. In: **III Censo Nacional de Población y Viviendas Para Pueblos Indígenas**. Asunción: STP-DGEEC, 2012. Disponível em: <http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones> Acessado em 04 de novembro de 2014.

SUESCÚN, J. e JIMÉNEZ, C. Desplazamiento forzado de los grupos étnicos en Colombia In: DEL POPOLO, F., CUNHA, E. M. G. P., RIBOTTA, B. e AZEVEDO, M. (Orgs). **Pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina: dinámicas poblacionales diversas y desafíos comunes**. Rio de Janeiro: ALAP, 2011.

SUSNIK, Branislava. El indio colonial del Paraguay. In: **El Guaraní colonial**. II: Los trece Pueblos guaraníes de las Misiones (1767-1803). Asunción: Museo Etnográfico "Andrés Barbero", 1965-1966.

SUSNIK, Branislava y CHASE-SARDI, Miguel, 1996. **Los indios del Paraguay**. Asunción: MAPFRE, 1996.

TARRIUS, A. Leer, describir, interpretar las circulaciones migratorias: conveniencia de la noción de 'territorio circulatorio'. Los nuevos hábitos de la identidad. In: **Relaciones: estudios de historia y sociedad**. 21: 37-66, 2000. Disponível em http://www.colmich.edu.mx/relaciones25/files/revistas/083/pdf/Alain_Tarrius.pdf Acessado em 12/11/2014.

_____. Territoires Circulatoires et Espaces Urbains: Différenciation des groupes migrants. In: **Annales de la Recherche Urbaine** (59-60): 51-60, 1993.

TEIXEIRA, P. **Sateré-Mawé: Retrato de um Povo Indígena**. Brasília: Unicef, 2005.

_____. **Migração, urbanização e características da população indígena do Brasil através da análise dos dados censitários de 1991 e 2000**. III Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población. Córdoba/Arg: ALAP, 2008.

TEIXEIRA, P.; MAINBOURG, E. M. T. e BRASIL, M. Migração do povo indígena Sateré-Mawé em dois contextos urbanos distintos na Amazônia. In: **Caderno CRH**. v. 22, n. 57. Salvador, p. 531-546, Set./Dez. 2009.

TEIXEIRA, P. e BRASIL, M. **Migração dos povos indígenas e os censos demográficos de 1991 e 2000: o caso das capitais estaduais**. XV Encontro nacional de Estudos Populacionais. Caxambu/MG: ABEP, 18 a 22 de setembro de 2006.

UN-HABITAT. **Urban indigenous peoples and migration: a Review of Policies, Programmes and Practices**. Nairobi: UN-HABITAT, 2010.

_____. **Securing land rights for indigenous peoples in cities**. Nairobi: UN-HABITAT, 2011.

VAINER, C. e MELLO, C. C. do Amaral. Grandes Projetos, deslocamentos compulsórios e meio ambiente: o caso de Belo Monte. In: MARTINE, G. ; OJIMA, R. ; BARBIERI, A. F. e CARMO, R.L. In: **População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira**. 1ª ed. v. 1. p. 253-266. Belo Horizonte: Librum, 2012.

VÁSQUEZ, Mirna. Historia de la legislación indigenista Paraguaya. In: **Suplemento antropológico**. v. XVI, n. 2. Asunción: Universidad Católica, 1981.

VOLPATO, Luiza. **Entradas e bandeiras**. São Paulo: Global, 1985.

VEIGA, Juracilda. Cosmologia Guarani: Os Apapokuva do Laranjinha, PR. In: Ana Suely A.C. Cabral e Aryon D. Rodrigues(Orgs). **Línguas e Culturas Tupi**. Vol. I. Campinas, SP: Curt Nimuendajú; Brasília: LALI/UNB, 2007.

VEIGA, J. ; AZEVEDO, M. e COLMAN, Rosa Sebastiana. Reocupando territórios, a expansão do Guarani no Estado de São Paulo. In: Marta Maria do Amaral Azevedo e Rosana Baeninger (Orgs). **Povos Indígenas: Mobilidade espacial**. 1ª ed. v. 8. p. 41-52. Campinas: Nepo/Unicamp, 2013.

VEIGA, J. ; COLMAN, Rosa Sebastiana; AZEVEDO, M. e PEREIRA, C. F. Mobilidade espacial guarani: discussão conceitual e propostas metodológicas de pesquisa. In: Rosana Baeninger e Claudio Dedecca (Orgs). **Processos migratórios no estado de São Paulo: estudos temáticos**. 1ª ed. v. 10, p. 443-468. Campinas: NEPO/Unicamp, 2013.

VIETTA, Kátia. **História sobre terras e xamãs kaiowá**: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowá de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não-indígena”. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. São Paulo: USP, 2007.

ZANARDINI, José y BIEDERMAN, Jorge. **Los indígenas del Paraguay**. Asunción: CEADUC, 2001.

Anexos

Tabela 01. População indígena guarani, por tipo de etnia e situação do domicílio, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2010

Unidades da Federação	Tipo de etnia e situação do domicílio														
	Total			Guarani Kaiowá			Guarani Mbya			Guarani Nhandeva			Guarani sem especificação		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Feminino
Brasil	67523	17520	50003	43401	7049	36352	8026	2664	5362	8596	1797	6799	7500	6010	1490
Rondônia	73	55	18	33	23	10	5	4	1	6	3	3	29	25	4
Acre	4	1	3	0	0	0	1	0	1	1	1	0	2	0	2
Amazonas	33	18	15	7	6	1	3	1	2	0	0	0	23	11	12
Roraima	9	6	3	2	2	0	0	0	0	0	0	0	7	4	3
Pará	293	123	170	41	36	5	128	4	124	11	5	6	113	78	35
Amapá	20	20	0	3	3	0	1	1	0	1	1	0	15	15	0
Tocantins	87	24	63	62	17	45	6	1	5	2	2	0	17	4	13
Maranhão	153	92	61	40	30	10	16	13	3	17	13	4	80	36	44
Piauí	54	45	9	18	16	2	1	1	0	1	1	0	34	27	7
Ceará	199	166	33	34	17	17	4	4	0	5	5	0	156	140	16
Rio Grande do Norte	84	66	18	9	6	3	0	0	0	0	0	0	75	60	15
Paraíba	100	93	7	22	21	1	4	4	0	0	0	0	74	68	6
Pernambuco	207	203	4	51	51	0	7	7	0	6	2	4	143	143	0
Alagoas	113	111	2	74	73	1	0	0	0	2	2	0	37	36	1
Sergipe	51	47	4	9	8	1	7	6	1	0	0	0	35	33	2
Bahia	637	547	90	195	164	31	34	31	3	32	23	9	376	329	47
Minas Gerais	690	664	26	207	204	3	24	22	2	42	34	8	417	404	13
Espírito Santo	676	578	98	147	122	25	298	265	33	19	17	2	212	174	38
Rio de Janeiro	1591	1113	478	427	413	14	163	37	126	341	58	283	660	605	55
São Paulo	6298	4173	2125	1249	1162	87	2796	1354	1442	500	373	127	1753	1284	469
Paraná	5775	2536	3239	1294	1006	288	1226	108	1118	2522	956	1566	733	466	267
Santa Catarina	2086	1119	967	483	419	64	993	295	698	125	45	80	485	360	125
Rio Grande do Sul	4734	2688	2046	984	784	200	2006	448	1558	132	91	41	1612	1365	247
Mato Grosso do Sul	42701	2419	40282	37650	2129	35521	77	29	48	4769	105	4664	205	156	49
Mato Grosso	391	161	230	94	75	19	205	8	197	41	39	2	51	39	12
Goiás	230	220	10	83	80	3	14	14	0	13	13	0	120	113	7
Distrito Federal	234	232	2	183	182	1	7	7	0	8	8	0	36	35	1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

2. População indígena guarani, por UF e sexo, segundo grupos de idade - 2010

Grupos de idade	Mato Grosso do Sul			São Paulo			Rio de Janeiro			Espírito Santo		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Total	42.701	21.359	21.342	6.298	3.158	3.140	1.591	738	853	676	357	319
0 a 4 anos	7.529	3.821	3.708	747	386	361	137	65	72	54	37	17
5 a 9 anos	7.421	3.755	3.666	715	362	353	126	74	52	58	30	28
10 a 14 anos	6.213	3.102	3.111	636	332	304	125	65	60	58	26	32
15 a 17 anos	2.962	1.463	1.499	338	178	160	77	45	32	41	18	23
18 ou 19 anos	1.698	818	880	217	103	114	50	23	27	18	10	8
20 a 24 anos	3.568	1.757	1.811	501	258	243	105	45	60	59	29	30
25 a 29 anos	2.974	1.453	1.521	474	248	226	103	51	52	45	23	22
30 a 34 anos	2.417	1.202	1.215	389	202	187	117	63	54	57	31	26
35 a 39 anos	1.903	985	918	388	197	191	94	42	52	47	25	22
40 a 44 anos	1.313	678	635	335	167	168	106	49	57	44	26	18
45 a 49 anos	982	524	458	337	175	162	100	49	51	49	25	24
50 a 54 anos	705	374	331	302	141	161	100	46	54	39	20	19
55 a 59 anos	603	283	320	262	113	149	83	30	53	26	12	14
60 a 69 anos	1.139	498	641	360	165	195	139	43	96	39	25	14
70 anos ou mais	1.274	646	628	297	131	166	129	48	81	42	20	22

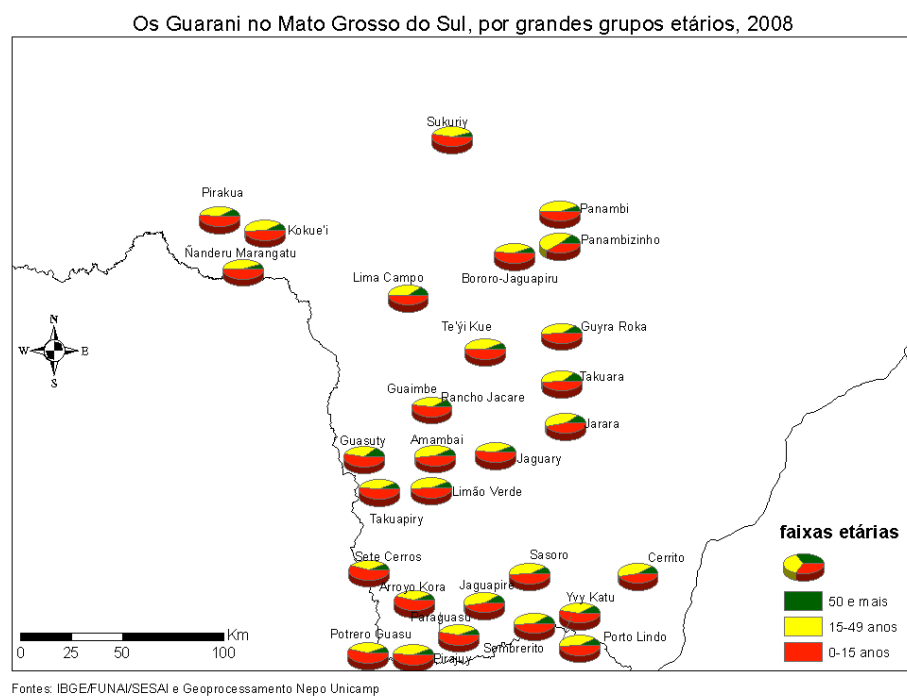
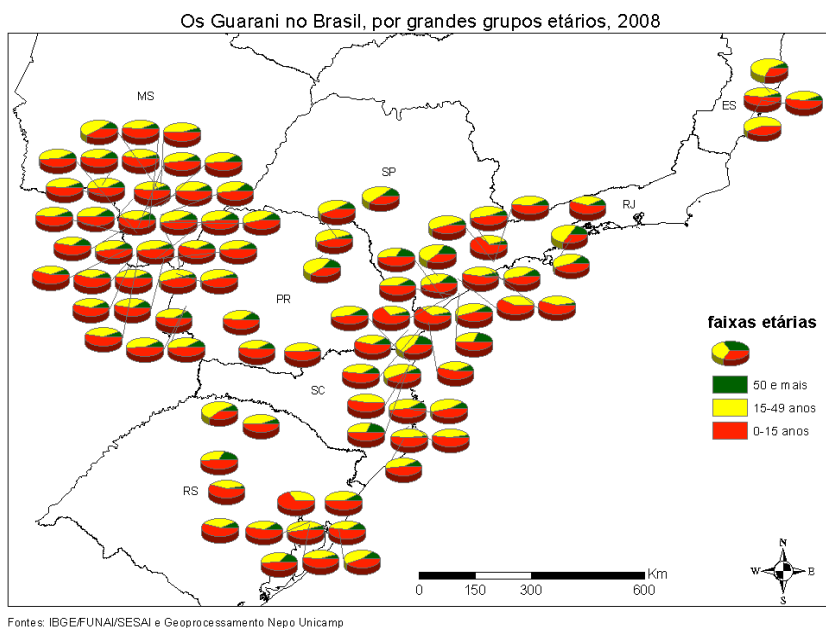
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

2. População indígena guarani, por UF e sexo, segundo grupos de idade - 2010 (continuação)

Grupos de idade	Paraná			Santa Catarina			Rio Grande do Sul		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Total	5.775	3.021	2.754	2.086	1.087	999	4.734	2.446	2.288
0 a 4 anos	652	348	304	216	110	106	438	226	212
5 a 9 anos	639	319	320	234	132	102	502	248	254
10 a 14 anos	636	329	307	261	127	134	452	240	212
15 a 17 anos	343	191	152	154	89	65	232	122	110
18 ou 19 anos	205	104	101	69	36	33	154	78	76
20 a 24 anos	470	258	212	183	102	81	387	185	202
25 a 29 anos	442	228	214	156	72	84	324	174	150
30 a 34 anos	388	208	180	124	67	57	312	177	135
35 a 39 anos	337	194	143	110	58	52	302	168	134
40 a 44 anos	316	163	153	123	66	57	287	142	145
45 a 49 anos	267	150	117	117	57	60	292	150	142
50 a 54 anos	274	142	132	98	50	48	255	129	126
55 a 59 anos	231	118	113	74	40	34	263	145	118
60 a 69 anos	319	157	162	95	48	47	307	161	146
70 anos ou mais	256	112	144	72	33	39	227	101	126

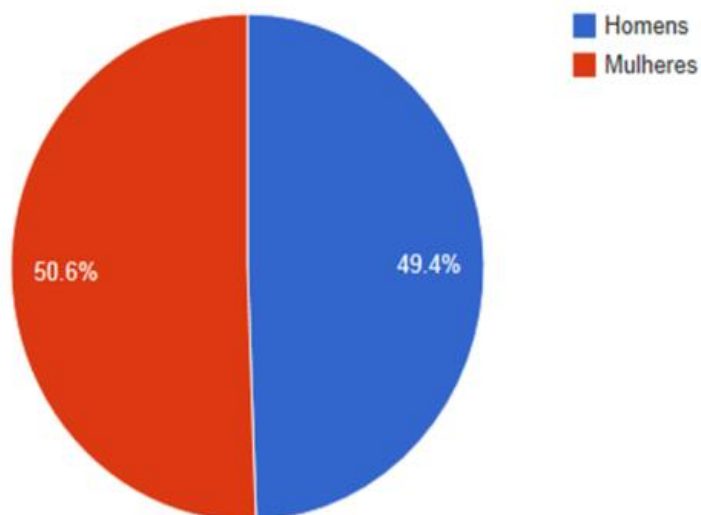
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

ANEXO 3: Distribuição etária por grandes grupos etários no Brasil e em Mato Grosso do Sul, 2008.



Anexo 4 - Informações sobre Caarapó (Te'ýikue) no Censo Demográfico, 2010.

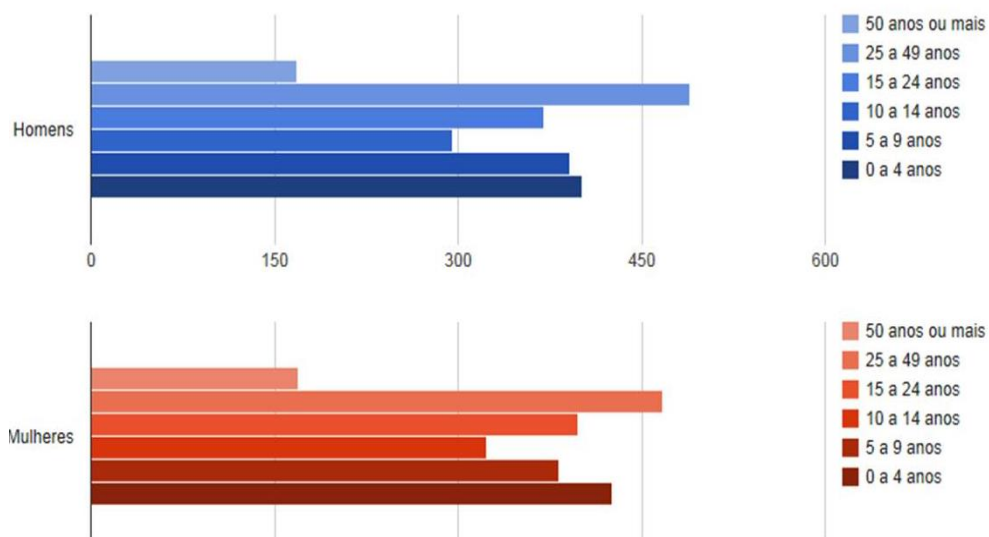
Figura 9. Pessoas indígenas proporção de distribuição por sexo



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

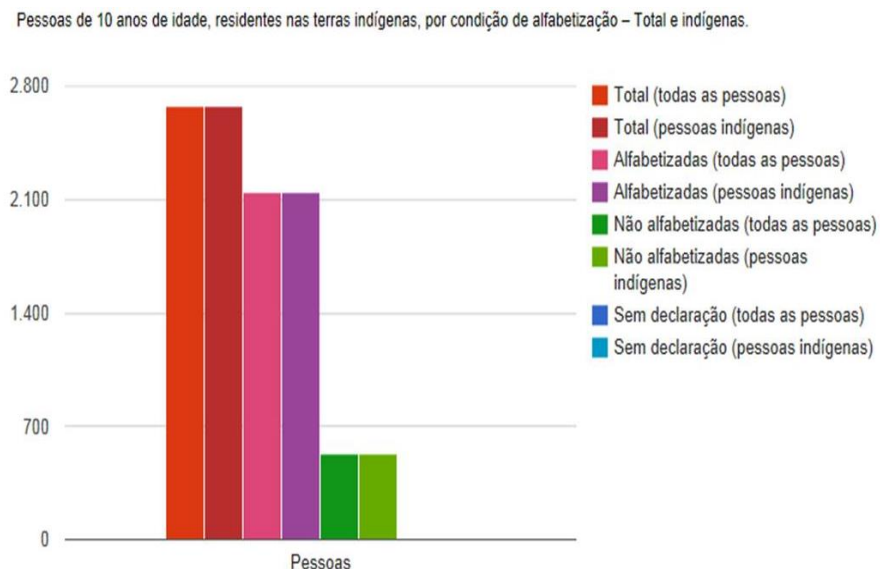
Figura 10. Pessoas residentes em terras indígenas, por grupos de idade

Pessoas residentes em terras indígenas, por e grupos de idade.



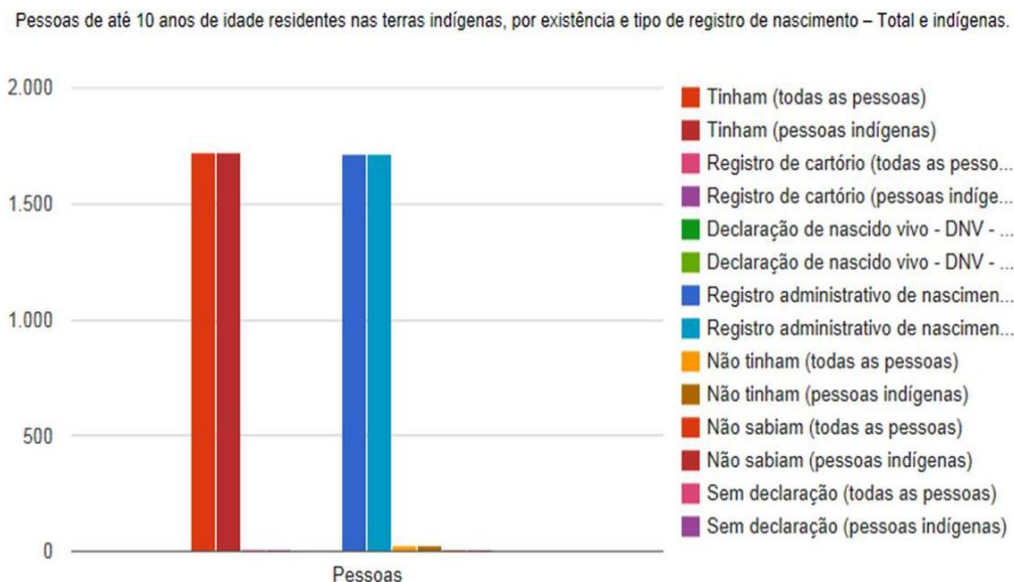
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Figura 11. Pessoas de 10 anos de idade, residentes em terras indígenas, por condição de alfabetização



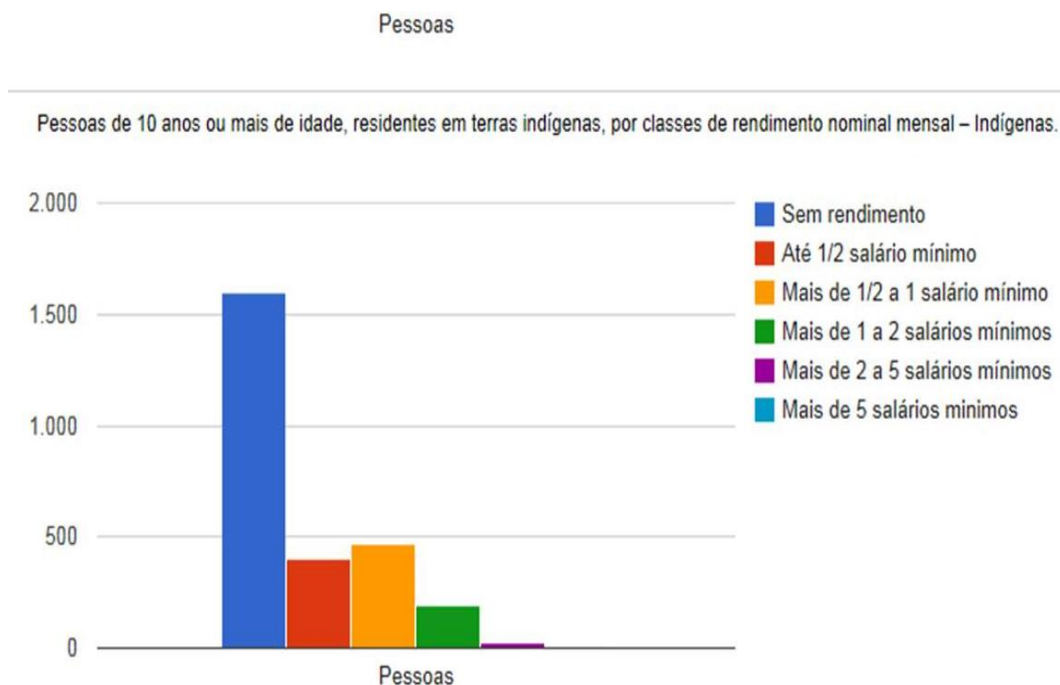
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Figura 12. Pessoas de 10 anos de idade, residentes em terras indígenas, por existência e tipo de registro de nascimento



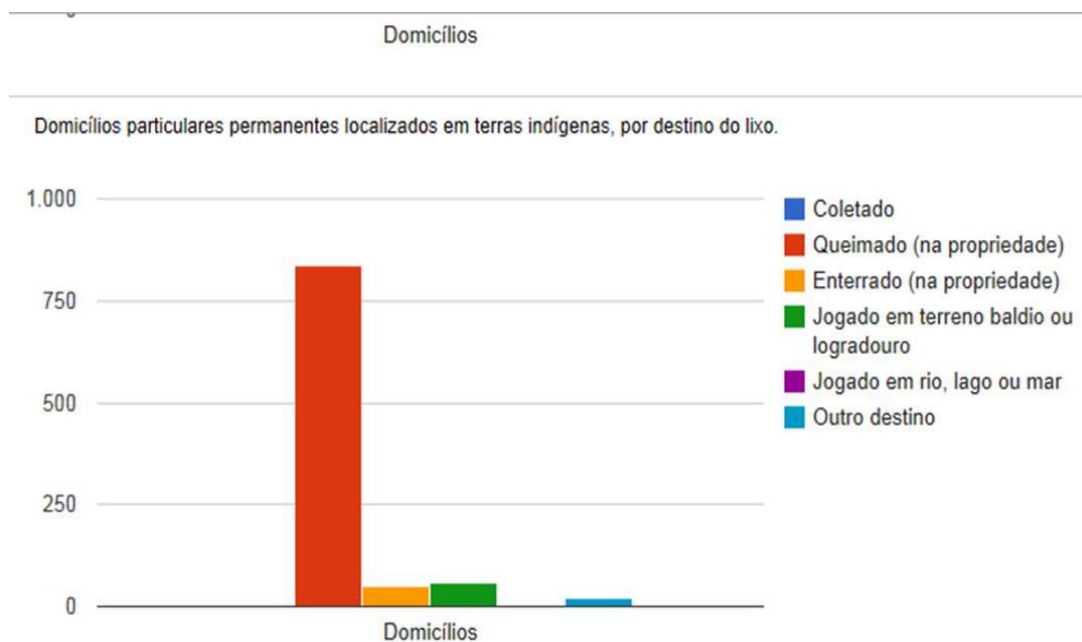
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Figura 13. Pessoas de 10 anos de idade, residentes em terras indígenas, por classes de rendimento nominal mensal



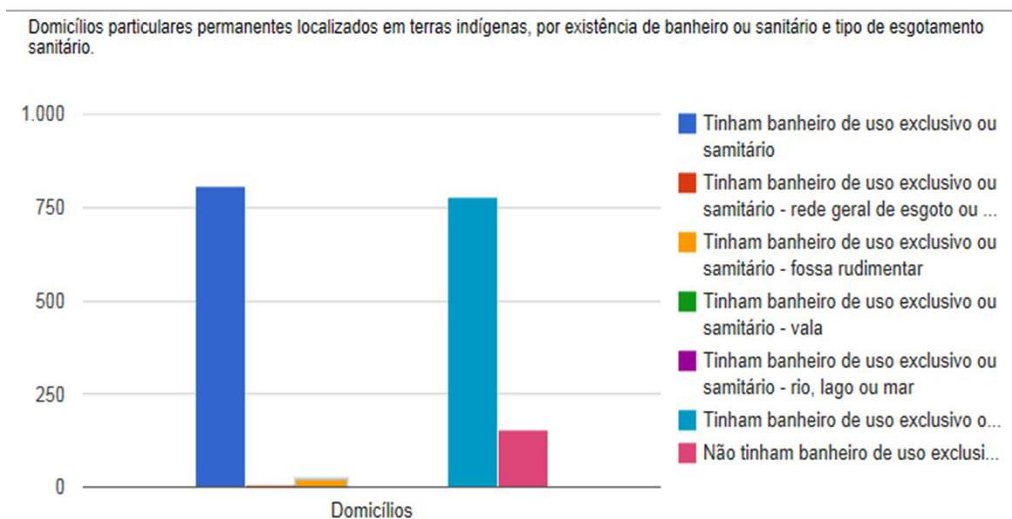
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Figura 14. Domicílios particulares permanentes localizados em terras indígenas, por destino do lixo



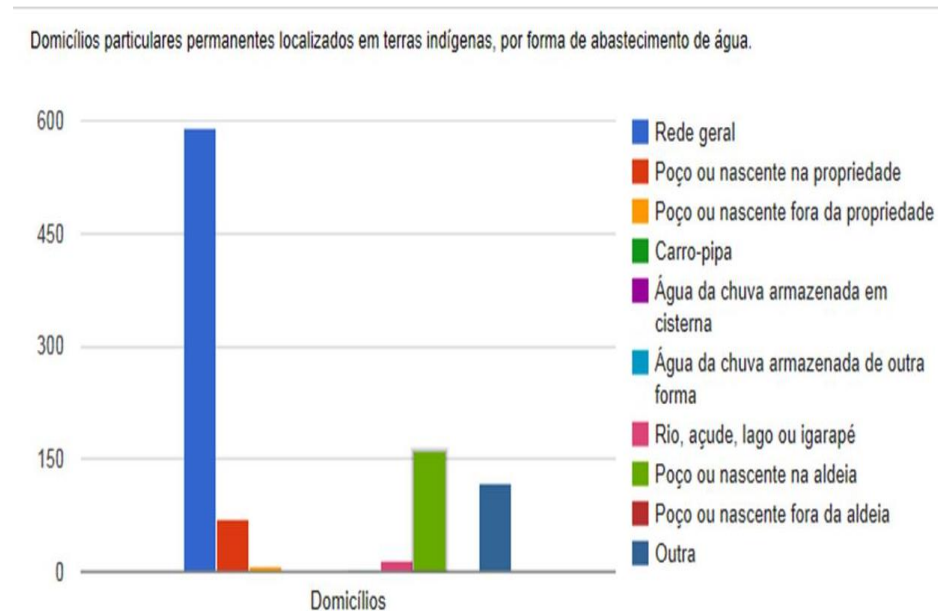
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Figura 15. Domicílios particulares permanentes localizados em terras indígenas, por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Figura 16. Domicílios particulares permanentes localizados em terras indígenas, por forma de abastecimento de água



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Anexo 5 - Questionário para entrevista projeto *Ojeguata Porã*

**PROJETO OGUATÀ PORÃ SOBRE MOBILIDADE ESPACIAL GUARANI E KAIOWÁ
NA ALDEIA TE'YÍKUE DE CAARAPÓ/MS**

NÚMERO DA CASA

1. DOMICÍLIO (A referência é se as pessoas fazem as refeições juntas ou no mesmo lugar)

Tipo de construção: ☐ 1unidade ☐ 2unidades ☐ 3unidades ☐ 4unidades ☐
outros _____

2. MORADORES DA CASA: (Anotar todos os moradores da casa):

	Nome	Idade	Grau de parentesco (em relação ao entrevistado)
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			

3. TRAJETÓRIAS

3.1 Nome do entrevistado (a): _____ Idade _____

☐ homem ☐ mulher ☐ Kaiowá ☐ Guarani ☐ casado ☐ solteiro ☐ viúvo/separado

Ano de nascimento (pode preencher depois): _____

Local de Nascimento (aldeia/cidade/País) _____

Região da Aldeia Te'yíkué em que mora atualmente:

☐ Ñandejara ☐ Missão ☐ Mbokaja ☐ Savera ☐ Yvu ☐ Jakaira/Toca do Jacaré ☐ Mbopiy
☐ Perobal ☐ Sanga Pytã ☐ Kuchuiygua

Há quanto tempo mora na aldeia Te'yíkué?(só perguntar para quem não nasceu em Te'yíkué) _____

Trajetórias do(a) entrevistado(a):

Desde o seu nascimento por onde andou? Ou onde esteve por mais de um mês?

Nome dos lugares (aldeia/cidade/País)	Por que foi para esse lugar?	Com quem você foi?	Quando foi? (em anos ou idade)	Por quanto tempo? (em anos ou meses)
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				

3.2 Nome da(o) esposa(o): _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani Ano de nascimento: _____

Local de Nascimento aldeia/cidade/País: _____

Trajetórias da esposa (o):

Desde o nascimento por onde sua esposa (o) andou? Ou onde esteve por mais de um mês? (preencher as respostas no quadro a seguir)

Nome dos lugares (aldeia/cidade/País)	Por que foi para esse lugar?	Com quem foi?	Quando foi? (em anos ou idade)	Por quanto tempo (em anos ou meses)
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				

3.3. Nome do pai do(a) entrevistado (a) _____

Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani Ano de nascimento: _____

Local de Nascimento (aldeia/cidade/País): _____

Já faleceu? ☐ Sim ☐ Não Quando faleceu? _____

Onde faleceu (aldeia/cidade/País)? _____

Trajetórias do pai do entrevistado (a):

Desde o nascimento por onde seu pai andou? Ou onde esteve por mais de um mês? (preencher as respostas no quadro a seguir)

Nome dos lugares (aldeia/cidade/País)	Por que foi para esse lugar?	Com quem foi?	Quando foi? (em anos ou idade)	Por quanto tempo (em anos ou meses)
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				

3.4. Nome da mãe do (a) entrevistado (a): _____

Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani Ano de nascimento: _____

Local de Nascimento (aldeia/cidade/País): _____

Já faleceu? ☐ Sim ☐ Não Quando faleceu? _____

Onde faleceu (aldeia/cidade/País)? _____

Trajetórias da mãe do entrevistado (a): Desde o nascimento por onde sua mãe andou? Ou onde esteve por mais de um mês? (preencher as respostas no quadro a seguir)

Nome dos lugares (aldeia/cidade/País)	Por que foi para esse lugar?	Com quem foi?	Quando foi? (em anos ou idade)	Por quanto tempo (em anos ou meses)
1				
2				
3				
4				
5				
6				

7				
8				

3.5. Nome da mãe da(o) esposa(o) [sogra do entrevistado (a)]: _____

Idade _____ ☐ Kaiowa ☐ Guarani Ano de nascimento _____

Local de nascimento (aldeia/cidade/País): _____

Já faleceu? ☐ Sim ☐ Não Quando faleceu? _____

Onde faleceu(aldeia/cidade/País)? _____

Trajetórias da mãe do esposa (o): Desde o nascimento por onde a mãe da(o) esposa(o) andou? Ou onde esteve por mais de um mês? (preencher as respostas no quadro a seguir)

Nome dos lugares (aldeia/cidade/País)	Por que foi para esse lugar?	Com quem foi?	Quando foi? (em anos ou idade)	Por quanto tempo (em anos ou meses)
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				

3.6. Nome do pai da esposa (o) [sogra do entrevistado (a)]: _____

Idade _____ ☐ Kaiowa ☐ Guarani Ano de nascimento : _____

Local de nascimento (aldeia/cidade/País): _____

Já faleceu? ☐ Sim ☐ Não Quando faleceu? _____

Onde faleceu(aldeia/cidade/País)? _____

Trajetórias do pai da esposa (o):

Desde o nascimento por onde o pai da(o) esposa(o) andou? Ou onde esteve por mais de um mês? (preencher as respostas no quadro a seguir)

Nome dos lugares (aldeia/cidade/País)	Por que foi para esse lugar?	Com quem foi?	Quando foi? (em anos ou idade)	Por quanto tempo (em anos ou meses)
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				

3.7. História da família do entrevistado (a) - avós:

a)pai da mãe (avô materno): _____

local de nascimento(aldeia/cidade/País): _____

onde reside atualmente (aldeia/cidade/País)? _____

ano de nascimento: _____ Já faleceu? ☐ Sim ☐ Não

Quando faleceu? _____ Onde faleceu? (aldeia/cidade/País) _____

b)mãe da mãe (avó materno): _____

local de nascimento(aldeia/cidade/País): _____

onde reside atualmente(aldeia/cidade/País)? _____

ano de nascimento: _____ Já faleceu? ☐ Sim ☐ Não

Quando faleceu? _____ Onde faleceu? (aldeia/cidade/País) _____

c) pai do pai (avô paterno): _____

local de nascimento (aldeia/cidade/País): _____

onde reside atualmente? _____

ano de nascimento: _____ Já faleceu? ☐ Sim ☐ Não

Quando faleceu? _____ Onde faleceu? (aldeia/cidade/País) _____

d) mãe do pai (avó paterno): _____

local de nascimento (aldeia/cidade/País): _____

onde reside atualmente? (aldeia/cidade/País)? _____

ano de nascimento: _____ Já faleceu? ☐ Sim ☐ Não

Quando faleceu? _____ Onde faleceu? (aldeia/cidade/País) _____

4. Nos últimos 2 anos, alguém da sua família saiu da aldeia para fazer qualquer atividade que ganhe dinheiro (trabalho)?

1. Nome _____

Onde? ☐ fazendas ☐ usinas ☐ bóia fria ☐ outros _____

Quantas vezes? ☐ uma ☐ duas ☐ três ☐ quatro ☐ cinco ☐ cinco a dez ☐ mais de 10

Por quanto tempo em cada jornada? ☐ 1 dia (vai e volta todo dia) ☐ 1 semana ☐ 15 dias

☐ um mês ☐ 2 a 3 meses ☐ 4 meses ou mais

2. Nome _____

Onde? ☐ fazendas ☐ usinas ☐ bóia fria ☐ outros _____

Quantas vezes? ☐ uma ☐ duas ☐ três ☐ quatro ☐ cinco ☐ cinco a dez ☐ mais de 10

Por quanto tempo em cada jornada? ☐ 1 dia (vai e volta todo dia) ☐ 1 semana ☐ 15 dias ☐

☐ um mês ☐ 2 a 3 meses ☐ 4 meses ou mais

3. Nome _____

Onde? ☐ fazendas ☐ usinas ☐ bóia fria ☐ outros _____

Quantas vezes? ☐ uma ☐ duas ☐ três ☐ quatro ☐ cinco ☐ cinco a dez ☐ mais de 10

Por quanto tempo em cada jornada? ☐ 1 dia (vai e volta todo dia) ☐ 1 semana ☐ 15 dias ☐

☐ um mês ☐ 2 a 3 meses ☐ 4 meses ou mais

4. Nome _____

Onde? ☐ fazendas ☐ usinas ☐ bóia fria ☐ outros _____

Quantas vezes? ☐ uma ☐ duas ☐ três ☐ quatro ☐ cinco ☐ cinco a dez ☐ mais de 10

Por quanto tempo em cada jornada?

☐ 1 dia (vai e volta todo dia) ☐ 1 semana ☐ 15 dias ☐ um mês ☐ 2 a 3 meses

☐ 4 meses ou mais

5. Pessoas que estão na casa temporariamente, visitando nos dois últimos anos (colocar o nome de todas as pessoas)

1. Nome _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a)

☐ tio(a) ☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

Motivo da estadia _____

Por quanto tempo? ☐ 1 semana ☐ 15 dias ☐ 1 mês ☐ 2 a 6 meses ☐ 1 ano

2. Nome _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a)
☐ tio(a) ☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

Motivo da estadia _____

Por quanto tempo? ☐ 1 semana ☐ 15 dias ☐ 1 mês ☐ 2 a 6 meses ☐ 1 ano

3. Nome _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani
☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a)
☐ tio(a) ☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

Motivo da estadia _____

Por quanto tempo? ☐ 1 semana ☐ 15 dias ☐ 1 mês ☐ 2 a 6 meses ☐ 1 ano

4. Nome _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani
☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a)
☐ enteado(a) ☐ tio(a) ☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

Motivo da estadia _____

Por quanto tempo? ☐ 1 semana ☐ 15 dias ☐ 1 mês ☐ 2 a 6 meses ☐ 1 ano

5. Nome _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani
☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a)
☐ tio(a) ☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

Motivo da estadia _____

Por quanto tempo? ☐ 1 semana ☐ 15 dias ☐ 1 mês ☐ 2 a 6 meses ☐ 1 ano

6. REDE DE RELAÇÕES DE PARENTESCO:

6.1. Parentes morando em outra região da aldeia Te'yikue:

(Agrupar por casa/domicílio e por ordem de importância para o entrevistado)

1. Nome _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

Há quanto tempo? _____

Região em que mora atualmente:

☐ Nandejara ☐ Missão ☐ Mbokaja ☐ Saverá ☐ Yvu ☐ Jakaira/Toca do Jacaré ☐ Mbopiy
☐ Perobal ☐ Sanga Pytã ☐ Kuchuiygua

Grau de parentesco:

☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a)
☐ tio(a) ☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

2. Nome _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

Há quanto tempo? _____

Região em que mora atualmente:

☐ Nandejara ☐ Missão ☐ Mbokaja ☐ Saverá ☐ Yvu ☐ Jakaira/Toca do Jacaré ☐ Mbopiy
☐ Perobal ☐ Sanga Pytã ☐ Kuchuiygua

Grau de parentesco: ☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora
☐ cunhado(a) ☐ enteado(a) ☐ tio(a) ☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

3. Nome _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

Há quanto tempo? _____

Região em que mora atualmente:

☐Ñandejara ☐Missão ☐Mbokaja ☐Saverá ☐Yvu ☐Jakaira/Toca do Jacaré ☐Mbopiy
☐Perobal ☐Sanga Pytã ☐Kuchuiygua

Grau de parentesco:

☐filho(a) ☐pai/mãe ☐sogro(a) ☐irmão(a) ☐genro/nora ☐cunhado(a) ☐enteado(a)
☐tio(a) ☐sobrinho(a) ☐primo(a) ☐outro _____

4.Nome _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐Kaíowá ☐Guarani

Há quanto tempo? _____

Região em que mora atualmente:

☐Ñandejara ☐Missão ☐Mbokaja ☐Saverá ☐Yvu ☐Jakaira/Toca do Jacaré ☐Mbopiy
☐Perobal ☐Sanga Pytã ☐Kuchuiygua

Grau de parentesco: ☐filho(a) ☐pai/mãe ☐sogro(a) ☐irmão(a) ☐genro/nora
☐cunhado(a) ☐enteado(a) ☐tio(a) ☐sobrinho(a) ☐primo(a) ☐outro _____

5.Nome _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐Kaíowá ☐Guarani

Há quanto tempo? _____

Região em que mora atualmente:

☐Ñandejara ☐Missão ☐Mbokaja ☐Saverá ☐Yvu ☐Jakaira/Toca do Jacaré ☐Mbopiy
☐Perobal ☐Sanga Pytã ☐Kuchuiygua

Grau de parentesco:

☐filho(a) ☐pai/mãe ☐sogro(a) ☐irmão(a) ☐genro/nora ☐cunhado(a) ☐enteado(a)
☐tio(a) ☐sobrinho(a) ☐primo(a) ☐outro _____

6. Nome _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐Kaíowá ☐Guarani

Há quanto tempo? _____

Região em que mora atualmente:

☐Ñandejara ☐Missão ☐Mbokaja ☐Saverá ☐Yvu ☐Jakaira/Toca do Jacaré ☐Mbopiy
☐Perobal ☐Sanga Pytã ☐Kuchuiygua

Grau de parentesco: ☐filho(a) ☐pai/mãe ☐sogro(a) ☐irmão(a) ☐genro/nora
☐cunhado(a) ☐enteado(a) ☐tio(a) ☐sobrinho(a) ☐primo(a) ☐outro _____

7.Nome _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐Kaíowá ☐Guarani

Há quanto tempo? _____

Região em que mora atualmente:

☐Ñandejara ☐Missão ☐Mbokaja ☐Saverá ☐Yvu ☐Jakaira/Toca do Jacaré ☐Mbopiy
☐Perobal ☐Sanga Pytã ☐Kuchuiygua

Grau de parentesco: ☐filho(a) ☐pai/mãe ☐sogro(a) ☐irmão(a) ☐genro/nora
☐cunhado(a) ☐enteado(a) ☐tio(a) ☐sobrinho(a) ☐primo(a) ☐outro _____

8. Nome _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐Kaíowá ☐Guarani

Há quanto tempo? _____

Região em que mora atualmente:

☐Ñandejara ☐Missão ☐Mbokaja ☐Saverá ☐Yvu ☐Jakaira/Toca do Jacaré ☐Mbopiy
☐Perobal ☐Sanga Pytã ☐Kuchuiygua

Grau de parentesco: ☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora
☐ cunhado(a) ☐ enteado(a) ☐ tio(a) ☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro
☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

Há quanto tempo? _____

Região em que mora atualmente:

☐ Nandejara ☐ Missão ☐ Mbokaja ☐ Saverá ☐ Yvu ☐ Jakaira/Toca do Jacaré ☐ Mbopiy
☐ Perobal ☐ Sanga Pytã ☐ Kuchuiygua

Grau de parentesco: ☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora
☐ cunhado(a) ☐ enteado(a) ☐ tio(a) ☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

10. Nome _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

Há quanto tempo? _____

Região em que mora atualmente:

☐ Nandejara ☐ Missão ☐ Mbokaja ☐ Saverá ☐ Yvu ☐ Jakaira/Toca do Jacaré ☐ Mbopiy
☐ Perobal ☐ Sanga Pytã ☐ Kuchuiygua

Grau de parentesco:

☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a)
☐ tio(a) ☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

6.2. Parentes morando em outras aldeias: (Agrupar por casa/domicílio)

1. Nome _____

Lugar (aldeia/cidade/País) _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

Há quanto tempo? _____

☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a) ☐ tio(a)
☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

2. Nome _____

Lugar (aldeia/cidade/País) _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

Há quanto tempo? _____

☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a) ☐ tio(a)
☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

3. Nome _____

Lugar (aldeia/cidade/País) _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

Há quanto tempo? _____

☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a) ☐ tio(a)
☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

4. Nome _____

Lugar (aldeia/cidade/País) _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

Há quanto tempo? _____

☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a) ☐ tio(a)
☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

5. Nome _____

Lugar (aldeia/cidade/País) _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

Há quanto tempo? _____

☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a) ☐ tio(a)

☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

6. Nome _____

Lugar (aldeia/cidade/País) _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

Há quanto tempo? _____

☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a) ☐ tio(a)

☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

7. Nome _____

Lugar (aldeia/cidade/País) _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

Há quanto tempo? _____

☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a) ☐ tio(a)

☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

8. Nome _____

Lugar (aldeia/cidade/País) _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

Há quanto tempo? _____

☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a) ☐ tio(a)

☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

9. Nome _____

Lugar (aldeia/cidade/País) _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

A quanto tempo? _____

☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a) ☐ tio(a)

☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

10. Nome _____

Lugar (aldeia/cidade/País) _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

A quanto tempo? _____

☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a) ☐ tio(a)

☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

6.3. Parentes morando na cidade de Caarapó ou em outras cidades:

(Agrupar por casa/domicílio)

1. Nome _____

Lugar (aldeia/cidade/País) _____ Escolaridade _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

Há quanto tempo? _____

☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a) ☐ tio(a)

☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

2. Nome _____

Lugar (aldeia/cidade/País) _____

Escolaridade _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

Há quanto tempo? _____

☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a) ☐ tio(a)

☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

3. Nome _____

Lugar (aldeia/cidade/País) _____

Escolaridade _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani

Há quanto tempo? _____

☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a) ☐ tio(a)

☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

4. Nome _____

Lugar (aldeia/cidade/País) _____

Escolaridade _____

☐ homem ☐ mulher Idade _____ ☐ Kaiowá ☐ Guarani Há quanto tempo? _____

☐ filho(a) ☐ pai/mãe ☐ sogro(a) ☐ irmão(a) ☐ genro/nora ☐ cunhado(a) ☐ enteado(a) ☐ tio(a)

☐ sobrinho(a) ☐ primo(a) ☐ outro _____

7.1 Fontes de renda (dinheiro) dos moradores da casa

(Incluir aqui toda fonte de renda (dinheiro) e trabalhos remunerados -inclusive temporários)

1.Nome _____

☐ Usina ☐ Escola ☐ Funasa ☐ Bóia fria ☐ Salário maternidade ☐ Bolsa família ☐ Aposentado

☐ Aposentado pela perícia (pode ser temporário ou não)

☐ Outros trabalhos remunerados ☐ Pensão por falecimento do pai/mãe (no caso de falecimento no trabalho/usina)

2.Nome _____

☐ Usina ☐ Escola ☐ Funasa ☐ Bóia fria ☐ Salário maternidade ☐ Bolsa família ☐ Aposentado

☐ Aposentado pela perícia (pode ser temporário ou não)

☐ Outros trabalhos remunerados ☐ Pensão por falecimento do pai/mãe (no caso de falecimento no trabalho/usina)

3.Nome _____

☐ Usina ☐ Escola ☐ Funasa ☐ Bóia fria ☐ Salário maternidade ☐ Bolsa família ☐ Aposentado

☐ Aposentado pela perícia (pode ser temporário ou não)

☐ Outros trabalhos remunerados ☐ Pensão por falecimento do pai/mãe (no caso de falecimento no trabalho/usina)

4.Nome _____

☐ Usina ☐ Escola ☐ Funasa ☐ Bóia fria ☐ Salário maternidade ☐ Bolsa família ☐ Aposentado

☐ Aposentado pela perícia (pode ser temporário ou não)

☐ Outros trabalhos remunerados ☐ Pensão por falecimento do pai/mãe (no caso de falecimento no trabalho/usina)

5.Nome _____

☐ Usina ☐ Escola ☐ Funasa ☐ Bóia fria ☐ Salário maternidade ☐ Bolsa família ☐ Aposentado

☐ Aposentado pela perícia (pode ser temporário ou não)

☐ Outros trabalhos remunerados ☐ Pensão por falecimento do pai/mãe (no caso de falecimento no trabalho/usina)

9. Em sua opinião, quais são os principais problemas enfrentados pelas famílias na aldeia de Caarapó?

10. Em sua opinião, o que é preciso fazer para solucionar esses problemas, ou pelo menos para melhorar um pouco?

11 – Outras observações:

12 – Dados do entrevistador:

Nome: _____

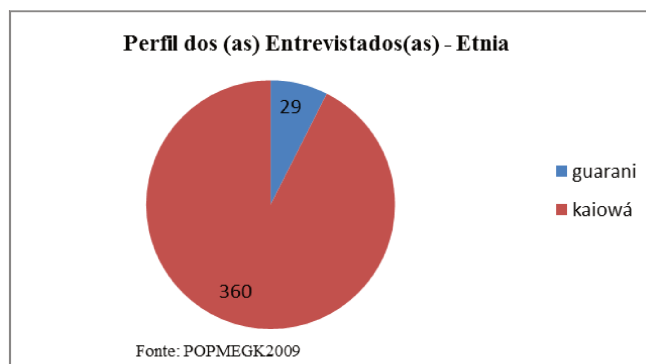
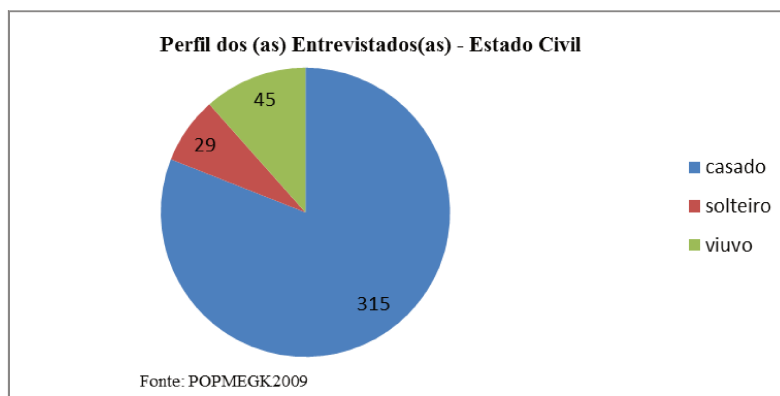
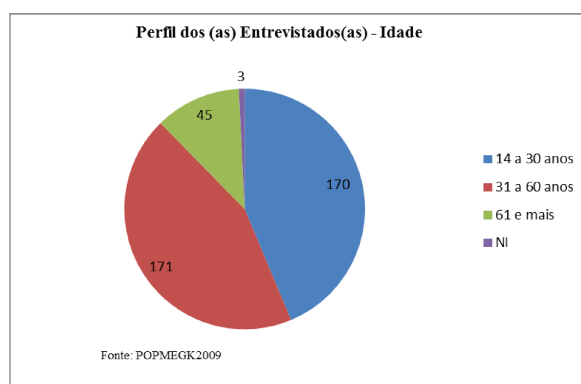
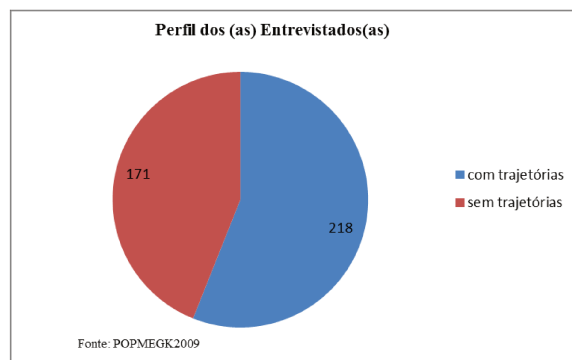
() Homem () Mulher () Guarani () Kaiowá Idade _____

Região em que mora _____

Escolaridade: _____

Possui grau de parentesco com o (a) entrevistado (a)? () não () Sim
Qual? _____

Anexo 6: Gráficos perfil dos entrevistados



Anexo 7 – Fotos Oficinas projeto Ojeguata Porã e Viagem de intercâmbio guarani



Foto 11. Oficina Ojeguata Porã – Te'ýikue - Caarapó, MS.(Foto de Suzi Maggi Kras, 2009)



Foto 12. Oficina Ojeguata Porã – Te'ýikue - Caarapó, MS.(Foto de Suzi Maggi Kras, 2009)



Foto 13. Oficina Ojeguata Porã – Te'ýikue - Caarapó, MS.(Foto de Suzi Maggi Kras, 2009)



Foto 14. Oficina Ojeguata Porã – Te'ýikue - Caarapó, MS.(Foto de Suzi Maggi Kras, 2009)



Foto 15. Oficina Ojeguata Porã – Te'yikue - Caarapó, MS.(Foto de Suzi Maggi Kras, 2009)



Foto 16. Oficina Ojeguata Porã – Te'yikue - Caarapó, MS.(Foto de Suzi Maggi Kras, 2009)



Foto 17. Oficina Ojeguata Porã – Te'yikue - Caarapó, MS.(Foto de Suzi Maggi Kras, 2009)



Foto 18. Oficina Ojeguata Porã – Te'yikue - Caarapó, MS.(Foto de Suzi Maggi Kras, 2009)



Foto 19. Viagem de intercâmbio guarani – Ita Guasu/PY. (Foto de Egon Heck, 2009)



Foto 20. Viagem de intercâmbio guarani – Ka'akupe/ARG. (Foto de Egon Heck, 2009)



Foto 21. Viagem de intercâmbio guarani – Okoy/PR,BR. (Foto de Egon Heck, 2009)



Foto 22. Viagem de intercâmbio guarani – Kapi'i Poty/ARG. (Foto de Egon Heck, 2009)



Foto 23. Viagem de intercâmbio guarani – Kurusu Amba/MS,BR. (Foto de Egon Heck, 2009)



Foto 24. Viagem de intercâmbio guarani – Alecrin/ARG. (Foto de Egon Heck, 2009)



Foto 25. Viagem de intercâmbio guarani – Arroyo Guasu/PY. (Foto de Egon Heck, 2009)



Foto 26. Viagem de intercâmbio guarani – Tekoa Arandu/ARG. (Foto de Egon Heck, 2009)



Foto 27. Viagem de intercâmbio guarani – Ñanderu Marangatu/MS,BR. (Foto de Egon Heck, 2009)



Foto 28. Viagem de intercâmbio guarani – Guavirami/PY. (Foto de Egon Heck, 2009)



Foto 29. Viagem de intercâmbio guarani – Porto Lindo/MS, BR. (Foto de Egon Heck, 2009)



Foto 30. Viagem de intercâmbio guarani – Ka'akupe/ARG. (Foto de Egon Heck, 2009)